

HT-76

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

GUIA BIBLIOGRÁFICO PARA O ESTUDANTE DE HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

(200/300 - 1926/30)

Dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História

AMÉLIA NEVES DE SOUTO

MAPUTO, 1994

HT-76

AMÉLIA MALTA DE MATOS PACHECO NEVES DE SÓUTO

GUIA BIBIOGRÁFICO PARA O ESTUDANTE DE HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

(200/300 - 1926/30)

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

MAPUTO, 1994

94:01(036)  
SF28g

F. LETRAS U.E.M.
R. E. 23447
DATA 7 / Março / 1995
AC. MALTA
HT-76

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

AMÉLIA MALTINI MATOS PACHELO NEVES DE SOUZA

## RESUMO

O "Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique" é um trabalho apresentado como dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Pretende ser uma proposta para um instrumento de trabalho prático e utilitário para o estudante do Curso de História da UEM.

Abrange o período entre 200/300-1926/30. Está dividido em 8 grandes temas : Obras de Referência; Idade do Ferro e Expansão Bantu; Reinos e Sociedades Africanas; Economia; Política e Sistema de Administração Territorial Português; Ocupação e Delimitação Territorial; Transformações Sociais, e Tradições Culturais e Ideologia.

Cada tema apresenta uma Introdução histórica e reflexão bibliográfica onde são analisados os principais aspectos da temática e da posição de alguns dos principais autores sobre elas. A bibliografia, envolve uma selecção de obras consideradas importantes para o estudo de cada um dos temas, na qual estudante poderá encontrar uma base inicial de estudo para o respectivo tema.

Possui como anexos cronologias e mapas de apoio.

## ÍNDICE

	INTRODUÇÃO .....	6
1.	<i>Génese do projecto</i> .....	6
2.	<i>Objectivos</i> .....	7
3.	<i>Estrutura e Considerações Gerais</i> .....	7
4.	<i>Agradecimentos</i> .....	10
I.	OBRAS REFERERÊNCIA .....	11
1.	ATLAS .....	11
2.	BIBLIOGRAFIAS .....	11
3.	CATÁLOGOS .....	21
4.	COLECCÃO DE DOCUMENTOS .....	22
5.	CRONOLOGIAS .....	23
6.	DICCIONÁRIOS .....	24
7.	PARA UM REGISTO DOS GOVERNADORES E DEMAIS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS .....	24
II.	IDADE DO FERRO INFERIOR E EXPANSÃO BANTU .....	26
1.	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	26
2.	<i>Bibliografia</i> .....	29
III.	REINOS E SOCIEDADES AFRICANAS .....	35
1.	MONOMOTAPA E A PENETRAÇÃO PORTUGUESA PARA O INTERIOR .....	35
1.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	35
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	39
2.	OS REINOS MARAVE .....	43
2.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	43
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	46
3.	FORMAÇÕES DO SUL DO SAVE .....	48
3.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	48
3.2	<i>Bibliografia</i> .....	51
4.	O MFECANE E O ESTADO DE GAZA .....	55
4.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	55
4.2	<i>Bibliografia</i> .....	60
5.	OS REINOS YAO .....	63
5.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	63
5.2	<i>Bibliografia</i> .....	67
6.	OS REINOS MACUA DO INTERIOR E MACONDE .....	69
6.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	69
6.2	<i>Bibliografia</i> .....	74

7.	<i>ESTADOS MILITARES DO VALE DO ZAMBEZE</i> .....	76
7.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	76
7.2	<i>Bibliografia</i> .....	80
8.	<i>OS REINOS AFRO-ISLÂMICOS DA COSTA</i> .....	81
8.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	81
8.2	<i>Bibliografia</i> .....	83
IV.	<i>ECONOMIA</i> .....	85
1.	<i>COMÉRCIO NO LITORAL ATÉ AO SÉCULO XVI - O COMPLEXO MERCANTIL NO OCEANO ÍNDICO</i> .....	85
1.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	85
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	87
2.	<i>COMÉRCIO DO OURO E MARFIM (Ouro até 1693 ; marfim 1694- c.1760/70)</i> .....	90
2.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	90
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	95
3.	<i>TRÁFICO DE ESCRAVOS E SUA ABOLIÇÃO</i> .....	100
3.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	100
3.2	<i>Bibliografia</i> .....	105
4.	<i>COMÉRCIO DAS OLEAGINOSAS E PRODUTOS CAMPONESES (1860- 1895)</i> .....	112
4.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	112
4.2	<i>Bibliografia</i> .....	115
5.	<i>ECONOMIA DE PLANTAÇÕES E AS COMPANHIAS MAGESTÁTICAS E CONCESSIONÁRIAS (APÓS 1895)</i> .....	116
5.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	116
5.2	<i>Bibliografia</i> .....	120
6.	<i>O TRABALHO MIGRATÓRIO PARA A RODÉSIA E ÁFRICA DO SUL</i> ...	125
6.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	125
6.2	<i>Bibliografia</i> .....	128
7.	<i>PORTOS E CAMINHOS DE FERRO</i> .....	133
7.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	133
7.2	<i>Bibliografia</i> .....	136
7.3	<i>Relatórios dos Serviços dos Caminhos de Ferro</i> .....	139
V.	<i>POLÍTICA E SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL PORTUGUÊS</i> .....	140
1.	<i>POLÍTICA DE TERRAS: CONCESSÕES E RESERVAS</i> .....	140
1.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	140
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	143
2.	<i>OS PRAZOS</i> .....	145
2.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	145
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	151
3.	<i>EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA</i> .....	154

3.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	154
3.2	<i>Bibliografia</i> .....	159
3.3	<i>Relatórios dos Governadores e de outras autoridades administrativas</i> .....	163
4.	<b>AUTORIDADES INDÍGENAS NO SISTEMA COLONIAL</b> .....	167
4.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	167
4.2	<i>Bibliografia</i> .....	170
5.	<b>SISTEMA DE TRABALHO INDÍGENA / POLÍTICA LABORAL INDÍGENA</b> .....	171
5.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	171
5.2	<i>Bibliografia</i> .....	173
VI.	<b>OCUPAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL</b> .....	176
1.	<b>CAMPANHAS MILITARES DE OCUPAÇÃO E CONQUISTA E RESISTÊNCIA AFRICANA (1886-1920)</b> .....	176
1.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	176
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	179
2.	<b>DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS</b> .....	183
2.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	183
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	185
VII.	<b>TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS</b> .....	190
1.	<b>MOVIMENTO E FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA</b> .....	190
1.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	190
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	193
2.	<b>ESTRUTURA SOCIAL/RELAÇÕES RACIAIS - SEGREGAÇÃO E ASSIMILAÇÃO (POLÍTICA INDÍGENA)</b> .....	195
2.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i> .....	195
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	198
VIII.	<b>TRADIÇÕES CULTURAIS E IDEOLOGIA</b> .....	202
1	<b>RELIGIÕES AFRICANAS</b> .....	202
1.1	<i>Introdução histórica e análise bibliográfica</i> .....	202
1.2	<i>Bibliografia</i> .....	205
2.	<b>MISSÕES E IGREJA CATÓLICA</b> .....	207
2.1	<i>Introdução histórica e análise bibliográfica</i> .....	207
2.2	<i>Bibliografia</i> .....	210
3.	<b>IGREJAS PROTESTANTES E SEPARATISTAS</b> .....	212
3.1	<i>Introdução histórica e análise bibliográfica</i> .....	212
3.2	<i>Bibliografia</i> .....	214
4.	<b>O ISLAMISMO</b> .....	216
4.1	<i>Introdução histórica e análise bibliográfica</i> .....	216
4.2	<i>Bibliografia</i> .....	217

5.	<i>EDUCAÇÃO</i>	219
5.1	<i>Introdução histórica e reflexão bibliográfica</i>	219
5.2	<i>Bibliografia</i>	221

	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	225
--	-----------------------------	-----

	<i>ÍNDICE REMISSIVO</i>	226
--	-------------------------	-----

*ANEXOS*

1. *Cronologias*
2. *Mapas*

## INTRODUÇÃO

### 1. Gênese do projecto

No decorrer do Curso de História da Universidade Eduardo Mondlane, fui tomando consciência das dificuldades que eu e a maioria dos meus colegas enfrentávamos, sempre que fosse necessário recorrer a pesquisas bibliográficas que nos introduzissem em temáticas específicas, para a elaboração dos trabalhos das diversas disciplinas. E se, por um lado, essas dificuldades eram uma componente importante da nossa formação enquanto pesquisadores de História, não deixa de ser verdade que o tempo dispendido nessas pesquisas era um factor condicionante para uma reflexão e análise mais aprofundadas da temática dos trabalhos de que fomos incumbidos.

No final do 2º ano, ao realizar um estudo para a disciplina de História Medieval da Europa, deparei com o " Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa" de A. H. de Oliveira Marques. A dimensão, e sobretudo a utilidade da obra como instrumento de trabalho despertou-me para a carência de obras do género viradas para a História de Moçambique. Começou, então, a germinar em mim a ideia de elaborar um trabalho (necessariamente muito mais modesto e menos ambicioso, do que a obra referida), mas que pudesse ser uma proposta de um possível instrumento de trabalho básico, prático e utilitário para a pesquisa de alguns temas da História de Moçambique.

Foi assim que comecei a desenvolver a ideia da elaboração, para a dissertação para a obtenção do grau de Licenciatura, de uma proposta de um "Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique" que pudesse servir de base inicial para o estudo de alguns temas da História do nosso país.

Desde o início tive consciência do que tal trabalho implicava e das limitações que ele iria forçosamente conter. Procurei, por isso, opiniões mais abalizadas que me ajudassem a desenvolver a ideia, entre os professores e outros profissionais ligados ao ramo da documentação histórica. De uma forma geral, todos me incentivaram e ajudaram, alertando-me também para os riscos em que eventualmente poderia incorrer.

Mas como, a minha actividade profissional se centra, há alguns anos, na área da Documentação e porque gostava de realizar um trabalho que se coadunasse com essa actividade, e porque o projecto me entusiasmava, resolvi avançar e aceitar os riscos a ele inerentes.

## 2. Objectivos

O presente trabalho pretende ser "um instrumento de trabalho básico, prático e utilitário" para o estudo de alguns temas da História de Moçambique, direccionado fundamentalmente para os estudantes do Curso de História da Universidade Eduardo Mondlane.

Por isso os temas do "Guia" e os seus limites cronológicos foram definidos em função da estrutura do próprio curso de História, do seu programa e das temáticas a que os professores deram maior relevo. No entanto, importa referir que foi necessário limitar o número de temas, em função do tempo disponível para a elaboração do trabalho. Muitos dos temas definidos poderiam ser subdivididos e poderiam ter sido introduzidos outros. Mas, tudo isso implicaria um amplo trabalho de reflexão historiográfica e de pesquisa, muito mais abrangente, e que, pela dimensão e nível de reflexão exigida constituiria por si só um tema de investigação autónomo, escapando assim ao âmbito deste trabalho.

Importa também esclarecer um aspecto que considero importante. O "Guia" pretende ser, sobretudo, um instrumento de trabalho informativo e indicativo de algumas referências bibliográficas que possam facilitar a inserção do estudante em determinadas temáticas. Não pretende ser, de forma alguma, um guia de orientação pedagógica. Não substitui de forma alguma a orientação pedagógica dos professores.

Por outro lado, a selecção bibliográfica para qualquer trabalho envolve sempre critérios necessariamente subjectivos, sobretudo quando este pretende ser um "Guia" e não um inventário das obras existentes. Tentei, no entanto, apresentar uma selecção baseada na principal bibliografia que nos foi fornecida pelos professores ao longo do curso (e que tentei sempre registar), na bibliografia adicional que consultei para os trabalhos temáticos que realizei durante o curso e em bibliografia que foi especificamente consultada para a elaboração do presente trabalho.

## 3. Estrutura e Considerações Gerais

O "Guia" abrange o período que vai de 200/300 até 1926/30 e encontra-se estruturado em 8 grandes temas:

- Obras de Referência
- Idade do Ferro e Expansão Bantu
- Reinos e Sociedades Africanas
- Economia
- Política e Sistema de Administração Territorial Português
- Ocupação e Delimitação Territorial
- Transformações Sociais
- Tradições Culturais e Ideologia

Tentei apresentar o mais exhaustivamente possível as Obras de Referência relativas a Moçambique, dentro do período abrangido pelo "Guia". Para qualquer trabalho de investigação, as Obras de Referência são instrumentos de trabalho fundamentais porque nos fornecem a bibliografia existente sobre determinado tema ou assunto. Apesar do presente trabalho apresentar uma selecção bibliográfica por tema, ela não esgota, de modo nenhum, os trabalhos existentes sobre cada um dos temas referenciados. As Obras de Referência, além de fornecerem-nos as bases de qualquer estudo que se pretenda iniciar, proporcionam-nos também outros contributos valiosos.

Cada um dos outros temas, encontra-se dividido em sub-temas que apresentam uma Introdução histórica e reflexão bibliográfica, e a Bibliografia respectiva.

Com a Introdução histórica e reflexão bibliográfica, não se pretendeu apresentar a História aprofundada de cada tema, mas, fundamentalmente, situar alguns aspectos que considere importantes para a sua análise e apresentar uma reflexão bibliográfica sobre o que foi escrito e debatido relativamente ao tema. Tentei que as introduções históricas, fossem breves, porque pretendem apenas proporcionar uma visão global e sintética do tema. Muitos aspectos, necessariamente, não foram focados. Competirá aos estudantes aprofundá-los. Não tentei também apresentar uma visão crítica das ideias dos autores mencionados por não ser esse o objectivo do "Guia". Procurei sobretudo apresentar, sempre que me foi possível, as posições de alguns dos autores perante os assuntos por eles abordados.

No que se refere à selecção bibliográfica foram apenas mencionadas obras existentes, e disponíveis para consulta, em instituições localizadas em Maputo. O trabalho de recolha bibliográfica foi feito, sobretudo, no Arquivo Histórico de Moçambique e na Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane. Foram também mencionadas obras existentes em instituições como o Centro de Estudos Africanos, Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, Arquivos do Património Cultural (ARPAC) e Biblioteca da Embaixada de Portugal.

Sempre que possível referenciei obras escritas (ou traduzidas) em português, de modo a facilitar o trabalho do estudante. No entanto, este critério não foi utilizado em detrimento de obras fundamentais escritas em língua inglesa ou francesa. Como exemplo, poderei citar o tema sobre o Comércio no Litoral até ao Século XVI e o Complexo Mercantil do Oceano Índico, em que a bibliografia principal e mais actualizada é em língua francesa e inglesa.

Quando surgiram obras abordando diversos temas, elas foram referenciadas num tema que considere principal. No entanto, essas obras, foram também referenciadas nas bibliografias dos outros temas que abordam, numa nota a que chamei "Ver também". Nem sempre a definição do assunto principal terá sido feita com sucesso, pois existem casos em que os assuntos se relacionam de tal forma que tornam muito difícil essa definição.

No que se refere ao estudo das Sociedades Africanas surgiu uma questão incontornável: a maioria das obras que se debruçam sobre este tema apresentam uma perspectiva

historiográfica fundamentalmente eurocêntrica, subordinada ao desenvolvimento do sistema mercantilista e capitalista que se desenvolveu na Europa e nas suas relações com o Continente Africano. Necessariamente os estudos sobre as formações sociais moçambicanas são raros e enfermam dessa lacuna, encontrando-se principalmente em obras especificamente antropológicas ou etnográficas. A bibliografia apresentada para o tema sobre as sociedades africanas, enfermará, assim, desta lacuna.

No tema sobre a evolução administrativa, além da bibliografia, considere importante fornecer como referência os relatórios das autoridades administrativas coloniais que foram publicados. Neles, encontramos dados importantes para o estudo das mentalidades do poder permitindo-nos uma caracterização da época.

O grande tema Tradições Culturais e Ideologia está dividido em sub-temas que focam dois aspectos fundamentais : Religião e Educação. Neste assunto é grande a carência de fontes e a abordagem do "Guia" neste tema, reflecte essas carências e a necessidade de mais tempo para aprofundar o assunto. Apesar disso decidi incluir o tema, por ser de grande importância para o estudo da História de Moçambique, e ser paralelamente um dos aspectos menos estudados da nossa História, no período considerado neste "Guia".

O tema sobre Ocupação e Delimitação Territorial poderia ser incluído no tema sobre a Administração Territorial Portuguesa. Decidi, no entanto, considerá-lo um tema autónomo pela relevância e actualidade de que se revestem algumas questões a ele inerentes. Neles estão envolvidos aspectos relativos a Resistência, Etnicidade, Povo, Nação e outros, que não são aprofundados no "Guia".

Um aspecto de carácter técnico diz respeito à forma como apresento as referências bibliográficas. A norma que utilizei foi a do sistema Anglo-Americano, adoptada pelo Arquivo Histórico de Moçambique, pois é a principal Instituição de Documentação a que recorrem os estudantes do curso História<sup>(1)</sup>.

Um outro aspecto diz respeito ao número de páginas que o presente trabalho apresenta. Quando elaborei o projecto de trabalho tinha consciência de que devido à sua natureza e especificidade, não poderia respeitar as normas limitativas do número de páginas das dissertações para a obtenção do grau de licenciatura. Na altura, coloquei a questão a nível do Departamento de História tendo-me sido informado que o presente trabalho ficava isento de tal determinação. Tentei reduzir ao máximo o número de páginas do trabalho, tendo no entanto, salvaguardado aspectos de conteúdo em detrimento do número de páginas.

---

<sup>1</sup> PORTUGAL. MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto Português do Património Cultural - Regras portuguesas de catalogação : I : Cabeçalhos. Descrição de monografias. Descrição de Publicações em série. - Lisboa : Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação, 1984 Para a zona do título e menção da responsabilidade, usei as normas referidas no ponto D.M.1 (p. 118 em diante)

Um último aspecto, que não será demais realçar, é que o presente trabalho é uma proposta para um "Guia Bibliográfico para o Estudante de História de Moçambique" e foi elaborado especificamente para a dissertação para a obtenção do grau de licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane. Ele é, penso, a proposta possível, atendendo às condicionantes de prazo impostas pelo regulamento dos trabalhos de licenciatura.

#### 4. Agradecimentos

Durante a execução deste trabalho, várias foram as pessoas a que recorri à procura de apoio. Umas, incentivaram-me e partilharam do meu entusiasmo. Outras, levantaram dúvidas e questões que refrearam esse entusiasmo, mas que contribuíram grandemente para eu poder fazer um dimensionamento realista do trabalho que pretendia realizar. A umas e outras, o meu obrigado.

Gostaria, no entanto, de fazer especial referência às seguintes pessoas:

Ao Supervisor do meu trabalho, dr. António Sopa, por toda a orientação, apoio e encorajamento para a realização deste trabalho. O seu profundo conhecimento e experiência profissional na área da investigação bibliográfica foram de inestimável valor para a concretização deste "Guia".

Ao Doutor Gerhard Liesegang, meu professor, que com os seus ensinamentos ao longo do curso, contribuiu grandemente para a minha formação, e também pelo apoio e críticas sempre valiosas sobre o conteúdo deste trabalho.

Ao meu professor, Dr. David Hedges, que também teve um papel marcante na minha formação, obrigando-me permanentemente a desenvolver o meu espírito crítico e a capacidade de problematizar os assuntos.

À Doutora Ana Maria Camargo, que contribuiu de forma decisiva, fornecendo-me as bases fundamentais para a estruturação e sistematização deste projecto.

Gostaria também de agradecer ao professor e grande amigo, dr. Cândido Teixeira, que não só se disponibilizou para comigo debater dúvidas e ideias, como também, sempre me deu acesso à sua biblioteca onde normalmente encontrei a obra que necessitava.

Queria agradecer aos colegas do Curso de História que me incentivaram, entre os quais, destaco especialmente Matteo Angius, que sempre encontrou disponibilidade, tempo e paciência para me dar o apoio que lhe solicitei.

*DE*

I. OBRAS REFERÊNCIA

1. ATLAS

1. Atlas de Moçambique : Edição de 2500 exemplares, todos numerados e carimbados/ - *não*  
- Lourenço Marques : Empresa Moderna, 1960, 43 p. (AHM V 388)
2. AJAYI, J.F.Ade ; CROWDER, Michael (eds.) - Historical Atlas of Africa. - Harlow : Longman Group, 1985 (AHM V 2A-8)
3. FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P. - A modern Atlas of African History. - London : Rex Collings, 1976, 63 p. (AHM V 235)
4. FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P. - The new Atlas of African History. - London : ~~The~~ *sai* MacMillan Press, 1991, 144 p. (AHM V 539)
5. KWAMENA-POH, Michael ; TOSH, John ; WALLER, Richard ; TIDY, Michael - *4 autores?*  
African History in maps. - Harlow : Longman Group, 1982, 76 p. (AHM V 283)
6. MISSÃO PARA O ESTUDO DA MISSIONOLOGIA AFRICANA, CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICO-SOCIAIS - Atlas Missionário português. - Lisboa : [Junta de Investigação do Ultramar], 1962, 175 p. (ARPAC 01 ATL)  
Mapas sobre Moçambique, p.90-113, abrangem grupos étnicos, agrupamentos linguísticos e divisões diocesanas e dados sobre a religião e ensino religioso -  
② ①
7. MOÇAMBIQUE. Ministério da <sup>Educação</sup> ~~Cultura~~ - Atlas geográfico, vol.1. - 2ªed. revista e actualizada. - Maputo : Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, 1986, 49 p. (AHM V 284)  
A 2ª edição do vol.1 possui mapas históricos sobre colonização e independência (p.34-35) e mapas relativos ao povoamento étnico, Estados e comércio, comércio de escravos, rede de comércio a longa distância, economia colonial, ocupação imperialista (p.36-37)
8. PITON, B. ; POINTEAU, J.H. ; NGOUMBI, J.-S. - Atlas hydrologique du Canal de Mozambique (Océan Indien). - Paris : ORSTOM, 1981, 41 p. (AHM (b)V 88)
9. REGO, A.da Silva ; SANTOS, Eduardo dos - Atlas missionário português. - 2ªed. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar ; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, 195 p. (AHM 196-B-2)

2. BIBLIOGRAFIAS

10. Africa since 1914 : A historical bibliography. - Santa Barbara, Calif. : ABC Clio Information Service, 1985 (AHM V 242)  
Bibliografia dividida por grandes temas. No tema de Sociedades e Culturas africanas, existe uma divisão por regiões de África (Norte, Ocidental, Oriental e Sul). Moçambique encontra-se nas págs. p.243-245 e apresenta 46 referências.

11. ALLEN, Chris - Mozambique since 1920 : a select bibliography. - In : Mozambique : Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies (1978. Dec.1-2). - Edinburgh : University of Edinburgh, Centre of African Studies, 1979, p.178-204 (AHM B 550)  
Possui 509 referências. Encontra-se dividida em 3 partes, uma geral sobre o colonialismo português, outra sobre a colónia de Moçambique e a terceira sobre Moçambique no período de transição e independência.
12. BECKER, H. ; HOFFMANN, P.W.; et al - Afrika-schrifttum : Bibliographie deutschsprachiger wissenschaftlicher Veröffentlichungen über Afrika südlich der Sahara = Literature on Africa : Bibliography of scientific publications on Africa South of the Sahara in German language = Études sur l'Afrique : Bibliographie des travaux scientifiques sur l'Afrique au Sub du Sahara parus en langue allemande. - Wiesbaden : Franz Steiner Verlag, 1962, 688 p. (AHM V 134)
13. BOESCH, Paula (ed.) - A current bibliography of African Affairs. - nº1 (1968). - [USA] : Baywood Publishing-Company. (AHM)  
Revista trimestral. Tem uma secção organizada por assuntos e uma outra organizada por regiões de África e dentro de cada região encontra-se organizado por países. Moçambique encontra-se referenciado na região "Southern Africa".
14. CAPÃO, José Armando Vidal - Bibliografia de interesse para estudo do Estado de Gaza. - Maputo : [s.l.], 1984, 23 p. - Trabalho de Licenciatura em História com especialidade em Documentação, Trabalho semestral de Bibliografia e Fontes de Informação  
Apresenta um total de 160 referências comentadas. É uma recolha de livros existentes no Arquivo Histórico de Moçambique sobre o Estado de Gaza. Apresenta no fim um índice geral.
15. CHONCHOL, Maria Edy - Guide bibliographique du Mozambique : Environnement naturel, développement et organisation villageoise. - Paris : L'Harmattan, 1979, 135 p.  
Engloba assuntos como : potencial dos recursos do espaço moçambicano, as sequelas da colonização e o impacto sobre o meio ambiente; a experiência de organização de aldeias desde a luta de libertação. Apresenta 315 referências. Tem índice de autores. A maior parte das referências são relativas ao período da Luta de Libertação e após este.
16. COSTA, Maria Inês Nogueira da - Inventário do Fundo «Companhia de Moçambique», 1892-1942 : Uma abordagem funcional da descrição dos Arquivos Permanentes. - Maputo : Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, 1993, 3 vols. - Tese para a obtenção do grau de Doutoramento (AHM B 1075)  
Trabalho de natureza instrumental, com o objectivo de tornar acessíveis os diferentes conjuntos documentais que integram o fundo da Companhia de Moçambique existente no Arquivo Histórico de Moçambique. Oferece uma visão global do seu conteúdo a partir da identificação dos registos das diversas actividades da Companhia e da reconstituição das estruturas e função que lhes deram origem.
17. COSTA, Mário - Bibliografia do território de Manica e Sofala (algumas indicações). - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, ano IX, nº42 (Abr.-Jun.1940), p.39-46  
Apresenta uma bibliografia bastante limitada, discriminada por assuntos, num total de 72 referências.
18. COSTA, Mário Augusto - Bibliografia geral de Moçambique (contribuição para um estudo completo). - Lisboa : Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Bibliotecas, 1946, 359 p.  
Lista 2500 livros. Não tem artigos.

19. DARCH, Colin - Análise bibliográfica : Notas sobre fontes estatísticas oficiais referentes à economia colonial moçambicana : Uma crítica geral. - In : Estudos Moçambicanos, nº4 (1983), p.103-125  
A análise bibliográfica encontra-se dividida em duas partes, contendo este trabalho apenas a 1ª que se refere à investigação sobre fontes estatísticas e demográficas gerais do Moçambique colonial. Esta por sua vez divide-se em várias áreas : recrutamento de mão-de-obra e recenseamento populacional (ca.1890-1930); reforma colonial e acumulação portuguesa (1930-1950); intervenção estatal e planificação da infra-estrutura colonial (1950-1974); o colapso do sistema estatístico colonial (1975-1976).
20. DARCH, Colin - Análise bibliográfica : Escritos e investigação sobre Moçambique, 1975-1980. - In : Estudos Moçambicanos, nº1 (1980), p.111-120  
Apresenta um comentário e análise bibliográfica crítica sobre obras publicadas e investigações sobre Moçambique que o próprio autor refer que não se pretende completa. Apresenta-se dividida em diversas partes : Bibliografias, Estudos económicos, Estudos históricos e Investigação corrente. Apresenta a lista de referências que foram mencionadas no comentário, num total de 46 referências.
21. DARCH, Colin - Análise bibliográfica : Trabalho migratório na África Austral : Um apontamento crítico sobre a literatura existente. - In : Estudos Moçambicanos, nº3 (1981), p.81-96  
Análise bibliográfica em português sobre a questão do trabalho migratório para a África do Sul. Apesar de existir grande quantidade de material, o autor utiliza apenas uma selecção de livros que foram usados em determinadas alturas pelos investigadores do Centro de Estudos Africanos. O trabalho divide-se em : livros produzidos sobre ou na África do Sul; trabalhos que abordam a questão do trabalho migratório; o sistema migratório na África Austral; a OIT e o sistema de trabalho migratório; condições sanitárias e de trabalho e greves e resistência nas minas. As referências bibliográficas encontram-se divididas em duas partes : Parte A : Livros e artigos mencionados no texto - apresentando um total de 57 referências; Parte B : outros escritos sobre o trabalho migratório na África Austral, não mencionados no texto, num total de 27 referências.
22. DARCH, Colin ; PACHELEQUE, Calisto - Mozambique. - Oxford : Clio Press, 1978, 360 p. - (World Bibliographical Series, vol.78) (AHM V 311)  
A bibliografia apresenta uma introdução geral sobre o País. Está dividida em 32 capítulos, totalizando 735 referências, onde cada uma delas apresenta um resumo sobre o seu conteúdo. Tem um index de autores, de títulos e de assuntos. É uma obra indispensável de consulta.
23. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - Análise e registo bibliográfico : Teses (1980-1985). - In : Cadernos de História, nº1 (Jun.1985), p.71-75  
Apresenta uma listagem de Teses de Doutoramento, Licenciatura e eventuais trabalhos de Diplomas defendidos ou a decorrer, elaboradas quer em Moçambique, quer no exterior (apenas em língua inglesa) sobre diferentes domínios da historiografia moçambicana.
24. DIAS, Jill R. - Bibliografia das publicações sobre a África de Língua Oficial Portuguesa entre Janeiro de 1975 e Janeiro de 1983. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº1 (1984), p.243-303 ; nº2 (1984), p.201-227 ; nº3 (1985), p.241-261; nº4-5 (1986), p.355-374 ; nº6-7 (1987), p.307-328 ; nº8-9 (1988), p.339-349; nº12-13 (1990), p.501-524  
Bibliografia dos trabalhos publicados desde 1975. Organizado por países, sub-dividido por temas e assuntos muito gerais. Dentro deste esquema, obras encontram-se listadas por ordem alfabética de autor.

25. DUARTE, Maria da Luz Teixeira - Primeira contribuição para uma bibliografia de bibliografias de Moçambique. - Maputo : [s.e.], 1984, 23 p. - Trabalho de Licenciatura em História com especialidade em Documentação (AHM s/cota)  
Apresenta um trabalho de pesquisa de bibliografia de bibliografias sobre Moçambique, existente no Arquivo Histórico de Moçambique e Centro de Estudos Africanos. Encontra-se dividida em assuntos gerais, especializados, ensaios bibliográficos, indexes, catálogos de periódicos, de exposições e de bibliotecas e de bibliografias que fazem parte de trabalhos monográficos. A entrada é por autor. O trabalho está dividido em 3 secções : África, África de Expressão Portuguesa e Moçambique (p.10-21). Cada referência possui um resumo de como se encontra organizada.
26. DUGNAN, Peter ; GANN, L.H. - Colonialism in Africa, 1870-1960 : vol.5 : A bibliographical guide to colonialism in Sub-Saharan Africa. - Cambridge : Cambridge University Press, 1973, 552 p. (AHM F 11a)  
Bibliografia organizada por vários sectores abrangendo todo o Continente Africano. Tem um capítulo relativo à África portuguesa (pp.426-454); Moçambique (pp.447-451); Adenda à África portuguesa (pp.472-473).
27. EÇA, Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de - Achegas para a bibliografia de Moçambique (novos subsídios para um estudo completo). - Lisboa, 1949, 134 p. (AHM)  
Completa a bibliografia elaborada por Mário Costa. Fornece 428 novas entradas anotadas.
28. EÇA, Filipe Gastão de Almeida de - Notas bibliográficas acerca de Mouzinho de Albuquerque. - Lisboa : Bertrand, 1952, 35 p. - Separata do nº325 do Boletim Geral do Ultramar (AHM (b)B 67)  
Divide a bibliografia em duas partes. A 1ª parte refere-se à bibliografia do Mouzinho e suas reedições, publicações póstumas, relatórios e ofícios publicados em volume e obras em colaboração (17 referências). A 2ª parte refere-se a biografias e traços biográficos de Mouzinho, homenagens e consagrações, conferências, discursos e palestras, notícias genealógicas (34 referências).
29. EÇA, Filipe Gastão de Almeida de - Bibliografia da «Escola de Mouzinho». - Lisboa : Bertrand, 1953, 30 p. - Separata do nº334 do Boletim Geral do Ultramar (AHM (b)B 503)  
O autor chama «Escola Mouzinho» sob o aspecto bibliográfico, a todas as obras que exclusivamente ou quase, ou em grande parte dos textos, se relacionam com a acção militar, administrativa, colonial e pessoal de Mouzinho de Albuquerque, a estudos histórico-biográficos acerca dos seus mais directos chefes ou colaboradores, isto é, dos seus discípulos" ou "condiscípulos". Menciona memórias, relatórios, relatos e outros escritos que de qualquer forma possam servir para a reconstituição dos acontecimentos e para a formação do processo individual e psicológico de Mouzinho de Albuquerque. Apresenta 50 referências bibliográficas. Apresenta também 6 referências de uma série de panfletos em que a acção de Mouzinho é severamente criticada.
30. EÇA, Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida de - Subsídios para uma bibliografia missionária moçambicana (católica). - Lisboa : Edição do Autor/Petrony, 1969, 157 p. (AHM V 193)  
Apresenta 543 referências.
31. ENEVOLDSEN, Thyge ; JOHNSEN, Vibe - A political, economic and social bibliography on Moçambique with main emphasis on the period 1965-1978. - Copenhagen : CDS, 1978, 60 p. (AHM V 220)  
Bibliografia dividida em grandes áreas como História, economia, relações externas, sector social, estado e partido, planeamento, mobilização. Como o próprio título indica, as principais referências situam-se no período pós-1965. São escassas as referências do período anterior.

cabecalho uniforme

32. FERNANDO, Domingos - Arte rupestre em Moçambique : Análise bibliográfica. - Maputo : Instituto Superior Pedagógico, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, 1993, 7 [ 8] p., mapas. - Trabalho elaborado para a disciplina de História de Moçambique, 1 (AHM s/cota)  
Apresenta uma bibliografia analítica dos estudos conhecidos sobre a arte parietal em Moçambique. Para além de apresentar um resumo de cada obra, chama a atenção para o estado de conservação das pinturas rupestres. Foi elaborado um quadro resumo destas pinturas indicando o nome, a localização e as respectivas referências bibliográficas.
33. FRANCISCO, António (elab. e anot.) - Bibliografia anotada multidisciplinar sobre a população e o desenvolvimento em Moçambique. - Maputo : Comissão Nacional do Plano, Direcção Nacional de Estatística, Unidade de População e Planificação, 1991, 135 p. - (Série População e Desenvolvimento, Documento, 4)  
Bibliografia anotada sobre questões de população e sociedade, reprodução humana da população, economia da população e meio ambiente, política, cultura, ideologia e tecnologia. Encontra-se organizada em capítulos e dentro de cada um está organizada por ano de publicação.
34. FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO (FUNDAP) - Bibliografia sobre África Lusófona. - São Paulo : FUNDAP, 1991  
Bibliografia sobre Moçambique apresenta 244 referências (p.191-237).
35. GIBSON, Mary Jane (ed.) - Portuguese Africa : A guide to official publications. - Washington : US Library of Congress, General Reference Bibliography Division, Africa Section, 1967, XV, 217 p. (AHM V 128)  
Bibliografia organizada pelas diferentes colónias portuguesas . Reúne publicações relativas ao período 1859-1984. Possui 776 referências. Moçambique (p.43-93).
36. GONÇALVES, José Júlio - Fichas Bibliográficas : Bibliografia antropológica do Ultramar Português. - In : Boletim Geral do Ultramar, ano XXXVII, nº2 (Mar.-Abr.1961), p.483-492 ; XXXVII (Out.-Dez.1961), p.431-471 (AHM)  
Bibliografia especializada na área de antropologia. Apresenta um total de 293 referências.
37. GOWAN, Susan Jean - Portuguese speaking Africa, 1900-1979 : A select bibliography : vol.2 : Mozambique. - Braamfontein : South African Institute of International Affairs, 1982 (AHM V 133)  
Apresenta a bibliografia dividida em duas grandes áreas : Moçambique de 1900 até à Independência e Moçambique depois da Independência. Dentro destas duas grandes áreas apresenta a bibliografia organizada por assuntos. O maior peso da bibliografia é após 1926, embora apresente algumas referências do período anterior.
38. GREGORY, Joel W. ; CORDELL, Dennis D. ; GERVAIS, Raymond - African historical demography : a multidisciplinary bibliography. - Los Angeles : Crossroads Press, 1984 (AHM V267)  
Bibliografia organizada por regiões da África. Moçambique encontra-se referenciado no capítulo "Southern Africa" (p.196-219). As referências para Moçambique são bastante limitadas e fundamentalmente para o período pós-1930.
39. GUERREIRO, Amaro D. - Bibliografia sobre economia portuguesa. - nº1 (1948) - n.23(1972). - Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 1948-1972, XXIII vols. (AHM pp384)

40. HESS, Robert L. ; COGER, Dalvan M. - "A bibliography of primary sources for nineteenth century tropical Africa as recorded by explorers, missionaries, traders, travelers, administrators, military men, adventurers and others. - Stanford : Stanford University, 1972 (AHM V 369)  
É um trabalho bastante importante em relação à África Tropical. Tem 7.732 referências e termina em 1900. Apresenta 177 referências sobre Moçambique (p.383-397).
41. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA ULTRAMARINA - Bibliografia Científica da Junta de Investigação do Ultramar. - Lisboa : Centro de Documentação Científica Ultramarina, 1960-1962, 4 vols. (AHM 178/1/IV)  
Bibliografia dos trabalhos publicados até ao fim de 1958 pelos investigadores dos centros, missões, agrupamentos científicos, núcleos de estudo da Junta e por investigadores eventualmente subsidiados pela Junta. Abrange os estudos inseridos nas publicações periódicas e avulsas da própria Junta ou noutros por ela subsidiados e os relatórios que lhes foram apresentados. Não foram incluídos documentos cartográficos. Bibliografia agrupada por assuntos, sob grandes rubricas de acordo com o sistema de Classificação Decimal Universal. No final da obra possui um índice alfabético dos assuntos para facilitar a consulta da obra e um índice de autores e colaboradores. Bibliografia apresentada sob a forma de fichas.
42. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE, CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA - Bibliografia publicada pelo Instituto de Investigação Científica de Moçambique. - Lourenço Marques : Centro de Documentação Científica, 1972 (AHM V 164)  
Bibliografia inclui os trabalhos publicados pelo Instituto nas suas funções de editor e co-editor. Divide-se : Publicações que o Instituto é editor ou co-editor e Bibliografia publicada pelo Instituto. Esta última está organizada por ordem alfabética de autores e apresenta 527 referências. Tem um índice de assuntos.
43. INTERNATIONAL AFRICAN STUDIES - Cumulative bibliography of African studies. - Boston, 1973  
No que se refere a Moçambique está relacionado principalmente com etnologia.
44. MARQUES, Alfredo Pinheiro - Guia de história dos descobrimentos e expansão portuguesa. - Lisboa : Biblioteca Nacional, 1988, 188 p. (AHM V 325)  
É um guia de estudos sobre os descobrimentos e expansão portuguesa. As matérias estão arrumadas em 4 partes : expansão europeia, expansão portuguesa, descobrimentos portugueses e história das técnicas e das práticas científicas nos descobrimentos. O trabalho incide sobretudo nos séculos XV ao XVII, embora referencie também o século XVIII e XIX. É uma bibliografia crítica e selectiva. Moçambique é referenciado nas págs.86-90 e p.141
45. MARTINS, José Soares ; MEDEIROS, Eduardo da Conceição - A história de Moçambique antes de 1890 : Apontamentos bibliográficos sobre os resultados de investigação entre 1960 e 1980. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº1 (1984), p.201-216  
É feita uma análise sobre as fontes bibliográficas da História de Moçambique antes de 1890. O estudo é feito para o período de 1500-1890 sub-dividido em diversos temas.

46. MASSIMBE, Julieta - Crescimento da cidade colonial de Lourenço Marques : Uma bibliografia anotada. - Maputo : [s.e.], 1984, 21 p. - Trabalho de Licenciatura em História com especialização em Documentação, Trabalho semestral da cadeira de Bibliografia e Fontes de Informação II. - Trabalho dactilografado (AHM s/cota)  
A bibliografia encontra-se dividida por vários assuntos relativos à cidade, como abastecimento de água e luz, habitação, recenseamentos, arquitectura, demografia, saneamento urbano, turismo, história e crescimento da cidade, estatísticas, entre outros. Apresenta um total de 97 referências. A bibliografia é comentada. Este trabalho encontra-se numa pasta contendo diversos trabalhos da autora em diferentes disciplinas da História de Moçambique colonial.
47. MEDEIROS, Eduardo - Monografias etnográficas elaboradas por funcionários coloniais para concurso de administrador de circunscrição de 3ª classe existentes no Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo. - In : Boletim Informativo dos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal (Maputo), (Primavera 1993), p.3-22  
A bibliografia apresenta-se dividida em 4 áreas culturais : (1) Macua-Lómwè, incluindo os Chuabo e Nharingas (32 referências); (2) Nianja, Ajaua, Maconde e Angoni (6 referências); (3) Chona, incluindo os Sena e Nhunguè (16 referências) e (4) os Tsonga, Chope e Bitonga, incluindo os Swazi (11 referências). Contém um anexo II referente a alguns textos etnográficos de Administradores coloniais, apresentando 20 referências.
48. MEDEIROS, Eduardo - Bibliografia etnográfica macua : Subsídios para uma bibliografia dos estudos sociais em Moçambique. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 1980, 18 p. - (Bibliografia temática, 1)  
Apresenta 198 referências. Encontra-se organizadas alfabeticamente por autores e referem-se a ensaios antropológicos, etnográficos e literatura e estudos da língua Macua. Algumas obras são de carácter geral mas que fazem referência aos Macua.
49. MEDEIROS, Eduardo - Notas para um ficheiro bibliográfico das línguas e-Makhuwa e-Lomwe e e-Chuwabo de Moçambique. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº4/5 (1986), p.331-353  
Bibliografia especializada na área linguística e importante para a investigação nesta área. Encontra-se dividida em : Obras de carácter variado; Dicionários e vocabulários; Gramáticas e métodos; Contos; Adivinhas; Canções, textos rituais e históricos; Traduções e Bilinguismo e estudo das línguas africanas em Moçambique.
50. MEDEIROS, Eduardo - A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975) : Estudo bibliográfico. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº3 (1985), p.231-239. - Esta obra completa um pouco a elaborada pelo autor, sob o mesmo título e publicada nos Cadernos de História, nº2 (Ago.1985), p.45-50.  
Apresenta um bosquejo histórico sobre Lourenço Marques. A bibliografia referenciada divide-se em várias partes : Censos, publicações seriadas, obras sobre a população de Lourenço Marques (13 referências), obras de carácter geral sobre problemas demográficos moçambicanos (12 referências) e outras obras com referências à população de Lourenço Marques (18 referências). Este trabalho também foi publicado em francês.
51. MEDEIROS, Eduardo - As companhias concessionárias em Moçambique, 1886-1930 : Notas bibliográficas. - In : Cadernos de História, nº3 (Nov.1985), p.91-94  
Possui uma introdução com uma breve história das Companhias. Apresenta um total de 27 referências bibliográficas.

52. MORAIS, João ; FERRÃO, Livia - Contribuição para uma bibliografia sobre arqueologia e pré-história de Moçambique. - In : LEBA (Lisboa), nº6 (1987), p.65-80 (AHM)  
Bibliografia especializada em arqueologia e pré-história de Moçambique. Organizada por ordem alfabética de autores. É uma bibliografia importante pois é a única que até ao momento sintetiza os trabalhos publicados nesta área.
53. MOSER, Gerald ; FERREIRA, Manuel - Bibliografia das literaturas africanas de expressão portuguesa. - Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, 408 p. (AHM V 234)  
Bibliografia divide-se em áreas da literatura e dentro de cada área por países. Existe uma edição mais actualizada em inglês.
54. NORTHEY, Margaret Elizabeth (compil.) - General Joaquim José Machado : A selective bibliography. - Johannesburg : University of Witwatersrand, Department of Bibliography, Librarianship and Typography, 1970, 28 p. - Compiled in partial fulfillment for the requirements of the Diploma in Librarianship, University of the Witwatersrand (AHM (b)V 86)  
Bibliografia dividida em Trabalhos do General J.J.Machado, trabalhos sobre o mesmo, Biografia e dados Biográficos. Possui um índice de títulos e de autores e um índice de assuntos.
55. PACHELEQUE, Calisto - Bibliografia, 1977-1989. - In : Estudos Moçambicanos, nº7 (1990), p.119-136  
Apresenta o inventário de todos os trabalhos difundidos externamente ou não no ou pelo Centro de Estudos Africanos, no período entre 1977 e 1989. Pretende sobretudo dar a conhecer o acervo elaborado pelo e no Centro. Não contempla séries como "Textos de Apoio" e "Syllabus", por serem resumos dos trabalhos que se encontram referenciados na bibliografia. A bibliografia encontra-se organizada por ordem alfabética de autores. Nas obras onde há mais do que um autor não é distinguido o autor principal, podendo o autor secundário ficar privilegiado, porque o objectivo é divulgar a obra existente. Este tipo de critério dificulta bastante a consulta. Apresenta um total de 267 referências.
56. PACHELEQUE, Calisto - Ilha de Moçambique : Pequena bibliografia anotada. - In : Arquivo (Maputo), nº4, especial (Out.1988), p.149-170  
É uma bibliografia anotada, dividida em várias partes : Obras enciclopédicas; História; Cultura; Economia; Monumentos históricos e Religião. Possui um índice de autores e alguns comentários sobre as fontes consultadas. Apresenta um total de 90 referências.
57. PELISSIER, René - Africana : Bibliographies sur l'Afrique Luso-Hispanophone (1800-1890). - Orgeval : Éditions Péliissier, 1980, 205 p. (AHM V 224)  
Apenas considera textos publicados entre 1965 e 1979, e publicados na *Révue Française d'Études Politiques Africaines* e na *Genève-Afrique*. Contempla referências relacionadas principalmente com a época contemporânea. Bibliografia comentada.
58. PÉLISSIER, René - Recontres et lectures : I : Notes de lectures : Le Mozambique dans quelques publications récentes. - L'Afrique et l'Asie Modernes (Paris), nº151 (Hiver 1986-87), p.104-116 (AHM B 878)  
Apesar da ênfase dada ao período pós-1930, tem referências a trabalhos que abordam períodos anteriores.
59. PÉLISSIER, René - Du Sahara á Timor : 700 livres analysés (1980-1990) sur l'Afrique et l'Insulindé ex-ibérique. - Orgeval : Péliissier, 1991, 350 p. (AHM V 425)

60. POLLAK, Oliver B. ; POLLAK, Karen - Theses and dissertations on Southern Africa : An international bibliography. - Boston, Mass : GK Hall, 1976, 236 p. (AHM V 98)  
A bibliografia encontra-se dividida em grandes. Moçambique é referenciado em todos eles. Antropologia (p.7-8), economia (p.44-45), educação (p.79), geografia (p.98), história (p.115-118), linguística e literatura (p.157).
61. REGO, A.da Silva (colig.) - Bibliografia missionária. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), pp.175-188  
Apresenta uma bibliografia geral de todo o "Paadrado português" e pelas diferentes possessões portuguesas. Especificamente para Moçambique apresenta apenas 14 referências na pág.181
62. RITA-FERREIRA, António - Bibliografia etnológica de Moçambique (das origens a 1954). - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962 (AHM V 171)  
Bibliografia especializada. Possui 968 entradas. Textos portugueses e não-portugueses.
63. ROCHA, Aurélio - Publicações do Departamento de História (1975-1985). - Cadernos de História, nº2 (Ago.1985), pp.39-44  
*cabecalho*  
Bibliografia de trabalhos publicados pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, pelos professores do Departamento e publicados na Revista Tempo e Cadernos de História. A maior parte do material tem um carácter interno e restrito, constituindo textos de apoio pedagógico e de debate.
64. ROCHA, A[urélio] ; MEDEIROS, E[duardo] - Informações bibliográficas e de investigação. - Cadernos de História, nº2 (Ago.1985), pp.51-53  
Levantamento bibliográfico de obras sobre Moçambique, livros e artigos publicados e teses acabadas de 1980 a 1985. Apresenta 13 referências de obras em língua inglesa e 19 em língua francesa, além das investigações em curso.
65. ROCHA, Ilídio J. da - Contribuição para uma bibliografia do cajú. - Lourenço Marques : Edição da Gazeta do Agricultor, 1967. - Serviços de Agricultura/Veterinária, publicações Série C : separata nº41 (AHM)
66. ROQUE, Pedro - Para um conhecimento bibliográfico da cidade da Beira. - In : Arquivo (Maputo), nº6 (Out.1989), pp.369-402  
É um importante instrumento de trabalho para o estudo da cidade da Beira, baseado nas colecções bibliográficas do AHM. Estão incluídas obras que não no AHM, mas julgadas de valor para o estudo da Beira. A bibliografia está organizada em 5 capítulos : obras gerais; obras sobre o Parque Nacional da Gorongosa; o Porto e os Caminhos de Ferro, incluindo a legislação a eles aplicada; sobre a evolução urbana da Beira, estudos etnográficos dos povos da Beira e legislação sobre os serviços aí instituídos e por fim o último capítulo sobre os jornais e outros periódicos publicados na Beira. A bibliografia está organizada por ordem alfabética de títulos. Possui um índice de autores.
67. ROQUE, Pedro - Apontamento bibliográfico sobre a cidade de Inhambane. - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), pp.187-198  
Bibliografia importante para o estudo da História de Inhambane. A bibliografia apresenta no corpo do trabalho as obras consideradas de leitura indispensável e como anexo ao trabalho as obras de carácter geral.
68. SCHADE, W.Curtis - A bibliography of Angolan and Mozambican literature in English translation. - In : World Literature Written in English (Guelph), vol.19, nº2 (1980), pp.151-162 (AHM (b)V 69)  
Lista de livros e artigos que contém toda a literatura angolana e moçambicana disponível traduzida em língua inglesa. Os trabalhos estão listados por títulos e é dada por ordem de publicação. Possui pequenos resumos indicando sobre o que cada referência versa.

69. SCHEVEN, Yvette - Bibliographies for African studies, 1970-1986. - London : Hans Zell (Publishers), 1988, 615 p. (AHM V 323)  
Bibliografia organizada por diferentes temas e geograficamente por regiões de África. Referências dentro de Países Lusófonos (p.366-368) e Moçambique (p.457-460).
70. SILVA, Hélia Lains e - Contribuição para uma bibliografia agro-silvopastoril de Moçambique. - Lisboa : Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, 1990, 135 p. - (Comunicações do Instituto de Investigação Científica Tropical, Série de Ciências Agrárias, 3) (AHM)  
Bibliografia especializada. Apresenta 2.656 referências.
71. SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA - Bibliografia do Ultramar português existente na Sociedade de Geografia de Lisboa : Fascículo V : Moçambique. - Lisboa, 1974. - 336 p.  
Mais de 6000 livros e artigos. Bibliografia de consulta incómoda mas indispensável.
72. SOPA, António - Alexandre Lobato : Notícia bio-bibliográfica (1915-1985). - Boletim Informativo dos Serviços Culturais da Embaixada de Portugal (Maputo), (Inverno 1990), pp.3-12  
Apresenta uma introdução à vida e obra de Alexandre Lobato. A bibliografia encontra-se organizada pelo ano da sua publicação entre 1938 e 1988.
73. SOPA, António ; ROQUE, Pedro - Obras sobre a cidade de Maputo existentes no Arquivo Histórico de Moçambique. - In : Arquivo (Maputo), nº2 (suplemento), (Out.1987), pp.1-207  
É uma obra de consulta fundamental e um instrumento de trabalho indispensável para o estudo da cidade de Lourenço Marques/Maputo. Apresenta um levantamento sistemático dos títulos existentes na secção bibliográfica do AHM. Além de trabalhos publicados, referencia também teses de doutoramento e licenciatura realizadas não só na Universidade Eduardo Mondlane, como no exterior. Apresenta também outras obras importantes para se tomar conhecimento de outros documentos que não existem no AHM e obras que se referem à região sul, onde a cidade se implantou. Encontra-se organizada por ordem alfabética de títulos e tem em anexo um índice de autores e outro de assunto. A bibliografia apresenta um total de 1408 referências; um total de 787 referências que abrangem a lista dos periódicos e seriados editados em Lourenço Marques/Maputo (1854-1987) e uma lista dos editores e proprietários dos periódicos.
74. SOUZA, Teotónio R.de - History of Mozambique : An introduction to bibliography. - In : Purabhilekh-Puratatva : Journal of the Directorate of Archives, Archaeology and Museum (Panaji-Goa), vol.VI, nº1 (Jan.-Jun.1988), pp.63-77 (AHM B 961)  
Apresenta uma introdução de material de arquivo que permanece não usado nos Arquivos Históricos de Goa, começando por referenciar em termos gerais à presença portuguesa na África Oriental. Comenta os objectivos e utilidade dos trabalhos que foram incluídos. Apresenta duas partes : I. Documentação e II. Historiografia .

#### Ver também

ALMEIDA, Fortunato de - Portugal e as colónias portuguesas com um apêndice sobre a história da geografia e uma nota bibliográfica sobre a Geografia de Portugal e dos seus domínios. - 2ªed. - Coimbra : O Autor, 1920, 484 p. (AHM G 25a)

A bibliografia (p.373-473) é bastante ampla e útil. Moçambique (p.448-465).

PELLISSIER, René [803]

Possui uma ampla e importante bibliografia p.503-565

## 3. CATÁLOGOS

75. ABRANTES, Maria Luisa Cunha Meneses ; MIGUEL, Mário Pires ; et al - Concessão de terrenos em Moçambique : Catálogo. - Lisboa : Ministério de Educação, Instituto Superior de Investigação Científica Tropical, Arquivo Histórico Ultramarino, [1989?], 148 p. (AHM B 942)  
Possui 907 processos de concessão de terrenos que vão entre 1888 e 1920 e um índice antroponímico, toponímico e ideográfico.
76. BEACH, David - Fontes para a história de Manica e Sofala no Arquivo Nacional do Zimbabwe. - In : Arquivo (Maputo), nº6 (Out.1989), p.347-368  
O objectivo do trabalho é o de guiar o estudante moçambicano que pretenda trabalhar no Arquivo Nacional do Zimbabwe sobre a história de Manica e Sofala, mas também sobre Tete e Gaza. Apresenta a estrutura do Arquivo Nacional do Zimbabwe, a do Governo da British South-Africa Company e os seus documentos; os documentos da Colónia da Rodésia do Sul, manuscritos históricos, entre outros pontos.
77. CAMARGO, Ana Maria - Catálogo sumário do Fundo "António Enes". - In : Arquivo (Maputo), nº5 (Abr.1989), p.49-56  
Apresenta os documentos do espólio de António Enes doados ao Arquivo Histórico de Moçambique. Os documentos estão distribuídos de acordo com os itens da biografia do titular. Encontra-se dividida em 3 grandes grupos : vida pessoal, vida cultural e vida política. A documentação do fundo "António Enes" foi classificada segundo as funções e actividades por ele exercidas e apresentam uma descrição sumária.
78. CEDIMO - Catálogo dos livros com interesse para o estudo de Moçambique. - Maputo : CEDIMO, 1978, 194 p.  
Listados 3.355 livros, opúsculos e extractos. Classificado por autores.
79. IMPRENSA NACIONAL- CASA DA MOEDA - Catálogo de Edições. - Lisboa ; Porto : Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1986, 143 p. : il. (ARPAC 006 IMP)
80. INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL - Catálogo de publicações. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992, 353 p.  
O catálogo encontra-se ordenado por títulos para obras não seriadas e ordenamento cronológico para as outras, em cada uma das 30 séries por que se distribuem.
81. INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS - Guia de fontes portuguesas para a História de África. - Lisboa : Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimientos Portugueses ; Fundação Oriente ; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991, 154 p. (AHM V 508)  
Trabalho destinado a divulgar de forma organizada e sucinta as fontes documentais para a História de África. Descreve as fontes existentes em 15 Arquivos Públicos de Lisboa, considerando os documentos desde o período mais antigo até 1926.
82. LOBATO, Alexandre - Livros interessando ao estudo de Lourenço Marques : Exposição promovida pelo Centro de Documentação do Banco Nacional Ultramarino com o patrocínio dos empregados do Banco, em Lourenço Marques em Julho de 1972 : Catálogo. - Lourenço Marques : [s.n.], 1972, 55 p. (ARPAC 006 LOB)
83. PANTOJA, Selma - Fontes para a história de Angola e Moçambique no Rio de Janeiro do século XVI ao XX. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº8/9 (1988), pp.321-337  
O trabalho apresenta uma listagem com vista a possibilitar um conhecimento do acervo de algumas instituições do Rio de Janeiro sobre a temática África e Escravidão no Brasil.

84. 1º Catálogo bibliográfico de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1932, 24 p. (AHM b V 16 ; b V 45)  
Bibliografia dividida por numerosos assuntos como literatura de viagens, administração, economia, colonização, estudos regionais, assuntos indígenas, missões e acção religiosa, solo, clima, agricultura, instrução, portos e caminhos de ferro entre outros.
85. ROCHA, Ilídio - Catálogo dos periódicos e principais seriados editados em Moçambique, 1854-1975. - Maputo : CEDIMO, 1980, ix, 224 p.  
Contém 938 títulos. Obra indexada. Existe uma 2ª edição com o título "Catálogo dos periódicos e principais seriados de Moçambique : da introdução da tipografia à independência (1854-1975)" editado em Lisboa, pelas Edições 70 em 1985.
86. SOPA, António - Catálogo de periódicos moçambicanos precedido de uma introdução histórica, 1854-1984. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1985. - Trabalho de diploma de licenciatura
87. SOUTO, Amélia Neves de - Catálogo da Biblioteca do ARPAC. - Maputo : ARPAC, 1991, 187 p.  
Relação dos livros existentes no Arquivo do Património Cultural. Organizada por assuntos e dentro de cada assunto por ordem alfabética de autores. Não possui índice. Possui 2064 referências.

#### 4. COLECÇÃO DE DOCUMENTOS

88. ANDRADE, António Alberto de - Relações de Moçambique setecentista. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, 637 p.  
Apresenta um conjunto de documentos sobre Moçambique publicados no século XVIII que dão a conhecer a situação de Moçambique neste período. São documentos de grande importância para a história de Moçambique desse século.
89. DIAS, Luis Fernando de Carvalho (pref. e colig.) - Fontes para a história, geografia e comércio de Moçambique (séc. XVIII). - Lisboa: Anais da Junta de Investigações do Ultramar, 1954, 367 p. (AHM B 416) *dado mal transcrito*  
Apresenta um conjunto de monografias de Moçambique escritas no século XVIII, alguns publicados também por António de Andrade.
90. Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840 = Documents on portuguese in Mozambique and Central Arica, 1497-1840. - Lisboa : National Archives of Rhodesia and Nyasaland ; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1975, 8 vols. (AHM B 329 I/VIII)  
Vol.1 (1497-1506); Vol.2 (1507-1510); Vol.3 (1511-1514); Vol.4 (1515-1516); Vol.5 (1517-1518); Vol.6 (1519-1537); Vol.7 (1540-1560); vol.8 (1561-1588) Contém uma série de cartas, mandados, relações, notas, regimentos, provisões, inventários, despesas, relativos à presença portuguesa em Moçambique. Tem documentação importante para o estudo da História de Moçambique, principalmente o seu vol.VIII onde tem dados importantes sobre o Monomotapa, missão do Padre Gonçalo da Silveira a Inhambane e ao Monomotapa, relatos sobre o seu trabalho e assassinato, nomeação de Francisco Barreto para Governador de Sofala, Moçambique e Monomotapa e relatos da sua expedição entre outros.
91. FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas - Documentação histórica moçambicana, vol.1. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1973, 346 p. (AHM B 600)  
Apresenta uma sumariação, breve e indicativa, dos documentos avulsos relativos a Moçambique no período de 1608 a 1753 inclusivé. Estes sumários são completados por listas de topónimos e antropónimos, incluso nos documentos referenciados. A documentação é constituída na sua maioria por cartas régias, regimentos, alvarás, provisões, inquirições, cartas dos Vice-Reis da Índia, dos governadores das feitorias, petições dos moradores entre outros.

92. MONTEZ, Caetano - Arquivo Histórico de Moçambique : Inventário do Fundo do século XVIII : Introdução. Inventário. Sumários e transcrições. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº72 (Out.-Dez.1952), p.101-140 ; nº73 (Jan.-Mar.1953), p.141-154 ; nº74 (Abr.-Jun.1953), p.171-182 ; nº75 (Jul.-Set.1953), p.165-172 ; nº76 (Out.-Dez.1953), p.123-134 ; nº77 (Jan.-Mar.1954), p.135-148 ; nº78 (Abr.-Jun.1954), p.115-124 ; nº79 (Jul.-Set.1954), p.101-118 ; nº80 (Out.-Dez.1954), p.121-136 ; nº81 (Jan.-Mar.1955), p.133-150 ; nº82 (Abr.-Jun.1955), p.65-88 ; nº83 (Jul.-Set.1955), p.53-68 ; nº84 (Out.-Dez.1955), p.73-100 ; nº85 (Jan.-Mar.1956), p.109-128 ; nº86 (Abr.-Jun.1956), p.79-88 ; nº87 (Jul.-Set.1956), p.111-130 ; nº88 (Out.-Dez.1956), p.109-134 ; nº89-92 (Jan.-Dez.1957), p.161-245
93. MONTEZ, Caetano - Arquivo Histórico de Moçambique : Inventário do fundo do século XIX : Sofala. Arquivo da Secretaria do Governo. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº93-96 (Jan.-Dez.1958), p.75-102
94. MONTEZ, Caetano - Documentos do Arquivo Histórico de Moçambique relativos à *Se é sobre* navegação do Oceano Índico. *nata, n.º* - In: Separata de Studia, nº11 (Jan.1963), p.211-234 *e In* (AHM b V5)  
Apresenta a situação do AHM sobre documentos da história da navegação no Índico. Analisa o fundo documental do AHM e as suas lacunas. Apresenta um conjunto de 14 documentos respeitante à navegação entre portos de Moçambique e provenientes do exterior : autos de visita, alardos de alguns navios do séc.XVIII em viagem entre portos de Moçambique, instruções e portarias referentes à navegação.
95. SANTANA, Francisco [Gingeira] (Summarização) - Documentação avulsa moçambicana do Arquivo Histórico Ultramarino. - Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964-1974, 3 vols.  
Apresenta uma série documental sobre os mais diversos assuntos, de colecção existente no AHU. A documentação é apresentada com detalhados sumários, os quais referem dados de interesse para a História económica e social, completados por dois índices, um onomástico e outro geográfico.
96. THEAL, George McCall (ed.) - Records of South-Eastern Africa : Collected in various libraries and Archive Departments in Europe. - Cape Colony, 1898-1901, 9 vols.  
Apresenta um grupo de documentos de grande importância para a história de Moçambique.

#### Ver também

Memória e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa [838]

#### 5. CRONOLOGIAS

97. ALBERTO, M. Simões ; TOSCANO, A.Francisco - O Oriente Africano português : Síntese cronológica da História de Moçambique. - Lourenço Marques : Minerva Central, [1942], 299 p. (AHM B 297)  
Apresenta informações cronológicas sobre a África Oriental Portuguesa dividida em 4 ciclos : 1º 1498-1752 da descoberta à separação de Goa; 2º 1752-1833 da autonomia administrativa à implantação do regime liberal; 3º 1833-1888 da implantação do liberalismo à pacificação da Zambézia e 4º 1888-1916 da pacificação da Zambézia à declaração de Guerra da Alemanha

98. ALMEIDA, Pedro Ramos de - História do colonialismo em África : Cronologia : vol.1 : Cronologia séc.XV - séc.XVIII : vol.2 : Cronologia séc.XIX : vol.3 : Cronologia séc.XX. - Lisboa : Estampa, 1978-79, 3 vols. *Ref. anal feita*

No 3º vol. apresenta uma bibliografia bastante vasta (p.393-476) (AHM G 116a)

99. ALMEIDA, Pedro Ramos de - Portugal e a escravatura em África : Cronologia do séc.XV ao séc.XX. - Lisboa : Editorial Estampa, 1978, 151 p. - (Col.Polémica, 18) (AHM G 131a)

## 6. DICIONÁRIOS

100. AZEVEDO, Mário - Historical dictionary of Mozambique. - Metuchen ; London : The Scarecrow Press, 1991, 250 p. - (African Historical Dictionaries, nº47) (AHM V 546)

*Cabeçalho* { 101. CABRAL, António - Pequeno dicionário de Moçambique. - Lourenço Marques : Edição do Autor, 1972, 127 p. (AHM V 41)

102. CABRAL, António Carlos Pereira - Dicionário de nomes geográficos de Moçambique : sua origem. - Lourenço Marques : Empresa Moderna, 1975, 180 p. (AHM V 42)

103. CARVALHO, Francisco A. Martins de - Dicionário bibliográfico militar português. - 2ªed. - Lisboa : Academia de Ciências de Lisboa, 1976-79, 2 vols. (AHM V 20/I e II)

104. LAPA, Joaquim José ; FERRERI, Alfredo Brandão Cró de Castro - Elementos para um dicionario chorographico da Provincia de Moçambique. - Lisboa : Sociedade de Geographia de Lisboa, 1889, 149 p. (AHM B 286)

*PORTUGAL.*

105. <sup>A</sup> MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. Comissão de Cartografia - Dicionário corográfico da Província de Moçambique : 1º fascículo : Território de Cabo Delgado (Companhia de Nyassa) : 2º fascículo : Distrito de Moçambique : 3º fascículo : Zambézia (Distrito de Quelimane, Distrito de Tete). - Lisboa : Tip. Cristóvão Augusto Rodrigues, 1919-1926 (AHM B 287/I a III)

106. MONTEIRO, José Maria de Sousa - Dicionario Geographico das provincias e possessões portuguezas no ultramar : em que se descrevem as ilhas, e pontos continentaes que actualmente possui a corôa portugueza, e se dão muitas outras noticias dos habitantes, sua historia, costumes, religião e commercio : precedido de uma introdução geographico-politico-estatístico-historica de Portugal. - Lisboa : Livraria Antonio Maria Pereira, 1870, 539 [4] p. (AHM V 47)  
Existe uma primeira edição de 1850.

## 7. PARA UM REGISTO DOS GOVERNADORES E DEMAIS AUTORIDADES ADMINISTRATIVAS

107. BOTELHO, J.Teixeira - Subsídios para um catálogo dos Governadores de Moçambique. - In : Ministério das Colónias - Arquivo das Colónias (Lisboa), vol.III, nº14 (15.Ago.1918), pp.49-59 (AHM pp 318/A) ?

108. COSTA, Mário - Como fizeram os portugueses em Moçambique. - Lisboa : J.Rodrigues, 1928, 332 p. : il., mapa  
Possui um capítulo : "Capitães, capitães gerais, governadores gerais e altos Comissários de Moçambique", (p.13-18) entre 1505 e 1926, com a categoria e tempo de governo.
109. GUERREIRO, Alcântara - Quadro sinóptico da Governação Civil e Eclesiástica de Moçambique e cronologia provável desde a descoberta. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1954, 17 p. - Separata dos "Quadros da História de Moçambique" (AHM (b)B 12) *de*
110. MENDES, Francisco da Costa - Catalogo chronológico e historico dos capitães gerais e governadores da Provincia de Moçambique desde 1752, epoca da sua separação do Governo de Goa. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1892, 165 p. (AHM B 28)  
Este manuscrito permaneceu inédito até que Joaquim Jose Lapa o comprou e mandou imprimir e publicar em 1892. Este último junta-lhe um apêndice estendendo a obra de 1848 até ao governo de Rafael Lopes do Andrade.

#### Ver também

##### ANDRADE, António Alberto [88]

2ª parte apresenta dados sobre as autoridades administrativas em Moçambique (p.435-544). Abrange não só a Secretaria de Moçambique, como também : Governadores privativos e outros cargos administrativos do Rio de Sena (p.521-530), Governadores de Sofala (p.531-533), Capitães-feitores e juizes de Quelimano (p.535-536), Capitães-Móres de Tete (p.537-538), Capitães-Móres de Manica (p.539-540), do Zimbabwe e Zumbo (p.541-544)

##### AZEVEDO, Mário [100]

Possui uma cronologia (pp.xiii-xxiii) e uma bibliografia (pp.132-230); possui dois apêndices A : Capitães e governadores de Moçambique, 1501-1975 ; B : Governo de Moçambique (Julho,1988) *de*

##### BORDALO, Francisco Maria [668]

Tem um "Catálogo dos capitães e governadores de Sofala e Moçambique e sucessos notáveis de cada um dos governos" (vai desde Pero de Anhaya, 1º capitão de Sofala em 1505 a João Tavares de Almeida, Governador Geral em 1857) (pp.103-135). Contem também cópia da Bula do Papa Paulo V que criou a administração episcopal da prelazia de Moçambique.

##### BOTELHO, José Justino Teixeira [669]

Tem referências à Administração portuguesa e menciona os capitães-gerais, com as suas competências e acções (1ª parte, pp.369-399) e dos Governadores de Moçambique, (na 2ª parte pp.9-13) a partir de 1833.

##### CAPELA, José [328]

Tem apêndice 2 " Governadores do Distrito de Quelimane, 1857-1898" onde menciona o nome, categoria, data de nomeação e apresenta observações sobre cada um deles (pp.98-105).

##### HOPPE, Fritz [470]

Tem um Apenso 1, 2. uma lista dos capitães-gerais da África Oriental Portuguesa entre 1752 e 1790 contendo data de nomeação e saída e alguns dados sobre cada um deles (pp.320-322)

##### PELLISSIER, René [803]

Apresenta uma listagem das autoridades administrativas de Moçambique (Governadores-Gerais) e respectivo período de governação entre 1854 e 1926, vol.1, pp.148-150

## II. IDADE DO FERRO INFERIOR E EXPANSÃO BANTU

### 1. Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Para o estudo da Idade do Ferro é necessário fazer-se interpretações através das poucas informações que existem e onde a arqueologia é, de facto, a única fonte. Por isso é um assunto sujeito a debates conforme novas descobertas arqueológicas vão surgindo e novos temas são abordados pela arqueologia. Em Moçambique, apesar dos trabalhos que se vão desenvolvendo nesse âmbito, as pesquisas são ainda lacunares. A expansão Bantu é também um assunto sujeito a vários debates, principalmente quanto à sua origem. Na discussão sobre este movimento diferentes autores tomam posições diversas. O trabalho de Martin Hall<sup>(2)</sup> é de grande importância para o estudo da Idade do Ferro Inferior e Superior e para a Expansão Bantu, na medida em que, ele não só sintetiza as diversas opiniões formuladas pelos diferentes autores que estudaram o assunto, como tenta apresentar uma visão global de toda a problemática.

Martin Hall apresenta uma breve análise da evolução da historiografia sobre a Idade do Ferro e as influências que sofreu<sup>(3)</sup>. A evolução da interpretação deste período histórico, permitiu a reordenação de uma série de dados que foram reinterpretados com o evoluir das técnicas de datação dos dados arqueológicos. A reordenação das "culturas" de África em "tradições" (feitas principalmente no âmbito do estudo da cerâmica) permitiu, por sua vez, uma visão mais ampla do estudo e evolução destas primeiras comunidades. Segundo Martin Hall, o maior debate estabeleceu-se entre David Phillipson e Tom Huffman, e o desentendimento entre ambos é um exemplo interessante de diferentes perspectivas sobre o passado.<sup>(4)</sup> O modelo de Huffman, é o mais completo, vendo as origens da Idade do Ferro no sul da África formado por três correntes principais: uma oriental - a Tradição Matola que se espalhou primeiro em direcção ao sul ao longo das terras costeiras de Moçambique e o Norte do Natal (cerâmica conhecida como "urewe", "nkope" e "matola" ou "silverleaves", datando cerca de 200-400 n.e. e que é considerada pela maioria dos autores como pertencendo à primeira fase da Idade do Ferro no sul de África); a Tradição Lydenburg, que se moveu através da Zâmbia e Zimbábwè uns séculos mais tarde (e que é representada por uma cerâmica conhecida como "bambata" e cujas datas de rádio-carbono são de cerca de 400-900 n.e.) e por último a Tradição Gokomere que se moveu em direcção ao sul para o Zimbábwè, preenchendo o espaço deixado pelo movimento da Tradição Lydenburg (cerâmica chamada "gokomere" e contemporânea da tradição Lydenburg).<sup>(5)</sup>

Sobre o desenrolar da Idade do Ferro e expansão Bantu, Martin Hall refere-se às ideias fundamentais ligadas a ela, sendo, a primeira noção, a da imigração para o sul de África de uma nova raça, que substituiu ou absorveu as primeiras. Mas o desenvolvimento da teoria

<sup>2</sup> Martin Hall - *The changing past : Farmers, kings and traders in Southern Africa, 200-1860.* - Cape Town : David Phillip, 1987

<sup>3</sup> Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.5-16

<sup>4</sup> O modelo de Phillipson vê duas correntes de tradições diferentes por ter dado atenção principalmente à arqueologia do Quênia e Zâmbia, tendo dado pouca atenção à Idade do Ferro a Sul do Limpopo, enquanto que Huffman vê três tradições.

<sup>5</sup> Martin Hall - *Changing past...op.cit.*, p.13

e metodologia da antropologia física sugeriram que havia poucas evidências que apoiassem esta concepção.<sup>(6)</sup>

Um segundo aspecto foi a questão das línguas africanas, que partiu do pressuposto que "uma língua comum ancestral significava uma comunidade ancestral comum de falantes, um «povo»[...] Como resultado os Bantu cedo se tornaram um termo pseudo-étnico aplicado indiscriminadamente a raça, cultura e língua".<sup>(7)</sup> A questão da língua deu origem a diferentes modelos sobre a expansão Bantu: Joseph Greenberg defendeu que a migração se deu em direção ao sul a partir da zona de fronteira entre os Camarões e Nigéria; Malcolm Guthrie, defendeu que o centro da expansão foi a região de Luba na Província de Shaba no Zaire<sup>(8)</sup>; Roland Oliver defendeu que, as duas posições assumidas por Greenberg e Guthrie são complementares, correspondendo a quatro fases diferentes<sup>(9)</sup>; David Phillipson defenderia mais tarde que, a origem da expansão, encontra-se nas florestas dos Camarões, tendo havido dois movimentos: um que contornou a floresta para a região dos Lagos (a oriente) e outro que seguiu atravessando a floresta em direção ao Zaire e Angola<sup>(10)</sup>. Christopher Ehret apoiou a posição de Greenberg, baseando o seu estudo na distribuição e características fonológicas e morfológicas do conjunto de palavras emprestadas nas línguas Bantu, defendendo que as línguas Bantu se espalharam através da zona tropical, com um período de diferenciação local nas regiões de florestas de savana antes da sua expansão final para oriente e região sul-oriental<sup>(11)</sup>.

Um terceiro aspecto, encontra-se ligado à domesticação de sementes e animais, à cerâmica e trabalho do ferro. A pastorícia e a agricultura são aspectos que estão relacionados com as profundas transformações nas relações entre a cobertura vegetal e clima que a região do Sahara começou a sofrer há cerca de 6000 anos a.n.e.(aumento da desertificação). Estas mudanças parecem estar ligadas à progressiva adopção de uma forma de vida pastoril e levaram a que esse povos se movessem da região do deserto, para regiões de savana mais a sul (região do Sahel). A mudança para a região de savana parece ser a

<sup>6</sup> Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.17

<sup>7</sup> Vansina, cit. por Martin Hall - *The changing past... op.cit.*, p.20

<sup>8</sup> Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.20; Roland Oliver - *The problem of Bantu expansion.* - In : *Journal of African History*, vol.VII, n<sup>o</sup>3 (1966), p.365-366

<sup>9</sup> Roland Oliver - *The problem of Bantu expansion... op.cit.*, p.367-370; Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.21; Sutton por exemplo, nega que a expansão principal dos Bantu tenha ocorrido através de fases progressivas, defendendo que foi "um processo notável de colonização - no verdadeiro sentido da palavra - a exploração de terras totalmente desocupadas" - J.E.Sutton - *A África Oriental antes do século VII.* - In : G.Mokhtar (coord.) - *História Geral da África : II : África antiga.* - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, p.592

<sup>10</sup> Martin Hall - *The changing past... op.cit.*, p.23

<sup>11</sup> Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.23; ver também M.Posnansky - *Introdução ao fim da pré-história na África subsaariana.* - In : G.Mokhtar (coord.) - *História Geral da África : II : África antiga.* - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, p.550-553; ver o trabalho de C.Ehret - *Linguistic inferences about early Bantu history* - In : C.Ehret ; M.Posnansky (eds.) - *The archaeological and linguistic reconstruction of African History.* - Berkeley : University of California Press, 1982, p.57-65 que é importante para o estudo dos aspectos linguísticos da expansão Bantu

causa da domesticação de sementes como o sorgum<sup>(12)</sup>. O desenvolvimento desta economia mista (agricultura, pastorícia e trabalho em ferro) permitiu a fixação das comunidades por períodos maiores, a especialização em ramos de produção, o aumento da produtividade e conduziu também a progressivas transformações da natureza da sociedade (maior controlo social e da sua reprodução) sobretudo em relação à organização económica e política e tendências para a centralização permitindo o surgimento de um novo tipo de poder político e económico mais hierarquizado. Martin Hall, reflecte ao longo do seu trabalho sobre as implicações do papel do gado e do comércio (que permitiram acumulação e portanto riqueza) para o surgimento das chefaturas e depois do Estado.<sup>(13)</sup>

Toda a problemática da expansão Bantu, foi motivo de vários estudos, podendo-se destacar o trabalho dirigido por Théophile Obenga<sup>(14)</sup> que possui diversos artigos importantes para o conhecimento desta expansão. O trabalho de Misago Kanimba<sup>(15)</sup> é importante para o estudo das causas ecológicas e económicas da expansão. A História Geral de África da Unesco<sup>(16)</sup>, tem vários artigos também importantes para a compreensão deste movimento.

Em Moçambique existem vastas regiões que permanecem arqueologicamente inexploradas e os trabalhos até hoje realizados são extremamente localizados. Vários estudiosos realizaram investigações em Moçambique, em regiões como Matola, Zitundo (povoamento no sul de Moçambique, do início da Idade do Ferro pertencente à Tradição Matola e ocupado entre o primeiro e o terceiro século n.e., estando entre os mais antigos registados na África Austral), Manyikeni (localizada a cerca de 50 Km da costa do Oceano Índico, pertencente à mesma cultura do final da Idade do Ferro do Grande Zimbabwe, tendo sido habitada entre o século XII e o século XVI/XVII)<sup>(17)</sup>; Campus Universitário, da Universidade Eduardo Mondlane (local ocupado no início do primeiro milénio por povos da Tradição Matola)<sup>(18)</sup>.

- 
- <sup>12</sup> Martin Hall - *The changing past...op. cit.*, p.26-27 para detalhes sobre o processo da expansão do pastoralismo e da agricultura e da interacção entre essas duas fronteiras ver p.34-45; ver também R.Portères ; J.Barrau - *Origens, desenvolvimento e expansão das técnicas agrícolas.* - In : J. Ki-Zerbo (coord.) - *História da África : I : Metodologia e pré-história da África.* - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1982, p.699-716 ; M.Posnansky - *Introdução ao fim...op.cit.*, p.553-556
- <sup>13</sup> Martin Hall - *The changing past...op.cit.*, p.61 em diante, exemplificando com locais como Toutswe, Mapungubwe, Chibuene, Grande Zimbábwè, Monomotapa e Torwa.
- <sup>14</sup> Théophile Obenga (dir.) - *Les peuples bantu, migrations, expansion et identité culturelle : Actes du Colloque International, Libreville 1-6 Avril 1985.* - Paris ; Libreville : L'Harmattan ; CICIBA, 1981, 2 vols.
- <sup>15</sup> Misago Kanimba - *Aspects écologiques et économiques des migrations des populations de langues Bantu.* - Frankfurt-am-Main ; Berne ; New York : Peter Lang, 1986, 481 p. : il., mapas, grafs., tabs.
- <sup>16</sup> Ver *História Geral de África.* - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco especificamente o vol.1 : *Metodologia e pré-história da África* e o vol.2 : *África antiga. Os diversos artigos encontram-se referenciados na bibliografia.*
- <sup>17</sup> P.J.Sinclair ; et al. - *Analyses of slag, iron, ceramics and animal bones from excavations in Mozambique.* - Maputo; Sweden : Eduardo Mondlane University; Central Board of National Antiquities; 1988, 54 p.
- <sup>18</sup> Paul J.J.Sinclair - *Excavations at the University Campus, Maputo, Mozambique, 1984-85.* - Maputo; Sweden : Eduardo Mondlane University; Central Board of National Antiquities, 1987, 86 p.

No Norte de Moçambique é importante referenciar os trabalhos de Adamowicz<sup>(19)</sup>, Ricardo Duarte<sup>(20)</sup> e de Paul Sinclair<sup>(21)</sup>.

O trabalho de Morais<sup>(22)</sup> é um trabalho de grande importância para o estudo desta fase, apresentando uma introdução geral à região sul de Moçambique, seu meio, o sistema de uso da terra, e sobre os diferentes programas de estudos arqueológicos em desenvolvimento em Moçambique e conclusões chegadas até à altura da publicação do seu trabalho, apresentando os diversos locais onde se realizam, referindo-se à região central-sul: Manyikeni, Baía de Vilanculos (Chibuene, complexo da Ilha de Bazaruto), Marrape, Hola-Hola e Mavita; região sul : Matola, Xai-Xai, Chongoene, Bilene, Caimane, Zitundo, Campus Universitário. Na região norte, foram feitos trabalhos nos distritos de Moirrupula, Nampula, Mossuril, Ilha, por Leonard Adamowicz. Investigações foram feitas por Ricardo Duarte na Baía de Nacala e explorações de P.Sinclair na Ilha do Ibo em Cabo Delgado e na costa de Nampula e Ilha de Cabo Delgado. No entanto o estudo de Morais desenvolve-se com mais detalhe no sul de Moçambique.

## 2. Bibliografia

111. ADAMOWICZ, Leonard - "Projecto Cipriana", 1981-1985 : Contribuição para o conhecimento da arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Provincia de Nampula. - In : *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, nº3 (1987), p.47-144 : il., mapas
112. ADAMOWICZ, Leonard - Cronologia de Moçambique, cronometria radiocarbono (14C) das estações arqueológicas no Norte de Moçambique, Provincia de Nampula. - In : Alexandrino Francisco José ; Maria Paula G.Meneses (eds.) - *Moçambique : 16 anos de Historiografia : focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90.* - Maputo : Os Autores, 1991, p.87-100 : mapas (AHM)
113. BARKER, G. - Economic models for the Manekweni Zimbabwe, Mozambique. - In : *AZANIA*, vol. XIII (1978), p.71-100 : mapa, tabs. (AHM pp994)

<sup>19</sup> Leonard Adamowicz - *Projecto "Cipriana", 1981-1985 : Contribuição para o conhecimento da arqueologia entre os rios Lúrio e Ligonha, Provincia de Nampula.* - In : *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, nº3 (1987), p. 47-144

<sup>20</sup> Ricardo Teixeira Duarte - *Northern Mozambique in the swahili world : An archaeological approach.* - Stockholm ; Maputo : Central Board of National Antiquities ; Universidade Eduardo Mondlane, 1993 ; *Idem - Moçambique e o Indico : Evidências arqueológicas do passado de Moçambique na sua relação com a história dos contactos comerciais entre os diversos povos do Oceano Índico.* - In : *Trabalhos de Arqueologia e Antropologia*, nº3 (Jun.1987), p.5-20

<sup>21</sup> Paul J.J. Sinclair - *An archaeological reconnaissance of Northern Mozambique : Part I : Nampula province ; Part II : Cabo Delgado Province.* - University of Uppsala, African Studies Programme, Department of Cultural Anthropology. - (Working Papers nº12 e nº16)

<sup>22</sup> J.Morais - *The early farming communities in Southern Mozambique.* - Maputo; Sweden : Eduardo Mondlane University; Central Board of National Antiquities, 1988, 201 p.

114. BIRMINGHAM, David ; MARKS, Shula - Southern Africa. - In : Roland Oliver (ed.) - The Cambridge History of Africa : Vol.3 : From c.1050 to c.1600. - Cambridge : Cambridge University Press, 1977, p.567-620 : mapas (AHM F 3a/III)
115. DEACON, Janette - The later stone age people and their descendents in Southern Africa. - In : Richard G. Klein (ed.) - Southern Africa prehistory and paleo-environment. - Rotterdam ; Boston : A.A.Balkema, 1984, p.221-328 (AHM F. 857e)
116. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE - História de Moçambique : vol.1 : Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886). - 2ªed. - Maputo : Tempo, 1988, 160 p. : il., mapas *v. Ref. 23*
117. DICKINSON, R.W. - Archaeological investigation at Nova Mambone, Moçambique, May 22nd-June 4th 1971. - In : Monumenta : Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique, ano VII, nº7 (1971), p.23-33 (AHM)
118. DICKINSON, R.W. - Report on Nova Mambone investigations, May-June 1971. - [s.l.] : University of Rhodesia, 1971, 11,[16] p. : il. (AHM (b)C 1654i)
119. DICKINSON, R.W. - Report on Sofala investigations, June 1970. - [s.l.] : University College of Rhodesia, 1970, 19,[VII] p. : il., mapa (AHM (b)C 251i) *a) Ver. ref. AB, em q. tem o local*
120. DUARTE, Ricardo - Arqueologia da Idade do ferro em Moçambique (1974 a 1988) (retrospectiva do trabalho realizado). - In : Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, nº5 (Jun.1988), p.57-73 : mapa
121. DUARTE, Ricardo - A expansão Bantu e o povoamento do Sul de Moçambique : Algumas hipóteses. - Maputo : [s.n.], 1976, 16 p. : mapas (AHM (b)B 763)
122. DUARTE, Ricardo T. - Moçambique e o Indico : Evidências arqueológicas do passado de Moçambique na sua relação com a história dos contactos comerciais entre os diversos povos do Oceano Indico. - In : Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, nº3 (Jun.1987), p.5-20 : il.
123. DUARTE, Ricardo Teixeira - Northern Mozambique in the Swahili world : An archaeological approach. - Stockholm : Central Board of National Antiquities ; Universidade Eduardo Mondlane, 1993, 154 p. : il., mapas, tabs. - (Studies in African Archaeology, 4) (AHM s/cota) *Comparar c/a ref. 138*
124. DUARTE, Ricardo Teixeira - Three Iron Age sites in Massingir area, Gaza Province, Moçambique and their importance in the Southern Moçambique bantu settlement. - In : João Manuel Morais - Iron Age research in Mozambique : Collected preliminary reports. - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, 1976, (p.21 [9] p. : il., mapas, grafs. (AHM C 476i) ?
125. EHRET, C. - Linguistic inferences about early Bantu history. - In : C.Ehret ; M. Posnansky (eds.) - The archaeological and linguistic reconstruction of African History. - Berkeley : University of California Press, 1982, p.57-65 (DAA 903(6))

*cabecalho n/uni form*

126. EHRET, C. - The first spread of food production to Southern Africa. - In : C.Ehret ; M. Posnansky (eds.) - The archaeological and linguistic reconstruction of African History. - Berkeley : University of California Press, 1982, p.158-181 (DAA 903(6))
127. FAGAN, Brian - África Austral. - Lisboa : [Editorial] Verbo, [1972], 232 p.: il., mapas, fotos. -(18º vol. da Colecção História Mundi) (AHM F 472e) ?
128. FAGAN, Brian Murray - As bacias do Zambeze e do Limpopo entre 1100 e 1500. - In : D.T.Niane (coord.) - História Geral de África : IV : A África do Século XII ao XVI. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1988, p.537-563 ?
129. FAGAN, J.D. ; OLIVER, R.A.(eds.) - Papers in African Prehistory. - Cambridge : Cambridge University Press, 1970, 331 p. : il., mapas (DAA 960 FAG)
130. GARLAKE, Peter - An investigation of Manekweni, Mozambique. - In : AZANIA, vol.XI (1976), p.25-47 : il., mapa, fotos, tabs. (AHM pp994)
131. HALL, Martin - The changing past : Farmers, kings and traders in Southern Africa, 200-1860. - Cape Town ; Johannesburg : David Philip, 1987, 161 p. : il., mapas, fotos (AHM F 2388e ; F 2076e)
132. HARLAN, Jack R. - The origins of the indigenous african agriculture. - In : J.Desmond Clark (ed.) -The Cambridge History of Africa : Vol.1 : From the earliest times to c.500 BC. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.624-657 (AHM F 3a/l)
133. HIBBEN, Frank - A proposed sequence for the lower palaeolithic in the middle Limpopo area of Mozambique. - [Albuquerque] : University of New Mexico, [1976?], 24 p. - Manuscrito dactilografado (AHM B 661)
134. KANIMBA, Misago - Aspects écologiques et économiques des migrations des populations de langues bantu. - Frankfurt am Main ; Bern ; New York : Peter Lang, 1986, 481 p. : il., tabs., mapas, grafos. (AHM F 760a)
135. KI-ZERBO, J. (coord.) - História Geral da África : I : Metodologia e pré-história da África. - São Paulo ; Paris : Ática ; Unesco, 1982 ?
136. LIESEGANG, Gerhard - Archaeological sites on the Bay of Sofala. - In : AZANIA, vol.VII (1972), p.147-159 : il., mapas (AHM pp994)
137. MAGGS, Tim - The iron age South of the Zambezi. - In : Richard G.Klein (ed.) - Southern Africa prehistory and paleo-environment. - Rotterdam ; Boston : [A.A.]Balkema, 1984, p.329-360 (AHM F 857e)
138. MORAIS, J. - The early farming communities in Southern Mozambique. - Maputo; *Comparar* Stockholm : Universidade Eduardo Mondlane; Central Board of National Antiquities, 1988, 201 p. : il., tabs., grafos., mapas. - (Studies in African Archaeology, 3) *c/a nº.123*
139. MORAIS, J. - The early farming communities of Southern Mozambique : an assesment of a new and extend evidence. - Oxford : Wolfson Coleege, [s.d.], 263 p. - (Trabalho dactilografado) (DAA 903)

*Cabeçalhos*

140. MORAIS, J. - Tentativa de definição de algumas formações socio-económicas em Moçambique de 0 a 1500. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane ; Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1978, 18 p. : il., mapas (AHM (b)B 358)
141. MORAIS, João Manuel ; SILVA, Teresa Cruz e - A tentative construction of a model : Modern traditional pottery from the coastal plain; Gaza province. - In : João Manuel Morais -Iron Age research in Mozambique : Collected preliminary reports. - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, 1976, p.12 [11] p. : il., mapas, graf. (AHM C 476i)
142. MORAIS, J. ; SINCLAIR, Paul - In search of Africa : Archaeology in Mozambique. - In : Kerstin Danielsson (ed.) - Mozambique! Kulturhuset, 1987 : Exhibition workshop programme. - Stockholm : Culture House, 1988, p.156-160 (AHM B 1008)
143. NURSE, D. - Bantu expansion into East Africa - In : C.Ehret ; M. Posnansky (eds.) - The archaeological and linguistic reconstruction of African History. - Berkeley : University of California Press, 1982, p.199-222 (DAA 903(6))
144. NURSE, Derek ; SPEAR, Thomas - The Swahili : Reconstructing the history and language of an African society (800-1500). - Philadelphia : University of Philadelphia Press, 1985, 133 p. (AHM F 681e)
145. OBENGA, Théophile (dir) - Les peuples bantu, migrations, expansion et identité culturelle : Actes du Colloque International, Libreville, 1-6 Avril, 1985. - Paris ; Libreville : L'Harmattan ; CICIBA, 1989, 2 vols. (AHM F 2572a)
146. OLIVEIRA, Octávio Roza de - Gravuras e pinturas rupestres de Moçambique (Pré-História de Moçambique). - [Moçambique] : [s.n., s.d.], 69 p. (AHM B 737)
147. OLIVEIRA, Octávio Roza de - A arte rupestre em Moçambique. - In : Monumenta : Boletim da Comissão dos Monumentos Nacionais de Moçambique. ano VII, nº7 (1971), p.49-76 : il., mapas
148. OLIVER, Roland - The problem of Bantu expansion. - In : Journal of African History, vol.VII, nº3 (1966), p.361-376 (AHM)
149. OLIVER, Roland - The emergence of Bantu Africa. - In : J.D. Fage (ed.) - The Cambridge History of Africa : Vol.2 : From c.500 BC to AD 1050. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.342-409 : mapas (AHM F 3a/II)
150. PHILLIPSON, David W. - Bantu-speaking people in Southern Africa : An archaeological perspective. - In : Théophile Obenga (dir.) - Les peuples bantu , migrations, expansion et identité culturelle. - Paris ; Libreville : L'Harmattan ; CICIBA, 1989, tome 1, p.145-164. - Actes du Colloque International, Libreville, 1-6 Avr.1985 (AHM F 2572a)
151. PHILLIPSON, D.W. - Início da Idade do Ferro na África Meridional. - In : G.Mokhtar (coord.) - História Geral da África : II : África antiga. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, p.687-706 : il., mapas

152. PHILLIPSON, D.W. - The later prehistory of Eastern and Southern Africa. - London ; Ibadan : Heinemann, 1977, xii, 323 p.: il., mapas (AHM F 454e)
153. PHILLIPSON, D.W. - The later Stone Age in Sub-Saharan Africa. - In : J.Desmond Clark (ed.) - The Cambridge History of Africa : Vol.1 : From the earliest times to c.500 BC. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.410-477 : mapas (AHM F 3a/l)
154. PHILLIPSON, D.W. - Early food production in Sub-Saharan Africa. - In : J.Desmond Clark (ed.) - The Cambridge History of Africa : Vol.1 : From the earliest times to c.500 BC. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.770-829 : mapas (AHM F 3a/l)
155. PHILLIPSON, D.W. - The early Iron Age in Eastern and Southern Africa. - In : AZANIA, vol.XI (1976), p.1-23 ; mapas (AHM pp994)
156. PORTÈRES, R. ; BARRAU, J. - Origens, desenvolvimento, expansão das técnicas agrícolas. - In : J. Ki-Zerbo (coord.) - História Geral da África : I : Metodologia e pré-história da África. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1982, p.699-716 : il., mapas
157. POSNANSKY, M. - Introdução ao fim da pré história na África Subsaariana. - In : G.Mokhtar (coord.) - História Geral da África : II : África antiga. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, p.547-564
158. RITA-FERREIRA, A. - Povos de Moçambique : História e Cultura. - Porto : Afrontamento, [1975]. - 378 p. : mapas
159. RITA-FERREIRA, A. - Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. - (Estudos, Ensaios e Documentos, nº142) (AHM pp 698)
160. SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos - On the prehistory of Mozambique. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº28 (Out.-Dez.1941), pp.23-75 [+ 12 p.ilust.]
161. SCHAPER, I.(ed.) - The Bantu-speaking tribes of South Africa : An ethnographical survey. - Cape Town : Maskew Miller Limited, 1956, 453 p. : mapa (AHM F 400e)
162. SENNA-MARTINEZ, João Carlos - A preliminary report on two early Iron Age pottery traditions from Southern Mozambique coastal plain. - In : João Manuel Morais - Iron Age research in Mozambique : Collected preliminary reports. - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, 1976, p.17 [8] p. : il., mapas, grafs, tabs. (AHM C 476i)

163. SILVA, Teresa Maria da Cruz - A preliminary report on an early Iron Age site : Matola IV, 1/68. - In : João Manuel Morais, - Iron Age research in Mozambique : Collected preliminary reports. - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Centro de Estudos Africanos, 1976, p.13 [20] p. : il., mapas, grafs, tabs. (AHM C 476i)
164. SINCLAIR, Paul J.J.- An archaeological reconnaissance of Northern Mozambique : Part.I : Nampula Province. - University of Uppsala, African Studies Programme, Department of Cultural Anthropology, 1985, 18 p. : il., tabs. - (Working Papers in African Studies, 12) (AHM s/cota) *v local?*
165. SINCLAIR, Paul J.J. - An archaeological reconnaissance of Northern Mozambique : Part.II : Cabo Delgado Province. - [Uppsala] : University of Uppsala, African Studies Programme, Department of Cultural Anthropology, 1986, 12 p. : il., tabs, grafs. - (Working Papers in African Studies, 14) (AHM s/cota)
166. SINCLAIR, P[aul] J. - Space, time and social formation : A territorial approach to the archeology of Zimbabwe and Mozambique (c.0-1700 A.D.). - Uppsala : Societies Archaeologica Upsaliensis, 1987, 196 p. (DAA 903(6))
167. SINCLAIR, P.J. - Um reconhecimento arqueológico do Norte de Moçambique : Provincia de Cabo Delgado. - In : Trabalhos de Arqueologia e Antropologia, nº3 (1987), p.22-43 : il., mapas
168. SINCLAIR, Paul J.J. ; NYDOLF, Nils-Gustav ; et alii - Excavations at the University Campus, Maputo, Mozambique, 1984-1985. - Maputo ; Stckholm : Universidade Eduardo Mondlane ; Central Board of National Antiquities, 1987, 96 p.: il., tabs., grafs. - (Studies in African Archaeology, 1)
169. SINCLAIR, Paul J.J. ; TÖRNBLOM, Mille; et alii - Analyses of slag, iron, ceramics and animal bones from excavations in Mozambique. - Maputo ; Stockholm : Universidade Eduardo Mondlane ; Central Board of National Antiquities, 1988, 54 p. : il., fotos, grafs., tabs. - (Studies in African Archaeology, 2)
170. SUTTON, S.E.G. - A África Oriental antes do século VII. - In : G.Mokhtar (coord.) - História Geral da África : II : A Africa antiga. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, p.581-604 : mapa
171. VANSINA, Jan - Expansion et identité culturelle des Bantu. - In : Théophile Obenga (dir.) - Les peuples bantu , migrations, expansion et identité culturelle. - Paris ; Libreville : L'Harmattan ; CICIBA, 1989, tome 1, p.273-289. - Actes du Colloque International, Libreville, 1-6 Avr.1985 (AHM F 2572a)
172. WANDIBBA, Simiyu - Archaeological evidence regarding the expansion of the Bantu people into East Africa. - In : Théophile Obenga (dir.) - Les peuples bantu , migrations, expansion et identité culturelle. - Paris ; Libreville : L'Harmattan ; CICIBA, 1989, tome 1, p.139-144. - Actes du Colloque International, Libreville, 1-6 Avr.1985 (AHM F 2572a)

Ver também

180

### III. REINOS E SOCIEDADES AFRICANAS

#### 1. MONOMOTAPA E A PENETRAÇÃO PORTUGUESA PARA O INTERIOR

##### 1.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Entre os trabalhos de autores modernos, o estudo de S.I.G.Mudenge<sup>(23)</sup> dá-nos uma imagem apurada e vasta sobre a globalidade do Estado do Monomotapa sobre a sua fundação, instituições da corte, sistema de sucessão, religião, forças militares, relações com os estados vizinhos, bases económicas, penetração portuguesa e relações que entre ambos se estabeleceram. Em Moçambique, o grupo Shona aparece muitas vezes relacionado com o termo Karanga. Mudenge, refere que, no actual Zimbábwe, o nome Karanga é usado para descrever uma sub-divisão do povo Shona que se encontra no sul do país, povo este que fala um dialecto do Shona conhecido como Karanga<sup>(24)</sup>. A sua fundação está ligada ao declínio do Estado do Grande Zimbábwe a partir de meados do século XIV. Alguns processos são mencionados para a criação do Estado do Monomotapa - Shona-Karanga: uns referem que ele foi fundado por um membro dissidente da dinastia do Grande Zimbábwe, chamado Mutota<sup>(25)</sup>; outros que a sua origem foi o resultado de um processo de infiltração de invasores caçadores de elefantes que vinham do sul, das regiões de Shangwe-Dande-Chidima durante um período prolongado de seca, do qual Mutota era o chefe<sup>(26)</sup>; outros ainda referem que é provável que a fixação dos swahili em Angoche, Ilha de Moçambique e Quelimane, antes da chegada dos portugueses, esteja relacionada com o surgimento deste império. Esta última posição é defendida porque, a fixação swahili na segunda metade do século XV coincide com o período de emergência do Monomotapa<sup>(27)</sup>. Podemos ver que a história da fundação do Monomotapa até cerca de 1490 apresenta

<sup>23</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history of Munhumutapa, c.1400-1902.* - Harare : Zimbabwe Publishing House, 1988

<sup>24</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.21; ele refere que os portugueses se referiam ao Monomotapa e ao seu povo como Karanga. Frei João dos Santos, nos inícios do século XVII relatava que "Monomotapa e todos os seus vassallos são Mocarangas, um nome que lhes foi dado como habitantes da Mocaranga, e falam uma língua chamada Mocaranga, que é a melhor e mais polida de todas as línguas dos cafres"; Manuel Barreto, referiu em 1667 "Mocaranga é o nome do famoso reino do imperador Monomotapa, e os nativos são chamados Mocarangas". Citado por Mudenge - *Idem*, p.21

<sup>25</sup> Tradição recolhida por D.P.Abraham citada por S.I.G. Mudenge - *A political history...p.38*

<sup>26</sup> Tradição recolhida por A.M.Pacheco - *Uma viagem de Tete ao Zumbo.* - Lisboa, 1883 onde recolheu dados sobre o início do Monomotapa e na qual Beach confia; ver S.I.G. Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.38-39 onde sintetiza estas duas posições.

<sup>27</sup> M.D.D.Newitt - *The early history of the Sultanate of Angoche.* - In : *Journal of African History*, vol.XIII, nº3 (1972), p.399; ver também S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.39

várias lacunas de datação, mas, depois deste período varias fontes contemporâneas se referem a ele, como por exemplo os trabalhos de F.Monclaro<sup>(28)</sup>; António Gomes/Axelson<sup>(29)</sup>; nos "Annaes do Conselho Ultramarino (parte não official)" encontram-se diversas referências ao Monomotapa; João dos Santos<sup>(30)</sup>; João de Barros<sup>(31)</sup>; António Bocarro<sup>(32)</sup>; Manoel Barreto<sup>(33)</sup>; S.X.Botelho<sup>(34)</sup> e A.M.Pacheco<sup>(35)</sup>. É nestas fontes que a maior parte dos autores modernos se baseiam para o seu estudo.

Após a morte de Mutota, sucedeu-lhe seu filho Matope, que foi, provavelmente, o maior conquistador e governante de todos os Mutapas, conquistando diversos territórios e desenvolvendo políticas de alianças<sup>(36)</sup>. Foi entre 1450 e 1500 que iniciou o período de ascendência política do Monomotapa a norte do actual Zimbábwe e sul da Província de Tete. No seu trabalho, Mudenge analisa com grande detalhe o funcionamento deste estado, e realça que a questão da sucessão, foi sempre um dos grandes problemas dos estados em África, na medida em que ele era um teste crucial à estabilidade do estado tendo conduzido muitas vezes a lutas sangrentas e à sua fragmentação. O Estado do Monomotapa não ficou isento deste problema sendo uma das maiores fraquezas do seu sistema estatal, na medida

- 
- <sup>28</sup> F.Monclaro. - *Relação feita pelo Padre Francisco Monclaro, da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto (1573)*. - In: *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840*. - Lisboa : National Archives of Rhodesia and Nyasaland ; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol. VIII, p.324-429
- <sup>29</sup> António Gomes; Eric Axelson - *Viagem q fez o Pe.Anto.Gomes, da Compa. de Jesus, ao imperio de de (sic) Monomotapa; e assistencia q fez nas ditas terras de.Alg'us annos*. - In : *Stvdia*, nº3 (Jan.1959), pp.154-242
- <sup>30</sup> João dos Santos - *Ethiopia Oriental*. - In : George McCall Theal (ed.) - *Records of South-Eastern Africa : Collected in various libraries and archives departments in Europe*. - Cape Town, 1901, vol. 7, pp.1-82
- <sup>31</sup> João de Barros - *Extractos "Da Asia" dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do oriente*. - In : George McCall Theal (ed.) - *Records of South-Eastern Africa*. - Cape Colony, 1900, vol. VI, p.1-47
- <sup>32</sup> Antonio Bocarro - *Extractos da Decada composta por Antonio Bocarro, chronista de Sua Magestade, do Estado da India, dos feitos portugueses no Oriente*. - In : George McCall Theal (ed.) - *Records of South-Eastern Africa*. - Cape Colony, 1898, vol.1, p.254-342
- <sup>33</sup> Manoel Barreto - *Informação do estado e conquista dos Rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro*. - In : George McCall Theal (ed.) - *Records of South-Eastern Africa*. - Cape Colony, 1898, vol.III, p.436-463
- <sup>34</sup> S. Xavier Botelho - *Memória estatística sobre os domínios portuguezes na Africa Oriental*. - Lisboa : Typ. de José Baptista Morando, 1835, 400 p. ver p.311-317 a parte referente ao Monomotapa.
- <sup>35</sup> A.M.Pacheco - *Uma viagem de Tete ao Zumbo, diário de Albino Manoel Pacheco*. - In : *Documentos Históricos e Geográficos da Província de Moçambique*. - [Moçambique] : Imprensa Nacional, 1883
- <sup>36</sup> Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.40-41

em que o sistema de sucessão colateral produzia mais do que um pretendente ao trono<sup>(37)</sup>. Em relação às Instituições, Mudenge refere que apesar do "Imperador ser senhor absoluto da vida, morte, honra e bem estar dos seus vassallos" ele era assistido por um certo número de chefes que exerciam alguns destes poderes<sup>(38)</sup>. O papel da religião é também analisado por Mudenge que o considera como um factor integrador fundamental do sistema político shona<sup>(39)</sup>. A base económica e riqueza do estado situava-se sobretudo na agricultura, na pastorícia, no comércio, mineração, caça, tributos/taxas/presentes e na manufactura e indústrias de pequena escala. Para Mudenge, a actividade económica dominante ao longo de toda a sua história foi a agricultura e a pastorícia. Eram as principais fontes de riqueza antes de 1800<sup>(40)</sup>. Ele rebate a posição de alguns estudiosos modernos que defendem que o comércio, principalmente em ouro e marfim, forneceram a riqueza que permitiu aos Mutapas dominar o seu estado e que foi isto que os levou a monopolizar o comércio. Mudenge acredita que o papel do comércio foi importante no reforço e talvez mesmo na modificação do estado, mas nunca foi determinante no sistema político<sup>(41)</sup>.

Em 1505, dá-se a ocupação de Sofala pelos portugueses<sup>(42)</sup>, e a partir de 1541 surge a primeira comunidade portuguesa permanente nas proximidades da capital do Monomotapa. A coexistência era pacífica. No entanto, o assassinato do Padre Jesuíta Gonçalo da Silveira em 1561 fez surgir o primeiro conflito entre Portugal e o Monomotapa <sup>(43)</sup>. A partir de

<sup>37</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.79, refere por exemplo que das 28 sucessões que tiveram lugar no Estado do Monomotapa entre 1692 e 1902, a força militar foi usada em 16 delas. Para o estudo do sistema de sucessão ver Mudenge - *op.cit.*, pp.79-84. Mudenge refere que embora as fontes portuguesas se refiram à sucessão de pai para filho, a tradição oral referê um tipo de sucessão colateral, irmão sucedendo irmão até toda uma geração de irmãos ter sucedido, revertendo então para o primeiro filho do primeiro irmão - *Idem*, p.81-82 Entre as guerras de sucessão, as mais estudadas são as referentes à de Gatsi Rucere no período de 1590's e depois entre os filhos deste Mavura e Kapararidze, onde venceu o primeiro devido à aliança que fez com os portugueses.

<sup>38</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit.*, p.84-85; para um estudo das instituições ver especificamente pp.84-110 onde descreve quem eram e quais as funções dos diversos conselheiros que rodeavam o Monomotapa e o assistiam nas suas funções.

<sup>39</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...p.119-134* refere-se à organização religiosa e sobretudo ao debate que existe sobre se de facto existia na sociedade shona a crença num deus supremo ou se existia sobretudo a crença nos espíritos dos antepassados e onde o mhondoro tinha um papel de relevo. Ver sobre este debate o tema sobre religião africana.

<sup>40</sup> Mudenge - *A political history...p.161*

<sup>41</sup> Mudenge - *A political history...p.166-167*. Para detalhes sobre a base económica do Estado ver especificamente p.161-200

<sup>42</sup> *Cujo "principal móvel da conquista da cobiçada Sofala foi [...] o ouro das regiões de Manica e outras dependências do chamado império Monomotapa, até aos confins de Butua[...]" - José Justino Teixeira Botelho - História militar e política dos portugueses em Moçambique, da descoberta a 1833...op.cit., p.175*

<sup>43</sup> Para o estudo deste conflito ver S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit.*, pp.64-69

1569 Portugal prepara a resposta a este assassinato, planificando uma intervenção militar. Primeira expedição composta por Francisco Barreto, Vasco Fernandes Homem e Lourenço Carvalho foi lançada em 1571, vindo a fracassar<sup>(44)</sup>. A segunda expedição militar (1574-1575) portuguesa tentou atingir a região através de Sofala, Manica e Teve, mas também esta fracassou.

Entretanto, a partir de meados do século XVI o comércio português para o interior do Monomotapa aumentou, tendo-se começado a partir de aproximadamente 1580, a estabelecer as primeiras feiras comerciais portuguesas no planalto : Masapa, Bukutu, Ruhanje, Manzovo, Dambarare, Chipiriviri. Masapa foi a feira mais importante nela se encontrando o Capitão das Portas, que era o principal intermediário nas relações entre os portugueses e o Monomotapa.

No período de 1590's o contexto político começou a ser alterado com a morte do Mutapa Negomo e com a sucessão de Gatsi Rusere, que só devido à aliança com os portugueses conseguiu manter a sua posição. Mas devido a este apoio Gatsi Rucere teve de fazer algumas concessões, aumentando a sua dependência dos portugueses a partir de 1601. Em 1624 Gatsi Rucere morre, dando origem a uma nova guerra civil no interior do Estado entre os seus filhos: Kapararidze (1624-1629) que tentou impôr de novo a autoridade sobre os portugueses e Mavura (1629-1652) que se aliou aos portugueses derrotando em Maio de 1629 Kapararidze. Em 1631 Kapararidze monta uma rebelião contra Mavura, no entanto é derrotado devido à aliança de Mavura com os portugueses<sup>(45)</sup>.

Na década de 1670's surge um período de estruturação do Estado Monomotapa, conhecido como o período Mukombwe, cujo longo reinado durou até cerca de 1692. Foi característica do seu reinado acabar com a dependência do seu Reino em relação a Portugal. Devido à instabilidade que se gerou, muitos portugueses retiraram-se do planalto. Na década de 1690's novo surto de guerras civis dá origem ao surgimento do poder dos Changamiras Rozvi cuja base principal se situava a sudoeste do Estado do Monomotapa (Butua-Torwe). Em 1693 os portugueses são expulsos do planalto devido a uma aliança entre Changamira e o Monomotapa. Entre 1702 e 1704 foi Chagamira que reforçou o poder do Mutapa reinante. Em 1704 deu-se início a mais uma série de guerra civil para o controle do Estado.

No último quartel do século XIX a queda do Estado do Monomotapa era clara. Vários factores contribuíram para a sua destruição : as quase permanentes lutas internas (conflitos inter-dinásticos), a intervenção dos portugueses nos assuntos internos do Estado, a intensa

<sup>44</sup> José Justino Teixeira Botelho - *História militar e política dos portugueses em Moçambique da descoberta a 1833 ...op.cit., p.177-207, relata esta expedição e o seu fracasso, referindo-se à morte de Francisco Barreto, regresso da expedição e organização de uma nova expedição dirigida por Vasco Fernandes; ver também Mudenge - A political history...op.cit., p.201-217*

<sup>45</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit., p.253-272 relata as guerras que se desenvolveram entre os dois irmãos pela sucessão ao trono.*

cristianização prosseguida pelos missionários, a invasão dos povos Nguni (Nkumalo) em 1830-34, o desenvolvimento dos prazos no vale do Zambeze.

Para o estudo deste Estado é referência importante os trabalhos de Eric Axelson<sup>(46)</sup>; W.G.L. Randles<sup>(47)</sup>, apesar de focarem sobretudo a actividade portuguesa, fornecendo um esboço dos acontecimentos. Rita-Ferreira<sup>(48)</sup> também tem algumas reflexões sobre o grupo étnico que o formou. É importante também referir aos trabalhos de David Beach<sup>(49)</sup> e de Nogueira da Costa<sup>(50)</sup> que foca elementos importantes para o conhecimento das relações comerciais<sup>(51)</sup>.

## 1.2 Bibliografia

173. ALPERS, Edward A. - Dynasties of Mutapa-Roswi complex. - In : Journal of African History, vol.XI, nº2 (1970), p.203-220
174. ALPERS, E.A. - The Mutapa and the Malawi political systems to the time of the Ngoni invasion. - In : T.O.Ranger (ed.) - Aspects of Central African History. - London : Heinemann, 1968, p.1-28 (AHM F 266c)
175. AXELSON, Eric - Portuguese settlement in the interior of South-East Africa in the seventeenth century. - In : Actas : Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. - Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D.Henrique, 1962, vol.5 (2ª parte), p.1-17 (AHM A 257/V 2ª parte)

<sup>46</sup> Eric Axelson - *Portuguese in South-East Africa, 1488-1600*. - Johannesburg : C.Struik, 1973 ; *Idem - Portuguese in South-East Africa, 1600-1700*. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1960 ; *Idem - Portuguese pioneer in Southern Africa*. - In : *Industrial Review of Africa*, vol.8, nº2 (1956, p.11-19

<sup>47</sup> W.G.L.Randles - *L'empire du Monomotapa du XVe au XIXe siècles*. - Paris : Mouton, 1975

<sup>48</sup> A.Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique: História e cultura*. - Porto : Afrontamento,[1975] tem capítulo IV, pp.113-142 dedicado ao estudo do Complexo Mutapa-Rozwi, grupo Shona-Karanga; *Idem - Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique*. - Lisboa : Instituto de Investigações Científicas de Moçambique, 1982 refere-se ao longo dos diferentes capítulos à evolução do Monomotapa; *Idem - Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1958

<sup>49</sup> David Beach - *The Shona and Zimbabwe, 900-1850 : An outline of Shona history*. - Gwelo : Mambo Press, 1980. Ver também outros trabalhos deste autor na bibliografia. Os trabalhos de David Beach focam sobretudo o lado zimbabweano. Mas na sua primeira grande obra descreve o surgimento dos estados do Zimbabwe, Mutapa e Rozwi e referencia também as chefaturas regionais.

<sup>50</sup> Nogueira da Costa - *Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII : O caso do Muenemutapa*. - Maputo : Cadernos Tempo, 1982

<sup>51</sup> Poder-se-ão ver na parte da bibliografia complementar "ver também" as obras de outros autores que se referem a certos episódios relativos a este Estado.

176. BARRETO, Manoel - Informação do Estado e conquista dos Rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro. - In : George McCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa collected in various libraries and archives departments in Europe. - Cape Colony, 1898, vol.3, p.436-463 (AHM B 325/III)
177. BARROS, João de - Extractos "Da Asia" dos feitos que os portugueses fizeram na conquista e descobrimento das terras e mares do oriente. - In : George McCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa collected in various Librairies and Archives Departments in Europe. -Cape Colony, 1900, vol.VI, p.1-47 (AHM B 325/VI)
178. BEACH, D.N. - The Mutapa state. - Salisbury : University of Rhodesia, 1977, 198 p. : mapas (AHM B 671)
179. BEACH, David - The Shona and their neighbours. - Oxford : Blackwell, 1994, 246 p. : il., mapas (AHM F 3046e)
180. BEACH, D.N. - The Shona and Zimbabwe, 900-1850 : An outline of Shona history. - Gwelo : Mambo Press, 1980, 427 p.[+ 10 p.com mapas] (AHM B 565)
181. BEACH, D.N. ; NORONHA, H.de - The Shona and the Portuguese 1575-1890 : vol.1 : 1575-1700 : vol.2 : 1700-1890. - [Harare] : University of Zimbabwe, 1980, 2 vols., mimeo (AHM B 897) *Atenção!  
Nota de conteúdo*
182. BOCARRO, António - Extractos da Decada composta por António Bocarro, cronista de Sua Magestade, do Estado da India, dos feitos portuguezes no Oriente. - In : George McCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa : Collected in various Librairies and Archives Departments in Europe. - Cape Colony, 1898, vol.I, pp.254-342 (AHM B 325/I)
183. BOLÉO, Oliveira - Vicissitudes históricas da política de expansão mineira no Império Monomotapa. - In : Stvdia, nº32 (Jun.1971), p.167-209 (AHM (b)B 297)
184. CHIRENJE, J.M. - Portuguese priests and soldiers in Zimbabwe, 1500-1572 : The interplay between envagelism and trade. - In : International Journal of African History Studies, vol.VI, nº1 (1973), p.36-48
185. COSTA, A. Nogueira da - Elementos para uma análise das formas e níveis de circulação dos bens materiais do Muenemutapa, séc.XVI e XVII. - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, 1977, 5 p. - (Texto para discussão) (AHM (b)B 620)
186. COUTO, Diogo de - Extractos "Da Asia". - In : George MacCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa collected in various Librairies and Archives Departments in Europe. - Cape Colony, 1900, vol.VI, p.307-357 (AHM B 325/VI)
187. DIAS, Manuel Nunes - A penetração no continente e a tentativa da cristianização do Monomotapa. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.3, pp.66-87 (AHM A 803/III)

188. GOMES, António ; AXELSON, Eric A. (anot.) - Viagem q fez o Pe. Anto. Gomes, da Compa. de Jesus, ao imperio de de (sic) Monomotapa; e assistencia q fez nas ditas terras de. Alg'us annos. - In : Stvdia, nº3 (Jan.1959), p.154-242 (AHM B 378)
189. LIESEGANG, Gerhard (introd.e notas) - "Resposta das questoes sobre os cafres" ou noticia etnográfica sobre Sofala no fim do século XVIII. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1966, 38 p. - (Estudos de Antropologia Cultural, 2) (AHM ; F.Let. M-70)
190. LIESEGANG, Gerhard - Uma história do Estado de Mutapa. - In : Cadernos de História, nº8 (Out.1990), p.119-122  
Recensão. Análise ao livro de S.I.G.Mudenge - "A political history of Munhumutapa, c.1400-1902"
191. LIVNEH, Avital - Pre-colonial politics in Southern Zambezia and their political communications. - [London : University of London], 1976, 362 p. : mapas. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of London, 1976. - [Tese microfilmada] (AHM)
192. LOBATO, Alexandre - Para a história da penetração portuguesa na África Central. - In : Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.77-95 (AHM B 42 ; F.Let. U-569)
193. LOBATO, Alexandre.- A terra, a gente e a vida nos sertões de Moçambique nos finais do século XVIII. - In : Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.117-138 (AHM B 42 ; F.Let. U-569)
194. MONCLARO, Francisco - Relação feita pelo Padre Francisco Monclaro, da Companhia de Jesus, da expedição ao Monomotapa, comandada por Francisco Barreto (1573). - In : Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central, 1497-1840. - Lisboa : National Archives of Rhodesia and Nyasaland; Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, vol.VIII, p.324-429  
Este trabalho encontra-se também In : George McCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa, vol.3, pp.157-201 (AHM B 329 I/VIII; AHM B 325/III)
195. MUDENGE, S.I.G. - Christian education at the Mutapa court : <sup>a p</sup> A Portuguese strategy to influence events in the empire of Munhumutapa. - Harare : Zimbabwe Publishing House, 1986, 32 p. : il. (AHM (b)B 1097)
196. MUDENGE, S.I.G. - A political history of Munhumutapa c.1400-1902. - Harare : Zimbabwe Publishing House, 1988, 420 p. : il., mapas. grafos. (AHM B 951)
197. MTETWA, Andrew Hama - A history of Uteve under the Mwene Mutapa rulers, 1480-1834 : A re-evaluation. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1987, XII, 399 p. - A dissertation submitted to the graduate school in partial fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, field of History, Northwestern University, 1984 (AHM B 1058)

198. PACHECO, A.M. - Uma viagem de Tete ao Zumbo, Diário de Albino Manoel Pacheco. - In : Documentos históricos e geográficos da Província de Moçambique. - [Moçambique] : Imprensa Nacional, 1883, 71 p.  
Este trabalho também pode ser consultado no Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique (parte não oficial) de 1883 do nº17 ao nº38
199. PONA, A.P. de Paiva e - Dos primeiros trabalhos dos portugueses no Monomotapa : O Padre D.Gonçalo da Silveira, 1560 : Memória apresentada á 10ª sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1892, 101 p. (AHM B 301)
200. RANGLES, W.G.L. - L'empire du Monomotapa du XVe au XIXe siècles. - Paris : Mouton, 1975, 167 p., mapas [+ 3 mapas] (AHM B 459 ; F.Let. V-463)
201. RANGLES, W.G.L. - South East Africa and the empire of Monomotapa as shown on selected printed maps of the 16th century. - Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, [1958?], 61 p. : mapas. - Separata de Studia, nº2 (Jul.1958) (AHM B 625)
202. RANGLES, W.G.L. - La fondation de l'empire du Monomotapa. - In : Cahiers d'Études Africaines, vol.14, nº2 (1974), p.211-236 (AHM (b)B 630)
203. RANGER, Terence - The nineteenth century in Southern Rhodesia. - In : T.O.Ranger (ed.) -Aspects of Central African History. - London : Heinemann, 1968, p.112-153 (AHM F 266c)
204. REIS, João C.(org.,introd.e notas) - A empresa da conquista do senhorio do Monomotapa. - Lisboa : Heuris, 1984, 180 p., il., mapas (AHM B 840)
205. SANTOS, João dos - Ethiopia Oriental. - In: George McCall Theal (ed.) - Records of South-Eastern Africa : Collected in various Libraries and Archives Departments in Europe - Cape Town, 1901, vol.7, p.1-182 (AHM B 325)
206. TRACEY, Hugh ; MONTEZ, Caetano (trad.e notas) - António Fernandes descobridor do Monomotapa : 1514-1515. - Lourenço Marques : Arquivo Histórico de Moçambique, 1940, 92 p.: il., mapas (AHM B 24)
207. WILMOT, A. - Monomotapa (Rhodesia) : its monuments and its history from the most ancient times to the present century. - London : T.Fisher Unwin, 1896, 259 p. : il. (AHM B 324)

**Ver também**

114, 116, 128, 131, 158, 159, 358, 381, 382, 383, 386, 387, 388, 391, 393, 394, 395, 397, 399, 402, 404, 411, 651, 669, 811, 918, 925, 939

## 2. OS REINOS MARAVE

### 2.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A bibliografia referente aos reinos Marave apresentam-nos amplos debates sobre a sua origem, expansão e formação<sup>(52)</sup>. Segundo Rita Ferreira, "os invasores marave pertencem, nitidamente, a uma vaga de imigrantes surgido por volta de 1500 e partida directamente dessa região ao norte de Catanga que se aponta como núcleo de formação e de erradicação da cultura e das línguas bantas" e onde, "os invasores no seu impulso inicial, desceram até ao vale do Zambeze, retrocedendo ulteriormente para norte, e, após perderem o seu carácter nómada, preferiram maciços montanhosos para local de estabelecimento dos seus «imperadores» e «reis» [...]"<sup>(53)</sup>. Rita-Ferreira depois de apresentar várias opiniões de investigadores sobre a origem dos Marave, Chewa e Zimbas, concluiu que a designação Marave compreende 3 sub-grupos principais : Nyanja, Chewa e Nsenga<sup>(54)</sup>.

Em relação aos Marave, o trabalho de Newitt <sup>(55)</sup> está entre os mais importantes. Ele ao criticar principalmente a posição assumida por Alpers, tenta apresentar uma nova análise sobre as evidências contemporâneas ligadas à origem das chefaturas Marave a norte da Zambézia. Ele desafia as posições assumidas por Alpers de que os Marave estavam há muito estabelecidos na Zambézia e que se tornaram progressivamente mais agressivos e expansionistas nos finais do século XVI, quando os portugueses interferiram no comércio do marfim. Newitt, em vez disso, sugere que estas novas chefaturas foram formadas apenas na segunda metade do século XVI e na primeira metade do século XVII, através da migração

<sup>52</sup> Ver principalmente trabalho de M.D.D.Newitt - *The early history of Maravi*. - In : *Journal of African History*, vol. 23 (1982), pp.145-162 e a crítica que faz ao trabalho de Edward A.Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*

<sup>53</sup> A.Rita-Ferreira - *Os cheuas da Macanga*. - In : *Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 8, série C (Ciências Humanas), 1966, p.23-24

<sup>54</sup> Rita-Ferreira - *Os cheuas da Macanga...op.cit.*, p.17-18 neste seu trabalho, Rita-Ferreira procura rever algumas das posições defendidas no seu anterior trabalho "Os "azimba" (monografia etnográfica)", reconhecendo que este estudo apresentou elementos de duvidosa veracidade e havia a necessidade de rever o carácter pejorativo do epíteto Zimba, pelo que, decidira rever o trabalho, alterando também o título original da monografia para *Cheuas*, grupo principal, do qual os Zimba são um grupo filiado. Tem no entanto, um estudo mais recente sobre o grupo Marave em "Os Povos de Moçambique" capítulo VI, pp.169-201 onde apresenta os mesmos sub-grupos; Nuno Beja Santos - *O desconhecido Niassa*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1964, p.125 onde também refere que os Marave ter-se-iam estabelecido junto às margens do Niassa, mas que lentamente sempre contornando as margens dos lagos, ter-se-iam espalhado para sul ocupando diferentes regiões onde se misturaram com os aborígenes, originando três sub-grupos distintos : os nyanja, os cheuas e os sengas, concordando por isso com a posição assumida por Rita-Ferreira na sua monografia etnográfica sobre os Zimbas.

<sup>55</sup> Newitt - *The early history of Maravi...op.cit.*

de diferentes grupos para a região norte do Zambeze conquistando a população aí existente. Defende que o estabelecimento dos Estados Marave ocorreu apenas como resultado do surgimento de Muzura na primeira metade do século XVII.

Newitt refuta a posição de Alpers quando este coloca o comércio do marfim como aspecto central na história dos Marave, como seu elemento desestabilizador, como a forma dominante de actividade económica e crucial para a riqueza e poder dos chefes. Newitt defende que o impacto do comércio não foi tão grande porque ele foi periférico aos interesses dos chefes e dos povos<sup>(56)</sup>.

O elemento crucial da tese de Alpers é a de que os chefes Marave já estavam bem estabelecidos na região norte do Zambeze por volta do século XVI, vindos da Bacia do Congo no século XIV (e que a partir do séc.XVI comerciavam pacificamente e com sucesso com os comerciantes muçulmanos até terem sido despedaçados pelos portugueses). J.M.Schoffleers na sua tese sobre religião na Maganja também refere que "estes Undi pertenciam à clã Phiri que devem ter chegado à região nos inícios do séc.XIV"<sup>(57)</sup>. Nancy Hafkin também defende o mesmo. Newitt vai tentar mostrar que nos inícios do século XVI, relatos contemporâneos não mencionam os Marave, apesar de reconhecer que as fontes para a história inicial dos Marave são escassas e inadequadas. Ele vai partir de uma análise dos trabalhos do Padre Jesuita Francisco Monclaro (1569), o Padre Dominicano João dos Santos (1590-91), Diogo de Couto, evidenciando que eles não mencionam a existência dos Marave neste período. Apenas no início do século XVII as chefaturas de Lundo e Undi foram referidas. O nome Marave aparece em 1616 e o de Kalonga em 1660's, mas nos inícios do século XVI relatos do Vale do Zambeze não os mencionam.

Em relação aos Zimba, Newitt reconhece que ainda existem numerosas discussões sobre a identificação dos "Zimba" como seguidores Lundo. Existem, no entanto, dois grandes episódios associados a eles : o ataque aos povoamentos swahili da costa oriental e as guerras com os portugueses no Zambeze. Newitt refere que João dos Santos menciona que uma chefatura de um chefe menor Zimba decidiu sair da sua região para ganhar fama e fortuna marchando através das terras baixas de Moçambique, expulsando os muçulmanos das terras firmes opostas às Ilhas Querimba e levando muitos macuas a procurar segurança na costa. Na altura estes Zimba eram vistos como uma parte de uma diáspora geral de povos guerreiros e canibais dos finais do século XVI. O seu relato não se refere ao comércio e a rivalidades entre grandes chefes<sup>(58)</sup>. Alpers levanta a hipótese de o monopólio dos reis Marave e a crescente interferência portuguesa nos assuntos locais terem sido responsáveis

---

<sup>56</sup> Newitt - *The early history...op.cit.*, p.146

<sup>57</sup> cit. por Newitt - *The early history...op.cit.*, p.147

<sup>58</sup> Newitt - *The early history...op.cit.*, p.155-156

pelo violento acontecimento que foi a invasão Zimba em 1580<sup>(59)</sup>. Carlos Serra, concorda com a posição defendida por Alpers, referindo que os portugueses se tornaram um factor perturbador da economia política das chefaturas Marave, tendo sido nesta encruzilhada que surgiu a invasão daqueles que os portugueses chamavam Zimba, "que outros não eram senão os guerreiros Marave ou nianja das chefaturas Rundo ou Lundo, com sede junto ao Xire (Chire). A invasão, visando abrir e manter pela força militar uma rota comercial até ao Índico, principiou cerca de 1580, atravessando a Zambézia e atingindo, pelo litoral, Mombaça e Melinde. Os invasores impuseram às pequenas linhagens Macua-Lómuê a chefia Marave, primeiro em Lunda e mais tarde, por derrota daquele, Caronga, o Phiri sénior da confederação Marave"<sup>(60)</sup>.

O início do século XVII viu a consolidação de um poderoso estado que controlava a maior parte do norte do Zambeze - o estado governado por Muzura. Um relato sobre a origem de Muzura e seu poder foi escrito por António Gomes um jesuíta que viajou na Zambézia em 1648<sup>(61)</sup>. O seu poder estava baseado em parte na ajuda portuguesa. Por volta de 1667 a área a norte do rio era geralmente descrita como sendo o império Marave, cujo dirigente era Kalonga. Apesar de fracas evidências elas sugerem que Muzura, possivelmente de origem humilde, foi o homem que fundou o estado a norte do Zambeze, que mais tarde se tornou conhecido por Império Marave e que a chefia por ele estabelecida assumiu mais tarde o título de Kalonga<sup>(62)</sup>.

Os Marave cultivavam principalmente a batata doce que conseguiam conservar enterradas no chão durante meses. O sorghum era o principal produto e o milho e a mandioca também tinham uma vasta distribuição. Produziam também o inhame, feijão, amendoim e bananas. A mulher realizava a maior parte dos trabalhos agrícolas embora houvesse a participação do homem. Na Maganja era também produzida a machila (tecido de algodão muito forte) que dominara o comércio do interior e trabalhavam o ferro, produzindo ferramentas domésticas

<sup>59</sup> cit. em Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit.*, p.175

<sup>60</sup> Carlos Serra - *Como a penetração estrangeira transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos: O exemplo da Zambézia (c.1200/1964)*. - Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986, 2º vol., p.22; sobre a invasão Zimba ver também A.J.de Mello Machado - *Entre os Macuas de Angoche: Historiando Moçambique*. - Lisboa: Prelo Editora, [1970], p.94-95; Eduardo do Couto Lupi - *Angoche: Breve memória sobre uma das capitánias-móres do distrito de Moçambique*. - Lisboa: Typographia do Anuario Commercial, 1907, p.119; Nuno Beja Valdez Thomas dos Santos - *O desconhecido Niassa...op.cit.*, p.121-122; José Justino Teixeira Botelho - *História política e militar...: da descoberta a 1833...op.cit.*, p.209; Gerhard Liesegang - *História do Niassa ca.1600-1900...op.cit.*, cap.III "Do Império Marave aos Estados do século XIX" neste capítulo Liesegang sintetiza algumas das investigações feitas por Shoffeleers, Newitt e relata fontes sobre esta invasão e consolidação do seu Império.

<sup>61</sup> Newitt - *The early history...op.cit.*, p.159

<sup>62</sup> Newitt - *The early history...op.cit.*, p.159-60; ver também Mello Machado - *Entre os Macuas de Angoche...op.cit.*, p.93

e agrícolas que eram exportadas e muito usadas nos Rios de Sena. As suas enxadas eram comercializadas em Moçambique, Sofala, Inhambane e outros postos da costa onde este metal não existia. Estas enxadas eram um produto regular nas caravanas comerciais Yao<sup>63</sup>).

Sobre a organização social Marave, seu sistema de sucessão, crenças, cultos, direito consuetudinário, estrutura familiar, terminologia de parentesco, é analisado por Rita-Ferreira, principalmente entre o grupo Chewa, que Rita-Ferreira considera que pode ser generalizado para os restantes grupos (Nyanja, Nsenga, Manganja). Ele reflecte com detalhe à irmandade "nyau", "irmandade de tipo maçónico" porque esta se encontrava profundamente associada à estrutura política tradicional, à vida social e mágico-religiosa da sociedade<sup>64</sup>).

## 2.2 Bibliografia

208. GAMITTO, A.C.P. - O Muata Cazembe e os povos maraves, chevas, muizas, muembas, lundas e outros da Africa Austral : Diário da expedição portuguesa comandada pelo Major Monteiro e dirigida àquele imperador nos anos de 1831 e 1832. Redigido pelo Major A.C.P.Gamito, segundo comandante da expedição. Com um mapa do país observado entre Tete e Lunda. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1937, 2 vols. : il., mapas (AHM B 312)  
Existe a versão inglesa do referido trabalho com o título "King Kazembe and the Marave, Cheva, Bisa, Bemba, Lunda, and other people of Southern Africa being the diary of the portuguese expedition to that potentate in the years 1831 and 1832" editado pela Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, em 1960.
209. LANGWORTHY, Harry Wells - A history of Undi's kingdom to 1890 : Aspects of Chewa history in East Central Africa. - Ann Arbor : University Microfilms, 1969, 324 p. : mapas. - PhD dissertation, Boston University Graduate School (AHM F 456c)
210. LIESEGANG, Gerhard - Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique : Lawrence Chisui, S.Nthara, E.Mwale, J.Mazula, P.Litumbe é a historiografia Marave com um apêndice : "A História dos Anianja", de Paulo João Litumbe. - In : Arquivo (Maputo), nº11 (Abr.1992), p.37-65
211. LINDEN, Ian - Catholics, peasants, and Chewa resistance in Nyassaland, 1889-1939. - London : Heinemann, 1974, 223 p. : mapas, fotos (AHM 2000e)
212. MARTINS, A.Rego - Monografia sobre os usos e costumes dos Sena. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, nº123 (Jul.-Ago.1960), p.13-33

<sup>63</sup> Alpers - *Ivory and Slaves...op.cit.*, p.25-27

<sup>64</sup> Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit.*, p.184-190; ver também, *Idem* - *Os cheuas da Macanga...op.cit.*

213. NEWITT, M.D.D. - The early history of the Maravi. - In : Journal of African History, vol.23, nº2 (1982), p.145-162
214. NTARA, Samuel Josia ; JERE, W.S.Kamphandira (trad.) - The history of the Chewa (Mbiri ya achewa). - Wiesbaden : Franz Steiner Verlag GMBH, 1973, 167, [5] p. : mapas (AHM F 396e) HX
215. OLIVEIRA, Carlos Ramos de - Os tauaras do Vale do Zambeze. - Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Grupo de Missões Científicas do Zambeze, 1976, 112 p. : il., mapas, tabs. (ARPAC 52 OLI)
216. RITA-FERREIRA, A. - Os cheuas da Macanga. - In : Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 8, série C (Ciências Humanas), 1966, 332 p. (AHM C 515j) ② ①
217. RITA-FERREIRA, A. - Os "azimba" (monografia etnográfica). - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, ano XXIV, nº84 (Mar.-Abr.1954); p.45-140
218. RITA-FERREIRA, A. - Os "azimba" (monografia etnográfica). - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, ano XXIV, nº85 (Mai.-Jun.1954), p.3-126
219. WIESE, Carl ; LANGWORTHY, Harry W. (ed., introd e coment.) - Expedition in East-Central Africa, 1888-1891 : a report. - Norman : University of Oklahoma Press, 1983, 383 p.: il., mapas (AHM B 862)  
Existe publicado em português no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa

**Ver também**

116, 158, 159, 244, 253, 255, 297, 304, 305, 308, 376, 457, 543, 629

### 3. FORMAÇÕES DO SUL DO SAVE

#### 3.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A maior parte dos autores que estuda as diferentes etnias do sul de Moçambique considera que a melhor descrição dos Tsonga encontra-se no trabalho de Henri A. Junod<sup>(65)</sup>, baseando-se muitos deles nos seus trabalhos para as suas análises.

Entre os trabalhos importantes para o estudo dos povos do Sul de Moçambique encontramos o de Alan Smith<sup>(66)</sup>. Ele parte dos trabalhos de Henri A. Junod e de seu filho Henri-Phillippe Junod, tentando providenciar uma visão geral histórica e clarificando alguns pontos principais de desacordo. Para isso, parte de um levantamento da literatura etnográfica existente, a partir da qual apresenta os pontos de vista divergentes. Tenta depois apresentar um esboço histórico da formação de grupos étnicos na área, demonstrando através disto, que os grupos étnicos que Junod chama de Tsonga, Chopi e Tonga são produto de diferentes experiências históricas. Alan Smith vai argumentar que a classificação de Henri-Phillippe Junod na base da língua e da cultura não é totalmente satisfatória porque Junod não vê as diferenças estruturais entre os Tshopi e os Tonga<sup>(67)</sup>. Alan Smith argumenta que, por volta do século XVIII, três grupos étnicos distintos Tsonga, Chopi e Tonga viviam na região, tentando demonstrar como e porquê estes grupos diferem uns dos outros. Ele argumenta que o estágio de formação entre os Tsonga começou numa data bastante cedo, principalmente por causa de influências surgidas na região do planalto ocidental adjacente da África Sul-Central enquanto a população Tonga vizinha ficou protegida destas influências<sup>(68)</sup>.

<sup>65</sup> Henri A. Junod - *A vida de uma tribo sul africana*. - Lisboa : Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917; ver também Henri Phillippe Junod - *Os indígenas de Moçambique no século XVI e começo do século XVII segundo os antigos documentos portugueses da época dos descobrimentos*. - In : *Moçambique : Documentário Trimestral*, n.º17 (Mar. 1939), p.5-35; n.º18 (Jun. 1939), p.15-48; n.º19 (Set. 1939), p.5-44

<sup>66</sup> Alan K. Smith - *The peoples of Southern Mozambique : An historical survey*. - In : *Journal of African History*, vol. XIV, n.º4 (1973), p.565-580

<sup>67</sup> Junod refere que os Tshopi/Chopi tal como os Gi-Tonga são uma divisão dialectical dos Tonga e Alan Smith defende que os Tshopi são um grupo distinto dos Tonga. Para se compreender esta distinção entre eles Alan Smith analisa com detalhe os primeiros movimentos populacionais para o sul de Moçambique entre 1000 e 1500 n.e. e a expansão Tsonga. ver Alan Smith - *The peoples of Southern Mozambique...op.cit.*; Idem - *The struggle for control os Southern Mozambique, 1720-1835*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1971, pp.8-26; Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit.*, tenta analisar as causas que conduziram à formação no tempo e no espaço dos três grandes grupos étnicos do sul de Moçambique Tsonga, Chope e (Bi)-Tonga, baseando-se sobretudo no trabalho de Alan Smith com que está de acordo em muitos pontos, considerando também os (Bi)-Tonga como uma unidade cultural e linguística distinta, embora defendendo que existiam elementos idênticos na sua formação inicial (p.44).

<sup>68</sup> Alan Smith - *The peoples of Southern Mozambique... op.cit.*, p.565-568; ver também Idem - *The struggle for control...op.cit.*, p.8; Rita-Ferreira refere que os Tsonga mantiveram contactos directos com povos emigrantes provenientes do interior, sobretudo Chonas e Sothos, e que pela sua organização mais avançada vieram a dar origem a comunidades políticas maiores (p.52) em contrapartida, os povos Chopi e (Bi)-Tonga nunca fizeram surgir unidades políticas vastas e

Os falantes Tsonga (chamados "landins" pelos portugueses) ocuparam a maior parte da região do rio Save até ao sul da Baía de Lourenço Marques (Delagoa Bay). Por outro lado os povos do grupo Tongá estavam confinados à região de Inhambane, vivendo dentro da área que se estendia do Limpopo a sul até cerca de 50 milhas a norte de Inhambane.

Para um aprofundamento do estudo dos povos do sul de Moçambique os trabalhos de Patrick Harries<sup>(69)</sup>, de Edward Alpers<sup>(70)</sup>, e José Fialho Feliciano<sup>(71)</sup> são bastante importantes.

A história dos reinos que existiram no sul de Moçambique, é analisada pelos diferentes autores, sobretudo em função do impacto do comércio que se foi desenvolvendo ao longo dos séculos na região e onde a supremacia de cada um, se deveu ao seu controle das rotas comerciais. As fontes contemporâneas do século XVI, como os relatos dos naufragos que atravessaram a região do actual Natal/Zululândia para chegar à Baía, referiram, que neste período, o poder se encontrava nas mãos do reino Nyaka, e que este não se limitava só à Ilha da Inhaca, mas que detinha grande influência na região entre o rio Maputo e o mar que era considerada como a melhor área de comércio<sup>(72)</sup>. Além de Nyaka, eram também referidos os reinos Tembe, Mpfumo, Libombo e Manhice (Manhiça) e fontes holandesas referiram a certo número de reinos do interior, dos quais os portugueses tinham na altura apenas um vago conhecimento como as de Matsolo (Matola), Nwamba (Moamba) e Ntimane<sup>(73)</sup>.

---

*estratificadas - A. Rita-Ferreira - Povos de Moçambique...op.cit., p.49-50; ver também A. Rita-Ferreira - Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982; Idem - Presença Luso-Asiática e mutações culturais no Sul de Moçambique (até c.1900). - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1982*

- <sup>69</sup> Patrick Harries - *Exclusion, classification and internal colonialism : The emergence of ethnicity among the Tsonga-speakers of South-Africa.* - In : Leroy Vail - *The creation of tribalism in Southern Africa.* - London : University of California Press, 1989, pp.82-117 Neste seu trabalho apesar da análise ser mais aprofundada em relação ao Norte do Transvaal ele apresenta uma importante reflexão sobre o sul de Moçambique. Ao analisar o grupo Tsonga ele refere que não existe uma cultura Tsonga "pura" que possa ser vista como uma entidade étnica uniforme ou estática, porque este grupo adaptou-se aos diferentes meios e adquiriu novos dados culturais, assimilando-os a um grau elevado, p.89
- <sup>70</sup> Edward A. Alpers - *State, merchant capital, and gender relations in Southern Mozambique to the end of the nineteenth century : Some tentative hypotheses.* - In : *African Economic History*, 13 (1985), pp.23-55
- <sup>71</sup> José Fialho Feliciano - *Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique.* - Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1989, 2 vols.
- <sup>72</sup> David W. Hedges - *Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth century.* - London : University of London, 1978, p.111-113; Alan Smith - *The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics, 1750-1835.* - In : Leonard Thompson (ed.) - *African societies in Southern Africa.* - London : Heinemann, 1969, pp.171-189
- <sup>73</sup> Gerhard Liesegang - *Lourenço Marques antes de 1895.* - In : *Arquivo (Maputo)*, nº2, especial (Out.1987), p.24-26 refere-se às diferentes fontes que citavam a existência destas unidades políticas e sobre a sua origem e migrações. Neste seu trabalho Liesegang tenta elaborar uma periodização para o sul de Moçambique desde o século VIII até 1895, analisando a história dos estados africanos da região a partir de 1550 e as transformações que foram sendo operadas ; ver também - Alan Smith -

Século XVII, Nyaka começou a enfraquecer devido ao aumento de poder do reino seu vizinho - o Reino Tembe (a ocidente entre os rios Maputo e Umbeluzi) - que vai surgir como poder dominante, tornando-se, no séc.XVIII, o maior e o mais poderoso dos reinos Ronga e o maior vendedor de marfim e o ambar em troca de missangas. Este declínio de Nyaka deveu-se a uma guerra civil que conduziu à sua cisão em dois reinos : Machavane e Nyaka<sup>(74)</sup>. Segundo Hedges, a luta pelo controle do comércio do marfim conduziu a diversas lutas entre os diferentes reinos<sup>(75)</sup>, rivalidades estas, que continuaram até cerca de 1770's. Hedges refere que ao longo de 1750's os interesses europeus no sul de Moçambique aumentaram dando início a mudanças radicais nos padrões do comércio, havendo relatos de como as políticas Ronga e Nguni do Norte foram sendo afectadas por este comércio externo. A luta pelo controle do comércio que se estabelecia ao longo das terras baixas costeiras, entre da Baía de Lourenço Marques e os Nguni do Norte, conduziram ao desaparecimento da unidade Tembe e ao surgimento do poderoso reino Mabúdo/Maputo onde o controlo do comércio de marfim lhe permitiu uma acumulação de riqueza mais rápida que a de Tembe, dando-lhe por isso a supremacia<sup>(76)</sup>. O século XVIII viu também na região de Inhambane uma complexa sequência de migrações, na qual diferentes alianças estavam envolvidas na disputa pelo poder.

A ocupação holandesa (1721-30) e a ocupação austríaca (1777-1781) vão também elas influenciar nas relações entre estes estados que, na tentativa de ver como lidar com este novo elemento no seu meio e como o utilizar em seu proveito, vão entrar em confronto entre si. Entre estes dois períodos de ocupação há uma alteração na configuração política dos reinos Ronga : o Tembe (já sem Maputo) ganhou de novo uma certa importância e Matola tinha surgido como o segundo reino mais poderoso da Baía <sup>(77)</sup>.

Só a partir de 1782 é que os portugueses se estabeleceram politicamente na Baía de Lourenço Marques. Mas vão falhar na sua tentativa de manter o controlo exclusivo do comércio de exportação da Baía e retiram-se em 1796. Durante a sua ausência (três anos) a Moamba vai começar a surgir como grande poder, conseguindo dominar Matola e substituí-la, no início do século XIX, como poder dominante a norte da Baía (vai conquistar também Cherinda, Mabota e Magaia)<sup>(78)</sup>.

O período após 1821, os reinos do sul de Moçambique vão sofrer uma das maiores transformações, devido ao movimento do Mfecane que originou um longo período de guerras e que deu origem à formação do Estado de Gaza. Em 1824 Shaka tinha estendido

---

*Delagoa Bay and the trade of South Eastern Africa. - In: Richard Gray ; David Birmingham - Pre-colonial trade : Essays on trade in central and eastern Africa before 1900. - New York : Oxford University Press, 1970, p.268-269*

<sup>74</sup> Alan Smith - *The struggle for control... op.cit., p.28 e 33*

<sup>75</sup> David Hedges - *Trade and politics...op.cit., p.123-125 onde descreve o envolvimento Tembe, Machavane, Mfumo, Magaia etc., quer em aliança, quer em oposição para o controlo do comércio*

<sup>76</sup> David Hedges - *Trade and politics...op.cit., p.127 e 134-136 Hedges, embora realce o papel do comércio parte também de uma análise ecológica da região.*

<sup>77</sup> Alan Smith - *The struggle for control...p.172-173*

<sup>78</sup> Alan Smith - *The struggle for control...p.219-220*

o seu poder não só a Maputo e Tembe, como também a Matola que se submeteram ao seu poder<sup>(79)</sup>. A partir de 1838, Sochangane começa a estender o seu domínio por diferentes regiões do sul de Moçambique e a sua influência começa a crescer <sup>(80)</sup>.

### 3.2 Bibliografia

220. ALPERS, Edward A. - Merchant capital, the state and political economy of exploitation in later Iron Age Southern Mozambique. - [s.l.: s.n., s.d.]. - [documento fotocopiado] (F.Let. A-338)
221. ALPERS, Edward A. - State, merchant capital, and gender relations in Southern Mozambique to the end of the nineteenth century : Some tentative hypotheses. - In : African Economic History, 13 (1985), p.23-55 (AHM (b)B 908 )
222. ALPERS, Edward A. - A tentative analysis of class formation in pre-colonial Mozambique (south of the Sabi) : Paper presented to the Conference on Inequality in Africa, Joint Committee on African Studies, Social Science Research Council, Mt.Kisco, 6-9 Oct.. - New York, 1976, 32 p. (AHM B 590(b))
223. CARDOSO, J.J.Alfaro - Monografia etnográfica sobre os Tswa. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, vol.27, nº108 (1958), p.151-207
224. CRUZ, Daniel da - Em terras de Gaza. - Porto : Gazeta das Aldeias, 1910, 317 p. - (Bibliotheca Geographica Colonial) (AHM B 380)
225. FALCÃO, João Bravo - Usos e costumes indígenas nas terras da corôa de Lourenço Marques. - In : Revista Portuguesa Colonial Marítima, vol.XXIV, nº142 (1909), p.151-163
226. FELICIANO, José Fialho - Antropologia económica dos Thonga do Sul de Moçambique. - Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1989, 2 vols : quadros. - Dissertação de Doutoramento em Antropologia Económica (AHM C 1790j)
227. FULLER, Charles Edward - An ethnohistoric study of continuity and change in Gwambe culture. - Ann Arbor : University Microfilms, 1974, xiii, 277 p. - Dissertation submitted to the graduate school in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, field of Anthropology, Northwestern University, Department of Anthropology, 1955 (AHM C 495j)

<sup>79</sup> Gerhard Liesegang - *Lourenço Marques antes de 1895 ...op.cit., p.30*

<sup>80</sup> Gerhard Liesegang - *Lourenço Marques antes de 1895 ...op.cit., p.31* Liesegang analisa neste trabalho como reagiram os diferentes estados a esta situação, assim como em relação a uma presença portuguesa mais permanente a partir de 1799-1800.

228. HARRIES, Patrick - Exclusion, classification and internal colonialism : The emergence of ethnicity among the Tsonga-speakers of South Africa. - In : Leroy Vail - The creation of tribalism in Southern Africa. - London : University of California Press, 1989, p.82-117. (AHM F 2023e)
229. HARRIES, Patrick - Marriage and migrants : The role of chiefs and elders in pre-colonial labour movements from Southern Mozambique to South Africa. - [London] : University of London, School of Oriental and African Studies, Institute of Commonwealth Studies, [1979], 12 p. (AHM (b)B 621)
230. HONWANA, Alcinda - Le mariage : Une affaire politique : Les theses de George Balandier : Illustrés par des exemples des Ronga de Maputo, Moçambique. - Maputo : ARPAC, 1985, [s.p.] (ARPAC 52 HON)
231. JUNOD, Henri A. - A vida de uma tribo sul-africana. - Lisboa : Sociedade de Geografia de Lisboa, 1917, 1 vol. (AHM C 499j)
232. JUNOD, Henri-Philippe - Os indígenas de Moçambique no século XVI e começo do século XVII segundo os antigos documentos portugueses da época dos descobrimentos. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº17 (Mar.1939), p.5-35 ; nº18 (Jun.1939), p.15-48 ; nº19 (Set.1939), p.5-44 (AHM)
233. LANHAM, L.W. - A study of Gitonga of Inhambane. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1955, viii, 264 p. : il., mapas, quadros (AHM C 518j)
234. LIESEGANG, Gerhard - Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique, II e III : três autores sobre Inhambane : vida e obra de Joaquim de Santa Rita Montanha (1806-1870), Aron S. Mukhombo (ca.1885-1940) e Elias S. Mucambe (1906-1969). - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), p.61-141
235. LIESEGANG, Gerhard - Lourenço Marques antes de 1895 : Aspectos da história dos Estados vizinhos, da interacção entre a povoação e aqueles estados e do comércio na Baía e na povoação. - In : Arquivo (Maputo), nº2 especial (Out.1987), p.19-75 : mapas, tabs.
236. LIESEGANG, Gerhard (introd.) - A guerra dos reis vátuas...do Cabo Natal, do Maxaquene, da Matola, do Macassane do Maputo e demais reinos vizinhos contra o Presídio da baía de Lourenço Marques. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1986, 86 p.: il., mapas. - (Colecção Documentos, 1) (AHM B 430)
237. LIESEGANG, Gerhard - New lights on Venda Traditions : Mahumane's account of 1730. - In : History in Africa, 4 (1977), p.163-181 : mapa (AHM (b) B 780)
238. LOBATO, Alexandre - História da fundação de Lourenço Marques. - Lisboa : Revista Lusitânia, 1948, 127 p. (AHM B 34)
239. LOBATO, Alexandre - História do presídio de Lourenço Marques : I parte : 1782-1786 : II parte : 1787-1799. - Lisboa : Tipografia Minerva, 1960, 2 vols. (AHM B 35/I e II ; F.Let. S-299)

240. LOBATO, Alexandre - Quatro estudos e uma evocação histórica para a história de Lourenço Marques. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1961, 162 p. (AHM B 41)
241. MARKS, Shula - The traditions of the "Nguni" a second look at the work of A.T.Bryant. - In : Leonard Thompson (ed.) - African societies in Southern Africa. - London : Heinemann, 1969, p.126-144 (AHM.F 403e ; F.Let. U-792, U-520)
242. MARKS, Shula ; GRAY, Richard - Southern Africa and Madagascar. - In : Richard Gray (ed.) - The Cambridge History of Africa : vol.4 : From c.1600 to c.1790. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.384-468 : mapas (AHM)
243. MATOS, Maria Leonor Correia de - Origens do povo Chope segundo a tradição oral. - Lourenço Marques : Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1973, 101 p. - Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, vol.10, Série C (1973) (AHM B 432)
244. MEDEIROS, Eduardo - Evolução de algumas instituições sócio-familiares. - In : Cadernos de História, nº1 (Jun.1985), p.19-41
245. MONTEZ, Caetano - Descobrimento e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800. - Lourenço Marques : Empresa Moderna, 1948, 188 p. (AHM B 36)  
Tem appendix com o documento do Pe.Santa Teresa de 1782, plano e relação da Baía denominada Lourenço Marques.
246. MONTEZ, C. - Os indígenas de Moçambique : Estudo sobre documentos portugueses do século XVI e XVII. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº20 (Dez.1939), p.5-31 (AHM)
247. NUNES, Joaquim - Apontamentos sobre a tribo Ba-Tonga. - In : Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, ano 1, nº3 (Jun.1932), p.25-40
248. OLIVEIRA, Teresa Maria Santos - O rei Mahuntse Makwakwa : Relatos da tradição oral. - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), p.143-149
249. POLANAH, Luis - A terminologia de parentesco entre os va-tsua da costa sueste de Moçambique. - In : Moçambique : Cultura e História de um país : Actas da V Semana de Cultura Africana. - Coimbra : Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988, p.171-214 (AHM)
250. RITA-FERREIRA, A. - Os africanos de Lourenço Marques. - Lourenço Marques: Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1967/68, 491 p.: fotos, tabs., mapas (F.Let. J-248)  
Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, nº9, Série C (1967/68)
251. RITA-FERREIRA, A. - História pré-colonial do Sul de Moçambique : Tentativa de síntese. - In : Studia, nº41-42 (1979), p.137-164 ; nº43-44 (1980), p.283-324

252. RITA-FERREIRA, A. - Um interessante caso de sucessão entre os changanas do Chibuto. - Lourenço Marques : Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1965, p.129-134  
Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 7, série C (Ciências Humanas) (1965), p.129-134
253. RITA-FERREIRA, A. - Agrupamentos e caracterização étnica dos indígenas de Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1958, 133 p : il., mapas. - (Estudos, Ensaios e Documentos, 50)
254. SEQUEIRA, A.Melo - O totemismo nas tribus do distrito de Inhambane. - In : Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, nº23 (Nov.1934), p.427-439 ; nº24 (Dez.1934), p.459-472
255. SERRA, Carlos - Para a história da arte militar moçambicana (1505-1920). - Maputo : Cadernos Tempo, 1983, 165 p.
256. SMITH, Alan K. - The peoples of Southern Mozambique : an historical survey. - In : Journal of African History, vol.XIV, nº4 (1973), p.565-580 (AHM B 757(b))
257. TOSCANO, Francisco - Os grandes chefes da África Austral e alguns usos e costumes dos indígenas do Sul do Save. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, nº44 (1941), 83 p.

**Ver Também**

114, 116, 158, 159, 199, 277, 284, 384, 400, 420, 421, 422, 560, 905, 909, 914, 939, 945

#### 4. O MFEKANE E O ESTADO DE GAZA

##### 4.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Segundo David Hedges as circunstâncias revolucionárias que deram origem ao reino Zulu, no início do século XIX e a sua igualmente revolucionária consequência - a migração Nguni - originaram uma historiografia explicativa, baseada sobretudo nas grandes figuras, responsáveis por inovações guerreiras, de armamento, de táticas militares, de organização, na qual a análise de figuras como a de Shaka Zulu (descrito como o psicopata, insano, ambicioso, selvagem sedento de sangue) tinham importância fundamental. Esta análise, originou, por sua vez, interpretações distorcidas, sobretudo porque falharam em considerar a estrutura social, as bases sócio-económicas que levaram ao surgimento e crescimento de um conflito que precedeu o Reino de Shaka<sup>(81)</sup>.

De facto, o início do século XIX, foi caracterizado por uma grande invasão, em diversas direcções e sobretudo em direcção a Moçambique, de povos provenientes do Sul da região do Natal - os Nguni. A este grande movimento chamou-se "Mfecane". Omer-Cooper refere que esta violenta "revolução social" conhecida como Mfecane é de grande importância para a história de África porque o seu significado não se encontra apenas na enorme escala desse movimento ou nas profundas transformações nos padrões demográficos que deu origem, mas porque foi, essencialmente, um processo de mudanças políticas positiva no centro do qual esteve a emergência de um novo tipo de estado na Zululândia<sup>(82)</sup>.

Omer-Cooper refere que, a região da Zululândia, nos finais do século XVIII, transformou-se numa zona de grandes pressões devido ao aumento populacional, que conduziu à falta de terras. Esta situação deu origem a um grande conflito inter-comunidades políticas que por sua vez originaram um processo de mudanças institucionais provavelmente facilitadas pelo contacto entre duas grandes etnias : os Sotho e os Nguni<sup>(83)</sup>. Alguns autores referem que os conflitos foram agudizados por uma crise ecológica à qual se seguiram anos de secas e fome fazendo oscilar a estabilidade agro-pecuária intensificando a luta pelo controle dos recursos económicos mais favoráveis à agricultura e pecuária. Alan Smith nota que pressão populacional/falta de terras são factores visíveis no acontecimento do que foi o Mfecane,

<sup>81</sup> David Hedges - *Trade and politics... op.cit.*, p.1-4

<sup>82</sup> John Omer-Cooper - *Aspects of political change in the nineteenth-century Mfecane.* - In : Leonard Thompson - *African societies in Southern Africa.* - London : Heinemann, 1969, p.207

<sup>83</sup> John Omer-Cooper - *The zulu aftermath : A nineteenth-century revolution in Bantu Africa.* - London : Longman, 1960, p.3 Neste seu trabalho analisa a estrutura sócio-económica, sistema de estado, natureza política das comunidades destas duas grandes etnias, que, apesar das diferenças de língua e costumes partilhavam uma cultura basicamente comum; ver também *Idem - Aspects of political change...p.208-212* onde analisa a situação dos pequenos reinos independentes que existiam na Zululândia e Natal e as relações que estabeleciam entre si, antes do surgimento do reino Zulu.

mas que estes factores por si só não explicam um tão vasto movimento. Defende, por isso, que o crescimento do comércio de exportação da Baía de Lourenço Marques e o desenvolvimento de ligações comerciais entre a Baía e o Natal, foram factores importante que conduziram a lutas entre linhagens pelo controle das rotas comerciais ao longo do litoral e para o interior<sup>(84)</sup>. No entanto, para o estudo deste grande movimento é necessário analisar não só a sua origem e o seu desenvolvimento em termos de transformações políticas e económicas (controle do comércio e das suas rotas), mas também os factores geográficos e condições ecológicas. Só em termos de conjunto, tentando conciliar todas as informações obtidas é possível compreendê-lo e a toda a sua dimensão.

Nos finais do século XVIII começou a emergir um movimento em direcção à formação de estados por 3 grupos estados principais : os Ngwane de Matiwane; os ndwandwe de Zwide; e os mthetwa de Dingiswayo. Os três líderes emergiram pela sua competição uns com os outros, tentando construir unidades políticas mais extensas através da conquista de povos vizinhos, aumentando em escala e frequência as guerras e com ela a necessidade de aperfeiçoar a organização militar<sup>(85)</sup>. Todo este processo conduziu ao surgimento do Estado Zulu de Shaka, que vai atingir o seu apogeu entre 1818 e 1828, introduzindo profundas transformações na organização do Estado.

Segundo Omer-Cooper, as consequências do Mfecane foram vastas, conduzindo a alterações demográficas e sociais : levou a que determinadas zonas ficassem quase desertas (o Natal por exemplo) e a que outras ficassem densamente povoadas; conduziu a que diversos fragmentos étnicos ficassem juntos numa mesma nação (nação Basuto) e que o padrão de distribuição da população na África do Sul mudasse radicalmente. Deu também origem ao surgimento de grandes estados rigidamente organizados em linhas militares com um grande concentração de poderes nas mãos do rei a um grau nunca antes conhecido pelos sistemas políticos tradicionais; à destruição de unidades políticas pequenas; à introdução de novas tácticas de guerra (regimentos de idade militares - amabuto/mabutho, e à introdução de um serviço militar prolongado, novas armas (principalmente a seta de cabo curto) e a métodos de integração de membros de diferentes tripos numa única comunidade política. Desenvolveu-lhes o sentido de identidade e lealdade comum e contribuiu para o declínio de alguns estados como o Marave e Yao<sup>(86)</sup>.

O conflito militar que se desenrolou entre 1816 e 1821 entre o reino Ndwandwe, liderado por Zwide e o reino Mthethwa, liderado por Dingiswayo, conduziu à morte deste último. Shaka, da linhagem zulu, um dos comandantes militares do líder morto, tomou o poder e

<sup>84</sup> Alan Smith - *The trade of Delagoa Bay as a factor... op.cit., p.171*

<sup>85</sup> Omer-Cooper - *Political change in the nineteenth-century... op.cit., p.213-214*

<sup>86</sup> Omer-Cooper - *The zulu aftermath...op.cit., p.4; Idem - Political change in the nineteenth-century... op. cit. que aborda as mudanças introduzidas pelo Estado Zulu e refere à adaptação destas transformações por outros estados que se vieram a formar.*

vai tentar submeter o reino Ndwandwe. Uma parte destes fugiram, refugiando-se fora do alcance de Shaka. Entre estes últimos encontravam-se os reis: Zwangendaba que vai seguir em direcção ao actual Malawi e Soshangane/Manicussi que seguiu para a região de Moçambique fixando-se primeiro perto de Lourenço Marques (1822-1827) e depois mais para Norte. Este último formou o Estado de Gaza, que no zénite do seu poder, cerca de 1850, dominava o país entre o Zambeze e o rio Incomati<sup>(87)</sup>.

O Estado de Gaza vai surgir em cerca de 1821, e vai ter como primeiro rei Soshangane/Manicussi, que segundo Liesegang, governou entre 36 e 38 anos, tendo morrido em 1858<sup>(88)</sup>. Foi no Sul de Moçambique que Soshangane desenvolveu as suas principais campanhas, conquistando e incorporando no seu estado diferentes chefaturas num Estado tipo Zulu. A sua morte em 1858 desencadeou um período de guerra civil ligada a problemas de sucessão entre os seus dois filhos Mawewe (que foi designado sucessor) e Muzila. Este último decide desalojar Mawewe e para isso pede ajuda aos portugueses em 1861. A longa guerra de sucessão vai dar vitória a Muzila, que, em 1862, transfere a capital de Gaza para Mossurize. Segundo Liesegang, durante o reinado de Muzila tiveram lugar transformações económicas dramáticas: os caçadores de elefantes destruíram as suas próprias bases económicas (o elefante começou a extinguir-se); deu-se início à procura de força de trabalho africana, primeiro pelo Natal para as plantações de açúcar e a partir de 1870 em diante para as minas de Kimberley e do Natal oriental (além destes lugares era também necessária força de trabalho para a construção do caminho de ferro e minas de carvão). Adicionado a isto, a "idade das oleaginosas" que se iniciou na África Oriental cerca de 1862, também afectou o Estado de Gaza marginalmente. Todos estes aspectos, integraram o Estado de Gaza na economia monetária<sup>(89)</sup>.

Muzila morreu em 1884, sucedendo-lhe, em 1885, seu filho Mundungawe que adoptou o nome de Ngungunyane/Ngungunhana numa altura em que a "Luta por África" já tinha iniciado. Posteriormente a convenção Anglo-Portuguesa de 1891, sobre a delimitação das fronteiras de Moçambique, colocou o Estado de Gaza sob a esfera colonial portuguesa. Esta situação levou Portugal a entrar num conflito aberto com o Estado de Gaza em 1895, para nele implementar a sua "ocupação efectiva". Miguel da Cruz refere que a vastidão das terras que integrava o Estado de Gaza, a multiplicidade dos grupos etno-linguísticos que incorporava, a imensidão das chefaturas que dominava, a profunda estratificação social que

<sup>87</sup> Para detalhes sobre este processo migratório, sobretudo em relação às rotas seguidas por cada grupo ver o trabalho de Liesegang - *Nguni migration between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839*. - In : *African Historical Studies*, vol.III, nº2 (1970), pp.317-337

<sup>88</sup> Gerhard Liesegang - *Notes on internal structure of the Gaza kingdom of Southern Mozambique, 1840-1895*. - In : J.B. Peirez (ed.) - *Before and after Shaka : Papers in Nguni history*. - Grahamstown : Rhodes University, 1981, pp.178-209 p.139

<sup>89</sup> Gerhard Liesegang - *Notes on internal structure...* op.cit., p.180; ver também A.Rita-Ferreira - *Etno-história e cultura tradicional do grupo Angune (Nguni)*. - Lourenço Marques : Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 1974, p.148

o caracterizava, tornaram o Estado de Gaza numa enorme e complexa formação social<sup>(90)</sup>. Diversos autores pronunciaram-se sobre os aspectos da estratificação social e organização política do Estado de Gaza<sup>(91)</sup> onde todos são unânimes em afirmar que existia uma nítida divisão em classes sociais : membros da linhagem real (os nguni "puros"); os mabulundlela; os ndau; os tonga; os captivos chamados tinhloko (cabeças) e no o último lugar da escala de prestígio Nguni estavam os membros de chefaturas subjugadas etnicamente distintas que estavam incorporadas para impostos e propósitos administrativos a uma casa Nguni<sup>(92)</sup>.

Em relação às suas instituições políticas havia o Rei, que não dispunha de completa liberdade de acção em questões importantes; a Rainha-Mãe (que teve um papel preponderante sobretudo no reinado de Ngugunyane); os Conselheiros; a aristocracia dominante; os governadores provinciais e os comandantes militares. O chefe era o foco da lealdade política e o símbolo da unidade do Estado. Tinha poder civil, militar, judicial e era o representante religiosos do seu povo, devendo dirigir as cerimónias mágico-religiosas. Contudo, ele devia governar com a assistência de um conselho de consultores. Um outro aspecto importante a ser considerado dentro das instituições do Estado de Gaza, são os Grupos ou Regimentos de Idade - mabutho<sup>(93)</sup>.

A administração territorial do Estado de Gaza fazia-se através do "sistema de casas", como eram chamadas as áreas tributárias em que foi dividido o Estado e que de acordo com a sua importância política eram atribuídas a membros da linhagem real ou a chefes militares proeminentes<sup>(94)</sup>. Todas estas casas tinham um chefe que ajudava na administração, mantendo o sistema a funcionar ou transportando mensagens. Estes funcionários eram chamados "nduna" (pl.tinduna)<sup>(95)</sup>.

- 
- <sup>90</sup> Miguel da Cruz - *História da formação da classe trabalhadora de Manica e Sofalá ao sul do Pungué*. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1982, p.60
- <sup>91</sup> Gerhard Liesegang - *Notes on internal structure...* op.cit.; A.Rita-Ferreira - *Etno-história e cultura tradicional...*op.cit., p.173-174; Miguel da Cruz - *História da formação...*op.cit., p.65
- <sup>92</sup> Gerhard Liesegang - *Notes on the internal structure ...*op.cit., p.183
- <sup>93</sup> Rita-Ferreira - *Etno-história e cultura...*op.cit., p.16; Liesegang - *Notes on the internal structure...*op.cit., p.187-189; Omer-Cooper - *Aspects of political change...*p.214 neste seu trabalho refere que com a frequência das guerras, os rituais de iniciação dos jovens se tornou bastante perigoso, por isso o sistema tradicional de iniciação foi abandonado e, em sua substituição, os jovens em idade de circuncisão eram agrupados num regimento de idade militar, dando-se assim uma adaptação das cerimónias de iniciação a objectivos militares
- <sup>94</sup> Liesegang - *Notes on the internal structure...* op.cit., p.189-194 Liesegang faz uma análise detalhada sobre este "sistema de casas" apresentando um quadro das sete principais casas reais/nobres conhecidas; Miguel da Cruz - *História da formação...*p.65
- <sup>95</sup> Liesegang - *Notes on the internal structure...* op.cit., p.193 ; ver também Miguel da Cruz - *História da formação...*op.cit., p.66; Omer-Cooper - *The zulu aftermath...*op.cit., p.18 Omer-Cooper refere que os "nduna" (induna) assistiam ao chefe no exercício das suas funções, esperando-se que ele fosse "os olhos e os ouvidos" do chefe, mantendo-o informado do estado da opinião pública e o protegesse

As fontes de rendimento da estrutura administrativa e militar para a reprodução da classe aristocrática eram asseguradas através de rendimentos provenientes de várias origens : produção doméstica baseada no trabalho captivo em unidades de produção da aristocracia nguni; dos tributos pagos pela população em géneros; dos saques e pilhagens feitos durante as guerras (gado, captivos, etc.); alimentos dados a, ou tirados por, emissários do rei, soldados, etc.; taxas exigidas pela corte; pagamentos feitos por estrangeiros para facilitar transações comerciais, obtenção de licenças de caça, entre outras; serviços prestados gratuitamente, como o transporte de carga, trabalhos nos campos, construções de residências dos chefes<sup>(96)</sup>.

Sobre a sua economia interna, o Estado de Gaza era constituído por zonas ecologicamente diferentes e, por isso, a economia era adaptada aos recursos existentes. Na sua maioria eram criadores de gado bovino (o gado bovino era extremamente importante para o Estado de Gaza, encontrando-se principalmente nas mãos do rei e da aristocracia, totalmente monopolizado pelos Nguni), agricultores, caçadores e recolectores<sup>(97)</sup>. Conheciam também a olaria, a cestaria, a talha em madeira e a metalurgia do ferro. A povoação familiar era a mais importante unidade de produção. A divisão das tarefas eram de acordo com a idade, o sexo e a posição social.

A importância do comércio externo foi analisado por diferentes autores, e tem conduzido a debates sobre o seu impacto e a sua importância para o rei e aristocracia, nomeadamente no que se refere ao seu monopólio - principalmente do comércio do marfim. Mas é, sobretudo em relação ao comércio de escravos, que o debate é grande<sup>(98)</sup>. Patrick Harries procurou demonstrar que a escravatura se tornara um elemento importante das formas de produção praticadas no século XIX no Estado de Gaza, mas defendeu que em nenhum momento o modo de produção escravagista conseguiu emergir em oposição ao modo de produção baseado no parentesco, nem que uma classe escravagista tivesse emergido consciente da sua posição e capaz de se reproduzir<sup>(99)</sup>. Ligado a este debate encontram-se também os aspectos relativos à escravatura doméstica analisada sobretudo por Patrick Harries e que

---

*de possíveis conspirações; Rita-Ferreira - Etno-história...op.cit., p.15*

<sup>96</sup> Liesegang - *Notes on the internal structure...op.cit., p.196-197*; Miguel da Cruz - *História da formação... op.cit., p.66-67*

<sup>97</sup> *Diversos autores se referem à importância do gado para a sociedade de Gaza e ao seu valor económico, social e ritual. Liesegang - Notes on the internal structure...p.199; Rita-Ferreira - Etno-história e cultura...p.23-24; Miguel da Cruz - História da formação...p.76-77*

<sup>98</sup> Patrick Harries - *Slavery, social incorporation and surplus extraction : The nature of free and unfree labour in South-East Africa. - In : Journal of African History, vol.22, nº3 (1981), p.310-317 onde Harries apresenta uma síntese das opiniões de diferentes autores sobre esta questão; Rita-Ferreira - Etno-história e cultura...op.cit., p.188; Liesegang - Lourenço Marques antes de 1895...op.cit., p.45-47; Alan Smith - The trade of Delagoa Bay...op.cit., p.186-187*

<sup>99</sup> Patrick Harries - *Slavery, social incorporation... op.cit., p.325*

é vista como uma forma de incorporação social e política que conduziu à expansão do tamanho do grupo governante, providenciando uma fonte de acumulação de riqueza e de atração de seguidores<sup>100</sup>).

#### 4.2 Bibliografia

258. ALBERTO, Manuel Simões - Os Angónis : Elementos para uma monografia. - In : Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 9, série C (1967-68), p.47-93
259. BONNER, Philip - Kings, commoners and concessionaires : The evolution and dissolution of the nineteenth-century swazi state. - Cambridge : Cambridge University Press, 1983, x, 315 p. : il., mapas. - (African Studies Series, 31) (AHM F 677e)
260. BROCK, Lisa Ann - From kingdom to colonial district : A political economy of social change in Gazaland, Southern Mozambique, 1870-1930. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1990, x, 342 p. : mapas. - A dissertation submitted to the graduate school in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor of Philosophy, field of History, North West University, Evanston, Illinois, 1989 (AHM B 995)
261. COBBING, J. - The Mfecane as alibi : Thoughts on Dithakong and Mbolompo. - In : Journal of African History, vol.29, nº3 (1988), p.487-519
262. ELDREDGE, Elisabeth - Sources of conflict in Southern Africa, ca.1800-30 : The "Mfecane" reconsidered. - In : Journal of African History, vol.33, nº1 (1992), p.1-35 : mapas
263. GUY, Jeff - The ecological factors in the rise of Shaka and the Zulu Kingdom. - In : Shula Marks ; Anthony Atmore (ed.) - Economy and society in pre-industrial South Africa. - London, 1980, p.102-119 (AHM)
264. HAMILTON, Carolyn Anne - The character and objects of Chaka : A reconsideration of the making of Shaka as "Mfecane" motor. - In : Journal of African History, vol.33, nº1 (1992), p.37-63
265. HARRIES, Patrick - Slavery among the Gaza Nguni : Its changing shape and function and its relationship to other forms of exploitation. - In : J.B.Peires (ed.) - Before and after Shaka : Papers in Nguni history. - Grahamstown : Rhodes University, 1981, p.210-229 (AHM F 389e)

<sup>100</sup> Patrick Harries - Slavery, social incorporation... *op.cit.*, p.318-319; *Idem* - Slavery amongst the Gaza Nguni : Its changing shape and function and its relationship to other forms of exploitation. - In : J.B.Peires (ed.) - Before and after Shaka : Papers in Nguni history. - Grahamstown : Rhodes University, 1981 onde analisa principalmente o desenvolvimento da escravatura como uma instituição.

266. HEDGES, David - Before and after Shaka : Papers in Nguni History. - In : *Cadernos de História*, nº2 (Ago.1985), p.63-65  
Crítica e análise do livro, cujo título é mencionado na referência, editado por J.B.Peires, em Grahamstown, África do Sul, Universidade de Rhodes, Instituto de Investigação Económica e Social.
267. LIENGME, G. - Un potentat africain : Gougounyane et sa regne. - [s.l.: s.n., s.d.], p.99-135 (F.Let. T-1236)
268. LIESEGANG, G[erhard] - Aspects of Gaza Nguni history (1821-1827). - In : *Rhodesian History*, 6 (1975), p.1-14 (AHM (b)B 779 ; F.Let.E-6/1, A-99)
269. LIESEGANG, Gerhard - Dingane's attack on Lourenço Marques in 1833. - In : *Journal of African History*, vol.X, nº4 (1969), p.565-579 (AHM (b)B 348)
270. LIESEGANG, Gerhard - Historical continuity and ceramic change : A note on the wares used by the Gaza Nguni in the nineteenth century. - In : *South Africa Archaeological Bulletin*, nº69 (1974), p.60-64 (DAA 93.6.79. 108)
271. LIESEGANG, Gerhard - Nguni migration between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1839. - In : *African Historical Studies*, vol.III, nº2 (1970), p.317-337 (AHM (b)B 415)
272. LIESEGANG, Gerhard - Notes on the internal structure of the Gaza kingdom of Southern Mozambique, 1840-1895. - In : J.B.Peires (ed) - Before and after Shaka : Papers in Nguni history. - Grahamstown : Rhodes University, 1981, p.178-209 (AHM F 389e ; AHM (b)B 570)
273. LIESEGANG, Gerhard - A survey of the 19th century stockades of Southern Mozambique : The khokholwere of Manjacaze area. - In : In memorial of António Jorge Dias. - Lisboa, 1974, p.303-320 : il., mapas. - Separata do vol.1. (DAA 93.6.79. 109)
274. LIESEGANG, Gerhard - Vassalagem ou tratado de amizade? : História do acto de vassalagem de Ngungunyane nas relações externas de Gaza. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1986, 36 p., mapa, il. - (Colecção Estudos, 2) (AHM (b)B 907)
275. LYE, W.F. - The difagane : The mfecane in Southern Sotho area, 1820-24. - In : *Journal of African History*, vol.8, nº1 (1967), p.107-131
276. NEGRÃO, José Guilherme - O reinado de Ngungunhane (1884 a 1895). - In : *Tempo* (Maputo), nº766 (Jun.1985), p.16-22
277. NEVES, Diocleciano F. das - Africa Oriental Portuguesa : Exploração do rio Bembe. - In : *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 2ª série, nº6 (1882), p.336-347  
Comunicação á Sociedade de Geographia de Lisboa.
278. NEVES, Diocleciano Fernandes das ; ROCHA, Ilídio - Das terras do Império Vátua às praças da República Boer. - Lisboa : Publicações/Dom Quixote, 1987, 208 p. - (Col. "Memória Portuguesa", 1)

279. OMER-COOPER, J.D. - The Zulu aftermath : A nineteenth-century revolution in Bantu Africa. - London : Longmans, 1960 (AHM)
280. OMER-COOPER, J.D. - Aspects of political change in the nineteenth-century Mfecane. - In : Leonard Thompson - African societies in Southern Africa. - London : Heinemann, 1969, p.207-229 (AHM F 403e; F.Let. U-792, U-520)
281. OMER-COOPER, J.D. - Debate : Has the Mfecane a future? : A response to the Cobbing critique. - In : Journal of Southern African Studies, vol.19, nº2 (Jun.1993), pp.278-294  
 Critica artigo de Cobbing "The Mfecane defended" - Southern African Review of Books, vol.4, nº4-5 (1991), p.11-15
282. PEIRES, J.B. - Debate : Paradigm deleted : The materialist interpretation of the Mfecane. - In : Journal of Southern African Studies, vol.19, nº2 (Jun.1993), p.295-313
283. RITA-FERREIRA, A. - Etno-história e cultura tradicional do grupo Anguni (Nguni). - Lourenço Marques : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1974. - Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, nº11, série C (1974) 7
284. RITA-FERREIRA, A. - Presença luso-asiática e mutações culturais no sul de Moçambique (até c.1900). - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982 (AHM pp 698)
285. WARHURST, P.R. - The scramble and african politics in Gazaland. - In : Eric Stocks ; Richard Brown (eds.) - The Zambesian past : Studies in Central African history. - London : Manchester University Press, 1966, p.47-62 ( AHM F 380e)
286. WHEELER, Douglas L. - Gungunyane the negotiator : A study in African diplomacy. - In : Journal of African History, vol.IX, nº4 (1968), p.585-602
287. WRIGHT, J. - Political mythology and the making of Natal's Mfecane. - In : Canadian Journal of African Studies, vol.23 (1989), p.272-291

**Ver também**

116, 158, 159, 179, 224, 236, 245, 255, 294, 386, 400, 459, 794, 825, 859, 917

## 5. OS REINOS YAO

### 5.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

O centro do País Yao encontra-se a Noroeste de Moçambique com fronteiras aproximadamente feita pelo rio Lucheringo a ocidente, Luambala a sul, Lugenda a oriente e o Rovuma a norte. A sua cultura não diferia grandemente da dos restantes povos matrilineares do Norte do Zambeze.

O trabalho sobre os Yao e que é geralmente referenciado por vários os estudiosos deste grupo, é o de Yohanna B. Abdallah<sup>(101)</sup>. Abdallah, apresenta os Yao como um povo cujo nome tem a sua origem no Monte Yao "este monte situa-se entre Mwembe e o rio Luchilingo, é uma cordilheira que se estende desde os montes Wisulu, através de Lisombe, onde Malinganile se fixou, vai até Likopolwe e continua até Mkuya - é aqui que fica o monte Yao. A palavra Yao significa um monte sem árvores e sem qualquer tipo de vegetação"<sup>(102)</sup>. Apesar esta descrição, os montes Yao nunca foram localizados com precisão por qualquer estrangeiro, mas ocupa a mais importante posição na mitologia Yao.

Abdallah refere-se a uma dispersão Yao "muito antiga", não se sabendo o que a originou, mas que poderia ter sido devida a dissensões entre os antepassados<sup>(103)</sup>. Esta dispersão, segundo Abdallah, foi feita para "Este, Oeste, Norte e outros para Sul e ocuparam todo o território, desde o Lago até ao Oceano de água salgada, até à costa; desde Matipwili [refere-se à região de Milange na Zambézia] perto do país Lolo, até ao Norte, em Chiwinja [refere-se ao grande porto comercial de Quíloa na Tanzânia]. Alguns atravessaram para outro lado do Lago - Che Pemba e Bibi Kuluunda de Kachulu - outros foram mais para sul, quase até Blantyre"<sup>(104)</sup>

O século XIX testemunhou a imigração de Yao e Nguni, onde ambos estabeleceram os seus próprios padrões de domínio militar e económico. Os habitantes indígenas da região que

<sup>101</sup> Yohanna B. Abdallah - *Os Yao*. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1983 escrito pela primeira vez em língua Yao em 1919, com a tradução inglesa de Meredith Sanderson.

<sup>102</sup> Abdallah - *Os Yao...op.cit.*, p.3; ver também Manuel Gama Amaral - *O povo Yao : Subsídios para o estudo de um povo do Nordeste de Moçambique*. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990, p.42-43

<sup>103</sup> Abdallah - *Os Yao...op.cit.*, p.6; Alpers refere que esta dispersão não teria sido mais tarde que o início do século XVII, ver Edward A. Alpers - *Ivory and slaves : Changing patterns of international trade in East Central Africa to the later nineteenth-century*. - Berkeley : University of California Press, 1975, p.15

<sup>104</sup> Abdallah - *Os Yao...op.cit.*, p.3

atravessaram na metade sul do Lago Malawi eram povos do grupo Marave/Chewa/Nyanja<sup>105</sup>).

Os Yao, antes do início do seu comércio com a costa eram um povo agricultor, capaz de providenciar as suas próprias necessidades. A sua semente principal era o sorghum, apesar do milho e da mandioca estarem bem estabelecidas por volta do terceiro quartel do século XIX, senão mais cedo<sup>106</sup>. Alpers refere que existia um desenvolvido sistema de drenagem e irrigação em Mwembe, a grande cidade de Mataka I Nyambi (?1800-1876/79), o fundador da mais importante dinastia Yao dos finais do século XIX<sup>107</sup>. Completavam a sua alimentação com a caça e da recolocção. Para a caça usavam o arco e a flecha, cães e redes e faziam armadilhas e buracos para as grandes caçadas. A caça e a pesca eram tarefas masculinas e o cultivo era responsabilidade da mulher<sup>108</sup>. Este povo também conheciam o trabalho em ferro. Abdallah refere que "Antigamente, os Yao faziam as suas próprias enxadas, porque existia uma clã Yao, chamado Chisi, que começou a construir forjas e fornos e fabricavam enxadas, machados, facas grandes e pequenas, escopros, brocas, agulhas (próprias para tecer esteiras), facas para cortar peles e toda uma grande variedade de peças manufacturadas em ferro"<sup>109</sup>. Abdallah, refere que estes Chisi eram ferreiros especializados e que eram muito respeitados por todos comerciando por todo o

<sup>105</sup> Kings M. Phiri - *Political change among the Chewa and Yao of the Lake Malawi region, c.1750-1900*. - In : Ahmed Idha Salim - *State formation in Eastern Africa*. - Nairobi; London : Ibadan; Heinemann Educational Books, 1984. p.53 ; Kings M. Phiri - *Yao intrusion into southern Malawi, Nyanja resistance and colonial conquest, 1830-1900*. - In : *Transafrican Journal of History*, vol.13 (1984), pp.157-176 analisa a migração Yao e a forma como conseguiram estabelecer a sua hegemonia sobre os Nyanjas que eram povos indígenas locais, partindo do estudo da organização política e económica destes últimos antes do advento dos Yao. Phiri tenta analisar a forma como os dois maiores grupos étnicos do sul do Malawi interagiram entre eles nos finais do período pré-colonial, e como interagiram com o sistema colonial nos fins do século XIX, inícios do século XX.

<sup>106</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.16

<sup>107</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.16; Idem - *Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century*. - In : *Journal of African History*, vol.X, nº3 (1969), p.413

<sup>108</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.30-31 refere que foi esta divisão das actividades entre sexos, onde a mulher era o membro mais produtivo da economia agrícola, que libertou o homem para a caça ao elefante e comércio a longa distância. Esta participação tornou-se tão importante que os valores económicos da sociedade passaram a derivar da riqueza e do prestígio do que ele trazia desse comércio, mais do que do aspecto produtivo da economia.

<sup>109</sup> Abdallah - *Os Yao...op.cit.*, p.34; ver também Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.16-17; uma referência importante para o estudo deste povo, a sua história a sua estrutura política e social, o comércio, a produção encontra-se no trabalho de Gerhard Liesegang - *História do Niassa ca.1600-1900 : Estado, política e economia no período precolonial e a conquista colonial*. - [Maputo, 1993], [com paginação específica por capítulos], apesar do autor considerar o trabalho ainda incompleto e necessitando de ser revisto.

território, sendo os seus produtos muito apreciados. No entanto, como enriqueceram muito, acabaram por perder o seu controle do trabalho do ferro<sup>(110)</sup>.

Até entrarem na órbita do comércio internacional um dos produtos principais do seu comércio regional com a Maganja e com a costa, era o sal. Para Alpers, o papel predominante dos Yao (após 1700) no comércio internacional da África Central Oriental, parece ter tido origem nas suas tradições num activo comércio interno e regional e na existência de uma melhor qualidade de sal fora do seu país<sup>(111)</sup>.

O processo político Yao encontrava-se centrado nas aldeias, que eram unidades mais sociais que políticas. O coração de cada aldeia Yao era o grupo uterino definido matrilinearmente (mbumba) que estava geralmente sobre a autoridade de um irmão mais velho (asyene mbumba), que era simultaneamente o chefe da aldeia<sup>(112)</sup>.

Para Phiri a centralização política entre os Yao parece ter sido um fenómeno tardio, faltando-lhes no século XVIII governantes poderosos assim como instituições de governo centralizado. Eles apenas tinham chefes cujo estatuto se definia pelo número dos seus seguidores<sup>(113)</sup>. Alpers também tem esta posição e analisa este processo, defendendo que, mesmo a acumulação de riqueza (através do comércio), não tornava um chefe poderoso, porque apenas a riqueza não lhe dava esse poder, mas sim o número de seguidores que ele podia ter. Por esta razão se pode ver as implicações que o comércio de escravos teve para a sociedade Yao e como ele conduziu ao alargamento das suas unidades políticas, tornando-se um importante factor no sistema político tradicional Yao. O papel das mulheres escravas era importante porque aumentavam a capacidade produtiva da linhagem do seu captor. A aquisição de mulheres quer através do comércio ou através de razias tornou-se uma feição comum da vida Yao no século XIX<sup>(114)</sup>.

Phiri refere que a emergência dos Estados Yao nos inícios do século XIX foi marcada pela emergência de novos líderes onde cada um deles estabeleceu uma linha dinástica. Esta nova geração de líderes adquiriu mais poder através da exploração de alianças de parentesco com grupos exteriores e dos recursos do seu meio ambiente. Duas posições surgiram para explicar este fenómeno do surgimento das dinastias em questão : uma primeira defende que foi uma resposta às rupturas que atingiram o país Yao no início do século XIX, e que

<sup>110</sup> Abdallah - *Os Yao...op.cit.*, p.34-35; Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.76-77; *Idem - Trade, state and society...op.cit.*, p.406; A.Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit.*, p.231 Rita-Ferreira neste seu trabalho tem um capítulo dedicado ao estudo do Grupo Yao, ver pp.229-253

<sup>111</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.17; *Idem - Trade, state and society...op.cit.*, p.406

<sup>112</sup> Alpers - *Trade, state and society... op.cit.*, p.409

<sup>113</sup> Phiri - *Political change among...op.cit.*, p.54

<sup>114</sup> Alpers - *Trade, state and society...op.cit.*, p.410-412

parecem ter sido causadas pela intensificação do tráfico de escravos e a consequente proliferação de armas de fogo na região. Comércio que atingiu o interior do próprio grupo étnico, conduzindo a conflitos entre clãs e segmentos de clãs, originando a sua união em unidades políticas mais vastas<sup>(115)</sup>. A segunda explicação, defende que o processo de formação dos Estados Yao foi determinada economicamente. A economia Yao antes do século XVIII era baseada na agricultura de subsistência e trocas marginais. No século XVIII o aumento da auto-suficiência agrícola deu origem a uma produção para o comércio e a realização de uma riqueza em excedente que podia ser acumulada. O argumento refere que a necessidade de centralizar a direcção desta actividade comercial remunerativa conduziu à emergência de chefaturas territoriais entre os Yao. Dada as mudanças que ocorreram na organização do comércio com a costa no século XIX, os comerciantes foram forçados a ser agentes sociais ou políticos e estavam desejosos de possuir dependentes para servirem as suas necessidades em força de trabalho. Isto, por sua vez, deu origem ao estabelecimento de um controle inconsciente sobre as forças reprodutivas da comunidade<sup>(116)</sup>.

Entre as grandes dinastias que dominaram o país Yao no século XIX encontram-se as de - Mataka, Makanjila, Mponda, Mtalika, Macemba, Kawinga, Jalasi e Matipwiri<sup>(117)</sup>. No entanto, Alpers refere que o surgimento destes reinos entre os Yao não parece ter estimulado a criação de uma máquina administrativa elaborada através da qual o pudessem controlar<sup>(118)</sup>. Estas mudanças políticas que tiveram lugar na sociedade Yao durante o século XIX foram acompanhadas por um certo número de mudanças sociais que se ligavam à expansão do comércio e ao crescente contacto com a sociedade swahili. Estas inovações foram uma resposta aos longos períodos de separação da família e da aldeia, se o homem se juntava a uma caravana que seguia para a costa. Esta separação era precedida de uma série de cerimónias rituais e deviam ser observados certos tabus entre o homem e a mulher durante o período de separação<sup>(119)</sup>. Um outro fenómeno foi o crescimento de cidades e o alargamento de aldeias. O contacto com a costa trouxe aos Yao novas mudanças, onde a maior influência foi a conversão aos islamismo de grandes chefes Yao (por exemplo

<sup>115</sup> Phiri - *Political change among...op.cit.*, p.58; ver também Rita-Ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit.*, p.233

<sup>116</sup> Phiri - *Political change among...op.cit.*, p.58-59; *Idem - Yao intrusion into...p.161-162*; ver também Gerhard Liesegang - *História do Niassa ca.1600-1900...op.cit.*, cap.VI: *O comércio a longa distância e outros contactos internacionais antes da conquista colonial.*

<sup>117</sup> Alpers - *Trade, state and society...op.cit.*, p.413 neste trabalho Alpers analisa com certo detalhe sobretudo o surgimento de Mataka, do seu domínio e poder, pp.413-414; Phiri - *Political change among...op.cit.*, p.59 sobre as dinastias Mataka Phiri e Makanjila; ver também Gerhard Liesegang - *História do Niassa ca.1600-1900...op.cit.*, cap.III

<sup>118</sup> Alpers - *Trade, state and society...op.cit.*, p.415

<sup>119</sup> Alpers - *Trade, state and society...op.cit.*, p.416

Mataka e Makanjila) e, embora nem todos os Yao fossem islâmicos, foram sendo identificados como povo onde os islamismo era sinónimo de ser Yao<sup>(120)</sup>.

O único testemunho para a estratificação social entre os Yao no período anterior ao século XIX é de Abdallah, que segundo Alpers, deve ser analisada com cuidado na medida em que Abdallah pertencia à aristocracia. Depois deste período, a estratificação pode ser explicada em função do impacto de uma longa história de participação no comércio internacional<sup>(121)</sup>.

## 5.2 Bibliografia

288. ABDALLAH, Yohanna B. - Os Yao. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1983, 103 [54] p : il., mapas (AHM C 540j)
289. ABDALLAH, Yohanna B ; ALPERS, Edward (introd.) - The Yaos : Chiskala cha Wayao. - 2nd ed. - London : Frank Cass, 1973, 60 p. (AHM C 533j) / erro  
1ª ed. é de 1919
290. ALPERS, E.A. - The Yao in Malawi : The importance of local research. - In : Bridglal Pachai (ed.) - The early history of Malawi. - London : Longman, 1972, p.168-178 (AHM F 424e)
291. AMARAL, Manuel Gama - O povo Yao : Subsídios para o estudo de um povo no nordeste de Moçambique. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1990, 493 p : il., mapas (Embx.Port.39 AMA)
292. CUNHA, António Raimundo da - Contribuição para o estudo do povo "Wayao". - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, 369 p. : il., quadros. - Dissertação para a licenciatura em Curso Superior Colonial (AHM C 1354j)
293. LANGWORTHY, Harry W. - Chewa or Malawi political organization in the precolonial era. - In : Briglal Pachai (ed.) - The early history of Malawi. - London : Longman, 1972, p.104-122 (AHM F 424e) S
294. LANGWORTHY, H. ; OMER-COOPER, J.D. - The impact of the Ngoni and the Yao on the 19th century history of Malawi. - In : B.Pachai ; G.W.Smith ; R.K.Tangri - Malawi past and present : Studies in local and regional history. - [Malawi] : University of Malawi, 1967, p.15-20 (AHM F 352e)

<sup>120</sup> Alpers - *Trade, state and society...op.cit.*, p.419; *Idem - The Yao in Malawi : The importance of local research.* - In : B.Pachai (ed.) - *The early history of Malawi.* - London : Longman, 1972, p.174-175

<sup>121</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.21

295. LIESEGANG, Gerhard - Achegas para o estudo das biografias de autores de fontes narrativas e outros documentos da História de Moçambique : 1 : Yohana Barnaba Abdallah (ca.1870-1924) e a Missão de Unango. - In : Arquivo (Maputo), nº3 (Abr.1988), p.61-141
296. LIESEGANG, Gerhard - Guerras, terras e tipos de povoações : sobre uma "tradição urbanística" do Norte de Moçambique no século XIX. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº1 (1984), p.169-184
297. LIESEGANG, Gerhard - História do Niassa ca.1600-1900 : Estado, política e economia no período precolonial e a conquista colonial. - [Maputo, 1993] (AHM s/cota)  
Com paginação específica por capítulos. Nota manuscrita pelo autor na capa "Trabalho incompleto e ainda em revisão 23.3.1993"
298. LOBATO, A.Sousa - Monografia etnográfica original sobre o povo Ajaua. - In : Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, ano XIX, nº63 (Out.-Dez.1949), p.7-87  
A autoria do trabalho encontra-se no "Índice de autores das matérias contidas nos Boletins nºs 56-66", no Boletim da Sociedade de Estudo de 1955, p.197
299. MITCHELL, J.Clyde - The Yao village : A study in the social structure of a Nyasaland tribe. - Lusaka : Rhodes-Livingstone Institute, 1956, 238 p. : mapas, grafs., tabs., fotos (AHM F 2555e)
300. NORTHROP, Nancy - The migrations of Yao and Kololo in Southern Malawi : Aspects of migrations in nineteenth century Africa. - In : International Journal of African Historical Studies, vol.19, nº1 (1986), p.59-76 (AHM (b)B 1045)
301. NURSE, G.T. - The people of Bororo : A lexicostatistical enquiry. - In : Bridglal Pachai (ed.) - The early history of Malawi. - London : Longman, 1972, p.123-135 (AHM F 424e)
302. PHIRI, Kings M. - Yao intrusion into Southern Malawi, Nyanja resistance and colonial conquest, 1830-1900. - In : Transafrican Journal of History, vol.13 (1984), p.157-176 (AHM (b)B 986)
303. PHIRI, Kings M. - Political change among the Chewa and Yao of the Lake Malawi region, c.1750-1900. - In : Ahmed Idha Salim (ed.) - State formation in Eastern Africa. - Nairobi ; London ; Ibadan : Heinemann Educational Books, 1984, p.53-69 (AHM F 789e)
304. SANTOS, Nuno Beja Valdez Thomas dos - O desconhecido Niassa. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1964, 240 p. : fotos, grafs., mapas, tabs. (AHM B 332; F.Let. S-811)
305. STUART, Richard - Os Nyanjas, o U.M.C.A., e a Companhia do Niassa, 1880-1930. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº3 (1985), p.9-44

**Ver também**

116, 158, 159, 253, 255, 376, 379, 457, 494, 543, 629, 913

## 6. OS REINOS MACUA DO INTERIOR E MACONDE

### 6.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Do grupo étnico macua do norte de Moçambique é pouco conhecida a sua origem, mas evidências linguísticas indicam uma migração pré-Macua para sul em direcção ao norte de Moçambique, entre 500 e 1000 n.e. De acordo com Nurse<sup>(122)</sup> os macua desenvolveram-se de um grupo destes migrantes que se moveram para o litoral norte de Moçambique e se fixaram a sul do rio Montepuez, onde casaram e se assimilaram com as populações de caçadores-recolectores pré-Bântu da região. Mbwiliza refere que escritos dos primeiros viajantes entre o séc.X e XII corroboram com o argumento de Nurse.

Subsequentes migrações mais para sul conduziram à formação dos Lómwè e Lolo. Por volta do século XV este processo de migração/assimilação de povos pré-Bantu estava completo, com os macua emergindo como grupo linguístico e cultural dominante na área<sup>(123)</sup>.

Existe alguma bibliografia referente a este grupo étnico, elaborada pelos portugueses, nomeadamente de Eduardo Lupi<sup>(124)</sup>, Mello Machado<sup>(125)</sup>, e também Câmara Reis, Rita-Ferreira, Ernesto Vilhena, entre outros<sup>(126)</sup>. Autores modernos também fizeram algumas reflexões sobre este grupo mas ligados sobretudo ao comércio e às relações com os portugueses, como Joseph Mbwiliza<sup>(127)</sup>, que faz uma análise do processo de modificações sociais e económicas na região da Macuana, centrando-se o estudo principalmente na produção de mercadorias e como ela conduziu a mudanças políticas e

<sup>122</sup> Citado por J.F.Mbwiliza - *A history of commodity production in Makuani, 1600-1900 : Mercantilist accumulation to imperialist domination*. - Dar-es-Salaam : University Press, 1991, p.19

<sup>123</sup> Mbwiliza - *A history of commodity...op.cit.*, p.19-20; Eduardo Medeiros - *O sistema linhageiro macua-lómwè*. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1985 refere que os Macua e os Lómwè têm uma origem linguística e cultural comum, mas que uma história regional específica deu origem a diferenciações sócio-dialectais importantes, mas todavia, como sistema linhageiro manteve-se idêntico (nota 1, p.43); Nancy Jane Hafkin - *Trade, society and politics in northern Mozambique c.1753-1913*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973, p.3 refere que os proto-macua dividiram-se em Makua e Lómwè, com os primeiros a ocupar uma vasta região entre os rios Rovume, Lugenda e Zambeze e o Oceano Índico.

<sup>124</sup> Eduardo do Couto Lupi - *Angoche : Breve memória sobre uma das Capitânias-Móres no Distrito de Moçambique*. - Lisboa : Typographia do Anuario Commercial, 1907 que apresenta no capítulo 3, 4 e 5 respectivamente a antropologia, etnologia e etnografia Macua.

<sup>125</sup> A.J.de Mello Machado - *Entre os macuas de Angoche : Historiando Moçambique*. - Lisboa : Prelo Editora, [1970]

<sup>126</sup> Ver bibliografia.

<sup>127</sup> Joseph Mbwiliza - *A history of commodity production in Makuani, 1600-1900...op.cit.*

económicas na sociedade Macua ao integrá-la no sistema económico capitalista internacional na segunda metade do século XVIII. É importante também referenciar a tese de doutoramento de Christian Geffray<sup>(128)</sup>. Um dos autores que tem importância para o estudo deste grupo destaca-se Eduardo Medeiros<sup>(129)</sup> que analisa a organização social linhageira Macua-Lómwè e o impacto que sobre ela teve a exploração capitalista, fazendo uma breve periodização da história económica desta sociedade.

A sociedade Macua-Lómwè vivia agrupada em pequenos segmentos de linhagem num vasto território no Norte de Moçambique, limitado a Leste pelo Oceano Índico, a Oeste pela fronteira do actual Malawi, a Norte pelo rio Messalo e a sul pelo rio Lualua (outrora pelo Zambeze). Segundo Medeiros, antes do século XV, os Macua-Lómwè ocupavam também as terras da margem esquerda do rio Zambeze a jusante do Chire. Mas, repetidas passagens pelo vale de outros povos é a formação de um novo complexo sócio-cultural na zona fez mudar para norte a fronteira<sup>(130)</sup>.

Organizados em grupos de parentesco matrilineares, cada clã parece ter estado associada a um território específico: os montes Namuli, situadas a Nordeste da Província da Zambézia, são reclamadas por muitas clãs como sendo a sua origem ancestral.

A sociedade matrilinear é exogâmica: o casamento está interdito entre elementos da mesma linhagem ou clã (nihimo), sendo-lhes proibido procurar mulher dentro do seu clã. A unidade social é constituída pela família matrilinear ou estirpe uterina, o "nihimo". "Em princípio, o "nihimo" é uma comunidade exogâmica, composta de mãe (matriarca, piamuene), filhos, netos, bisnetos, e demais descendentes pela linha feminina. As mulheres e os homens são portadores da mesma essência do antepassado comum, mas só elas gozam da faculdade e privilégio de transmiti-las aos filhos"<sup>(131)</sup>. O "nihimo" é uma entidade mística, permanente e eterna, que reúne todos os indivíduos descendentes de uma mãe originária, associando os antepassados mortos e os descendentes vivos na mesma comunidade. Os filhos de um casal pertencem sempre ao nihimo da mãe, deste modo o homem limita-se a ser um produtor, o agente da fecundação do nihimo da mulher<sup>(132)</sup>. A autoridade paternal é exercida, no seio da família, pelo tio materno (irmão mais velho da mulher). É ele, de

<sup>128</sup> Christian Geffray - *Travail et symbole dans la société des Makuwa*. - [Paris] : École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987, 430 p.

<sup>129</sup> Eduardo Medeiros - *O sistema linhageiro Macua-Lómwè*. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1985

<sup>130</sup> Eduardo Medeiros - *O sistema linhageiro...op.cit.*, nota 28, p.47

<sup>131</sup> Soares de Castro, cit. por Mello Machado- *Os macuas de Angoche...op.cit.* p.178; ver também Medeiros - *O sistema linhageiro...op.cit.* p.20

<sup>132</sup> Mello Machado - *Entre os macuas...op.cit.*, p.179

facto, quem exerce efectivamente a autoridade familiar<sup>(133)</sup>. Cada "nihimo" tem um "mwene" ou chefe ancestral, este é chefe da família matrilinear, mas é também, simultaneamente, o chefe espiritual, político, religioso do nihimo<sup>(134)</sup>. As figuras importantes na sociedade Macua são, além do "mwene": a "hanô", sua primeira mulher ou mulher grande, a qual não pertence ao "nihimo", mas que por casamento está ligada ao mwene; a "nampêua", irmã do mwene; e a "pwiamwene", sobrinha uterina do mwene, filha de sua irmã, onde estão depositadas as virtualidades do clã e que garantirá a continuidade da estirpe<sup>(135)</sup>. Medeiros dá grande relevo a esta personagem da pwiamwene, uma mulher que tinha sempre existido ao lado do mwene pois era ela que dava origem aos grupos de filiação uterinos, representando o "ventre" (erukulu) da origem do grupo de parentes uterinos. Era considerada a mãe das mães (anamananku), era também a detentora da ancestralidade do clã, sendo o elo de ligação entre os vivos e os mortos e, por isso, a garantia da continuação do grupo matrilinear. Ela tinha uma posição bastante independente e grande influência no seio da linhagem<sup>(136)</sup>. A estrutura de parentesco vai, alterar-se com o desenvolvimento acelerado do comércio a longa distância e a caça comercial ao elefante por causa do marfim o que significava que os recursos em força de trabalho tinham de ser controlados e coordenados pela clã e chefes de linhagem. Isto levou a conflitos com linhagens mais jovens. Muitos, em contacto com os muçulmanos, foram adotando o islamismo. A islamização makua e a expansão do islamismo no interior da Macuana coincide com este período de crise social e o desenvolvimento do comércio do marfim e escravos<sup>(137)</sup>. Alpers defende que a conversão dos Yao e Macua ao islamismo começou pelo topo, pelos chefes. Mbwiliza regeita esta tese referindo que a adesão ao islamismo foi mais uma adesão individual de chefes de pequenas linhagens (subordinadas) que adoptaram o Islão como uma alternativa ao controlo rígido e privilégios das linhagens superiores e uma revolta contra as formas tradicionais de controle social, e foi por isso que o islamismo nunca se tornou uma religião da corte/real apesar de alguns chefes acharem ser vantajoso e de prestígio a sua identificação com a nova religião<sup>(138)</sup>.

<sup>133</sup> Segundo Medeiros - *O sistema linhageiro...op.cit.*, nota 42, p.48, não obstante a descendência ser matrilinear, a origem de cada linhagem é referida a um fundador masculino - o nikhoto, que serve para indicar o núcleo central de consanguíneos e dos respectivos aliados. Este vocábulo nikhoto invoca essencialmente o movimento, a deslocação, atributos sobretudo masculinos, por oposição à sedentarização feminina.

<sup>134</sup> Mello Machado - *Entre os macuas de Angoche...op.cit.*, p.184; ver também Medeiros - *O sistema linhageiro...op.cit.*, p.34-36)

<sup>135</sup> Mello Machado - *Entre os macuas...op.cit.*, p.187-188

<sup>136</sup> Medeiros - *O sistema linhageiro...op.cit.*, p.38-39

<sup>137</sup> Mbwiliza - *A history of commodity...op.cit.*, p.XIII

<sup>138</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production...op.cit.*, p.60-68 Mbwiliza refere que isto deve ser mais analisado. No entanto, defende que a conversão de certo número de chefes makua ao islamismo durante o último quarto do século XVIII deve ser visto como parte de um amplo processo de mudanças sociais e culturais que tiveram lugar na Macuana neste período, tendo sido uma questão de

Nos finais do século XVI a Macuaná foi conquistada por e tornou-se tributária dos Marave, cujas conquistas se estenderam do Reino Undi nas proximidades de Tete à costa do Oceano Índico do sul da Macuaná e à embocadura do Zambeze. A dispersão da população que se seguiu à conquista Marave, à chamada invasão Zimba, e o tráfico de escravos destruiu a unidade corporativa das clãs. A linhagem tornou-se a unidade básica da organização social e política<sup>(139)</sup>.

As relações entre os portugueses e os Macua nunca conseguiram ser estáveis, embora tendo havido períodos de "paz". As lutas entre ambos "Não eram causados por antagonismos religiosos, nem raciais, mas eram expressões de contradições fundamentais dentro da comunidade mercantil ao longo do litoral da Macuana"<sup>(140)</sup>.

A Macuana foi a região que mais sofreu com o comércio de escravos devido à sua proximidade com a costa e apesar do prestígio e poder que o desenvolvimento do comércio deu aos chefes africanos, ele contribuiu a longo prazo para o enfraquecimento da estrutura económica, social e política dos Macua tornando-se um ponto de tensão entre os maiores poderes da Macuana.

Com excepção do trabalho de Jorge Dias<sup>(141)</sup>, e das teses de Licenciatura de Angela Oliveira<sup>(142)</sup> e de Edgar Pereira<sup>(143)</sup>, os trabalhos referentes ao grupo étnico Maconde, são bastante raros. Encontramos, no entanto, algumas pequenas referências em diferentes monografias, como no trabalho de Mello Machado<sup>(144)</sup> e Rita-Ferreira<sup>(145)</sup>. O trabalho

---

*consideração económica ...p.68 e 74, além do mais para ele o islamismo continha elementos que eram compatíveis e que se podiam acomodar dentro da cosmologia makua...p.71-73; ver também Eduardo do Couto Lupi - Angoche : Breve memória...op.cit., pp.159-179; Mello Machado - Entre os macuas de Angoche...op.cit., p.247-328*

<sup>139</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production...op.cit.*, p. VII

<sup>140</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production... op.cit.* p. VIII. Para o estudo destas relações e das guerras que se travaram entre ambos ver também trabalho de Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*; Hafkin - *Trade, society and politics...op.cit.*; Botelho - *História militar e política...das descobertas a 1833*, pp.436-440

<sup>141</sup> Jorge Dias - *Os macondes de Moçambique*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964-1970, 4 vols.

<sup>142</sup> Angela Maria Teixeira Rebelo de Oliveira - *Análise das relações sociais de produção na sociedade maconde (período 1850-1984)*. - Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, 1987-1988

<sup>143</sup> Edgar Adriano Nasi Pereira - *Aspectos da vida macua : Considerações etnosociais, socioeconómicas e sociopolíticas sobre a vida dos povos do Norte de Moçambique*. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964

<sup>144</sup> Mello Machado - *Entre os macuas de Angoche...op.cit.*, p.92-93 e p.678-681

de Yussuf Adam<sup>146</sup>), embora analise a sociedade Maconde num período posterior a 1930, ele tem algumas referências sobre esta etnia, sobretudo em relação à sua origem.

Mello Machado refere que Santos Júnior os considera "foragidos do Niassalândia". No entanto, pouco se sabe da sua origem, sendo difícil apresentar uma cronologia da sua fixação na região planáltica a norte de Moçambique (Cabo Delgado), fazendo, possivelmente, parte da segunda grande onda de migrações Bantu, posterior à que deu origem aos povos Macua-Lómwè, resultando de uma fragmentação dos Marave<sup>147</sup>). De qualquer modo, Machado refere que, apesar de necessitar de maior investigação, os povos maconde, sob pressão Marave, abandonaram os territórios a sul do Niassa e, subindo pelo Lugenda, atingiram o Rovuma, internando-se no Tanganica e que mais tarde, possivelmente devido a secas ou qualquer outra calamidade, ou fugindo às perseguições exterminadoras dos povos Nguni, procuraram, nas terras frescas do planalto (Mueda), os recursos e a segurança que lhes faltavam<sup>148</sup>). Yussuf Adam refere que os mitos de origem da população Maconde transmitem a ideia de uma origem e migração comuns, a partir de uma região situada a oeste do planalto, perto do Lago Niassa, mas que eles provavelmente descendem de escravos que escaparam aos seus captores no caminho do interior para a costa e que essa comunidade de ex-escravos teriam então garantido a sua reprodução através do rapto de mulheres das comunidades Macua da costa<sup>149</sup>). Machado refere que a primeira referência aos Maconde como grupo culturalmente diferenciado e já estabelecidos na região actual, se devem a Silva Porto em 1853<sup>150</sup>).

Yussuf Adam refere que antes da fixação portuguesa no planalto, os macondes já negociavam com os indianos na costa, recebendo pólvora e armas de fogo em troca de marfim, goma copal e borracha e que também se dedicaram ao comércio de escravos<sup>151</sup>). Capela refere que o tráfico escravagista parece, no entanto, ter agravado o etnocentrismo dos maconde de então. Refere que "sempre conseguiram escapar às investidas dos angoni

<sup>145</sup> Rita-ferreira - *Povos de Moçambique...op.cit. cap.IX, pp.255-264; Idem - Agrupamento e caracterização étnica...p.79-83*

<sup>146</sup> Yussuf Adam - *Mueda, 1917-1990 : Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento. - In : Arquivo (Maputo), n.º14 (Out.1993), p.9-101*

<sup>147</sup> Mello Machado - *Entre os macuas...op.cit., p.679; Rita-Ferreira diz que tudo leva a crer que os Makonde vieram do sul do Lago Niassa e que caminharam ao longo do rio Lugenda até se fixarem nas vizinhanças da confluência daquele rio com o Rovuma - Povos de Moçambique...op.cit., p.257*

<sup>148</sup> Mello Machado - *Entre os Macuas de Angoche...op.cit., p.92*

<sup>149</sup> Yussuf Adam - *Mueda, 1917-1990...op.cit., p.10*

<sup>150</sup> Mello Machado - *Entre os Macuas de Angoche... op.cit., p.679*

<sup>151</sup> Yussuf Adam - *Mueda, 1917-1990...op.cit., p.11*

e outros povos, em parte pela sua agressividade em frente do inimigo, mas sobretudo, pela magnífica situação defensiva do planalto[...]” (152).

## 6.2 Bibliografia

306. ADAM, Yussuf - Mueda, 1917-1990 : Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento. - In : Arquivo (Maputo), nº14 (Out.1993), p.9-101
307. ALPERS, Edward - War and culture in pre-colonial Mozambique : The Makua of Macuana. - Los Angeles : African Studies Center, University of California, 1975, 33 p. - Paper presented to the Conference of African States and the military : past and present (18-22.Ago.1975) (AHM (b)B 598)
308. ALPERS, Edward A. - War and society in pre-colonial northern Mozambique : The Makua of Macuana. - Los Angeles : University of California, [s.d.], 30 p. (AHM (b)B 1147)
309. BAPTISTA, Abel dos Santos - Monografia etnográfica sobre os macuas : breve ensaio etnográfico sobre a nação macua dos distritos de Cabo Delgado, Nampula e Quelimane. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1951, 59 p. (ARPAC 52 BAP)
310. CASTRO, Soares de - Os achirimas (ensaio etnográfico). - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1941, 89 p : il. (AHM C 500j)
311. DIAS, Jorge ; DIAS, Margot - Os macondes de Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964-1970, 4 vols.: il., mapas (ARPAC 52 DIA)
312. DIAS, Margot - Os Maganjas da Costa : contribuição para o estudo dos sistemas de parentesco dos povos de Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1965, 45 p. (AHM)
313. GEFFRAY, Christian - Condition servile en pays makhuwa. - In : Cahier d'Études Africaines (Paris), vol.XXV, nº100 (Avr.1985), p.505-535 (ARPAC 52 GEF)
314. GEFFRAY, Christian - Travail et symbole dans la société des Makhuwa. - [Paris] : Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987, 430 p. : mapa. - Thèse de Doctorat (AHM B 917)
315. GÉRARD [Pe.] - «Mahimo» Macuas. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº26 (Abr.-Jun.1941), p.5-22
316. GÉRARD [Pe.] - Costumes dos Macua do Mêdo, região de Namuno, Circunscrição de Montepuez. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº28 (Out.-Dez.1941), p.5-20 [2] p.

<sup>152</sup> José Capela ; Eduardo Medeiros - *O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902.* - Maputo : Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987, p.115

317. GUERREIRO, M.Viegas - Os macondes de Moçambique : vol.4 : Sabedoria, língua, literatura e jogos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1966, 351 p.: il. (ARPAC 52 GUE)
318. LUPI, Eduardo do Couto - Angoche : breve memória sobre uma das Capitánias-Móres no Distrito de Moçambique. - Lisboa : Typographia do Anuario Commercial, 1907, 276 p. : ilust., mapas (AHM B 23)
319. MACHADO, A.J.de Mello - Entre os Macuas de Angoche : historiando Moçambique. - Lisboa : Prelo Editora, [1970], 734 p.: il., mapas (AHM C 512j ; F.Let. T-1062, N-620)
320. MEDEIROS, Eduardo - O sistema linhageiro Macua-Lómwè. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 1985, 50 p. : mapas (F.Let. Q-222)
321. MEDEIROS, Eduardo - A chefatura dos Megama do Chiúre : contexto económico e político da sua instituição. - In : Cadernos de História, nº4 (Mai.1986), p.21-27 (AHM (b)B 894)
322. OLIVEIRA, Angela Maria Teixeira Rebelo de - Análise das relações sociais de produção na sociedade Maconde (período 1850-1984). - Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Antropologia, 1987-1988, 100 p. - Dissertação com o objectivo de obtenção do grau de licenciatura em Antropologia (AHM C 1711j)
323. O'NEILL, H.E. - A three month's journey in the Makua and Lomwe countries. - In : Proceedings of Royal Geographic Society and Monthly Record of Geography, nº4 (Apr.1882), p.193-213 (AHM (b)B 764)
324. O'NEILL, Henry ; CASTILHO, Augusto (trad.) - Africa Oriental Portuguesa : Observações ácerca da costa e interior da Provincia de Moçambique 1879 a 1882 . - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3ª série, nº4 (1882), p.195-208 ; nº5 (1882), p.259-270 (AHM)
325. PEREIRA, Edgar Adriano Nasi - Aspectos da vida macua : Considerações etnosociais, socioeconómicas e sociopolíticas sobre a vida dos povos do Norte de Moçambique. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, vi, 174 p. - Dissertação para o acto de Licenciatura (AHM C 1356j)
326. RAU, Virginia - Aspectos etnico-culturais da Ilha de Moçambique em 1822. - In : Studia, nº11 (Jan.1963), p.123-163 (ARPAC 52 RAU)
327. REIS, Diogo da Câmara - Os Macuas de Mogovolaš. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, ano XXXI, nº131 (Abr.-Jun.1962), p.5-37

**Ver também**

116, 158, 159, 253, 255, 304, 340, 376, 409, 410, 452, 478, 480, 543, 669, 792, 912

## 7. ESTADOS MILITARES DO VALE DO ZAMBEZE

### 7.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Nos inícios do século XIX as relações entre as diferentes clãs muzungo<sup>(153)</sup> e destas com o governo português começaram a alterar-se. Anos de fome, o crescimento do comércio de escravos e os ataques Nguni, conduziram ao desaparecimento dos muzungos mais fracos e pequenos e levaram a que o poder se comesse a concentrar nas mãos de algumas poucas famílias poderosas<sup>(154)</sup>.

Após o declínio do sistema dos prazos e a deterioração do sistema político dominante na Zambézia, criou-se um vácuo de poder que foi preenchido por um certo número de Estados de Conquista (também chamados "Estado Militares" e por Newitt "Estados Muzungos"). Assim, emergiram unidades políticas multi-étnicas que eram maiores e mais complexas que aqueles e dominaram toda a região Tete-Sena, alterando dramaticamente o equilíbrio de poder e fornecendo uma forte oposição às aspirações imperiais portuguesas, até terem sido forçados a submeterem-se durante o período da "luta por África"<sup>(155)</sup>. Newitt refere que este processo de construção do estado transcendeu os limites do velhos prazos, apesar do governo português continuar a dividir o território, recentemente ocupado, em prazos e a fazer concessões aos chefes "muzungo", na esperança de que eles içariam aí a bandeira portuguesa e que manteriam os outros europeus longe da área<sup>(156)</sup>.

Segundo Newitt, os Estados muzungo desenvolveram-se de diferentes maneiras. Alguns eram apenas áreas ocupadas ou dominadas por bandos de soldados chikunda; outros, como os vastos domínios de Sousá à volta da Gorongosa, dependiam da personalidade de um homem e ruíram com a sua morte; outros como Massingir e Maganja da Costa desenvolveram-se em algo parecido com repúblicas militares governadas por capitães

<sup>153</sup> M.D.D.Newitt - *The portuguese muzungos and the Zambezi wars*. - London : University of London, Institute of Commonwealth Studies, 1974, p.19 refere que eram designados "muzungo" os homens e mulheres ligados a Portugal por laços de riqueza e estatuto mas, frequentemente, muito africanos na sua maneira de viver, pensar e na sua estrutura social e que foi esta comunidade que nos finais do século XIX sustentou a presença portuguesa na Zambézia.

<sup>154</sup> Newitt - *The portuguese muzungos... op. cit.*, p.20

<sup>155</sup> Alan Isaacmann - *Mozambique : The africanization of a european institution : The Zambesi prazos, 1750-1902*. - Madison : University of Wisconsin Press, 1972, p.124; Idem - *A tradição de resistência em Moçambique : O Vale do Zambeze, 1850-1921*. - Porto : Afrontamento, 1979, p.55 ; Allen Isaacaman ; Anton Rosenthal - *War, slaves and economy : The late nineteenth-century chikunda expansion in South-Central Africa*. - *Cultures et Développement*, vol.XVI, nº3-4 (1984), p.640-641

<sup>156</sup> Newitt - *The portuguese muzungos... op. cit.*, p.21

chicunda; finalmente a Makanga e os domínios de da Cruz à volta de Massangano, onde ambos estabeleceram uma linha de sucessão da família governante<sup>(157)</sup>.

Os principais Estados militares ou de conquista foram :

Makanga - Situada a Norte de Tete e fundada por Gonçalo Caetano Pereira que possuía a alcunha de Dombo-Dombo que recebera o território da Macanga devido à ajuda prestada a Phiri Undi nos finais do século XVIII para o restabelecimento da preponderância política daquele chefe. Só em 1840 com Pedro Caetano Pereira - o "Choutama" - é que a dinastia dos Caetano Pereira entram em conflito com os portugueses.

Massingir - Paulo Mariano Vaz dos Anjos / Fernando Vaz dos Anjos detinha o seu poder no Shire e na região circundante e o seu prazo controlava o território que ia do Zambeze ao Lago Niassa.

Massangano - Fundada em 1849 por Joaquim da Cruz - Nhaude que dominavam a zona compreendida entre as montanhas de Lupata a sul da confluência dos rios Luenha e Zambeze. Portugal fez várias tentativas militares para conquistar Massangano particularmente no tempo de Bonga (António Vicente da Cruz).

Gorongosa - Fundada em 1855 por Manuel António de Sousa - o Gouveia. Dominava o sul do Zambeze, entre Sena e a região de Gaza ocupada pelos Nguni. O seu crescimento e a expansão dos seus domínios deveu-se, sobretudo, à instabilidade e fluidez no interior da Zambézia.

Kanyemba e Mataquenha - Abrangiam região à volta de Zumbo.

Maganja da Costa<sup>(158)</sup> - (1862-1898) criada por João Bonifácio Alves da Silva. Segundo Capela, em nenhum outro caso, esta instituição zambeziana dos achikunda se afirmou de maneira tão duradoura e organizada e onde "A coesão, a consciência colectiva, a disciplina e a democracia internas, abundantemente manifestadas, terão sido fruto de uma verdadeira «profissionalização»"<sup>(159)</sup>. O seu poderio militar foi considerado durante muito tempo indomável e impossível de submeter<sup>(160)</sup>.

<sup>157</sup> Newitt - *The Portuguese muzungos...op.cit.*, p.21

<sup>158</sup> Para o estudo deste Estado ver o importante trabalho de José Capela - *A República Militar de Maganja da Costa (1862-1898)*. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1988

<sup>159</sup> Capela - *A República Militar...op.cit.*, p.19

<sup>160</sup> Capela - *A República Militar...op.cit.*, p.22

Qualquer destes estados possuíam fortalezas armadas (aringas), grandes exércitos de chikundas e um vasto arsenal de armas modernas. Com tudo isto conseguiram proteger as suas fronteiras e consolidar o seu poder. Mas, para Isaacman, o poder real destes estados encontrava-se no exército de chikundas, porque era neles que se baseava a ordem militar, sendo também os maiores produtores de riqueza<sup>(161)</sup>.

#### Segundo Papagno

"Na 2ª metade do século XIX, quando os portugueses, movidos pelo interesse das outras potências europeias pelos territórios africanos, tentaram afirmar de maneira concreta a sua soberania sobre a Zambézia, os traços africanos dos prazeiros tinham-se há muito tornado preponderantes; o conflito foi inevitável e cruento e os portugueses tiveram de travar autênticas guerras para dominar estes potentados que se haviam tornado para todos os efeitos senhorios africanos. Da guerra contra o Bonga de Massangano até à campanha do Bárúè de 1902, os conflitos sucederam-se quase ininterruptamente até à eliminação de todos os muzungos da Zambézia"<sup>(162)</sup>.

Isaacman faz no seu trabalho <sup>(163)</sup>, uma análise do surgimento, evolução e desenvolvimento de cada um deles, dentro das suas complexidades multi-étnicas, de relações com as comunidades políticas africanas e com as autoridades portuguesas. Da sua extensa análise concluiu que, apesar das diferenças, a história de todos eles continham alguns aspectos semelhantes: todos tinham conhecimento de que os aforamentos estipulavam a sua relação de subordinação ao governo português; todos construíram os seus impérios a partir de povos díspares/diversos que já tinham sido enfraquecidos como resultado das invasões, comércio de escravos e guerras civis; todos procuraram adquirir pelo menos, alguma legitimidade tradicional; todos prosseguiram vários graus de aculturação que reforçaram as suas posições políticas; todos dependiam grandemente do comércio de marfim e de escravos; todos adoptaram e usaram, efectivamente, armamento europeu para a defesa dos seus estados e expansão das suas fronteiras; todos publicamente aclamaram os seus estados independentes, e pelo menos no início, tentaram ganhar o reconhecimento dos portugueses através de negociações pacíficas; todos entraram em intricados sistemas de alianças com os prazeiros vizinhos e/ou comunidades políticas africanas<sup>(164)</sup>.

<sup>161</sup> Allen Isaacmann ; Anton Rosenthal - *War, slaves and economy... op.cit.*, p. 653

<sup>162</sup> Guisepppe Papagno - *Colonialismo e feudalismo : A questão dos prazos da Coroa em Moçambique nos finais do século XIX.* - Lisboa : A Regra do Jogo, 1980, p.44

<sup>163</sup> Isaacman - *Mozambique : The africanizatio of a portuguese...op.cit.*

<sup>164</sup> Isaacman - *Mozambique : The africanization of a european...op.cit.*, p.150-151 ; *Idem - A tradição da resistência em Moçambique...op.cit.*, p.55-94 onde procede a uma análise da sua natureza e do processo de resistência levado a cabo por estes estados; *Idem ; Anton Rosenthal - War, slaves and economy... op.cit.*, onde analisa a diáspora chikunda e a formação dos Estados militares de conquista

O centro do poder político e económico dos Estados de Conquista era a grande aringa (<sup>165</sup>) que podia ter uma milha de circunferência e podia conter as palhotas de centenas de chefes seguidores. Eram o centro económico do estado de onde o comércio era conduzido(<sup>166</sup>).

Os conflitos que se desenvolveram entre os próprios estados e entre estes e os portugueses, no século XIX, são conhecidos pelas guerras da Zambézia. A 1ª fase de guerras situa-se entre 1840 e 1862. Durante este período os Caetano Pereiras da Macanga contestaram primeiro com as autoridades de Tete o controle das terras a norte da Zambézia e depois com da Cruz pelo controle do próprio rio(<sup>167</sup>). A 2ª fase de guerras foi de 1880 a 1892 e foi mais complexa porque a Zambézia se encontrava sob fortes pressões, não só internacionais de poderes europeus, como também, de reformadores coloniais europeus. Ao mesmo tempo, estados africanos independentes como Gaza, Bárue e chefaturas Shona, Macua e Nguni também se encontravam ameaçadas. Os muzungos encontravam-se perante a escolha entre colaborar ou resistir aos portugueses(<sup>168</sup>). A 3ª fase iniciou-se com Manuel António de Sousa a ocupar Bárue em 1880 e quebrando o levantamento de Massingir de 1884 (<sup>169</sup>).

Entre 1892-1902 processã-se a destruição destes estados. A intensificação da competição entre os poderes imperialistas europeus durante o período da "Luta por África" puseram em movimento um conflito inevitável com os estados militares. Não desejando renunciar à sua soberania política, tornaram-se um objectivo das actividades expansionistas Portuguesas e Britânicas. A recusa dos senhores da guerra de abdicarem do seu poder, justificou as acções que sobre eles foram lançadas (<sup>170</sup>). Durante 1890's grandes forças militares portuguesas, com as armas mais sofisticadas deram início a uma campanha para subjugar a região do médio Zambeze.

---

; ver também Newitt - *The portuguese muzungos and the Zambesi wars...* op. cit.

<sup>165</sup> Aringas eram enormes construções defensivas. Foram construída fazendo uma palissada de estacas verdes que se enraizavam para formar uma parede de árvores vivas. Eram frequentemente fortalecidas por trabalhos em pedra e estavam geralmente localizadas perto das margens dos rios - Newitt - *The portuguese muzungo...* op. cit., p. 22

<sup>166</sup> Newitt - *The portuguese muzungos...* op. cit., p. 22

<sup>167</sup> Para detalhes desta primeira fase ver Newitt - *The portuguese muzungos...* op. cit., p. 23

<sup>168</sup> Esta situação entre a colaboração e a resistência envolve uma grande complexidade, na medida em que, uma ou outra dependiam muitas vezes dos interesses dessa elite. Interesses políticos ou económicos, mostrando por isso já a fraqueza em relação ao comércio internacional.

<sup>169</sup> Newitt - *The portuguese muzungos...* op. cit., p. 22-24; Para detalhes sobre o levantamento de Massingir ver trabalho de Newitt - *The Massingir rising of 1884.* - J.A.H., vol. XI, nº1 (1970), pp. 87-105

<sup>170</sup> Isaacman + Rosenthal - *War, slaves and economy...* op. cit., p. 663

## 7.2 Bibliografia

328. CAPELA, José - A República militar de Maganja da Costa (1862-1898). - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, 135 p. - (Série Estudos, 3) (AHM B 912)
329. CASTILHO, Augusto de - Relatório da Guerra da Zambézia em 1888. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1891, 175 p. : il., mapas [+ anexos] (AHM B 51)
330. EÇA, Filipe Gastão de Almeida de - História das guerras no Zambeze, Chicoa e Massangano (1807-1888). - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953-54, 2 vols.: il., mapa (AHM B 333/I e II)
331. A expedição da Zambezia em 1869. - Nova Goa : Imprensa Nacional, 1870, 48 p. (AHM (b)B 104)
332. ISAACMAN, Allen - Ex-slaves, transfrontiersmen and the slave trade : the chikunda of the Zambese Valley, 1850-1900. - In : Paul E. Lovejoy (ed.) - Africans in bondage : studies in slavery and the slave trade. - Madison : University of Wisconsin, African Studies Program, 1986, p.273-309 (AHM (b)B 958)
333. ISAACMAN, Allen F. ; ISAACMAN, Barbara (colab.) - A tradição da resistência em Moçambique : O Vale do Zambeze, 1850-1921. - Porto : Afrontamento, 1979, 353 p. : mapas, tabs. (AHM B 547)
334. ISAACMAN, Allen ; ROSENTHAL, Anton - War, slaves and economy : The late nineteenth-century chikuñda expansion in South-Central Africa. - In : Cultures et Développement : Revue Internationale des Sciences du Développement, vol.XVI, nº3-4 (1984), pp.639-670 (AHM (b)B 504)
335. ISAACMAN, Allen ; ROSENTHAL, Anton - Military slaves, clients and mercenaries : Transformation of the chikunda of Mozambique, 1825-1920. - [s.l.: s.n., s.d.], 39,[12],[7] f. (AHM (b)B 899)
336. NEWITT, M. - The portuguese muzungos and the Zambesi wars. - In : The societies of Southern Africa in the 19th and 20th century. - London : University of London, Institute of Commonwealth Studies, 1974, p.19-28. - (Collected Seminar papers, 17) (AHM (b)B 593)
337. NEWITT, M.D.D. ; GARLAKE, P.S. - The «aringa» at Massangano. - In : Journal of African History, vol.VIII, nº1 (1967), p.133-156 : il., mapa, fotos
338. Notícia acerca do Bonga da Zambezia. - Lisboa : Typographia Lisbonense, 1869, 16 p. (AHM (b)B 178)

## Ver Também

116, 638, 651, 803

## 8. OS REINOS AFRO-ISLÂMICOS DA COSTA

### 8.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A maior parte dos trabalhos relativos aos reinos afro-islâmicos da costa em Moçambique, são dedicados sobretudo ao Sultanato de Angoche, por ter sido o estabelecimento mais importante e de maior preponderância. As referências a Sancul, Sangage e Quitangonha, são geralmente feitas em função da política portuguesa, da sua participação no comércio e em função de Angoche<sup>(171)</sup>. Podemos, no entanto, encontrar diversos trabalhos que a eles fazem referência. O estudo mais abrangente é a tese de doutoramento de Nancy Hafkin<sup>(172)</sup> que é essencial para o estudo do sultanato de Angoche, e os restantes reinos afro-islâmicos da costa, onde analisa a base económica que levaram ao surgimento da sua ascendência durante o século XVIII e as suas relações com os Macua do litoral.

A.J.de Mello Machado<sup>(173)</sup> apresenta a história de Angoche, dividindo-a em três períodos principais: o 1º Domínio a que chama Domínio Nativo; o 2º Domínio Muçulmano (desde a chegada dos muçulmanos à costa de Moçambique e a sua fixação no litoral até à conquista de Angoche em 1801 pelas forças de João Bonifácio) e o 3º Domínio Português (que engloba o período da conquista, ocupação, pacificação e fixação dos portugueses no território de Angoche). Apresenta as linhas dinásticas que governaram o sultanato consoante as informações recolhidas por Eduardo Lupi<sup>(174)</sup>.

A partir do século XII começaram a surgir povoamentos comerciais islâmicos na costa oriental de África. Existiam três povoamentos islâmicos importantes na costa, entre a Ilha de Moçambique e Quelimane : Sancul, na baía Mokambo mesmo a sul da Ilha de Moçambique entre Lumbo e Mogincual; Sangage, no rio Metomode e Angoche, que se situava na embocadura/estuário do rio Mluli/Miluli. Um quarto povoamento, Quitangonha, situava-se na península de Matibane a norte da Ilha de Moçambique.

<sup>171</sup> Ver trabalho de Mbwiliza - *Resistance and collaboration or the struggle and units of opposites : The dilemma of the comprador class at Sancul 1750-1850.* - In : *UTAFITI*, vol.4, nº2 (1979), pp.195-217, onde Mbwiliza analisa o processo de colaboração/resistência, principalmente em relação ao sheicado de Sancul embora abordando também Quitangonha.

<sup>172</sup> Nancy Jane Hafkin - *Trade, society and politics in northern Mozambique c.1753-1913.* - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973, 423 p.

<sup>173</sup> Mello Machado - *Entre os Macuas de Angoche...op.cit.*

<sup>174</sup> Mello Machado - *Entre os macuas...op.cit.*, p.400 e 527-529 ; Hafkin - *Trade, society and politics...op.cit.*, p.202-231 também apresenta um cronograma das linhas dinásticas e os principais aspectos e problemas que se colocaram na sucessão de Angoche.

A partir da chegada dos portugueses à costa moçambicana e à sua fixação em Sofala, dá-se início a uma confrontação quase permanente entre estes e os portugueses. O estabelecimento destes últimos no Vale do Zambeze, conduziu à expulsão dos swahili das terras do Monomotapa (pelo menos teoricamente), tendo sido um duro golpe para Angoche. Por outro lado, os swahili do norte de Moçambique, até ao século XVIII, tinham estado sujeitos ao domínio dos Marave que em finais do século XVI tinham estendido o seu controle até à costa norte<sup>(175)</sup>.

Teoricamente os sheicados e sultanatos encontravam-se subordinados aos portugueses, mas na prática, a situação era fictícia, porque esta subordinação existia enquanto os portugueses não interferissem contra os seus interesses e autonomia. Portugal decidiu, no entanto, adoptar uma "política de sobrevivência", como lhe refere Hafkin, onde a maior componente era a de incorporar os governantes swahili na administração das terras-firmes. Sob este arranjo, os sheiks eram uma parte da administração portuguesa<sup>(176)</sup>. No entanto, a sua autonomia permanecia grande porque os portugueses não possuíam nem recursos humanos, nem financeiros, nem militares para os conseguirem dominar.

Segundo Hafkin, o poder político dos povoamentos swahili e o predomínio do tráfico de escravos no norte de Moçambique é um fenómeno relacionado. Foi a necessidade de escravos pelos franceses, a partir de finais do século XVIII, que deu aos swahili armas e vantagens que lhes permitiram manipular quer os Macua, quer os portugueses<sup>(177)</sup>.

A história de Angoche encontra-se bem documentada desde a sua fundação, nos finais do século XV pouco antes da chegada dos portugueses, coincidindo com o declínio do Grande Zimbábwe até à sua conquista definitiva em 1912<sup>(178)</sup>. A sua resistência aos portugueses,

<sup>175</sup> Aurélio Rocha - *A resistência em Moçambique : O caso suáli, 1850-1913.* - In : *I Reunião Internacional de História de África : Relações Europa-África no 3º quartel do século XIX.* - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989, p.581-615, p.583 Este trabalho de Rocha é importante sobretudo para o estudo da resistência dos reinos afro-islâmicos da costa aos portugueses.

<sup>176</sup> Hafkin - *Trade, society and politics...op.cit.*, p.v e xi-xii Hafkin refere que os sultões/sheiks encaravam o salário como um tributo que lhes era pago pelos portugueses; segundo a "*História de Moçambique*" do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, vol.1, p.126, foi com o objectivo de ganharem o seu apoio na luta contra os chefes macua que os portugueses outorgaram-lhes cargos administrativos militares subalternos como o de capitão-mór, bem como remunerações pelo exercício desses cargos.

<sup>177</sup> Hafkin - *Trade, society and politics...op.cit.*, p.x, e Hafkin adianta que os swahili não criaram um império mas antes, dominaram uma rede comercial baseada no comércio de escravos (p.xi).

<sup>178</sup> Ver por exemplo os trabalhos de M.D.D.Newitt - *The early history of the Sultanate of Angoche.* - In : *Journal of African History*, vol.XIII, nº3 (1972), p.397-406; *Idem - Angoche, the slave trade and the portuguese c.1844-1910.* - In : *Journal of African History*, vol.XIII, nº4 (1972), p.659-672; A.Rita-Ferreira - *Agrupamento e caracterização étnica dos indígenas...op.cit.*; *Idem - Fixação portuguesa e história pré-colonial de Moçambique...op.cit.* Rita-Ferreira refere-se essencialmente à sua organização

as lutas que travou, o seu apogeu no século XVIII e século XIX devido ao tráfico de escravos, são aspectos mencionados pela maioria dos autores que se referem não só ao norte de Moçambique, como também, nos que estudam o tráfico de escravos. Até ao início do século XX os sheicados de Quitangonha, Sancul e Angoche continuavam fora do controle dos portugueses e o comércio de escravos vai perdurar em Angoche até 1910. Só quando os portugueses lançam as campanhas de ocupação e conquista a partir de 1885 é que se foi conseguindo quebrar a resistência dos diferentes povos a norte de Moçambique.

## 8.2 Bibliografia

339. HAFKIN, Nancy J. - Sheiks, slaves and sovereignty : politics in nineteenth century Northern Mozambique. - [Boston] : Boston State College, 1971. - Presented at the fourteenth annual meeting of the African Studies Association, Denver, Nov.3-6, 1971 (AHM (b)B 60)
340. HAFKIN, Nancy Jane - Trade, society and politics in Northern Mozambique c.1753-1913. - Ann Harbor : University Microfilms International, 1976, xxiii, 423 p. : mapa. - Ph.D.Dissertation, Boston University, 1973 (AHM B 537; F.Let. Q-279)
341. JOÃO, Brito - Abdul Kamal (1892-1966) et l'histoire du Chiure aux XIXe et XXe siècles : étude sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise. - Paris, 1989, 173 p. : mapas, tabs. - Mémoire d'Histoire et Anthropologie pour le Diplôme d'EHESS sous la direction de M.Elikia M'Bokolo (AHM B 953)
342. LUPI, Eduardo - A região de Angoche. - Lisboa : Typographia Universal, 1906, 28 p. (AHM (b)B 1248)
343. LUPI, Eduardo - A região de Angoche (excerpto d'uma Memoria inedita). - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 24ª série, nº8 (Ago.1906), p.233-260
344. MACHADO, C.R. - Mussa Quanto, Napoleão de Angoche. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, XXVIII (1920), p.54-70
345. MBWILIZA, J.F. - Resistance and collaboration or the struggle and unit of opposites : The dilemma of the comprador class at Sancul 1750-1850. - In : UTAFITI, vol.4, nº2 (1979), p.195-217 (AHM (b)B 853)
346. MEDEIROS, Eduardo - A chefatura dos Megama do Chiure : Contexto económico e político da sua instalação. - In : Cadernos de História, nº4 (Mai.1986), p.21-27

---

*social e relações de parentesco; Mello Machado - Entre os Macuas de Angoche...op.cit.; Eduardo do Couto Lupi - Angoche : Breve memória...op.cit. Eduardo Lupi foi capitão-mór de Angoche entre 1903 e 1905 escreveu esta monografia em 1907 que é referenciada por vários autores modernos.*

347. NEWITT, M.D.D. - The early history of the sultanate of Angoche. - In : Journal of African History, vol.XIII, nº3 (1972), p.397-406
348. VILHENA, Ernesto Jardim de - A influência islâmica na costa oriental d'África : I parte : Do século VIII ao meado do século XVII ; II parte : Do meado do século [XVII] até ao presente. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatórios e memórias sobre os territórios. - Lisboa : Typographia da "A Editora", 1905. - pp.19-71 (AHM B 180)

**Ver também**

116, 159, 253, 318, 319, 353, 356, 409, 463, 470, 477, 782, 792, 807, 811

#### IV. ECONOMIA

##### 1. COMÉRCIO NO LITORAL ATÉ AO SÉCULO XVI - O COMPLEXO MERCANTIL NO OCEANO ÍNDICO

###### 1.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A bibliografia específica do comércio no litoral e sobre o complexo mercantil do Oceano Índico, antes da chegada dos portugueses, é de certo modo ampla, apesar de se referirem sobretudo à área a norte de Moçambique<sup>(179)</sup>. Não deixa, no entanto, de ser fundamental a sua análise para a compreensão do vasto complexo comercial existente. Existem também referências a ele em quase todos os trabalhos que se referem ao período da chegada dos portugueses, sobretudo em função do que é que estes vieram encontrar em termos comerciais já instalado na costa de Moçambique.

Antes do século XVI o comércio do Oceano Índico era controlado pelos muçulmanos. No sub-contidente indiano as suas actividades eram dominantes ao longo da costa do Malabar até ao baixo Calicut<sup>(180)</sup>. A indicação mais antiga acerca de Sofala encontra-se em al-Masudi viajante árabe do século X que refere, que "os marinheiros de Omã, da tribo de Al-azd, viajavam nos mares de Zang até Kambala e Sufalah de Wakwaq"<sup>(181)</sup>. A principal mercadoria de comércio era o ouro e o marfim. No séc.X (ano de 930) instalam-se na costa africana, refugiados árabes criando cidades mercantis de Braço e Mogadoxo, apoderam-se do comércio de Sofala, que os enriquece e de outros locais, que tinham como fulcro de permuta o ouro africano por tecidos de algodão indianos e, segundo Vilhena, cerca do ano

<sup>179</sup> Ver trabalhos referenciados na bibliografia. Sobretudo os trabalhos publicados na *História Geral da África*, publicada pela Unesco, trabalhos de K.N. Chaudhuri, G.S.P. Freeman-Greenville, S. Subrahmanyam; Neville Chittick; D.G. Keswani, entre outros.

<sup>180</sup> Alpers - *Ivory and slaves...* op. cit., p. 86

<sup>181</sup> Maria Benedita de Araújo - *O giro moçambicano: Subsídios para a história de Moçambique (1498-1752)*. - Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992, p. 74; Inácio Guerreiro - *A África Oriental: Os casos de Sofala e Moçambique*. - In: Luis Albuquerque (dir.) - *Portugal no mundo*. - Lisboa: Publicações Alfa, 1989, vol. 3, p. 37-38; ver também o trabalho de Terry Howard Elkiss - *The quest of an african eldorado: Sofala, Southern Zambezia, and the portuguese, 1500-1865*. - Ann Arbor: University Microfilms International, 1979 onde analisa com certo detalhe a história da origem e desenvolvimento de Sofala. Segundo Elkiss, a região "Bilad as-Sufala" aparentemente marcava o limite sul da terra de Zanj e continha ao território dos wakwak (p. 5) Elkiss refere que a palavra Zanj/Zang não tinha um significado preciso, mas pensa-se ter sido usado como um termo racial, cultural e étnico, embora o sentido mais frequentemente usado foi o geográfico para descrever uma ampla secção da costa Oriental de África. O significado de wakwak também é pouco exacto, mas pode ter sido uma região a sul de Sofala habitada por povos falantes Koisan - nota 2, p. 5; Elkiss tenta acabar com o mito à volta de Sofala, chegando à conclusão que a riqueza de Sofala era muito exagerada e que o povoamento foi preservado por Lisboa apenas por causa da sua imagem legendária e simbólica.

1000 da era cristã, "um certo Aly, filho de Assam rei Xiraz da Pérsia vai fundar Quíloa"<sup>(182)</sup>.

Em meados do séc. XII comerciantes da Indonésia juntaram-se aos árabes comerciando com os povos do litoral trocando os seus produtos orientais por ouro, marfim, pele de leopardo, couraça de tartaruga, ambar cinzento e alguns escravos. De acordo com Al Idris (viajante árabe), indianos e chineses também frequentavam a costa oriental africana, comerciando com as ilhas Comores e tão longe quanto "siouna o lugar do governador se Sofala"<sup>(183)</sup>. Carlos Serra refere que o grande centro de irradiação swahili, a partir do século XII, foi Kilwa que, assenhoreando-se do comércio marítimo, os seus habitantes foram-se espalhando, ocupando ilhas como as Querimba, Moçambique e Angoche e Sofala<sup>(184)</sup>.

"Em breve Quíloa se desenvolve, assenhoreando-se do commercio marítimo á custa das suas rivaes Magadoxo e Brava à primeira das quaes consegue tirar o monopolio do ouro de Sofala. Desde então Quíloa tem o predomínio na costa oriental d'África. O ouro de Sofala enriquece-a[...] e os seus habitantes, muito provavelmente reforçados por gente da Persia e da Arabiã chamada pela sua prosperidade, seguem para sul e para norte, tomando aos indigenas ilhas ainda não occupadas, como as Querimba, Moçambique e Angoche, apossam-se das de Pemba, Zanzibar, Mafia e Comores, conquistam Mombaça e Melinde, povoam parte da terra firma e da Ilha da Lua (Madagascar). No fim do seculo XV está Quíloa no apogeu da sua grandeza[...]"<sup>(185)</sup>

Não era, contudo, o domínio territorial que pretendiam, mas o desenvolvimento do comércio. Tornou-se, por isso, importante para eles, o controle dos pontos da costa mais ricos ou que serviam para o escoamento dos produtos do interior. O tráfico intensifica-se no século XIII, altura em que os comerciantes muçulmanos de Guzarâte, Coíromondel,

<sup>182</sup> Ernesto Jardim de Vilhena - *A influência islâmica na costa Oriental d'África : I parte : Do século VIII ao meado do século XVII.* - In : Ernesto Vilhena - *Companhia do Nyassa : Relatórios e memorias sobre os territórios.* - Lisboa : Typographia da "A Editora", 1905, p.20

<sup>183</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production...* op.cit.p.1-2, refere que é difícil identificar "siouna", mas que é provável que tenha sido Sená um lugar de passagem das caravanas que iam para as feiras comerciais no planalto Shona.

<sup>184</sup> Carlos Serra - *Como a penetração estrangeira...* op.cit., vol.2, p.13

<sup>185</sup> Ernesto Jardim de Vilhena - *A influência islamica na costa oriental d'África: I parte: Do século VIII ao meado do século XVII.* - In : *Companhia do Nyassa : Relatorio e memorias sobre os territorios.* - Lisboa : Typographia da "A Editora", 1905, p.20-21 ; para o estudo da predominio de Quíloa ver também o trabalho de Neville Chittick - *East Africa and the Orient : Ports and trade before the arrival of the portuguese.* - In : Unesco - *Historical relations across the Indian Ocean : Report and papers of the meeting of experts organizaed by Unesco at Port Louis, Mauritius, from 15 to 19 July 1974.* - Paris : Unesco, 1980 onde se refere ao controle de Quíloa de todo o comércio estabelecido originalmente por Mogadishu, dominando e governando um certo número de portos na região de Sofala.

Malabar e Bengala, passaram a dominar grande parte das rotas comerciais do Oceano Índico que atingiu o seu apogeu no séc.XV, nas vésperas da chegada dos portugueses<sup>186</sup>). Os árabes possuíam entrepostos em Quelimane, Angoche e Ilha de Moçambique e comerciantes muçulmanos tinham estabelecido numerosas feiras no interior, que vão servir mais tarde de padrão para o comércio português. Pode-se pois dizer que a Costa Oriental de África visitada pelo menos desde os primeiros séculos da nossa era, por navegadores indonésios, que mantinham já no primeiro milénio, relações regulares com a Arábia do Sul, Pérsia, Índia e Malaca, contactos estes favorecidos pelo regime das monções no Oceano Índico<sup>187</sup>).

## 1.2 Bibliografia

349. ARAÚJO, Maria Benedita de - O giro moçambicano : subsídios para a história de Moçambique (1498-1752). - Coimbra : Universidade de Coimbra, 1992, 253 p.
350. ARAÚJO, Maria Benedita Aires de Almeida - Subsídios para a história comercial de Moçambique (1498-1752). - [s.l. : s.n., 19--?], 161 p. - Cópia dactilografada (AHM B 984)
351. CHAUDHURI, K.N. - Asia before Europe : economy and civilisation of the Indian Ocean from the rise of Islam to 1750. - Cambridge ; New York : Cambridge University Press, 1990, 477 p. : il., mapas (AHM J 832)
352. CHAUDHURI, K.N. - Trade and civilisation in the Indian Ocean : an economic history from the rise of Islam to 1750. - Cambridge : Cambridge University Press, 1985, 269 p. : il., mapas (AHM J 367)
353. CHITTICK, H.Neville - The arabic sources relating to the muslim expansion in the western Indian Ocean. - In : Mouvements de populations dans l'Océan Indien : Actes du quatrième Congrès de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien et du Quatorzième Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime tenu à Saint-Denis-de-la-Réunion du 4 au 9 Septembre, 1972. - Paris : Librairie Honoré Champion, 1979, p.27-31 (AHM F 585e)
354. CHITTICK, H.Neville - East Africa and the Orient : ports and trade before the arrival of the portuguese. - In : UNESCO - Historical relations across the Indian Ocean : Report and papers of the meeting of experts organized by Unesco at Port Louis, Mauritius, from 15 to 19 July 1974. - Paris : Unesco, 1980, p.13-22 (AHM F 299d)

<sup>186</sup> Valentim Alexandre - *Portugal no séc.XIX...op.cit.*, p.23; Maria Benedita de Araújo - *O giro moçambicano... op.cit.*, p.75

<sup>187</sup> Valentim Alexandre - *Portugal no século XIX : Antologia de textos históricos: vol.III : Origem do colonialismo português moderno (1822-1891)*. - Lisboa : Sá da Costa Editora, 1979, p.23

355. CHITTICK, H.Neville - The East Coast, Madagascar and the Indian Ocean. - In : Roland Oliver (ed.) - The Cambridge History of Africa : Vol.3 : From c.1050 to c.1600. - Cambridge : Cambridge University Press, 1977, p.183-231 : mapas (AHM F 3a/III)
356. CHITTICK, H.Neville ; ROTBERG, Robert I. (eds.) - East Africa and the Orient : Cultural syntesis in prè-colonial times. - New York : African Publishing Company, 1975, 343 p. (DAA 960)
357. DEVISSE, Jean ; LABIB, Shubi (colab.) - A África nas relações ~~nas relações~~ intercontinentais. - In : D.T.Niane (coord.) - História Geral da África : IV : A África do século XII ao século XVI. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1988, p.649-684
358. ELKISS, Terry Howard - The quest for an african eldorado : Sofala, Southern Zambezia, and the portuguese, 1500-1865. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1979, 202 p. : mapas. - Dissertation submitted to Michigan State University in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, 1979 (AHM B 563 ; F.Let. Q-280)
359. FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P. - The swahili coast, 2nd to 19th centuries : Islam, christianity and commerce in Eastern Africa. - London : Variorum Reprints, 1988, [s.p.] : il., mapas (AHM F 1069e)
360. GROSSET-GRANGE, H. - La coté africaine dans les routiers nautiques arabes au moment des grandes découvertes. - In : AZANIA, vol.XIII (1978), p.1-35 (AHM)
361. KAGABO, José - Les réseaux marchands arabes et swahili en Afrique Orientale. - In : Denys Lombard ; Jean Aubin - Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine 13e-20e siècles. - Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988, p.237-252 (AHM J 674)
362. KENT, Raymond K. - The possibilities of Indonesian colonies in Africa with special reference to Madagascar. - In : Mouvements de populations dans l'Océan Indien : Actes du quatrième Congrès de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien et du Quatorzième Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime tenu à Saint-Denis-de-la-Réunion du 4 au 9 Septembre, 1972. - Paris : Librairie Honoré Champion, 1979, p.93-105 (AHM F 585e)
363. KESWANI, D.G. - Indian cultural and commercial influences in the Indian Ocean from Africa and Madagascar to South-East Asia. - In : UNESCO - Historical relations across the Indian Ocean : Report and papers of the meeting of experts organized by Unesco at Port Louis, Mauritius, from 15 to 19 July 1974. - Paris : Unesco, 1980, p.31-43 (AHM F 299d)
364. MATVEIEV, Victor V. - O desenvolvimento da civilização Swahili. - In : D.T.Niane (coord.) - História Geral da África : IV : A África do séc.XII ao séc.XVI. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1989, p.467-491
365. MAUNY, Raymond - The wakwak and indonesian invasion in East Africa in 950 AD. - In : Studia, nº15 (Mai.1965), p.7-16 (AHM)

366. MOLLAT, Michel - Historical contacts of Africa and Madagascar with South and South-East Asia : The role of the Indian Ocean. - In : UNESCO - Historical relations across the Indian Ocean : Report and papers of the meeting of experts organized by Unesco at Port Louis, Mauritius, from 15 to 19 July 1974. - Paris : Unesco, 1980, p.45-60 (AHM F 299d)
367. NEWITT, Malyn - The Southern Swahili coast in the first century of european expansion. - In : AZANIA, vol.XIII (1978), pp.111-126 : mapa (AHM)
368. NEWITT, M.D.D. - Summary of a discussion paper on the economic impact of the portuguese on Mozambique in the sixteenth and seventeenth centuries. - In : Mozambique : Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec. 1978). - Edinburgh : Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1979, p.1-4 (AHM B 550)
369. NIANE, Djibril Tamsir - Relações e intercâmbios entre as várias regiões. - In : D.T.Diane (coord.) - História Geral da África : IV : A África do século XII ao século XVI. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1988, p.629-648
370. PENRAD, Jean-Claude - La présence isma'ïlienne en Afrique de l'Est : Note sur l'histoire commercial et l'organisation communautaire. - In : Denys Lombard ; Jean Aubin - Marchands et hommes d'affaires asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine 13e-20e siècles. - Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988, p.221-236 (AHM J 674)
371. RAMCHAUDANI, R.R. - Indian emigration to East Africa countries from ancient to early colonial times. - In : Mouvements de populations dans l'Océan Indien : Actes du quatrième Congrès de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien et du Quatorzième Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime tenu à Saint-Denis-de-la-Réunion du 4 au 9 Septembre, 1972. - Paris : Librairie Honoré Champion, 1979, p.309-329 (AHM F 585e)
372. SHERIFF, Abdul M.H. - A costa da África Oriental e o seu papel no comércio marítimo. - In : G.Mokhtar (coord.) - História Geral da África : II : A África antiga. - São Paulo ; [Paris] : Ática ; Unesco, 1983, pp.565-580
373. SUBRAHMANYAM, Sanjay ; THOMAZ, Luis Filipe F.R. - Evolution of empire : the portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. - In : James D.Tracy (ed.) - The political economy of merchant empires. - Cambridge : Cambridge University Press, 1991, p.298-331 (AHM A 819)
374. TOUSSAINT, Michel - Historical studies on the Indian Ocean. - In : UNESCO - Historical relations across the Indian Ocean : Report and papers of the meeting of experts organized by Unesco at Port Louis, Mauritius, from 15 to 19 July 1974. - Paris : Unesco, 1980, p.153-161 (AHM F 299d)

Ver também

114, 123, 348, 381, 394, 398, 410, 415

## 2. COMÉRCIO DO OURO E MARFIM (Ouro até 1693 ; marfim 1694-c.1760/70)

### 2.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A maior parte da bibliografia sobre deste tema engloba, simultaneamente, o comércio de escravos, tornando-se por vezes complexo situá-la numa temática específica, sem incorrer em alguns erros. Devido à bibliografia destes dois temas (ouro/marfim e escravos) ser praticamente comum, tentei dividi-la consoante o peso que cada um deles tinha, o que provavelmente nem sempre foi feito com sucesso.

A actividade portuguesa na África Oriental iniciou-se nos princípios do séc.XVI, porque a Coroa portuguesa desejava agarrar para si o comércio de especiarias do Oceano Índico e controlar o comércio do ouro do planalto Zimbabweano que se efectuava entre a África Central e a Ásia, através de Sofala. Para atingir o seu objectivo vão apoderar-se primeiro do porto de Sofala em 1505 (que era o principal porto de saída do ouro) e depois de Kilwa e Ilha de Moçambique (1507), o que vai levar à destruição das redes comerciais estabelecidas anteriormente. Segundo Botelho, o estabelecimento dos portugueses na Índia e na África Oriental "foi realmente uma longa e tenaz luta com os povos de raça árabe, indistintamente chamados mouros". Como referia o regimento dado por D.Manuel, em 1505, ao seu primeiro Vice-Rei da Índia D.Francisco de Almeida

"aos naturais da terra não fareis danos algum, assim em suas pessoas como em suas fazendas, porque tudo queremos lhes seja guardado, dizendo-lhes que aos mouros, a quem mandamos cativar e tomar todo o seu, o mandamos assim fazer por serem inimigos da nossa santa fé católica e com eles teremos continuamente guerra."<sup>188)</sup>

Na segunda e terceira década do século XVI deu-se início às grandes viagens de penetração para o interior da Zambézia devido à quebra da afluência do ouro a Sofala, porque os mercadores árabes e swahili, o desviavam por Tete e Sena, para a costa de Angoche. Como a ocupação de Sofala não garantia o monopólio da compra do ouro, tornava-se necessário ocupar o interior e mesmo as zonas de produção<sup>189)</sup>. A partir de 1530, iniciou-se a

<sup>188</sup> José Justino Teixeira Botelho - *História militar e política dos portugueses em Moçambique da descoberta a 1833*. - Lisboa : Centro Tip.Colonial, 1936, vol.1, p.40

<sup>189</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.43 ; entre os principais trabalhos para o conhecimento desta primeira fase comercial dos portugueses importa referir os trabalhos de Alexandre Lobato - *A expansão portuguesa em Moçambique*. - Lisboa, 1954, 3 vols; *Idem* - *Para a história da penetração portuguesa na África Central*. - In: Alexandre Lobato - *Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 77 ; *Idem* - *Evolução administrativa e económica de Moçambique, 1752-1763...op.cit.* ; Serra - *Como a penetração estrangeira transformou...op.cit.*, p.20 ; Eduardo Medeiros - *As etapas da escravatura no norte de Moçambique*. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, p.14 ; Maria Benedita de Araújo - *O giro moçambicano...op.cit.*,

penetração para o interior e a ocupação da região do Zambeze, estabelecendo-se em 1530/31 duas feiras em Sená e Tete e em 1540/44 uma feitoria comercial em Quelimane para supervisionar a entrada de navios nas várias embocaduras do rio Zambeze.

A Coroa portuguesa tentou periodicamente a partir de finais do séc.XVI e ao longo do século XVII conquistar as minas de ouro da África Central. Em 1572 uma expedição militar dirigida por Francisco Barreto tentou conquistar as terras do ouro no reino de Monomotapa, expedição esta que fracassou. Tinham também como objectivo substituir os mercadores árabes muçulmanos no comércio do ouro e do marfim na região da Zambézia. Este conflito, que surgiu com os comerciantes muçulmanos, vai conduzir à ruptura do comércio e ao declínio da prosperidade de Kilwa e Sofala<sup>(190)</sup>. É no século XVII, que parecem situar-se as raízes do domínio indiano no comércio de Moçambique, período em que o monopólio comercial entre a Ilha de Moçambique e Diu foi dado pelo Vice-Rei da Índia em 1686 aos baneanes<sup>(191)</sup>, isto é, à Companhia dos Mazanes, que possuía vários privilégios entre os quais, o monopólio de artigos de exportação - marfim, âmbar e a carcaça da tartaruga. A sua capacidade de negócio, o sentido de lucro, o seu comportamento, os privilégios recebidos, a protecção dos jesuitas, fizeram com que os baneanes atingissem uma posição importante, como grossistas e retalhistas no comércio entre Diu, Damão, Goa e Moçambique<sup>(192)</sup>. É nesta medida que vão começar a ser impostas restrições e vão ser tomadas medidas contra eles<sup>(193)</sup>.

Durante os séculos XVIII ao XIX o capital mercantil indiano experimentou um grande crescimento na África Oriental. A sua soberania sobre o comércio português estava no controle de mercadorias de comércio que estavam fora do controle da Junta de Comércio

---

*p.18 refere que a finalidade da Coroa Portuguesa, em querer assegurar o monopólio do comércio do ouro, é que vai estar na origem da reacção dos comerciantes árabes e swahili que o desviam da rota de Sofala intensificando o contrabando através de Angoche ; um trabalho interessante é o de Cyril Hromnik - Goans and Mozambique : The participation of the goans in the portuguese enterprise in the Rios de Cuama, 1501-1752. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1977 onde analisa com detalhe a participação dos "canarins" (povo konkani de Goa [Estado da Índia] convertidos ao cristianismo pelo clero português) juntamente com os portugueses, na penetração e empreendimentos iniciais.*

<sup>190</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production...* op.cit., p.4-5; ver também Medeiros - *As etapas da escravatura...* op.cit., p.14

<sup>191</sup> *Uma casta de comerciantes estabelecida em Diu.*

<sup>192</sup> Fritz Hoppe - *A África Oriental Portuguesa no tempo do Marquês de Pombal (1750-1777)*. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970, p.176-77

<sup>193</sup> Ver Fritz Hoppe - *A África Oriental Portuguesa...* op.cit., p.179-182; ver também Alpers - *Ivory and slaves...* op.cit., p.93 e 114-115

e no fornecimento de crédito aos portugueses (o crédito era a base de todo o comércio que se desenvolvia)<sup>194</sup>.

Moçambique era a principal praça comercial, nela se concentrando todas as importações e exportações que se faziam pela sua alfândega, pois nenhum navio podia ir directamente aos portos subalternos negociar directamente. Havia duas espécies de importações : as vedadas ou de lei e as de importação livre. As vedadas ou de lei eram constituídas pelos tecidos e contas, reservadas em primeiro lugar, ao comércio oficial, que alimentava o comércio de Moçambique e mantinha às carreiras de navegação. Estas fazendas de lei eram também distribuídas às feitorias para o pagamento dos salários dos funcionários. As importações livres, eram as importações que qualquer um podia fazer<sup>195</sup>. Os artigos cuja importação era vedada a particulares - as chamadas fazendas de lei - eram : o velório (missangas), contas de Belegate, calaim (estanho), pólvora, e diversos tipos de tecido/panos (em 1755 foi libertado o comércio de algumas destas fazendas de lei). As exportações eram ouro e marfim (alguns escravos) que eram os produtos essenciais, e algodão, breu, cera, cobre, cauri, cristais de rocha, dentes de cavalo marinho, esteiras (de Angoche e Ilhas Querimba), esponjas, bebidas indígenas<sup>196</sup>. A questão da moeda e suas equivalências, a questão dos pesos e medidas, são aspectos extremamente complexos dentro deste comércio. Muitos autores se referem a eles, encontrando por vezes dificuldades na sua análise. Além do mais, nem sempre os seus valores eram iguais em todas as regiões<sup>197</sup>.

Durante o século XVII o marfim permanecia a exportação dominante da África Oriental apesar do ouro continuar a chegar proveniente da Zambézia. O comércio na Macuana era uma das principais fontes de subsistência dos comerciantes privados, pelo que o comércio aí era seu privilégio. O governo local tentou por várias vezes dominar esse comércio. No comércio com os chefes Macua, os muçulmanos indianos e os comerciantes banianes raramente penetravam no interior, sendo feito através de comerciantes privados itinerantes, conhecidos como "comerciantes volantes" que comerciavam os tecidos com os chefes

<sup>194</sup> *Alpers - Ivory and slaves...op. cit., p.91*

<sup>195</sup> *Alexandre Lobato - Evolução administrativa e económica de Moçambique, 1752-1763. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957, p.257*

<sup>196</sup> *Lobato - Evolução administrativa...op. cit., p.257-262 ; Maria Benedita Araújo refere-se com detalhe a toda a problemática que envolveu o comércio e à legislação promulgada que, ora tornava o comércio monopólio dos capitães de Moçambique, ora da Coroa/Fazenda Real/Junta da Fazenda/Junta do Comércio, ou de Companhias, ou ainda livre, e as causas que foram acompanhando estes desenvolvimentos.*

<sup>197</sup> *Sobre a questão da moeda em moçambique ver Botelho- História militar...da descoberta a 1833... op. cit., pp.154-155; Lobato - Evolução administrativa ...op. cit., pp.264-271; António Alberto Andrade - Relações de Moçambique setecentista. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, onde na 3ª parte do seu trabalho tem um artigo dedicado ao dinheiro em Moçambique, pp.475-494; Carlos Serra - Os "prazos da coroa" em Moçambique : Contribuição para o estudo dos modos de produção coloniais. - [Maputo]: Universidade Eduardo Mondlane,[?1978], pp.52-53; Maria Benedita de Araújo - O giro moçambicano...op. cit., p.185-192*

macua em troca de marfim, que no regresso deixavam aos seus credores indianos o valor equivalente em marfim das mercadorias levadas para o comércio. No entanto, a prática mais comum era o de contratar agentes africanos - os patamares - que conduziam as caravanas para o interior<sup>(198)</sup>.

Em meados do século XVIII surge uma alteração na direcção do comércio controlado pelos Yao de Kilwa para Moçambique. Neste período o comércio Yao de marfim para Moçambique encontrava-se no seu apogeu, constituindo o fulcro da economia na Ilha de Moçambique e dos povoamentos na terra firme dela dependentes. Segundo Alpers, em meados do século XVIII, o comércio do marfim levado a cabo pelo Yao representava cerca de 65-70% de todo o comércio incluindo o que vinha dos Rios de Sena, Sofala e Inhambane<sup>(199)</sup>. Esta situação levou a conflitos internos entre os Macua e Yao que por sua vez conduziram a conflitos entre os Macua e os portugueses durante 1750's e 1760's.

Independência da África Oriental Portuguesa em relação a Goa, decretada a 19 de Abril de 1752, restringe-se inicialmente apenas à administração. O intercâmbio mercantil com a Índia e a unidade económica deviam ser mantidos. O primeiro Governador-Geral de Moçambique, Francisco de Melo e Castro vai reagir contra esta falta de independência económica<sup>(200)</sup>.

Em 1766, o Governador Baltasar Manuel Pereira do Lago procurou organizar o comércio com os Yao de forma eficiente. Para isso estabeleceu, em Março de 1766, uma Companhia dos Mujaos e Macuas para afastar as consequências nocivas da liberdade geral do comércio e impôr certas normas no complexo intercâmbio comercial com os Macua e Yao a partir da Ilha de Moçambique. Assim, foi dado à Companhia o poder de exercer o completo monopólio sobre o comércio do marfim, escravos, corno de rinoceronte com os Yao e Macua<sup>(201)</sup>. Em 1768/69 o Governador aboliu a Companhia. De novo se vê mais um

<sup>198</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production...* op.cit., p. 29

<sup>199</sup> Alpers - *Ivory and slaves...* op.cit., p.104 o trabalho de Alpers é importante para o estudo do deste comércio no Norte de Moçambique, principalmente em relação à participação dos Yao e Macua.

<sup>200</sup> Fritz Hoppe - *A África Oriental portuguesa...* p.61 analisa as actividades e medidas de Francisco de Melo e Castro em relação ao comércio; ver também, Lobato - *A ditadura do 1º Governador-Geral, em 1753*. - In: *Colonização senhorial...* op.cit., p.146-148 onde analisa como Melo e Castro, reagiu a esta situação da falta de independência económica, as medidas que toma e os conflitos que inevitavelmente vão surgir com o governo de Goa, porque, segundo Lobato o motor da vida administrativa de Moçambique era a chamada "Administração do Comércio", que tinha a seu cargo as despesas fundamentais, por isso Melo e Castro vai acabar com a ingerência de Goa na administração financeira do comércio de Moçambique logo em 1753; Lobato - *Evolução administrativa e económica...* op.cit., analisa a situação económica e administrativa principalmente o período após a autonomia do Governo de Goa, isto é, em meados do século XVIII.

<sup>201</sup> Alpers - *Ivory and slaves...* op.cit., p.116-117; Fritz Hoppe - *A África Oriental...* op.cit., p.188-191, neste seu trabalho tem o Apenso II, Documento nº3 os estatutos desta Companhia de Comércio sancionados pelo capitão-general Pereira do Lago a 11 de Março de 1766.

período de confrontações entre portugueses e indianos pela monopolização do comércio<sup>(202)</sup>.

No sul de Moçambique, a Baía de Lourenço Marques só entrou no giro comercial em 1544, passando a visitá-la anualmente um navio na mira do resgate (comércio) do marfim, ambar. Inhambane começou a ter um comércio regular nos fins do século XVI, onde também era visitada por um navio anualmente. Entre 1720 e 1835 africanos e europeus lutaram pelo controlo do sul de Moçambique<sup>(203)</sup>. Em 1721 a Companhia Holandesa da Índia Oriental construiu uma feitoria comercial na Baía de Lourenço Marques permanecendo na região até 1730<sup>(204)</sup>. O principal objectivo da Companhia era tirar proveito do comércio dos produtos que a região produzia e encontrar uma rota para as terras do Monomotapa. No entanto, os holandeses vão acabar por abandonar a feitoria devido à oposição que encontraram entre os Ronga<sup>(205)</sup>. Em 1777 a Baía volta a ser ocupada agora pela Companhia Austríaca de Trieste que permaneceu entre 1777-1781. Em 1781 portugueses ocupam a Baía de Lourenço Marques.

Durante grande parte do século XVIII a prosperidade de Moçambique foi construída sob o comércio do marfim, mas a partir de finais do séc. XVIII a riqueza viria a ser construída de forma progressiva sob o comércio de escravos. Segundo Alpers, o comércio do marfim e de escravos coexistiram durante um certo período de tempo (entre 1760/70-1785), mas uma série de factores, colocaram os dois tipos de comércio em conflito. Estes factores deveram-se sobretudo aos participantes nestes comércios - enquanto que o comércio de marfim era quase exclusivamente capitalizado pelos mercadores indianos e encontrava-se nas mãos dos Yao, o comércio de escravos era capitalizado pelos europeus e encontrava-se principalmente nas mãos dos Macua. A partir de 1785 o comércio de marfim começa a extinguir-se<sup>(206)</sup>.

<sup>202</sup> Ver Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.117, 145-148 que analisa uma nova série de medidas promulgadas pelos diversos Governadores-Gerais visando quebrar o seu predomínio comercial, impedir o comércio livre e sobretudo o acesso dos indianos ao comércio do marfim com os Yao e Macua ; Hoppe - *A África Oriental Portuguesa...op.cit.*, p.192

<sup>203</sup> Para o sul de Moçambique interessa consultar os trabalhos de David Hedges - *Trade and politics in Southern Mozambique...op.cit.* e de Alen K. Smith - *The struggle for control...op.cit.* onde ambas nos dão uma visão importante deste comércio.

<sup>204</sup> Segundo Cândido Teixeira, a fundação de um estabelecimento permanente português em Inhambane foi a estratégia para impedir o avanço dos holandeses que se tinham fixado na Baía de Lourenço Marques a partir de onde procuravam atingir as fontes do ouro do «sertão». ver Cândido Teixeira - *A fundação de Inhambane e a sua estrutura administrativa e governamental nos meados do século XVIII.* - *Arquivo*, nº8 (Out.1990),p.5

<sup>205</sup> Alen Smith - *The struggle for control...op.cit.*, p.XVII

<sup>206</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.143

## 2.2 Bibliografia

375. ALBUQUERQUE, Luis de - Dois documentos sobre a carreira do trato de Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1976, 24 p. (AHM (b)B 327)
376. ALPERS, E.A. - Ivory and slaves : changing patterns of international trade in East Central Africa to the later nineteenth century. - Berkeley : University of California Press, 1975, 296 p. : il., mapas (AHM B477 ; F.Let. Q-183, V-902)
377. ALPERS, Edward A. - Tentative analysis of class formation in pre-colonial Mozambique (south of the Sabi). - Los Angeles : University of California, 1976, 32 p. (AHM (b)B 590) *(Press)*  
Conference on inequality in Africa, Studies Social Science Research Council, Mt.Kisco, 1976
378. ALPERS, E.A. - Thinking african economic history : A contribution to the discussion on the roots of underdevelopment. - In : Ufahamu, vol.3, nº3 (1979) (F.Let.T-687)
379. ALPERS, E.A. - Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century. - In : Journal of African History, vol.X, nº 3 (1969), p.405-420 (AHM (b)B 615)
380. ALPERS, E.A. - Gujerat and the trade in East Africa, c.1500-1800. - In : International Journal of African Historical Studies, vol.IX, nº1 (1976), p.22-44 (AHM s/cota)  
Este trabalho tem uma tradução portuguesa com contribuição de Gerhard Liesegang
381. AXELSON, Eric - Portuguese in South-East Africa, 1488-1600. - Johannesburg : C.Struik, 1973, xii, 276, [12] p.: il., mapas (AHM B 453)
382. AXELSON, Eric - Portuguese in South-East Africa, 1600-1700. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1960, 226 p. : il., mapas (AHM B 47; F.L. U-1033)
383. AXELSON, Eric - Portuguese pioneer in Southern Africa. - In : Industrial Review of Africa, vol.8, nº2 (Aug.1956), p.11-19 : il. (AHM B 761)
384. BALLARD, Charles - Trade, tribute and migrant labour : Zulu and colonial exploitation of the Delagoa Bay hinterland : 1818-1879. - Grahamstown : Rhodes University, 1979, 35 p. (AHM (b)B 594)
385. BHILA, Hoyini H.K. - The Manyika and the portuguese, 1575-1863. - London : London University, 1971, 278 p. : mapas. - Thesis presented for the degree of Doctor of Philosophy (AHM B 930)
386. BHILA, H.H.K. - Trade and politics in a Shona Kingdom : the Manyika and their african and portuguese neighbours, 1575-1902. - Salisbury : Longman, 1982, 291 p. (AHM B 466)

387. BHILA, H.H.K. - Manyika relations with Monomotapa, Changamira and the portuguese from the 16th century to the end of the 19th century. - London : University of London, School of Oriental and African Studies, Institute of Commonwealth Studies, [s.d.], 21 p. (AHM (b)B 597)
388. BOLÉO, Oliveira - Novas achegas para a historia da exploração das minas do Monomotapa. - Lisboa : Junta das Missões Geograficas e de Investigações do Ultramar, 1954, p.71-89. - (Separata de Garcia de Orta, vol.II, nº1 (1954) (AHM (b)B 278)
389. CAMPBELL, Gwyn - A estrutura do comércio marítimo de Inhambane nos meados do século XIX. - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), p.151-162
390. CARVALHO, Tito Augusto de - As companhias portuguesas de colonização : Memoria apresentada ao Congresso Colonial Nacional. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1902, 119 p. (AHM B 184)
391. CONCEIÇÃO, António da - Tratado dos Rios de Cuama /feitos por Fr.António da Conceição, Administrador da christandade de Moçambique e Rios e enviada ao Padre Fr.Diogo da Conceição, procurador da mesma christandade em Portugal, ambos religiosos de Santo Agostinho da mesma provincia de Portugal [1696]. - In : O Chronista de Tissuary. - Goa, [s.n., s.d.], p.39-45; 63-69; 84-92; 105-111. - Documento fotocopiado (AHM B 734)
392. COSTA, António Nogueira da - O capital mercantil em Moçambique. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1979, 4 p. - (Texto de Apoio, 1) (AHM (b)B 974)
393. COSTA, A[ntónio] Nogueira da - Penetração e impacto do capital mercantil português em Moçambique nos séculos XVI e XVII : O caso do Muenemutapa. - Maputo : Cadernos Tempo, 1982, 80 p.: il., mapas. - (Col. História, 3)
394. DICKINSON, Ronald W. - Sofala and the Rivers of Cuama : Crusade and commerce in S.E. Africa, 1505-1595. - Cape Town : The University of Cape Town, 1971, vii, 188 p. : mapas. - Thesis submitted for the degree of Master of Arts in the University of Cape Town (AHM B 1000)
395. FERREIRA, Joaquina Maria Araújo - Da importância da Ilha de Moçambique no período Filipino. - Lisboa : [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 1964, 214 p. - Dissertação para a Licenciatura em História (AHM B 544)
396. FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P. (compil.) - The East African coast : Selected documents from the first to the earlier 19th century. - 2 ed. - London : Rex Collings, 1975, 314 p. (DAA 960 FREe)
397. GRAY, Richard ; BIRMINGHAM, David - Pre-colonial african trade : Essays on trade in central and eastern Africa before 1900. - London : Oxford University Press, 1970, 308 p. (DAA 960 GRAp)

398. GUERREIRO, Inácio - A África Oriental : Os casos de Sofala e de Moçambique. - In : Luis Albuquerque (dir) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.3, pp.37-53 (AHM A 803 III)
399. GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara ; BOLÉO, José de Oliveira - As minas de prata de Chicoa em um relatório do séc.XVII : comentários históricos e geográficos. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1944, 91 p.: il. (AHM B 26)
400. HEDGES, David William - Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth century. - London : University of London, School of Oriental and African Studies, 1978, viii, 271 p. : mapas. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy (AHM B 540 ; CEA tese 11)
401. HEDGES, David - Makuani and Maravi. - In : Journal of African History, vol.35, nº1 (1994), p.142-144  
Crítica ao livro de J.F.Mbwiliza "History of commodity production in Makuana, 1600-1900 : Mercantilist accumulation to imperialist domination".
402. HENRIKSEN, Thomas H. - Mozambique : A history. - London; Cape Town : Rex Collings ; David Philip, 1978, 276 p. (AHM B 566)
403. HROMNIK, Cyril Andrew - Goa and Mozambique : the participation of goans in portuguese enterprise in the Rios de Cuama, 1501-1752. - Michigan : University Microfilms International, 1977, xii, 497 p. : mapa. - Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Syracuse University (AHM B 536 ; F.Let. Q-275) /i
404. ISAACMAN, Allen - Mozambique : From colonialism to revolution, 1900-1982. - Boulder : Westview Press, 1983 (AHM B 798; F.Let. Q-178)
405. ISHEMO, Shubi L. - Some aspects of the economy and society of the Zambezi Basin in the nineteenth and early twentieth centuries. - In : Mozambique : Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1979, p.16-31 (AHM B 550)
406. JOÃO, Benedito Brito - Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX. - In : Arquivo (Maputo), nº14 (Out.1993), p.175-184
407. LOBATO, A. - A expansão portuguesa em Moçambique. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1954, 3 vols. (AHM B 39 ; F.Let. J-777)  
Vol.1 : Descobrimto e ocupação da costa, 1498-1508 ; Vol.2 : Política da capitania de Sofala e Moçambique de 1508 a 1530 ; Vol.3 : Aspectos e problemas da vida económica.
408. LOBATO, Alexandre - Evolução administrativa e económica de Moçambique, 1752-1763. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957 (AHM B 40 ; F.Let. H-900)

409. MBWILIZA, Joseph Frederick - Towards a political economy of northern Mozambique : The makua hinterland 1600-1900. - Columbia : Columbia University, 1980, xii, 360 p.: mapas. - Dissertation for the award of the degree of doctor of Philosophy (AHM B 541)
410. MBWILIZA, Joseph Frederick - A history of commodity production in Macuani, 1600-1900 : mercantilist accumulation to imperialist domination. - Dar-es-Salaam : University Press, 1991, 193 p. : tabs.
411. PACHAI, B. - Christianity and commerce in Malawi : some pre-colonial and colonial aspects. - In : B. Pachai ; G.W.Smith ; R.K.Tangri - Malawi past and present : Studies in local and regional history. - [Malawi] : University of Malawi, 1967, p.21-48 (AHM F 352e)
412. PEREIRA, Luis Filipe - A criação da alfândega da Ilha do Ibo e a contribuição das ilhas para o comércio e vida de Moçambique no século XVIII. - Coimbra, 1970, viii, 226 p. - Trabalho de Licenciatura em História pela Faculdade de Letras de Coimbra (AHM B 376)
413. RITA-FERREIRA, António - A sobrevivência do mais fraco : Moçambique no 3º quartel do século XIX. - In : I Reunião Internacional de História de África : Relações Europa-África no 3º quartel do século XIX. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p.299-348 (AHM F 2290a)
414. SERRA, Carlos - O capital mercantil indiano em Moçambique (1687-1835) : um sistema de pilhagem. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 1978, 17 fl. - (Exemplar fotocopiado) (AHM B (b)592 ; F.Let. E-5128)
415. SERRA, Carlos - Como a penetração estrangeira transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos : o exemplo da Zambézia (1200/1964). - Maputo : Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1986, 2 vols. - (Col. "Moçambique e a sua História", 1 e 2)
416. SERRA, Carlos - Notas para uma periodização da penetração capitalista em Moçambique (1505-1974). - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 1979, 45 p. (AHM B (b)591)
417. SHERIFF, A. - Ivory and commercial expansion in East Africa in the nineteenth century. - In : G.Liesegang ; H.Pach ; A.Jones (eds.) - Figuring african trade : proceedings of the Symposium on the quantification and structure of the import and export and long distance trade of Africa in the 19th century (c.1800-1913), St.Augustin 3-6 Jan.1983. - Berlin : Dietrich Reimer Verlag, 1986, pp.415-449 (AHM F 759a)
418. SHERIF, Abdul - Slaves, spices and ivory in Zanzibar : Integration of East African commercial empire into the world economy, 1770-1873. - London : James Currey, 1987, 297 p.: mapas (DAA 960 SHEs)
419. SHIRODKAR, P.P. - India and Mozambique : centuries old interaction. - In : Africa Quarterly, vol.27, nº1-2 (1987), pp.20-43 (AHM)

420. SMITH, Alan K. - Delagoa Bay and the trade of South-Eastern Africa. - In : Richard Gray ; David Birmingham - Pre-colonial african trade: Essays on trade in central and eastern Africa before 1900. - London : Heinemann, 1970, p.265-289 (DAA 960 SMId)
421. SMITH, Alan K. - The struggle for control of southern Mozambique : 1720-1835. - Ann Arbor : University of Microfilms International, 1971, xx, 367 p. - Dissertation submitted in partial satisfaction of the requirements for the degree of Doctor in Philosophy in History, University of California, 1970] (AHM B 539; F.Let. Q-287)
422. SMITH, Alan K. - The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics 1750-1835. - In : Leonard Thompson (ed.) - African societies in Southern Africa. - London : Heinemann, 1969, p.171-189 (AHM F 403e ; F.Let. U-792, U-520)
423. SMITH, Alan K. - The Indian Ocean zone. - In : David Birmingham ; Phyllis M. (eds.) - History of Central Africa. - London : Longman, 1983, vol.1, p.205-244 (AHM)

**Ver também**

116, 175, 183, 192, 196, 209, 219, 220, 221, 235, 297, 340, 349, 350, 355, 356, 358, 368, 459, 470, 471, 645, 668, 669, 917, 921

### 3. TRÁFICO DE ESCRAVOS E SUA ABOLIÇÃO

#### 3.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Em Moçambique, o comércio de escravos nunca foi significativo até aos finais do século XVIII. Medeiros refere que o tráfico de escravos português era muito reduzido e "inscrevia-se nos circuitos escravagistas pré-existentes no Oceano Índico"<sup>(207)</sup> e ao analisar as diversas etapas da escravatura, recoloca o "fenómeno do tráfico numa continuidade cuja origem se situa muito antes do século XV"<sup>(208)</sup>.

Em 1720, os franceses a partir dos seus estabelecimentos do Oceano Índico começaram a aumentar a procura de escravos na Costa Oriental de África, para as suas colónias de plantações, porque os seus mercados tradicionais de escravos de Madagascar e Comores, já não eram adequados às suas necessidades. A viragem francesa para a África Oriental deveu-se assim à sua insatisfação com os escravos provenientes de Madagascar, vistos como insolentes e de pouca confiança, e por se ter tornado cada vez mais difícil obter aí escravos<sup>(209)</sup>. Foi durante 1730's que o tráfico de escravos entre Moçambique e as Mascarenhas se organizou de forma sistemática.

O governo central em Lisboa proibiu sistematicamente o negócio com os franceses porque, ao pretenderem sobretudo escravos, impediam o objectivo de Lisboa que os tentava canalizar principalmente para o Brasil e Minas Gerais<sup>(210)</sup>. Mas, apesar desta posição de Lisboa, as autoridades portuguesas em Moçambique não concordavam com esta decisão, porque o tráfico com os franceses lhes trazia bastantes lucros. Se o tráfico francês era ilegal

<sup>207</sup> Medeiros - *As etapas da escravatura no norte*. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, p.14

<sup>208</sup> Eduardo Medeiros - *As etapas da escravatura no norte de Moçambique...op.cit.*, p.61

<sup>209</sup> Alpers - *Ivory and slaves...op.cit.*, p.95 ; José Capela - *Escravatura. Conceitos. A empresa a saque*. - 2ªed.rev. - Porto : Afrontamento, 1978, p.168 ; Malyn Newitt - *Portugal in Africa : The last hundred years*. - London : C.Hurst, 1981, p.9

<sup>210</sup> Capela - *Escravatura. Conceitos...op.cit.*, p.168 ; ver também os artigos de René Pelissier - *Des étrangers dans des colonies étrangère : Voyageurs, missionnaires et commerçants français en Afrique centre-australe portugaise, ca.1840-1914*. - In : Daniel C.Bach (dir.) - *La France et l'Afrique du Sud : Histoire, mythes et enjeux contemporains*. - Paris : Éditions Karthala, 1990, p.67-84 ; Idem - *Os franceses em Moçambique (1850-1914)*. - In : *Moçambique : Cultura e história de um país : Actas da V semana de cultura africana*. - Coimbra : Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988, p.107-119 onde analisa a acção francesa em Moçambique.

e principalmente clandestino, a partir de 1814 tornou-se mais incontrolável com a abertura do porto de Quelimane aos negreiros brasileiros<sup>(211)</sup>.

O comércio francês de escravos em Moçambique e Ilhas Querimba era controlado por oficiais portugueses que desejavam monopolizar este comércio para si próprios, evitando que os franceses comerciassem directamente com os macua ou os swahili da costa. É longa a história da participação das autoridades portuguesas no comércio de escravos<sup>(212)</sup>. Capela no seu trabalho sobre a mentalidade escravista em Moçambique refere-se à necessidade e importância do conhecimento desta classe, para compreensão do fenómeno em si. Segundo Capela, esta mentalidade escravista "ter-se-á formado no período em que o tráfico constituía a actividade principal do comércio"<sup>(213)</sup>.

Mas a importância do comércio de escravos ganhou grande amplitude no início do século XIX quando compradores brasileiros, cubanos e americanos se juntaram aos franceses por volta de 1830's. Além destes, os "mujojos"<sup>(214)</sup>, os árabes de Zanzibar, Kilwa e Mombaça começaram a infestar as costas de Moçambique com os seus pangaios, onde desenvolveram um tráfico intenso de escravos. No último quartel do século XIX o tráfico de escravos pelos

<sup>211</sup> José Capela - *O tráfico de escravos para o Índico 1720-1902*. - In : José Capela - *O escravismo colonial em Moçambique*. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.93; Idem - *O tráfico de escravos no Porto de Quelimane 1793-1830*. - In : Capela - *O Escravismo colonial...op.cit.*, p.133-191 onde analisa a importância deste porto e o papel de Vasconcelos e Cirne para a abertura aí, de uma alfândega em 1817; José Capela (pref.e notas) - *Memória sobre a Província de Moçambique de Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne*. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1990; Idem - *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*. - Porto : Afrontamento, 1979, p.146-147 onde Capela refere que Cirne conseguiu desviar a predominância do comércio marítimo da capital para Quelimane com base no tráfico negreiro.

<sup>212</sup> Capela faz uma análise sobre o envolvimento dos Governadores de Moçambique neste tráfico: Sebastião Xavier Botelho (Governador-Geral 1825-1829); Vasconcelos e Cirne (Governador de Quelimane 1814-1820 e 1823-1826) que segundo Capela "deve ter sido o campeão dos que, em Moçambique somaram a qualidade de Governadores à de grandes traficantes"; Fernando Carlos da Costa (Governador de Quelimane e Rios de Sena); Rodrigo Luciano de Abreu e Lima (Governador-Geral 1843-1847); Domingos Fortunato do Vale (1847-1851); Vasco Guedes de Carvalho e Meneses (Governador interino de Moçambique, 1854-1857) - todos eles foram protectores deste tráfico ou nele estiveram implicados. Ver Capela - *A mentalidade escravista em Moçambique, 1837-1900*. - In : Capela - *O escravismo colonial...op.cit.*, p.24-29 ; Idem - *Apontamentos sobre os negreiros da Ilha de Moçambique, 1900-1920*. - In : Arquivo (Maputo), nº4 (Out.1988), p.83-89 que tem dados biográficos de personagens envolvidas no tráfico ; Aurélio Rocha - *Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil - século XIX : Tráfico de escravos, relações políticas e culturais*. - Studia, nº51 (1992), p.61-118, onde faz também uma análise da participação directa ou indirecta das autoridades portuguesas tráfico.

<sup>213</sup> Capela - *A mentalidade escravista em Moçambique 1837-1900*. - In : Capela - *O escravismo colonial... op.cit.*, p.23

<sup>214</sup> *Povos arabizados das Comores e Madagascar e de outras Ilhas do Índico*.

mujojos generalizou-se na costa de Moçambique, ao norte de Quelimane - Cabo Delgado, Moçambique e Angoche<sup>(215)</sup>.

Liesegang afirma que desde cerca de 1760 até 1860's o comércio de escravos em Moçambique constituiu a base económica de uma burguesia local, a maior parte de descendência euroasiática com mistura de africanos, onde alguns membros desta classe prosseguiram carreiras militares e administrativas, mantendo ligações com Portugal metropolitano e Brasil<sup>(216)</sup>. Mas foi a partir de meados do século que se começou a desenhar um conjunto de factores favoráveis ao estabelecimento da exportação regular de escravos de Moçambique para o Brasil. O mais importante destes factores foi a política colonial de Marquês de Pombal (1750-1777)<sup>(217)</sup>. Liesegang refere que no século XVIII, o ponto mais alto do comércio de escravos foi atingido em 1788, quando 11.000 escravos foram exportados<sup>(218)</sup>. De 1790 a 1794 as importações francesas para as Mascarenhas estavam no seu auge atingindo cerca de 4.500 a 5.000 escravos por ano. No período de 1831 a 1835, quase não foram exportados escravos. Em 1835 a exportação de escravos recomeçou e em 1837, o Governador Geral pressionado pelas necessidades fiscais e pelos colonos, decidiu desrespeitar a legislação de Lisboa que bania o tráfico<sup>(219)</sup>.

Nos finais do século XVIII, os Yao, e principalmente os Macua, começaram a fornecer escravos aos comerciantes portugueses, comércio este, mutuamente vantajoso para ambos os lados. Em 1787 o comércio de escravos foi dinamizado, porque o Governo decidiu autorizar a venda de armas aos Macua em troca de escravos, devido aos grandes proventos tirados deste comércio. A Macuana, devido à sua proximidade com a costa foi o maior

<sup>215</sup> Capela - *O tráfico de escravos para o Índico 1720-1902*. - In : *O escravismo colonial...op.it.*, p.117-119 ; ver também Capela - *O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique em 1902*. - In : *Arquivo (Maputo)*, nº3 (Abr.1988), p.5

<sup>216</sup> Gerhard Liesegang - *A first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914*. - In: G.Liesegang; H.Pachai; A.Jones (eds.) - *Figuring african trade : Proceedings of the symposium on the quantification and structure of the import and export and long distance trade of Africa in the 19th century (c.1800-1913)*. - Berlin : Dietrich Verlag, 1986, p.456 fez uma análise deste comércio baseando-se em numerosas fonte estatísticas e apresentando a sua evolução entre o período que vai de 1800 a 1914.

<sup>217</sup> Capela - *Moçambique-Brasil. O liberalismo na rota dos escravos*. - In : José Capela - *O escravismo colonial ...op.cit.*, p.193

<sup>218</sup> Segundo Liesegang, este número só voltou a ser ultrapassado em 1828-1829, quando os dirigentes do estado brasileiro se preparavam para viver sem a importação de escravos pois fora banido pelo governo brasileiro por pressão inglesa - Liesegang - *A first look...op.cit.*, p.460

<sup>219</sup> Liesegang - *A first look...op.cit.*, p.460 Após 1840 existem poucos dados sobre a exportação porque este se desenvolvia através do comércio ilegal principalmente no Norte de Moçambique e perto de Quelimane e em Inhambane (p.466)

reservatório de escravos para este comércio<sup>(220)</sup>. Além do mais, ela estava colocada na encruzilhada das maiores rotas comerciais do interior.

Alpers analisa com detalhe as mudanças de padrão de comércio levados a cabo pelos Makua e Yao, na primeira metade do século XVIII, para conseguirem ter um papel significativo neste comércio. Para os Yao, segundo Alpers, o ajustamento envolvia um desvio abrupto da rota do seu comércio em direcção à costa. Para os macua fez mudar a sua atitude perante o comércio de escravos onde as armas recebidas em troca de escravos permitiu o seu crescimento militar durante o segundo quarto do século<sup>(221)</sup>. Capela refere que pelos anos 1840/50 os grandes estados Yao das dinastias Mataka, Mtalica, Makanjila e Matiuiiri, tinham no comércio de escravos o pilar da sua economia e a base da sua dominação<sup>(222)</sup>.

O comércio de escravos ao sul do Zambeze nunca assumiu a importância e as proporções que teve no norte, apesar de alguns escravos terem sido exportados por Sofala e Inhambane<sup>(223)</sup>.

Em 1854 dá-se início ao sistema francês de "libres engagés" para a Reunião, que conduziu a fortes pressões por parte dos franceses para a aceitação de Portugal deste sistema, apesar de este se ir desenvolvendo com a cumplicidade das autoridades locais<sup>(224)</sup>.

As diversas tentativas de abolição do comércio encontraram sempre forte resistência porque este encontrava-se tão enraizado em Moçambique que todas as medidas que se tomavam não tinham qualquer implementação, nem aplicação, dando apenas origem ao crescimento do tráfico clandestino.

<sup>220</sup> José Capela ; Eduardo Medeiros - *O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*. - Maputo : Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987, p.89; Newitt - *Portugal in Africa...* op.cit., p.10 refere que a posição macua de grandes fornecedores foi de tal forma que o termo "makua" se tornou usado, nas colónias francesas do Índico, para designar todos os escravos negros. Para o estudo do tráfico de escravos no Norte de Moçambique é importante também consultar as teses de doutoramento de Joseph Mbwiliza - *Towards a political economy of Northern Mozambique : The Makua hinterland, 1600-1900*. - Columbia University, 1980 e a de Nancy Jane Haskin - *Trade, society and politics in Northern Mozambique c.1753-1913*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973

<sup>221</sup> Alpers - *Ivory and slaves...* op.cit., p.98

<sup>222</sup> Capela ; Medeiros - *O tráfico de escravos...* op.cit., p.115

<sup>223</sup> Para o estudo do tráfico no sul de Moçambique, ver Patrick Harries - *Slavery among the Gaza Nguni : Its changing shape and function and its relationship to other forms of exploitation*. - In : J.B.Pérez (ed.) - *Before and after Shaka : Papers in Nguni history*. - Grahamstown : Rhodes University, 1981, p.210-229 ; *Idem* - *Slavery, social incorporation and surplus extraction : The nature of free and unfree labour in South East Africa*. - *Journal of African History*, vol.22, n<sup>o</sup>3 (1981), p.309-330

<sup>224</sup> Capela ; Medeiros - *O tráfico de escravos...* op.cit. para o período de 1854-1902 têm dados sobre o número de libres engagés e escravos enviados para as ilhas do Índico; James Duffy - *A question of slavery...* op.cit., pp.43-48 analisa o sistema.

Mbwiliza, ao analisar o impacto deste comércio na Macuana ele refere que este acelerou o processo de diferenciação social; fez surgir chefes poderosos em Cambira e Uticulo; embora as relações entre as classes na Macuana não fossem sempre harmoniosas, a procura de mercadorias importadas (tecidos, armas...) exarcebou os conflitos intra-clãs pelo controle dos recursos e mercados e confrontações com os portugueses; abriu caminho para uma gradual subordinação da mulher e onde a residência matrilocal foi substituída pela patrilocal<sup>(225)</sup>. No entanto, Valentim Alexandre refere que é necessário analisar dentro do sistema colonial mercantilista a própria dinâmica das sociedades africanas. Ele refere que existe a tendência de ver as sociedades africanas estagnadas, indefesas, simples objecto da caça ao escravo, das razias efectuadas pelos traficantes mas que :

"o próprio desenvolvimento a grande escala do tráfico desmente esta perspectiva : a exportação anua de milhares de homens, durante três séculos só foi possível porque já existiam em África redes complexas de circulação de bens, que adaptando-se às condições do tráfico transoceânico, permitiram obter e drenar para a costa grande massa de escravos [...]."<sup>(226)</sup>

No entanto, Valentim Alexandre reconhece que apesar do prestígio e poder que este tráfico deu aos chefes africanos, o seu carácter predatório contribuiu a longo prazo para o enfraquecimento da estrutura económica, social e política dos Macua<sup>(227)</sup>. Mas Alpers vai mais longe, para ele, a alteração dos padrões do comércio internacional na África Oriental Central do século XVII ao XIX, incluindo as iniciativas africanas devem ser colocadas dentro do contexto das raízes históricas do sub-desenvolvimento em África.

Nas discussões em relação ao impacto do comércio de escravos, um problema que se coloca não é só em relação aos seus quantitativos, número que foi embarcado, quantos chegaram ao seu destino. Mas, aspectos como a mortalidade no mar durante a viagem, mortalidade durante os ataques para a sua captura, mortalidade durante a sua marcha para a costa, mortalidade durante o período que aguardavam para o embarque em barracões é um outro aspecto que ainda tem lacunas no seu estudo e apresenta grandes dificuldades de quantificação<sup>(228)</sup>.

Em Moçambique o fim do comércio de escravos e a transição para o comércio legítimo foi marcado por lutas internas entre as diferentes classes comerciais. Segundo Adelino Torres

<sup>225</sup> Mbwiliza - *A history of commodity production... op.cit.*, p.49-53

<sup>226</sup> Valentim Alexandre - *Portugal no século XIX : Antologia de textos históricos : vol.III : Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. - Lisboa : Sá da Costa, 1979, p.22 este trabalho reveste de particular importância pela abordagem que faz sobre a questão da participação africana no tráfico de escravos.

<sup>227</sup> Valentim Alexandre - *Portugal no século XIX...op.cit.*, p.25

<sup>228</sup> Ver Liesegang - *A first look...op.cit.*, p.491-492

se se observar as reformas que assinalaram a passagem da abolição do tráfico à abolição da escravatura e desta ao trabalho livre

"forçoso é constatar a não correspondência entre o discurso jurídico (e político) e a realidade económica e social. A escravatura perde a «legitimidade» tradicional e surgem novas classificações do trabalho (serviçal, obrigatório, compelido, correcional, livre), mas o problema de fundo permaneceu - do século XIX ao século XX, da Monarquia à República, a forma de produção escravagista, ou semi-escravagista, é o principal motor da economia colonial [...] e o regime de trabalho assalariado livre é excepcional."<sup>(229)</sup>

O tráfico de escravos atraiu vários estudiosos pela dimensão que este atingiu e pelas transformações que operou no interior das sociedades e nas relações entre si. Além dos mencionados no texto, onde José Capela tem um papel de relevo e é uma referência obrigatória, importa também destacar o trabalho de James Duffy que contém um estudo pormenorizado sobre a escravatura, o tráfico e o trabalho forçado ; o de Clarence-Smith<sup>(230)</sup> e o de Gwyn Campbell que analisa este tráfico, principalmente, em relação a Madagascar.

### 3.2 Bibliografia

424. ALEXANDRE, Valentim - Portugal no século XIX : Antologia de textos históricos : vol.III : Origens do colonialismo português moderno (1822-1891). - Lisboa : Sá da Costa, 1979 (AHM G 114a III)
425. ALMADA, J. - Apontamentos históricos sobre a escravatura e o trabalho indígena nas colónias portuguesas. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1932
426. ALPERS, Edward A. - Madagascar and Mozambique in the 19th century : The era of sakalava raids 1800-1820. - [s.l., s.n., s.d.], [1977], 27 p. - Tananarive, Colloque des Historiens et Juristes, 5-12 Set.1977 (DAA 960)
427. ALPERS, E.A. - The French slave trade in East Africa. - In : Cahier d'Études Africaines, vol.X, nº37 (1970), p.80-124 (AHM)

<sup>229</sup> Adelino Torres - *O império português entre o real e o imaginário*. - Lisboa : Escher, [1991], p.45-46

<sup>230</sup> Gervase Clarence-Smith - *O terceiro império português (1825-1975)*. - Lisboa : Teorema, 1985. Para Clarence-Smith é possível encontrar em Moçambique três redes sobrepostas de tráfico de escravos: (1) os banianos que actuavam sobretudo ao norte, mas como agentes locais dos mercadores que viviam na América; (2) no centro de Moçambique as relações escravagistas eram dominadas por uma combinação de funcionários locais e senhores dos prazos. Os exércitos de escravos dos senhores dos prazos faziam incursões de caça aos escravos até ao Vale do Zambeze e os funcionários actuavam como intermediários costeiros; (3) os mercadores portugueses que actuavam principalmente no Sul.

428. ALPERS, Edward A. - The impact of the slave trade on East Central Africa in the nineteenth century. - In : J.E.Inikori (ed.) - Forced migration : The impact of the export slave trade on african societies. - London : Hutchinson University Library for Africa, 1982, p.242-273. - Este artigo é um extrato da monografia do autor "Ivory and slaves in East Central Africa" (AHM F 2878a)
429. AUSTEN, Ralph A. - The 19th century Islamic slave trade from East Africa (Swahili and Red Sea coast) : A tentative census. - In : William Gervase Clarence-Smith (ed.) - The economics of the Indian Ocean slave trade in the nineteenth century. - London : Frank Cass, 1989, p.21-44 (AHM F 3022c)
430. BEACHEY, R.W. - The slave trade of Eastern Africa. - London : Rex Collings, 1976, 324 p. : mapas (F.Let. T-971)
431. BOTELHO, Sebastião Xavier - Escravatura, beneficios que podem provir ás nossas possessões d'Africa da prohibição daquelle trafico : Projecto de huma companhia commercial que promova e fomente a cultura e civilização daquelle dominios / obra posthuma de Sebastião Xavier Botelho offerecido ao Corpo de Commercio Portugues.. - Lisboa : Typographia de José B.Morando, 1840, 41 p. (AHM (b)B 260)
432. CAMPBELL, Gwyn - Madagascar and Mozambique in the slave trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861. - In : William Gervase Clarence-Smith (ed.) - The economics of the Indian Ocean slave trade in the nineteenth century. - London : Frank Cass, 1989, p.166-193 (AHM F. 3022c)  
Este artigo é igual ao publicado na revista Slavery and Abolition.
433. CAMPBELL, Gwyn - Madagascar and Mozambique in the slave trade of the Western Indian Ocean, 1800-1861. - In : Slavery and Abolition, vol.IX, nº3 (1988), p.165-192
434. CAMPBELL, Gwyn - The East African slave trade, 1861-1895 : the southern complex. - In : International Journal of African Historical Studies, vol.22, nº1 (1989), p.1-26
435. CAPELA, José - Aportamentos sobre os negreiros da Ilha de Moçambique, 1900-1920. - In : Arquivo (Maputo), nº4 (Out.1988), p.83-89
436. CAPELA, José - A burguesia mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900). - Porto : Afrontamento, [1975], 281 p. : tabs.
437. CAPELA, José - As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura 1810-1842. - Porto : Afrontamento, 1979, 254 p. : tabs.
438. CAPELA, José - Derrota e naufrágio da chalupa "Africana", 1829. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : /Edições/ Afrontamento, 1993, p.211-217 AH
439. CAPELA, José - Do escravismo ao nacionalismo. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : /Edições/ Afrontamento, 1993, p.219-224

440. CAPELA, José - Escravatura. Conceitos. A empresa a saque. - 2ªed.rev. - Porto : Afrontamento, 1978, 187 p.
441. CAPELA, José - Mentalidade escravista em Moçambique, 1837-1900. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.23-41  
Este trabalho é uma versão mais recente da publicada nos Cadernos de História nº2 (1985)
442. CAPELA, José - Mentalidade escravista em Moçambique, 1837-1900. - In : Cadernos de História, nº2 (Ago.1985), p.25-35
443. CAPELA, José - O problema da escravatura nas colónias portuguesas. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.51-63 : il. (AHM A 803vi)
444. CAPELA, José - O senhorio escravista zambeziano : um caso. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.43-56
445. CAPELA, José - Senhores e escravos : O relacionamento sexual em Quelimane em meados do século XIX. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.57-67
446. CAPELA, José - O alforriamento de escravos em Quelimane, 1824-1873. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.69-73
447. CAPELA, José - O tráfico da escravatura nas costas de Moçambique em 1902. - In : Arquivo (Maputo), nº3 (Abr.1988), p.5-11
448. CAPELA, José - O tráfico de escravos para o Índico 1720-1902. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.75-132
449. CAPELA, José - O tráfico de escravos no porto de Quelimane 1793-1830. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.133-191
450. CAPELA, José - Moçambique-Brasil. O liberalismo na rota dos escravos. - In : José Capela - O escravismo colonial em Moçambique. - Porto : Edições Afrontamento, 1993, p.193-209
451. CAPELA, José - Um caso de escravismo zambeziano em meados do século XIX. - In : Cadernos de História, nº4 (Mai.1986), p.29-36
452. CAPELA, José ; MEDEIROS, E. - O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1987, 128 p. : mapa. - (Col. Moçambique e a sua História, 3) (AHM B 359)

453. CARREIRA, António - O tráfico português de escravos no costa oriental africana nos começos do séc.XIX : Estudo de um caso. - Lisboa : Centro de Estudos de Antropologia Cultural, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1979, 131 p. - (Estudos de Antropologia Cultural, 12) (DAA 960 CART)
454. CLARENCE-SMITH, Gervase - O terceiro império Português (1825-1975). - Lisboa : Editorial Teorema, 1985, 272 p.
455. CLARENCE-SMITH, William Gervase - The economics of the Indian Ocean and Red Sea slave trades in the 19th century : an overview. - In : Slavery and Abolition, 9 (1988), p.1-20
456. CLARENCE-SMITH, William Gervase - The economics of the Indian Ocean and the Red Sea slave trade in the 19th century : An overview. - In : William Gervase Clarence-Smith (ed.) - The economics of the Indian Ocean slave trade in the nineteenth century. - London : Frank Cass, 1989, p.1-20 (AHM F 3022c)  
Este artigo é igual ao publicado na revista Slavery and Abolition.
457. CRUZ, José Maria Teixeira da - A presença portuguesa no Niassa, 1796-1834. - [Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964], 403 p. : mapas. - Dissertação apresentada à cadeira de História da Colonização Moderna do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina na época de Julho de 1964 (AHM B 833)
458. DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE - História de Moçambique : Vol.II : Agressão imperialista (1886-1930). - Maputo : Cadernos Tempo, 1983, 336 p. : il., mapas
459. DHLIWAYO, Kholisile David - External traders in the hinterland of Sofala, 1810-1889. - London : University of London, School of Oriental and African Studies, 1977, 166 p. : mapas. - Thesis submitted for the degree of Master of Philosophy (AHM B 542)
460. DUFFY, J. - A question of slavery : Labour policies in portuguese Africa and the British protest, 1850-1920. - Oxford : Claredon Press, 1967, 240 p. (AHM F 205a)
461. FILLIOT, Jean-Michel - Le traite africaine vers les Mascareignes. - In : Mouvements de populations dans l'Océan Indien : Actes du Quatrième Congrès de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien et du Quatorzième Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime tenu à Saint-Denis-de-la-Réunion du 4 au 9 Septembre, 1972. - Paris : Librairie Honoré Champion, 1979, p.235-244 (AHM F 585e)
462. GERBEAU, Hubert - Le traite esclavagiste dans l'Océan Indien : problèmes posés à l'historien, recherches à entreprendre. - In : UNESCO - Histoire générale de l'Afrique : La traite négrière du XVe au XIXe siècles. - Paris : Unesco, 1979, 341 p. : mapas. - (Études et Documents, 2) (ARPAC)

463. HAFKIN, Nancy J. - Resistance in nineteenth century Northern Mozambique : results of metropolitan-local conflict. - [Syracuse : s.n.], 1973, 16 p. : mápa. - Presented at the sixteenth annual meeting of African Studies Association, Syracuse, Oct.31 - Nov.3, 1973 (AHM (b)B 322)
464. HAFKIN, Nancy Jane - Trade, society and politics in Northern Mozambique c.1753-1913. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973, 423 p. - PhD Boston University Graduate School, 1973
465. HAMMOND, Richard - Uneconomic imperialism : Portugal in Africa before 1910. - In : L.H.Gann ; Peter Duignan (eds.) - Colonialism in Africa, 1870-1960 : vol.1 : The history and politics of colonialism, 1870-1914. - Cambridge : Cambridge University Press, 1973, p.352-382 (AHM F 11a ; F.Let. J-985)
466. HAMMOND, Richard - Portugal and Africa, 1815-1910 : a study in uneconomic imperialism. - Stanford : Stanford University Press, 1966 (AHM G 2a)
467. HAMMOND, Richard - Some economic aspects of portuguese Africa in the nineteenth and twentieth centuries. - In : Peter Duignan ; L.H.Gann - Colonialism in Africa, 1870-1960. - Cambridge : Cambridge University Press, 1973, vol.4, p.256-280 (AHM F 11a)
468. HARRIES, Patrick - Slavery, social incorporation and surplus extraction : The nature of free and unfree labour in South East Africa. - In : Journal of African History, vol.22, nº3 (1981), p.309-330
469. HEAD, Judith ; HEDGES, David - Crítica e comentário : Problemas da história da Zambézia. - In : Estudos Moçambicanos, nº4 (1983), p.127-139  
Crítica ao livro de Vail e White "Capitalism and colonialism in Mozambique : A study of Quelimane district"
470. HOPPE, Fritz - A África Oriental portuguesa no tempo do Marquês de Pombal, 1750-1777. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970, 528 p. (AHM B 387 ; F.Letras N-589)
471. LIESEGANG, Gerhard - A first look at the import and export trade of Mozambique, 1800-1914. - In : Gerhard Liesegang ; H.Pasch ; A. Jones - Figuring African trade : proceedings of a Symposium of the quantification and structure of the import and export and long distance trade of Africa in the 19th century (c.1800-1913). - Berlin : Dietrich Reimer Verlag, 1986, p.451-523 : mapas, tabs. (AHM F 759a)
472. MARQUES, Fernando Pereira - O projecto colonial de Sá da Bandeira. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.42-50 : il. (AHM A 803/VI)
473. MARQUES, João Pedro - Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista : A diplomacia portuguesa (1807-1819). - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº10-11 (1989), p.65-99

474. MBWILIZA, Joseph Frederick - Towards a political economy of Northern Mozambique : the Makua hinterland, 1600-1900. - Columbia University, 1980, 360 p. - Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy
475. MEDEIROS, Eduardo - As etapas da escravatura no Norte de Moçambique. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1988, 80 p. : mapas. - (Col.Estudos, 4)
476. MEDEIROS, Eduardo - As etapas mais marcantes do comércio de escravos no Norte de Moçambique é o aumento da "escravatura doméstica" na formação social macua-meto do Sul de Cabo Delgado, entre 1850 e 1910 : Notas para um debate. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arqueologia e Antropologia, 1984, [7] p., [2] f.: mapa (AHM 1020(b); B 856(b)  
Trabalho apresentado ao seminário de Antropologia (Maputo: Out.1984)
477. NEWITT, M.D.D. - Angoche and the slave trade and the portuguese, c.1844-1910. - In : Journal of African History, vol.XIII, nº4 (1972), p.659-672
478. O'NEILL, H.E. - Journey in the district west of Cape Delgado Bay, September, October, 1882. - In : Proceedings of Royal Geographical Society, new serie (1883), p.393-404 (AHM (b)B 985)
479. O'NEILL, H.E. - Mozambique and Nyassa slave trade. - London : British and Foreign Anti-Slavery Society, 1885, 24 p. (AHM (b)B 1009)
480. O'NEILL, H.E. - Journey from Mozambique to Lakes Shirwa and Amaramba : part I : from Mozambique through the Makua and Lomwe countries to Lake Shirwa, June to September, 1883 : part II : exploration of the Northern and North-Eastern shores of Lake Shirwa, and discovery of the Lakes Amaramba and Chiuta, the true sources of the Lugenda river. - In : Proceedings of Royal Geographical Society, new serie, VI (1884), p.632-655 ; p.713-741 (AHM (b)B 285/I e II)
481. PÉLISSIER, René - Des étrangers dans des colonies étrangères : Voyageurs, missionnaires et commerçants français en Afrique Centre-Australe portugaise, ca.1840-1914. - In : Daniel C.Bach (dir) - La France et l'Afrique du Sud : Histoire, mythes et enjeux contemporains. - Paris : Éditions Karthala, 1990, p.67-84 (AHM F 2238e)
482. PÉLISSIER, René - Os franceses em Moçambique (1850-1914). - In : Moçambique : Cultura e História de um país : Actas da V Semana de Cultura Africana. - Coimbra : Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1988, p.107-119 (AHM)
483. REGO, A.da Silva - O Ultramar português no século XIX (1834-1910) : palestra na Emissora Nacional de 16 de Fevereiro a 21 de Setembro de 1965. - 2ªed. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1969, 446 p. (F.Let. V-702)
484. RITA-FERREIRA, António - A sobrevivência do mais fraco : Moçambique no 3º quartel do século XIX. - In : I Reunião Internacional de História de África : Relações Europa-África no 3º quartel do século XIX. - Lisboa, 1989, p.299-348 (AHM F 2290a)

485. ROCHA, Aurélio - Contribuição para o estudo das relações entre Moçambique e o Brasil - séc.XIX : Tráfico de escravos, relações políticas e culturais. - In : *Stvdia*, nº51 (1992), p.61-118 (AHM)
486. SERRA, Carlos - Capitalismo e colonialismo em Moçambique (uma crítica à obra de Leroy Vail e Langed White). - *Cadernos de História* nº2 (Ago.1985), p.57-61  
Crítica ao livro de Vail e White "Capitalism and colonialism in Mozambique : a study of Quelimane district". Recensões críticas e notas de leitura.
487. SHERIFF, Abdul - Slave of an East Africa commercial empire into the world economy, 1770-1873. - London : James Currey, 1987 (AHM)
488. SHERIFF, A. - Localisation and social composition of the East African slave trade, 1858-1873. - In : William Gervase Clarence-Smith (ed.) - *The economics of the Indian Ocean slave trade in the nineteenth century*. - London : Frank Cass, 1989, p.131-145 (AHM F 3022c)
489. SUBSERRA, Marquês Bemposta ; BASTO, José Ferreira Pinto ; CABRAL, José Rebello da Costa - Relatório que dá notícia de várias possessões portuguesas no Ultramar. Representação a D.Pedro V sobre a decadência das nossas colónias. - (Lisboa) : [s.n.]. [1856?], 33 p. : quadro (AHM (b)B 788)
490. TORRES, Adelino - O império português entre o real e o imaginário. - Lisboa : Eschar, [1991], 355p.
491. TRUÃO, Antonio Norberto de Barbosa de Villas-Boas - Extracto do plano para um regimento ou nova constituição economica e politica da capitania de Rios de Senna, com todas as observações e informações necessarias para o referido fim / Organizado pelo governador da mesma colonia Antonio Norberto de Barbosa Villas-Boas Truão, no anno de 1806. - In : *Annaes do Conselho Ultramarino* (parte não official) : série I : Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858), p.389-417 (AHM)
492. VAIL, Leroy ; WHITE, L. - Capitalism and colonialism in Mozambique: A study of Quelimane district. - London : Heinemann, 1980, 419 p. : tabs, mapas, graf., fotos (AHM ; CEA C-092)

**Ver também**

265, 332, 339, 340, 348, 363, 376, 379, 385, 389, 392, 397, 404, 405, 409, 410, 415, 416, 418, 420, 422, 494, 531, 638, 684, 807

#### 4. COMÉRCIO DAS OLEAGINOSAS E PRODUTOS CAMPONESES (1860-1895)

##### 4.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Após a abolição do tráfico de escravos, foi reconhecido que a obtenção de novas fontes de receitas, só poderiam vir da agricultura, tornando-se, por isso, necessário incentivá-la. Várias medidas vão ser tomadas pela coroa portuguesa na tentativa de controlar a fase de transição entre o comércio "ilícito" e o comércio "lícito". Segundo Valentim Alexandre, entre essas medidas encontram-se: reformas nas pautas coloniais procurando fazer prevalecer os intuítos proteccionistas sobre os meramente fiscais; tentativas para o estabelecimento de carreiras marítimas regulares com a costa oriental (e ocidental); leis sobre a concessão de terrenos e sobre pesquisa e exploração de minas; primeiras disposições sobre mão-de-obra escrava, estipulando-se em 1858 um prazo de vinte anos para a abolição do estatuto de escravo nas colónias; reforma monetária decretada para Moçambique; ensaios de reformas do sistema militar colonial. Para Valentim Alexandre a situação era difícil porque exigia uma transformação radical do exercício da soberania portuguesa<sup>(231)</sup>.

Medeiros refere que

"O que as leis abolicionistas não conseguiram começou a consegui-lo o impacto do novo capital comercial que levou os camponeses a produzirem para o mercado internacional a partir de 1840-53. Conseguiu-o também, a ocupação colonial moderna desde 1886. O imposto de palhota e o mussoco zambeziano em 1854, e a implementação de uma economia de plantação em 1896 [que] foram as pontas de lança da penetração do capitalismo na região[...]. Perante os novos sistemas, a «produção» de escravos para exportação não tinha mais razão de existir. Tratava-se, agora, de controlar e utilizar localmente a força de trabalho."<sup>(232)</sup>

Segundo Chilundo, esta fase das oleaginosas, iniciada após 1860 representou de facto o último estágio do período mercantil estrito e constituiu, uma espécie de transição para o período imperialista, ou seja de colonização efectiva<sup>(233)</sup>.

<sup>231</sup> Valentim Alexandre - *Portugal no século XIX...op.cit.*, p.55-56

<sup>232</sup> Medeiros - *As etapas da escravatura...op.cit.*, p.49

<sup>233</sup> Arlindo Chilundo - *Quando começou o comércio das oleaginosas em Moçambique? Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850 e 1875.* - In : *Cadernos de História*, nº7 (Nov.1988), p.107. Neste seu trabalho Chilundo apresenta uma série de estatísticas mostrando não só a progressiva importância das oleaginosas em Moçambique, como também a fase em que cada um desses produtos se tornou dominante, (principalmente entre o gergelim e o amendoim) assim como a importância de cada um desses produtos para as diferentes regiões de Moçambique.

A abolição da escravatura foi acompanhada pela expansão e diversificação do comércio legítimo entre África e o mundo exterior, devido à mudança de exigências das economias ocidentais que agora procuravam o amendoim, sésamo, óleo de palma, copra, borracha, etc., para objectivos industriais. Esta tendência conduziu nos finais do século XIX a um fortalecimento geral da economia camponesa em produtos agrícolas dando origem à exportação destes produtos<sup>(234)</sup>. Conforme este comércio se desenvolve, os indianos vão penetrando para o interior, abrindo uma série de lojas nas áreas mais povoadas, onde transicionavam estes produtos.

Em meados de 1850's o gergelim começa a figurar entre os produtos de exportação, no início esporadicamente, mas mais tarde de forma mais sistemática. A partir de 1860's, o amendoim foi, de forma progressiva, transformando-se num dos principais produtos de exportação. Estes dois produtos foram quase na totalidade utilizados para a extração de óleo, destinados a diferentes fins, como alimentação, higiene da pele, unguentos, etc.<sup>(235)</sup>. Liesegang apresenta dados sobre a exportação de oleaginosas, no período posterior ao estudado por Chilundo, demonstrando a importância crescente que eles começaram a ter nas exportações de Moçambique e Quelimane, principalmente o amendoim e copra<sup>(236)</sup>.

A partir de 1850's assiste-se ao estabelecimento de sucursais de firmas europeias procurando oleaginosas para satisfazerem em matérias-primas a indústria europeia. Estas firmas europeias começaram por se instalar no litoral (Ilha de Moçambique, Ibo, Parapato (Angoche) e Quelimane) e para estes postos comerciais começaram a afluir camponeses africanos com os seus produtos.

Em 1855 a casa francesa de Marselha "Régis Ainé" estabeleceu a sua primeira feitoria na Ilha de Moçambique para o comércio do marfim e produtos necessários à indústria francesas, como é o caso das oleaginosas. Pouco depois a "Augustin Fabré et Fils" também de Marselha estabelecia feitorias comerciais em Ibo, Quelimane, Chiloane, Inhambane e Lourenço Marques. Entre os principais produtos comerciados encontravam-se o cauril, urzela, cocos, copra, gergelim e cera entre outros. Estes eram comerciados com o interior

<sup>234</sup> Newitt - *Portugal in Africa...op.cit.*, p.94-95; ver também Vail e White - *Capitalism and colonialism in Mozambique : A study of Quelimane District.* - Minneapolis : University of Minnesota Press, 1980, p.64 ; Liesegang - *The first look...op.cit.*, p.467 onde apresenta uma análise sobre as exportações que se começaram a fazer entre 1840-1870, entre as quais se encontrava a cassava, borracha, gergelim e caurim. Este trabalho de Liesegang é de grande importância pois apresenta-nos não só dados sobre o crescimento deste comércio, principais locais de produção e de exportação, como também os relaciona com outros produtos exportados.

<sup>235</sup> Chilundo - *Quando começou...op.cit.*, p.108-109 Chilundo refere que em 1862, numa exposição em Paris para a divulgação de produtos coloniais, Portugal apresentou amostras de amendoim, gergelim, mafurra, cocos, khungo ou castanha de Inhambane.

<sup>236</sup> Liesegang - *The first look...op.cit.*, p.476

através de agentes, principalmente baneanes<sup>(237)</sup>. Na realidade foram estas casas francesas que promoveram o comércio das oleaginosas e incentivaram a sua produção e comercialização<sup>(238)</sup>.

Abertura do Canal de Suez em 1869, permitiu a ligação de Moçambique através de uma rota directa por mar com a Europa, terminando com o seu isolamento na área comercial do Oceano Índico e permitindo o estabelecimento de relações comerciais mais permanentes com a Europa, tornando-se uma alternativa atraente, à costa ocidental, como fonte de fornecimento de oleaginosas. Liesegang cita o director das Alfândegas que chamava a atenção em 1869 para o extraordinário crescimento das exportações legítimas entre 1844 e 1868<sup>(239)</sup>. Aparentemente foi em 1886 que a borracha se tornou um dos principais produtos de exportação no Norte de Moçambique e foi, durante um curto período o mais importante produto de todo o Moçambique, constituindo 32% do valor total das exportações em 1887 e 21% em 1888<sup>(240)</sup>.

Em contrapartida, a economia do Sul de Moçambique, após 1850's, vai sendo atraída pela África do Sul onde as plantações de açúcar no Natal começavam a absorver grande número de trabalhadores migrantes.

A partir de 1890 e mais acentuadamente a partir de 1892, a comercialização de oleaginosas principiou a declinar rapidamente. Carlos Serra refere que uma das causas deste declínio se deveu à legislação promulgada por António Enes, que criou condições para que as Companhias pudessem instalar o sistema de plantações e através da venda da força de trabalho, fizessem cultivar pelos africanos outros produtos da agricultura de rendimento<sup>(241)</sup>.

<sup>237</sup> Chilundo - Quando começou...*op.cit.*, p.110-111 ele afirma que, o capital comercial destas casas francesas, pelo menos entre 1855 e 1880, tornou-se de tal modo hegemónico que o capital indiano e português se subordinaram a ele.

<sup>238</sup> René Pélissier refere que a preponderância das firmas marsehesas "Regis Ainé" e "Fabre Fils" nos anos de 1860-1870 é tão esmagadora que em 1862 o valor das importações moçambicanas, apenas para a cidade de Marselha, ultrapassou mais de 800% do das importações totais de Portugal provenientes das suas feitorias na África Oriental. René Pélissier - *Os franceses em Moçambique (1850-1914)*...*op.cit.*, p.114

<sup>239</sup> Liesegang - *The first look*...*op.cit.*, p.467

<sup>240</sup> Liesegang - *The first look*...*op.cit.*, p.474-475

<sup>241</sup> Carlos Serra - *Notas para uma periodização da penetração capitalista em Moçambique (1505-1974)*. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1979, p.22-23

#### 4.2. Bibliografia

493. CHILUNDO, Arlindo - Quando começou o comércio de oleaginosas em Moçambique? : Levantamento estatístico da produção e exportação no período entre 1850 e 1875. - In : Cadernos de História, nº7 (Nov.1988), p.107-123  
Também foi publicado na I Reunião Internacional de História de África : relação Europa-África no 3º quartel do séc.XIX. - Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p.511-523 (AHM F 2290a)
494. ISHEMO, Shubi Lugemalila - Economy and society of the Lower Zambezi Basin, ca.1850-ca.1914. -[Manchester]: University of Manchester, Department of History, 1986, 399 p. - Thesis submitted to the University of Manchester for the degree of Doctor of Philosophy in the Faculty of Arts (AHM B 871)
495. SILVA, Raul Ribeiro dos Santos Delgado e - O problema das oleaginosas : Posição de Moçambique. - Lisboa : [s.e.], 1952, 250 p. : quadros. - Dissertação para a cadeira de Economia Colonial, Curso de Altos Estudos Coloniais (AHM C 1694e)
496. VIEIRA, Melo - O comércio das oleaginosas em Moçambique. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº10 (Abr.-Jun.1937), pp.85-112 : il., mapas; grafs.

#### Ver também

405, 415, 416, 454, 458, 471, 482, 492, 517

## 5. ECONOMIA DE PLANTAÇÕES E AS COMPANHIAS MAGESTÁTICAS E CONCESSIONÁRIAS (APÓS 1895)

### 5.1. Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Em 1870's a presença portuguesa em Moçambique restringia-se ao Vale do Baixo Zambeze e a uns poucos povoamentos costeiros. Os xeques swahili, os reinos africanos e os senhores dos prazos independentes governavam as suas áreas com pouca preocupação pela soberania portuguesa. Mas, após a Conferência de Berlim e os princípios da "ocupação efectiva", Portugal foi abanado do seu torpor, o que significou duas coisas : primeiro que a administração devia penetrar nas áreas reclamadas, e segundo, que devia haver um desenvolvimento económico concreto nos territórios coloniais<sup>(242)</sup>. Para isso, a actividade portuguesa assumiu dois aspectos : prosseguir com a ocupação efectiva através de expedições militares contra os reinos africanos e contra os donos dos prazos e proceder ao desenvolvimento económico. Este último aspecto representava o maior problema para Portugal, porque a sua situação económica de bancarrota impedia o investimento colonial. A única forma de o fazer foi o de conceder concessões a vários capitalistas, na esperança de atrair investimentos de capitais para o desenvolvimento de infra-estruturas de transporte, de uma agricultura de plantação e para a administração de grandes partes do território através de Companhias Magestáticas.

Após 1890, para valorizar as economias coloniais, assim como para aliviar a crise económica que Portugal vivia, o governo legislou uma série de políticas: tarifas proteccionistas; o estabelecimento de Companhias Magestáticas; a definição da política de concessão de terras; a introdução do sistema exclusivo pelo qual o monopólio de produção e de mercado eram concedidos a certas indústrias que se estabeleceram nas colónias e desenvolvimento de uma política de trabalho colonial<sup>(243)</sup>. Em 1877, Ignácio José de Paiva Raposo tinha obtido uma concessão para o desenvolvimento de uma Companhia de Ópio na região de Mopeia (destruída na sequência do levantamento de Massingir em 1884 e desenvolvida, depois disto, por Peter Hornung a partir de 1888).

<sup>242</sup> Leroy Vail - *Mozambique's chartered companies : The rule of the feeble*. - In : *Journal of African History*, vol. XVII, nº3 (1976), p.390

<sup>243</sup> Gregory Roger Pirio - *Commerce, industry and empire : The making of modern portuguese colonialism in Angola and Mozambique, 1890-1914*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1982, p.51 neste seu trabalho Pirio refere-se às tentativas da burguesia industrial e agrícola em Portugal, em aliança com a burguesia comercial, de reestruturar o império mercantil português e, nesta análise, ele critica a teoria defendida por Hammond sobre o "imperialismo não-económico" português; ver R.J.Hammond - *Portugal and Africa, 1815-1910 : a study in uneconomic imperialism*. - Stanford : Stanford University Press, 1966; Idem - *Uneconomic imperialism : Portugal in Africa before 1910*. - In : L.H.Gann; Peter Duignan (eds.) - *Colonialism in Africa, 1870-1960 : vol.1 : The history and politics of colonialism, 1870-1914*. - Cambridge : Cambridge University Press, 1969, p.352-382; para o estudo deste debate, entre os autores que criticam Hammond podemos ver Clarence-Smith - *O terceiro império...op.cit.*, e Valentim Alexandre - *Portugal no século XIX...op.cit.*

Através do Decreto de 30 de Julho de 1890, o rei português declarava que "o sistema de organização de grandes companhias é o único que presentemente pode ser aplicado com vantagens aos nossos domínios ultramarinos"<sup>(244)</sup>. Este tipo de concessões originou grande polémica e controvérsias dentro do círculo governamental português, tendo sido oficialmente rejeitado pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1890. Mas a Sociedade internamente também se encontrava dividida. Muitos achavam ser a solução para o estabelecimento da ocupação efectiva e para impedir a expansão inglesa<sup>(245)</sup>.

Às Companhias Magestáticas foi-lhes dado direitos soberanos : de administração, direito de lançar, colectar e gastar impostos portuários, de propriedade, de serviços, de saúde, de palhota e capitação, direitos alfandegários, de ter um serviço postal, direito de alugar sub-concessões, de construir infra-estruturas de transporte (caminhos de ferro), direitos de passar licenças comerciais, de possuir forças militares e policiais, etc. Tornaram-se realmente verdadeiros estados dentro do Estado. Mas a sua feição principal girava à volta de um amplo controle sobre a população africana e sua força de trabalho.

Para assegurar que os interesses políticos, comerciais e financeiros de Portugal não fossem minados, um conjunto de medidas de controle foram elaborados como a colocação de comissários portugueses junto das administrações das Companhias (Tito de Carvalho foi o primeiro destes comissários a ser enviado para a Companhia de Moçambique e Eduardo José Coelho, o primeiro para a Companhia do Niassa)<sup>(246)</sup>.

Vail, defende que Portugal esperava, com o desenvolvimento de companhias magestáticas, houvesse um rápido desenvolvimento das regiões que seriam por elas administradas e que estas preservassem para Portugal os territórios que eram ambicionados por outras potências europeias. No entanto, Vail afirma que, em vez disso, as companhias facilitaram a intervenção externa em Moçambique e a desnacionalização dos territórios portugueses e fracassaram em fornecer o capital necessário para o desenvolvimento económico do território. Assim, quando as companhias terminaram o seu governo em Moçambique, as áreas sob o seu controle eram as economicamente mais atrasadas da colónia<sup>(247)</sup>.

<sup>244</sup> Pirio - *Commerce and industry...op. cit.*, p. 77; existe um trabalho de A. Rita-Ferreira - *Breve nota sobre o segundo regime de prazos da Zambézia*. - In : Vice-Almirante A. Teixeira da Mota : *In memoriam*. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical ; Academia da Marinha, 1989, p.351-358 que analisa o processo de transição dos prazos ao mostrar claramente como estes foram passando para a posse das grandes Companhias agrícolas e agro-industriais no Vale do Zambeze.

<sup>245</sup> Pirio - *Commerce and industry...op. cit.*, p.85-86

<sup>246</sup> Gregory Roger Pirio - *Commerce, industry and empire...op. cit.*, p.86-87)

<sup>247</sup> Leroy Vail - *Mozambique's chartered companies... op. cit.*, p.389; Barry Neil-Tomlison refuta firmemente esta posição de Leroy Vail, para debate ver Barry Neil-Tomlison ; Leroy Vail - *Discussion : The Mozambique Company*. - In : *Journal of African History*, vol.XVIII, nº2 (1977), pp.283-286

A Companhia de Moçambique teve como predecessoras a Société des Foundateurs de la Compagnie Générale du Zambeze (1878/79), a Companhia de Ophir (1884), que foi criada como companhia mineira em 1888 e foi reconstituída em 1891 como Companhia Magestática de administração e exploração tendo sido instalada definitivamente nos territórios de Manica e Sofala, em Maio de 1892. A concessão foi-lhe dada por 50 anos (terminaria em 1942). Uma figura chave para o desenvolvimento desta companhia foi a de Paiva de Andrada (1846-1928). Em Fevereiro de 1891, numa tentativa de transformar a companhia em algo mais viável, o governo português concedeu-lhe uma nova carta onde lhe eram dados poderes soberanos sobre o território de Manica e Sofala, entre os prazos do Zambeze a norte e o rio Save a sul. Para evitar a desnacionalização da companhia o governo decidiu que esta teria a sua sede em Lisboa e que a maioria dos seus directores seriam portugueses e que os seus estatutos seriam sujeitos à revisão do governo. No entanto outras provisões da carta facilitavam essa mesma desnacionalização temida pelos portugueses, nomeadamente a possibilidade de não-portugueses poderem comprar quotas e obter da companhia sub-concessões<sup>(248)</sup>. Muito cedo, no entanto o capital estrangeiro tornou-se preponderante na companhia. Albert Ochs, um cidadão inglês, começou a dominar a Companhia. Ao longo de 1890's era reconhecido o domínio da administração inglesa na Companhia.

A atitude da companhia em relação à população africana conduziu a grandes abusos : monopólio sobre a produção africana, trabalho forçado, baixos salários, retenção de uma percentagem das receitas das mercadorias produzidas pelos africanos, elevado imposto de palhota. Mas perante eles surgiu também uma forte resistência africana.

A Companhia do Niassa obteve a sua carta em Setembro de 1891, por 25 anos (que mais tarde foram estendidos por 35 anos). O seu território abrangia a região de Cabo Delgado e Niassa. Obrigações semelhantes à Companhia de Moçambique foram dadas à do Niassa. A Companhia não foi formada senão em Março de 1893 e não foi senão em Setembro de 1894 que a Companhia tomou formalmente posse dos territórios. Neil-Thomlinson divide a actuação da Companhia em três períodos : o primeiro que vai de 1894 a 1898, em que a Companhia publicamente expressou que o seu objectivo era o desenvolvimento económico da região, mas onde a sua influência não se espalhou mais do que em alguns pontos isolados da costa e onde o acontecimento mais importante foi a introdução do imposto de palhota em 1898; o segundo período que vai de 1899 a 1914, em que a companhia se torna numa força de conquista e ocupação, mas onde acontecimentos no Niassa e mudanças nos interesses capitalistas <sup>(249)</sup> significaram que por volta de 1909 o objectivo do desenvolvimento económico tinha sido abandonado e a companhia tinha-se virado para

<sup>248</sup> Vail - *Mozambique's chartered companies...* op. cit., p. 393

<sup>249</sup> Em 1908 é formada em Londres a Nyassa Consolidated, levando a um controle ainda maior dos interesses britânicos e sul-africanos na Companhia do Niassa, que ao fornecerem mais algum capital extra, permitiram o lançamento da fase final de conquista em 1909 permitindo a abertura de uma série de postos da Companhia no território.

a expansão do seu papel como fornecedora de força de trabalho migrante. Em 1913, o trabalho migratório para a África do Sul acabou e a Companhia mudou de mãos; no terceiro período, de 1919 a 1929, a Companhia virou-se para o aumento do nível do imposto de palhota como forma de aumentar os seus rendimentos, expandindo e intensificando os abusos que sempre cometera. Em 1929, o governo toma posse do território<sup>(250)</sup>.

Para Vail, a actuação desta Companhia foi idêntica à da Companhia de Moçambique mas os seus efeitos foram ainda piores porque se encontrava em certa desvantagem em relação à primeira: as suas terras eram menos promissoras, não estava tão estrategicamente posicionada e não conseguiu atrair tanto capital<sup>(251)</sup>. Além do mais, na altura da formação da Companhia, os Yao, Macua e Maconde viviam fora da influência directa europeia e resistiram à penetração da Companhia tornando os custos da ocupação extremamente elevados. Como todas as Companhias instaladas em Moçambique, a fonte principal de lucros era não só a cobrança forçada do imposto de palhota, que foi subindo periodicamente, como também, a exportação da força de trabalho disponível localmente para outras regiões de África. A política seguida pela Companhia, após 1919, de obtenção de lucros através do aumento constante do imposto de palhota, conduziu a um despovoamento da região, estimando-se que mais de 100.000 pessoas tivessem fugido apenas para Niassalândia antes de 1919 e por volta de 1922, esta fuga para Niassalândia foi sulementada pela fuga de Yao e Macua para o Tanganica em resposta à nova política de impostos<sup>(252)</sup>.

A Companhia da Zambézia foi formada em 1892, sem direitos magestáticos. Assumiu até 1894 cerca de 100.000 hectares de terra, originalmente concedidas a Paiva de Andrade. Tomou posse de vários prazos da Coroa, quer em Tete, quer em Quelimane. O seu território ficava a norte da Companhia de Moçambique, ocupando as terras entre o Chire, a fronteira com a Niassalândia e a Rodésia do Norte (Zambia), às quais se juntava o resto da margem direita, entre o Zumbo e o Luenha (isto é, a actual província de Tete). O sistema de prazos legislado em 1890, deu à Companhia extenso controle sobre a força de trabalho e os recursos naturais no seu território e o monopólio de mercado sobre a produção camponesa. Em 1897 a Companhia da Zambézia vai obter mais prazos como o de Massingir, Milange, Lugela, Lómuè, tendo sido ocupados a partir de 1889<sup>(253)</sup>.

---

<sup>250</sup> Neil-Thomlinson - *The Nyassa chartered Company : 1891-1929*. - In : *Journal of African History*, vol. XVIII, nº1 (1977), p.110

<sup>251</sup> Vail - *Mozambique's chartered companies... op.cit.*, p.397

<sup>252</sup> Vail - *Mozambique's chartered companies...op.cit.*, p.402 e 414; ver também Neil-Thomlinson - *The Nyassa chartered...op.cit.*, p.124-125

<sup>253</sup> René Pélissier - *História de Moçambique : Formação e oposição (1854-1918)*. - Lisboa : Estampa, 1987, 2º vol, p.84; ver também Pirio - *Commerce and industry...op.cit.*, 96-97

Outras Companhias sem direitos magestáticos iriam surgir : Companhia Boror (1898); Companhia do Assucar de Moçambique (1890) que se transforma em Sena Sugar Factory em 1910 e depois em Sena Sugar Estates em 1920; Societé du Madal (1904); Empresa Agrícola do Lugela (1906); Companhia do Buzi (sub-concessionária da Companhia de Moçambique), entre outras. Como Sociedades arrendatárias de terras vão surgir a Incomati Sugar Estates (1914, Maputo) e a Companhia de Açúcar da Mutamba (Inhambane)<sup>(254)</sup>. A tentativa de criação de uma companhia magestática em Inhambane (1893) fracassou. Depois deste fracasso, as concessões inicialmente atribuídas a esta companhia foram distribuídas por 3 firmas que eram conhecidas como "Concessões do Limpopo" e cobriam cerca de 9.446.000 hectares<sup>(255)</sup>.

Entre 1904 e 1914 surgiram investimentos ligados às plantações de palmeiras para a produção da copra, produção de borracha, plantações de cana de açúcar, produção milho e mapira. Mas o capital investido em Moçambique permaneceu no seu carácter altamente internacional<sup>(256)</sup>.

## 5.2 Bibliografia

497. ADMIRALTY. NAVAL INTELLIGENCE DIVISION. Geographical Section (compil.) - A manual of portuguese East Africa. - London : Published by His Magesty's Stationery Office, 1920, 552 p. (AHM B 580)
498. ALMEIDA, A. Chaves de - As companhias magestáticas. - Lisboa : [s.n.], 1929, 15 p.: quadros.  
Separata da Revista Luso-Colonial (Mar.1929) (AHM B 685(b))
499. ARRIAGA, Guilherme Oliveira de - A situação da Companhia Colonial do Buzi em 1928. - Lisboa : Tipografia do Comércio, 1928, 50, [3] p. : il., mapas (AHM (b)B 303)
500. AZEVEDO, J. Serrão de - Notícia sobre a Empresa Agrícola de Lugela, Lda. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 2, nº9 (Mar.1926), p.100-131
501. BARRETT, O.W. - A agricultura na Zambesia : Breves indicações do Director da Repartição de Agricultura. - In : Relatório e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", ano de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.451-473 (AHM B 186)

---

<sup>254</sup> *Sobre estas duas sociedades não consegui localizar qualquer investigação que tivesse sido feita.*

<sup>255</sup> *Pirio - Commerce and industry...op.cit., p.97*

<sup>256</sup> *Pirio - Commerce and industry...op.cit., p.125-126*

502. CLARENCE-SMITH, Gervase - O proteccionismo e a produção de açúcar na África Central e Equatorial (Angola, Moçambique, Zaire e Zimbabwe), 1910-1945. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº4-5 (1986), p.159-189
503. COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE - Bases pour l'administration du territoire. - Lisbonne : Compagnie de Mozambique, 1900, 9 p. (AHM (b)B 156)
504. COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE - Handbook of the Mozambique Company : Province of Manica-Sofala. - London : William Clowes, 1893, 168 p. : mapas (AHM B 136)
505. COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE - Quarenta anos de administração no território de Manica e Sofala. - Lisboa : Sociedade Nacional de Tip., 1934, 150 p. (AHM B 306)
506. COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE - Relatório e documentos da Companhia de Moçambique apresentados á Assembleia Geral de 30 de Maio de 1891. - Lisboa : Typ.do "O Jornal", 1891, 104 p. : mapa (AHM B 177)
507. COMPANHIA DA ZAMBÉZIA - Generalidades sobre o modo de obter concessões mineiras nos territórios d'esta companhia e encargos a que está sujeita a exploração d'essas concessões. - Lisboa : Typographia-Casa Portuguesa, 1903, 15 p. (AHM (b)B 914)
508. COMPANHIA DA ZAMBÉZIA - Memória : sua organização, acção política e esforço colonizador, situação actual, conclusões. - Lisboa : Tipografia Paulino Ferreira, 1919, 51 p. (AHM B 789)
509. COSTA, Eduardo - O território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique : 1892-1900. - Lisboa : Typographia da Companhia Nacional Editora, 1902, 430 p. (AHM)
510. COSTA, Inês Nogueira da - No centenário da Companhia de Moçambique, 1888-1988. - In : Arquivo (Maputo), nº6 (Out.1989), p.65-76
511. COSTA, Mário Augusto - Território de Manica e Sofala e a administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900 para ser presente no Congresso Colonial promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1901. - Lisboa : Companhia Nacional Editora, 1902 (AHM)
512. COSTA, Mário Augusto - Do Zambeze ao paralelo 22° : monografia do território de Manica e Sofala sob a administração da Companhia de Moçambique. - Beira : Companhia de Moçambique, 1940 (AHM)
513. COUTINHO, João de Azevedo - Do Nyassa a Pemba : os territorios da Companhia do Nyassa : O futuro porto commercial da região dos Lagos. - Lisboa : Typ. da Companhia Nacional, 1893, 247 p. (AHM B 112)
514. CRUZ, Miguel da - Manica e Sofala e a Companhia de Moçambique. - In : Tempo (Maputo), nº583 (13.Dez.1981), p.29-36 : mapa ; nº584 (20.Dez.1981), p.29-36 ; nº585 (27.Dez.1981), p.29-36 : mapa

515. CUNHA, Pedro José da - A Companhia de Moçambique e a sua obra. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 1, nº5 (Nov.1925), p.31-67
516. CUNHA, Pedro José da - Das origens e primeiros trabalhos duma grande empresa colonial. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, série 55, nº3-4 (1937), p.73-111 (AHM)
517. DURÃO, A. Portugal - Considerações sobre a Zambézia. - Lisboa : A Liberal-Officina Typographica, 1903, 32 p. (AHM (b)B 151)  
Conferência realizada na Sociedade de Geografia em a noite de 13 de Novembro de 1901 : 1º Congresso Colonial Nacional
518. HEAD, Judith Frances - Sena Sugar Estates and migrant labour. - In : Mozambique: Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1979, p.47-77 (AHM B 550)
519. HEAD, Judith - O desenvolvimento duma força de trabalho nas plantações da Zambézia. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Africanos, 1981, 10 p. : mapa. - (Texto de Apoio, 75) (AHM (b)B 968)
520. LARANJO, José Frederico - As concessões da Zambézia : Discurso pronunciado na Câmara dos Senhores Deputados nas sessões de 5 e 7 de Março de 1879. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1879, 32 p. (AHM (b)B 924)
521. MEDEIROS, Eduardo - Companhias e capital internacional : o Norte de Moçambique e a Companhia do Niassa. - In : Tempo (Maputo) nº578 (8.Nov.1981), p.29-36 e nº579 (15.Nov.1981), p.29-36
522. MIEGE, Jean-Louis - Le "settlement" europeen de l'Ouest de l'Océan Indien au XIXe siècle et du début du XXe. - In : Mouvements de populations dans l'Océan Indien : Actes du Quatrième Congrès de l'Association Historique Internationale de l'Océan Indien et du Quatorzième Colloque de la Commission Internationale d'Histoire Maritime tenu à Saint-Denis-de-la-Réunion du 4 au 9 Septembre, 1972. - Paris : Librairie Honoré Champion, 1979, p.395-431 (AHM F 585e)
523. MIRANDA, José Francisco Barreto - Manica e Sofala : Guide to the Mozambique Company's territory : Its rules and law, and notices of commerce, industry, and agriculture, with customs tariffs, commercial licenses, mining regulations, steamer dues, currency, language, weight and measures, etc. - London : William Clowes, 1902, viii, 134, [8] p. : il., quadros (AHM B 485)
524. NEIL-TOMLINSON, Barry - The Nyassa chartered Company : 1891-1929. - In : Journal of African History, vol.XVIII, nº1 (1977), p.109-128 (AHM (b)B 835)
525. NEIL-TOMLINSON, Barry - The Mozambique Chartered Company, 1892 to 1910. - London : University of London, [1990], 339 p. - Texto xerocopiado (AHM B 1034)

526. NEIL-TOMLINSON, Barry - The growth of a colonial economy and the development of african labour : Manica e Sofala and Mozambique Chartered Company, 1892-1942. - In : Mozambique : Proceedings of a Seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : University of Edinburgh, Centre of African Studies, 1979, p.5-15 (AHM B 550)
527. NEIL-TOMLINSON, Barry - Manica e Sofala and the Mozambique Chartered Company, 1892-1910. - London : Institut of Commonwealth Studies, 1979, 14 p. (AHM (b)B 595)
528. NEIL-TOMLINSON, Barry ; VAIL, Leroy - The Mozambique Company. - In : Journal of African History, vol. XVIII, nº 2 (1977), p.283-286  
Discussion.
529. NEWITT, Malyn - Portugal in Africa : the last hundred years. - London : C.Hurst and Co.Publishers, 1981, 278 p. : mapas
530. NUNES, Herculano - Território de Manica e Sofala. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano V, nº50 (Ago.1929), p.202-243 : mapa
531. PIRIO, Gregory Roger - Commerce, industry and empire : the making of modern portuguese colonialism in Angola and Mozambique, 1890-1914. - Ann Arbor: University of Microfilms International, 1987, x, 341 p. - Dissertation for the degree of Doctor of Philosophy in History, Univ. of California, 1982 (AHM B 794 ; F.Let. Q-359)
532. PITCHER, Anne - Lançar as sementes do fracasso : as primeiras tentativas de cultivo de algodão em Angola e Moçambique. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº12-13 (1990), p.99-135 (AHM (b)B 1175)  
Existe a versão inglesa deste trabalho no Journal of Southern Africa Studies, vol.17, nº1 (Mar.1991), p.43-70
533. Relatório sobre as plantações feitas nas circunscrições do districto de Inhambane. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.330-371 (AHM B 186)
534. RITA-FERREIRA, A. - Breve nota sobre o segundo regime de prazos da Zambezia. - In : Vice-Almirante A.Teixeira da Mota : In memoriam. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical ; Academia de Marinha, 1989, vol.II, p.351-358 (AHM A 698)
535. ROCHA, Aurélio ; HEDGÉS, David ; et alii - O colonialismo português em Moçambique, 1886-1930. - In : Cadernos de História, nº2 (Ago.1985), p.7-20
536. SERRA, Carlos - A introdução do capitalismo na Baixa Zambézia e emergência do sistema de plantações : 1870-1915 : alguns apontamentos para reflexão. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de História, 1979
537. SIM, T.R. - Desenvolvimento agrícola e industrial da Maganja da Costa. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.428-435 (AHM B 186)

538. SMITH, Alan K. ; CLARENCE-SMITH, Gervase - Portuguese colonies and Madagascar. - In : Roland Oliver ; G.N.Sanderson - The Cambridge History of Africa : Vol.6 : From 1870 to 1905. - Cambridge : Cambridge University Press, 1982, p.493 : mapa (AHM F 3a/VI)
539. STUART, Richard - Os Nyanja, o U.M.C.Á. e a Companhia do Niassa, 1880-1930. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº3 (1985), p.9-44 : mapa
540. VAIL, Leroy - Mozambique's chartered companies : the rule of the feeble. - In : Journal of African History, vol.XVII, nº3 (1976), p.389-416 (AHM (b)B 834)
541. VILHENA, Ernesto Jardim de - Agricultura. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatórios e memórias sobre os territórios. - Lisboa : Typographia da "A Editora", 1905, p.353-405 (AHM B 180)
542. VILHENA, Ernesto Jardim de - Industrias. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatórios e memórias sobre os territórios. - Lisboa : Typographia da "A Editora", 1905, p.326-352 (AHM B 180)
543. WORSFOLD, W.Basil - Portuguese Nyassaland : An account of the discovery, native population, agricultural and mineral resources and present administration of the territory of the Nyassa Company. -London : Sampson Low, Marston and Company, 1899, 295 p. : il., mapas (AHM B 147)

**Ver também**

402, 454, 458, 466, 481, 492, 494, 544, 548, 563, 564, 599, 600, 635, 654, 657, 662, 690, 789, 828, 859

## 6. O TRABALHO MIGRATÓRIO PARA A RODÉSIA E ÁFRICA DO SUL

### 6.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A zona de Maputo, Gaza e Inhambane transformaram-se em zonas de influência quase ilimitada dos interesses económicos sul-africanos a partir de meados do século XIX. Sobretudo o desenvolvimento da cidade de Lourenço Marques "está organicamente ligada à prosperidade económica da vizinha província sul-africana do Transvaal"<sup>(257)</sup>. Patrick Harries, refere mesmo, que existem bastantes evidências de que as tentativas de anexação do sul de Delagoa Bay e da Ilha da Inhaca ao Natal, pelos ingleses nos inícios de 1860's foi grandemente motivado pelo desejo de assegurar uma estação segura para o embarque de força de trabalho migrante quer para as plantações de açúcar do Natal, quer para as minas de Kimberley<sup>(258)</sup>.

A implantação do sistema de produção capitalista na África do Sul, com as plantações de cana-de-açúcar a partir de 1850, e mais tarde com a descoberta e exploração de diamantes em 1867, contribuiu decisivamente para a estruturação de bases para a interação permanente com o sul de Moçambique, na qual a emigração de trabalhadores tsongas concorreu para a dependência crescente da economia de Moçambique dos salários que traziam<sup>(259)</sup>.

A transformação da economia do Natal numa economia de plantações, exigiu o fornecimento seguro de mão-de-obra barata e abundante. Grande parte dos africanos das formações sociais vizinhas das plantações encontravam-se envolvidos na produção de cereais aos principais centros de concentração populacional, pelo que era difícil a sua contratação como trabalhadores assalariados<sup>(260)</sup>. Assim, a solução vai residir na contratação de mão-de-obra fora das suas fronteiras. Em 1875, o acordo entre os governos

<sup>257</sup> Luis António Covane - *Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928*. - In : *Arquivo (Maputo)*, n.º2, especial (Out.1987), p. 76

<sup>258</sup> Patrick Harries - *Labour migration from Delagoa Bay hinterland to South Africa, 1852 to 1895*. - London : University of London, Institute of Commonwealth Studies, [1976], p.2 ; ver também Patrick Harries - *Labour migration from Mozambique to South Africa with special reference to the Delagoa Bay hinterland, c.1862 to 1897*. - London : University of London, 1983. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Em ambos os trabalhos ele procura analisar as origens e crescimento da força de trabalho migratória do interior da Baía de Lourenço Marques, para os mercados de trabalho sul-africanos antes do período da conquista portuguesa, examinando as suas causas em termos de ajustamentos económicos e sociais às novas pressões que operavam na região e dentro da sociedade Tsonga ou Tonga.

<sup>259</sup> Luis António Covane - *Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1876*. - In : *Cadernos de História* n.º7 (Nov.1988), p.92

<sup>260</sup> Covane - *Considerações sobre o impacto...* op.cit., p.93 ele refere que entre 1856-1857, dos 30.000 trabalhadores necessários na colónia do Natal, apenas 6.000 foram recrutados entre a população local.

coloniais do Natal e de Moçambique, sobre a emigração de trabalhadores moçambicanos, permitiu a criação de um depósito temporário de "pretos" que embarcariam para o Transvaal, passando o governo português a beneficiar da cobrança de um imposto para despesas de fiscalização. Em 1876, a pedido da Colónia do Cabo, Portugal autoriza o recrutamento nas mesmas condições acordadas com o Natal<sup>(261)</sup>.

Neste período a presença portuguesa na Baía de Lourenço Marques era extremamente limitada. Lourenço Marques não passava de um porto de trânsito de mercadorias para o "hinterland" controlado por autoridades africanas independentes da Coroa Portuguesa. A sua posição militar era também bastante frágil reconhecendo Portugal, nesta altura (1876) a independência de Moamba a Leste, Gaza a Norte, Maputo a sul e Matola. Eram estes reinos os verdadeiros fornecedores de trabalhadores<sup>(262)</sup>. Apesar da força de trabalho Tsonga/Tonga ser embarcada para a África do Sul em 1877, só a partir de 1879 os Tsonga/Tonga foram considerados como os principais fornecedores de força de trabalho, começando nesta data a serem recrutados de forma mais sistemática. As minas do Transvaal dependiam deste emigrantes, que constituíam a maioria da força de trabalho. Após a abertura das minas do Rand, o migrantes Tsonga começaram a preferir estas últimas pelos salários mais altos que lhes eram pagos<sup>(263)</sup>.

Por decreto de 18 de Novembro de 1897, o Comissário Régio de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque, estabeleceu regras para o recrutamento de força de trabalho em Moçambique - "Regulamento para o engajamento de indígenas para a República Sul Africana"<sup>(264)</sup>. As regras contidas no decreto e as regras aplicadas pela Câmara de Minas serviram de bases para a elaboração de um "modus vivendi" em 1901, que iria conduzir, por sua vez, à Convenção de 1909 entre o Transvaal e Moçambique<sup>(265)</sup>.

<sup>261</sup> Covane - *Considerações sobre o impacto...* op.cit., p.94

<sup>262</sup> Covane - *Considerações sobre o impacto...* op.cit., p.99

<sup>263</sup> Patrick Harries - *Labour migration from the Delagoa Bay interland...* op.cit., p.3-4

<sup>264</sup> Ver Covane - *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964 : Acordos e regulamentos principais.* - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1989, p.35-39 onde analisa este regulamento e p.45-51 onde o transcreve. Neste trabalho, Luis Covane apresenta uma cronologia das relações económicas estabelecidas entre Moçambique e a África do Sul, desde o período de antes da conquista dos Estados africanos do sul (1850-1896), passando pelo período das campanhas militares de ocupação e conquista (1896-1909), período de 1909-1925, e por fim o período 1926-1964. O trabalho contém os principais acordos e regulamentos assinados entre Portugal e a África do Sul, aborda as suas relações gerais, o trabalho migratório e as relações comerciais, o que torna o trabalho um importante instrumento de consulta e pesquisa.

<sup>265</sup> James Duffy - *A question of slavery...* op.cit., p.141-142 ; Covane - *As relações económicas...* op.cit., p.39-44 e p.52-54 respectivamente sobre o modus vivendi e sua transcrição; e p.57-60 onde apresenta uma análise sobre a convenção de 1909 e p.68-77 onde faz a sua transcrição.

O trabalho migratório atinge tais proporções que Freire de Andrade, Governador Geral de Moçambique (1906-1910) escrevia em 1909 "A província [...] vive agora quase exclusivamente do caminho de ferro de Lourenço Marques e dos lucros da emigração [nativa] para Johannesburg"<sup>(266)</sup>.

Como Joel da Neves refere "enquanto no sul de Moçambique o processo de emigração formal para a África do Sul data desde a assinatura do tratado de 1897, no centro, em particular para a Rodésia do Sul, tal regulamentação apenas ocorreu em 1913" e incidiu sobretudo sobre a mão-de-obra da Província de Tete<sup>(267)</sup>, apesar de, desde o início de 1900, se terem desenvolvido pressões para o recrutamento de trabalhadores moçambicanos. Joel das Neves apresenta o estudo dos diferentes acordos e pressões exercidas pela Rodésia do Sul sobre o Governo de Moçambique para que tal recrutamento de processasse e as causas que conduziram a tais pressões.

A migração de força de trabalho para a África do Sul conduziu à introdução da libra estrelina na Baía de Lourenço Marques e no seu "hinterland", provenientes dos salários dos trabalhadores migrantes, o que permitiu a monetarização da economia, alterando com isso certos padrões culturais tradicionais e os símbolos do poder tradicional, quer económicos, quer de prestígio social; no sistema de tributação, que anteriormente era em rendas, trabalho e em produtos agrícolas e de caça, foi sendo introduzida a libra; os chefes africanos na perspectiva de aumentarem os seus rendimentos passaram a combinar as suas actividades com o recrutamento de trabalhadores para o Natal e o Cabo; deu-se uma rápida expansão da rede comercial no sul de Moçambique e a emigração serviu de via de penetração da língua inglesa, vestuário e de outros elementos europeus.

O trabalho migratório para as plantações e minas sul-africanas, como uma componente fundamental no processo de estruturação e desenvolvimento da dependência económica de Moçambique em relação aquele país, tem sido objecto de numerosos estudos. Para o sul de Moçambique, podendo-se destacar além dos trabalhos mencionados no texto, os de Ruth First<sup>(268)</sup>, Simon Katzenellenbogen<sup>(269)</sup>, Marvin Harris e Rita-Ferreira<sup>(270)</sup>,

<sup>266</sup> cit. por Hammond - *Portugal and Africa, 1815-1910 : a study on unecomonic...op.cit.*, p.294

<sup>267</sup> Joel das Neves - *O trabalho migratório de Moçambique para a Rodésia do Sul, 1913-1958/60.* - Maputo : Instituto Superior Pedagógico, 1990, p.1

<sup>268</sup> Ruth First, et alli - *O mineiro moçambicano : Um estudo sobre a exportação da mão-de-obra.* - Maputo : Centro de Estudos Africanos, 1977

<sup>269</sup> Simon E. Katzenellenbogen - *South Africa and Southern Mozambique : Labour, railways and trade in the making of a relationship.* - Oxford : Manchester University Press, 1982

<sup>270</sup> Marvin Harris - *Labour emigration among the Moçambique Thonga : cultural and political factors.* - In : *Africa (London)*, vol. XXIX, n<sup>o</sup>1 (1959), p. 50-66 ; A. Rita-Ferreira - *Labour emigration among the Moçambique Thonga : comments on a study by Marvin Harris.* - In : *Africa (London)*, vol. XXX, n<sup>o</sup>2 (Apr. 1960), p. 141-152 ; Marvin Harris - *Labour emigration among the Moçambique Thonga : a reply*

Newitt<sup>(271)</sup>, entre outros. No entanto, como salienta Luis Covane, salvo algumas excepções, o estudo do impacto do trabalho migratório, sofre ainda de algumas lacunas por falta de fontes e de dados quantitativos e por deficiente explicação e análise<sup>(272)</sup>. Para a região central pode-se destacar a tese de licenciatura de Joel das Neves, o trabalho de Rita-Ferreira e o trabalho de Adam e Davies que analisam o trabalho migratório para a Rodésia do Sul<sup>(273)</sup>. Pode-se, no entanto, ver que a maioria das reflexões sobre o trabalho migratório estão centradas no sul de Moçambique, isto é a sul do Rio Save. Na região Centro e Norte do País o trabalho migratório e o seu impacto não foram ainda aprofundados.

## 6.2 Bibliografia

544. ADAMO, Issufo ; DAVIES, Robert ; HEAD, Judith - Mão-de-obra moçambicana na Rodésia do Sul. - In : Estudos Moçambicanos, nº2 (1981), p.59-72
545. ALMADA, J. - Relações com a África do Sul : Convenção de Pretória 1928. Publicações reservadas. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1929 (AHM) :
546. ALMADA, J. - Relações com a África do Sul : negociações (1922-1927). - Lisboa : Imprensa Nacional, 1929 (AHM)
547. ALMADA, J. - Relações de vizinhança das colónias portuguesas com os territórios limítrofes (este estudo foi apresentado na 21ª sub-secção do II Congresso da União Nacional). - In : Boletim Geral das Colónias, Ano 20, nº 232, (Out.1944), p.10-68 (AHM pp 31)
548. COELHO, João Paulo Borges - Tete 1900-1926 : o estabelecimento de uma reserva de mão-de-obra. - In : Arquivo (Maputo), nº10 especial (Out.1991), p.103-132
549. COVANE, Luis António - Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928. - In : Arquivo (Maputo), nº2 especial (Out.1987), p.76-84

---

to Sr.Rita-Ferreira. - In : *Africa (London)*, vol.XXX, nº3 (Jul.1960), p.243-245 ; A.Rita-Ferreira - *Labour emigration among the Moçambique Thonga : comments on Marvin Harris reply.* - In : *Africa (London)*, vol.XXXI, nº1 (Jan.1961), p.75-77 estes dois estudiosos, estabeleceram entre si um amplo debate sobre as causas que encorajaram a migração dos Tonga para a África do Sul e os efeitos da legislação do trabalho sobre essa migração.

<sup>271</sup> M.Newitt - *Migrant labour and the development of Mozambique.* - London : University of London, Institute of Commonwealth Studies, vol.4 (1974), pp.67-76 refere-se, não só ao debate havido entre Harris e Rita-Ferreira, como tenta analisar o processo de migração antes de 1891 até 1914 e tenta ligar a resposta dos africanos à crescente procura de força de trabalho, à legislação sobre o trabalho promulgada por Portugal e aos seus efeitos na migração africana.

<sup>272</sup> Luis Covane - *Considerações sobre o impacto...op.cit., p.91-92*

<sup>273</sup> Ver bibliografia onde todos estes trabalhos estão referenciados.

550. COVANE, Luis António - Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1876. - In : Cadernos de História, nº7 (Nov.1988), p.91-106
551. COVANE, Luis António - A emigração clandestina de moçambicanos para as minas e plantações sul-africanas, 1897-1913. - In : Cadernos de História, nº8 (Out.1990), p.91-102
552. COVANE, Luis António - As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964 : acordos e regulamentos principais. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1989, 135 p. : mapas. - (Coleção Estudos, 6) (AHM B 935)
553. FALCÃO, José Bravo - Emigração dos indígenas do sul de Moçambique para o Transvaal : Conferência realizada na sede da Liga Naval Portuguesa em 26 de Maio último. - In : Revista Portuguesa Colonial Marítima, vol.XXIV, nº141 (1909), p.114
554. FIRST, Ruth (dir.) - O mineiro moçambicano : um estudo sobre a exportação da mão-de-obra. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Centro de Estudos Moçambicanos, 1977, [com paginação diversa] *Africanos*
555. FIRST, Ruth - Black gold : The Mozambique miner, proletarian and peasant. - Sussex ; New York : The Harvester Press ; St.Martin's Press, 1983, xxxi, 256 p. : il., quadros, mapas (AHM B 14)
556. GALHA, Henrique Terreiro - Emigração indígena para o rand : um problema que preocupa Moçambique. - Lisboa : [s.n.], 1952, 257 p. - Dissertação para a cadeira do 2ºano do Curso de Altos Estudos Coloniais - Política Colonial (AHM C 1697e)
557. GARCIA, José Luis Campos de Lima - Moçambique e as relações com os territórios vizinhos : elementos para o estudo da natureza jurídico-diplomática e económico-social das relações de Moçambique com os territórios vizinhos, no período compreendido entre as duas guerras mundiais, 1919-1939. - Guarda : Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1987, 2 vols. - Dissertação para o acto de Mestrado (AHM C 2034e)
558. HARRIES, Patrick - Labour migration from Mozambique to South Africa : with special reference to the Delagoa Bay hinterland, c.1862 to 1897. - London : University of London, School of Oriental and African Studies, 1983, 381 p. : mapas, grafos. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy, School of Oriental and African Studies, University of London. - Texto xerocopiado (AHM B 1039)
559. HARRIES, Patrick - Kinship, ideology and the nature of pre-colonial labour migration : Labour migration from Delagoa Bay hinterland to South Africa, up to 1895. - In : Shula Marks ; Richard Rathbone - Industrialisation and social change in South Africa : African class formation, culture and consciousness, 1870-1930. - London : Longman, 1982, p.142-165
560. HARRIES, Patrick - Labour migration from Delagoa Bay hinterland to South Africa, 1852 to 1895. - London : University of London, School of Oriental and African Studies, Institute of Commonwealth Studies, [1976], 15 p. (AHM (b)B 619)

561. HARRIS, Marvin - Labour emigration among the Moçambique Thonga : cultural and political factors. - In : Africa (London), vol.XXIX, nº1 (1959), p.50-66 (AHM)
562. HARRIS, Marvin - Labour emigration among the Moçambique Thonga : a reply to Sr.Rita-Ferreira. - Africa (London), vol.XXX, nº3 (Jul.1960), p.243-245 (AHM)
563. HEAD, Judith - A Sena Sugar Estates e o trabalho migratório. - In : Estudos Moçambicanos, nº1 (1980), p.53-72 : mapas
564. HEAD, Judith Frances - State, capital and migrant labour in Zambezia, Mozambique : a study of labour force of Sena Sugar Estates Limited. - Durham : University of Durham, 1980, 383 p.: mapa. - Thesis submitted in fulfilment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, Department of Sociology and Social Administration (AHM B 533)
565. HEDGES, David - O sul e o trabalho migratório. - In : Tempo (Maputo), nº586 (3.Jan.1982), p.29-36 : mapas ; nº588 (17.Jan.1982), p.29-34 : il. ; nº589 (24.Jan.1982), p.29-34 : mapa
566. JEEVES, Alan H. - Migrant labour in South Africa's mining economy : the struggle for the gold mines' labour supply, 1890-1920. - Kingston ; Johannesburg : McGill-Queen's University Press ; Witwatersrand University Press, 1985, 323 p : mapas, grafs. (AHM F 788e)
567. LOFORTE, Ana Maria - A apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes de Inhambane no início do século. - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), p.171-186
568. LOFORTE, Ana Maria - Alguns aspectos ligados à exploração da força de trabalho migrante na Província de Inhambane entre 1897-1928. - Maputo : [s.n.], 1983, 80 p. (DAA 30(679))
569. LOPES JÚNIOR, Miguéis - O processo de acumulação na RSA e a situação actual no Sul do Save. - In : Estudos Moçambicanos nº1 (1980), p. 91-120
570. MARTINS, Ferreira - João Albasini e a colónia de S.Luis : subsídio para a história da Província de Moçambique e das suas relações com o Transvaal. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957 (F.Let. H-620; T-1004)
571. NEVES, Joel das - Tete e o trabalho migratório para a Rodésia do Sul. - In : Arquivo, nº10 especial (Out.1991), p.83-101
572. NEVES, Joel das - O início da emigração da mão-de-obra moçambicana para a Rodésia do Sul, 1890-1912. - In : Alexandrino José ; Paula Maria G. Meneses (ed.) - Moçambique 16 anos de Historiografia : Focos, problemas, metodologias, desafios para a década de 90. - Maputo : Edição dos Autores, 1991, p.281-294 (AHM B 1044)

573. NEVES, Joel Maurício das - O trabalho migratório de Moçambique para a Rodésia do Sul, 1913-1958/60. - Maputo : Instituto Superior Pedagógico, Departamento de História, 1990, 69 [19] p. - Trabalho de Diploma para a obtenção do grau de Licenciatura
574. NEWITT, Malyn - Migrant labour and the development of Mozambique. - In : The societies of Southern Africa in the 19th and 20th century. - London : University of London, Institute of Commonwealth Studies, 1974, p.67-76. - (Collected Seminar Papers, nº17) (AHM (b)B 607; B 661)
575. NUNES, Joaquim - Apontamentos para o estudo da questão da mão-de-obra no distrito de Inhambane sob a influência de emigração para o Transvaal, com especial referência à Circunscrição Civil de Homoine. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº5-6 (Mai.-Jun.1928), p.110-147
576. REGO, António da Silva - Relações entre Moçambique e a África do Sul, 1652-1900. - In : Moçambique : Curso de extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.57-76 (AHM B 353)
577. RITA-FERREIRA, A. - Labour emigration among the Moçambique Thonga : comments on a study by Marvin Harris. - In : Africa (London), vol.XXX, nº2 (Apr.1960), p.141-152 (AHM)
578. RITA-FERREIRA, A. - Labour emigration among the Moçambique Thonga : comments on Marvin Harris reply. - In : Africa (London), vol.XXXI, nº1 (Jan.1961), p.75-77 (AHM)
579. RITA-FERREIRA, A. - O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1963, 193 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº67) (AHM ; Embx.de Port. 32 FER)
580. ROSADO, Tomás António Garcia ; WALDEGRAVE, William - Convenção entre o Governo da Província de Moçambique e o Governo do Transvaal (1 de Abril de 1909). - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, 26 p. (AHM (b)B 141)
581. VILHENA, Ernesto Jardim de - O tratado com o Transvaal (artigos publicados no "Diário Popular" de Maio a Agosto de 1909). - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Questões Coloniaes : Discursos e artigos. - Lisboa : Edição do Autor, 1910, 1º vol., p.63-344 (AHM G 17a/l)
582. WEBSTER, David - Colonialism, underdevelopment and migrant labour in Southern Mozambique. - [Johannesburg] : University of Witwatersrand, [s.d.], 32 p. - Manuscrito dactilografado (AHM B 661)

583. WIELD, David - Mine labour and peasant production in Southern Mozambique. - In : Mozambique : Proceedings of a Seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1979, p.78-85 (AHM B 550)

**Ver também**

229, 384, 404, 413, 458, 460, 518, 535, 589, 592, 608, 759, 775

## 7. PORTOS E CAMINHOS DE FERRO

### 7.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A ideia da construção do Caminho de Ferro Lourenço Marques-Transvaal, foi discutido pela primeira vez no "Volksrad" do Transvaal em 1870, tendo como aspecto fundamental, a necessidade que esta República Boer sentia de se libertar do domínio inglês, encontrando uma porta de saída independente para o mar. Lourenço Marques garantia-lhes essa porta de saída. Para Portugal, a ideia também era importante porque o caminho de ferro seria um corredor de acesso ao interior, facto fundamental para a aceitação internacional da posse da região, num período em que a Inglaterra tentava o domínio de Lourenço Marques. Além disso, o caminho de ferro era a chave do desenvolvimento do sul de Moçambique, onde a sua presença era ainda fraca<sup>(274)</sup>. No entanto, duas dificuldades existiam: a questão de reunir os capitais necessários e a indefinição do controle sobre Lourenço Marques também reclamada pela Inglaterra<sup>(275)</sup>. Só em 1881, quando a Inglaterra reconhece a independência do Transvaal é que as negociações entre este último e Portugal se vão desenvolver. Depois de várias discussões, a concessão exclusiva para a construção do caminho de ferro foi atribuída ao americano Mac Murdo<sup>(276)</sup>. Numerosos problemas vão surgir ao longo da sua construção que conduziram a um complexo processo e a fortes pressões por parte do Transvaal que culminarão com a expropriação da concessão a Mac Murdo em 1889 (25 de Junho)<sup>(277)</sup>. A anulação da concessão levou a que a questão do caminho de ferro fosse a um tribunal de arbitragem, tendo sido decidido que Portugal deveria pagar uma indemnização a Mac Murdo<sup>(278)</sup>. O caminho de ferro só viria a concluir-se em 1895.

<sup>274</sup> Joaquim José Machado - *Relatório acerca dos trabalhos para a fixação da directriz do caminho de ferro projectado entre Lourenço Marques e a fronteira do Transvaal apresentada a sua Ex.ª o Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar*. - Lisboa: Imprensa Nacional, 1884 ver a análise que faz da importância da construção do caminho de ferro não só para Moçambique como para Portugal (pp.81-83)

<sup>275</sup> António José Telo - *Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900*. - Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p.28-29; *Idem - Caminho de Ferro de Lourenço Marques: a ponta do iceberg*. - In: *ELO: Cooperação e Desenvolvimento*, ano 2, nº6 (Set.-Out.1991), p.57-61; nº7 (Nov.-Dez.1991), p.71-75

<sup>276</sup> *Para o Transvaal era uma preocupação fundamental que a concessão não fosse dominada por capitais e interesses ingleses, porque o caminho de ferro deveria assegurar a independência do Transvaal. Assim, quando Mac Murdo, se ofereceu para a sua construção, sem exigir qualquer subvenção por parte do Estado Português e o não pertencer a um país envolvido na corrida para África, vai ter grande peso na decisão. O Governo vai entregar-lhe a concessão exclusiva a 14 de Dezembro de 1883. Ver António José Telo - Lourenço Marques e a política externa...op.cit., p.45-46*

<sup>277</sup> Ver António José Telo - *Lourenço Marques...op.cit.*, p.42-62 e p.79-86

<sup>278</sup> Ver António José Telo - *Lourenço Marques...op.cit.*, p.117-118 e p.149-154

A construção do caminho de ferro para a Suazilândia também levantaria numerosos problemas, embora de ordem diferente<sup>(279)</sup>. A ideia da sua construção foi proposta por Lord Milner (Alto Comissário inglês na África do Sul), logo após o fim da guerra Anglo-Boer, e foi aceite pelo Governo Português, que, por decreto de 15 de Julho de 1903 mandou estudar o traçado da linha para sua posterior construção. Em 1905 o projecto foi aprovado e iniciou-se a sua construção. Mas vão surgir tentativas dos ingleses para ligar preferencialmente a Suazilândia ao porto de Durban. Problemas económicos do Transvaal, que vão levar a que a linha ficasse parada em Goba de Junho de 1912 até 1956, altura em que se deu início a conversações entre as autoridades inglesas e portuguesas que conduziram à sua concretização em 1964<sup>(280)</sup>.

Segundo Pereira de Lima, foi em 1882 que Paiva de Andrada chamou a atenção da Sociedade de Geografia de Lisboa para a necessidade da ocupação efectiva da vasta área que abragiam as terras de Sofala, Manica e Sena e também para a necessidade da abertura de um caminho para o mar. De 1885 a 1890 realizou-se o reconhecimento do rio Pungué e sua navegabilidade e o levantamento hidrográfico da baía, dando início ao estudo do Porto e do curso do Buzi<sup>(281)</sup>. A partir de 1892 o porto começou a ser utilizado. Os problemas vão surgir com a solução dada pela Companhia de Moçambique para a construção, exploração e administração do Porto da Beira. Em 1925, foi elaborado um contrato entre a Companhia de Moçambique e uma Companhia inglesa a "Port of Beira Development Ltd.", constituindo uma Companhia portuguesa a "Companhia do Porto da Beira". Esta última, teria como objectivo a construção e um porto comercial e a realização das obras complementares para isso. Entretanto, esta última Companhia associou-se a uma outra companhia inglesa a "Beira Works" para quem, em Julho de 1926, transferiu direitos, deveres e garantias. Isto significou, segundo Pereira de Lima que "entregava-se a construção, administração e a exploração do Porto da Beira a uma companhia, que nenhuma sujeição tinha, à face do contrato, à legislação portuguesa"<sup>(282)</sup>. Isto conduziu a um período agitado conhecido pela "Questão do Porto da Beira" e que ficou finalmente "regulado por negociações em que teve de intervir o Governo Português impondo a estipulação do resgate do Porto pela Companhia de Moçambique, ao fim de 10 anos após concluída a construção"<sup>(283)</sup>.

<sup>279</sup> Ver Alfredo Pereira de Lima - *História dos caminhos de ferro de Moçambique*. - [s.l.] : Edição da Administração dos Portos, Caminhos Ferro e Transportes de Moçambique, 1971, vol.1, p.275 em diante; ver também A.A.Lisboa de Lima - *Caminho de ferro da Suazilândia*. - In : *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 1, n°1 (Jul.1925), pp.13-25; *Idem* - *Caminho de ferro da Suazilândia*. - In : *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 22ª série, n°7 (Jul.1904), pp.222-241 ; n°8 (Ago.1904), pp.265-282

<sup>280</sup> Alfredo Pereira de Lima - *História dos caminhos de ferro...op.cit.*, p.275

<sup>281</sup> Alfredo Pereira de Lima - *História dos caminhos de ferro...op.cit.*, p.79-80

<sup>282</sup> Alfredo Pereira de Lima - *História dos caminhos de ferro...op.cit.*, p.97

<sup>283</sup> Alfredo Pereira de Lima - *História dos caminhos de ferro...op.cit.*, p.97

Em relação ao Porto de Lourenço Marques, antes de 1886, quando começou a construção do caminho de ferro para o Transvaal, só havia a estacada conhecida por Ponte de Alfândega. A linha do caminho de ferro obrigou a construção de uma outra ponte, para passageiros, denominada Ponte do Caminho de Ferro. Nenhuma destas pontes era acostável e por isso os navios ficavam ao largo. O aumento do tráfego com o Transvaal levou a que progressivamente as instalações do Porto se tornassem insuficientes. Em 1891 encarou-se a construção de uma verdadeira doca comercial e em 1897, publicavam-se as bases para a sua construção e exploração. A partir desta data o porto de Lourenço Marques apresentou um grande desenvolvimento.

Pode-se ver, ao longo da história dos portos e caminho de ferro, a grande importância que eles tiveram no desenvolvimento progressivo de Moçambique. No entanto, também fica claro que, a sua construção, esteve essencialmente virada para servir, quase exclusivamente, o trânsito de mercadorias de e para a África do Sul. A prova mais clara desta situação é que, embora Moçambique possuísse em 1930 cerca de dois mil quilómetros de linhas férreas, raras eram as que ligavam as diferentes regiões do país, não existindo mesmo qualquer ligação entre o Norte, o Centro e o Sul do país (acontecendo praticamente o mesmo com as vias rodoviárias)<sup>(284)</sup>.

Sobre a história dos Portos e Caminhos de Ferro, existe uma ampla bibliografia que pode ser consultada. O trabalho elaborado por Alfredo Pereira de Lima sobre a História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, o trabalho de António José Telo (ambos já citados), Axelson<sup>(285)</sup>, Mário Simões dos Reis, Joaquim José Machado. Documentos de consulta importante estão entre os Documentos dos Negócios Externos apresentados às Cortes nas diversas sessões legislativas deste período que abordam as questões do Caminho de Ferro de Lourenço Marques é uma compilação dos diversos documentos apresentados por Portugal quando a questão do Caminho de Ferro de Lourenço Marques, foi levada à arbitragem do Tribunal Suíço<sup>(286)</sup>. Também se encontram dados importantes para este tema nos relatórios elaborados pela Direcção dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique. Também existe bibliografia sobre o caminho de ferro da Suazilândia, Quelimane e sobre os diversos portos, sobretudo o de Lourenço Marques, Beira e Quelimane<sup>(287)</sup>.

<sup>284</sup> Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane - História de Moçambique : vol.2 : Agressão imperialista (1886/1930). - Maputo : Cadernos Tempo, 1983, p.256

<sup>285</sup> Eric Axelson - Portugal and the scramble for Africa, 1875-1891. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1967

<sup>286</sup> Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : Questão entre os governos da Gran-Bretanha e dos Estados Unidos da América do Norte por uma parte e o governo de Portugal por outra parte submetida a arbitragem do venerado tribunal Suíço : Documentos apresentados pelo Governo Português. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1892, 6 vols.

<sup>287</sup> Ver a bibliografia que faz parte deste tema.

## 7.2 Bibliografia

584. AMARAL, Raul do - Aspectos económicos da organização dos Serviços do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 2, nº10 (Abr.1926), p.51-66
585. ARAÚJO, António José de - Os acontecimentos de Lourenço Marques : A questão do Caminho de ferro : memória. - Lisboa : Sociedade de Geographia de Lisboa, 1889, 20 p. - (Comunicação reservada aos sócios) (AHM (b)B 317)
586. BAPTISTA, J.Renato - Caminhos de ferro da Beira e Manica : excursões e estudos effectuados em 1891 sob a direcção do capitão de engenharia J.Renato Baptista. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1892, 113 p. : il., mapa (AHM B 135)
587. BELLO, João - Caminho de ferro de Gaza, troço Chai-Chai-Manjacaze. - In : Relatorios e Informações, anexo ao "Boletim Official, anno de 1911. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1911, p.376-395 e pp.462-511 (AHM B 809)
588. Caminho de Ferro de Lourenço Marques : questão entre os Governos da Gran-Bretanha e dos Estados Unidos da América do Norte por uma parte e o Governo de Portugal por outra parte submetida a arbitragem do venerado Tribunal Suisso : Documentos apresentados pelo Governo Portuguez. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1892, 6 vols. (AHM 520 S-G)
589. CASTILHO, Augusto de - O Distrito de Lourenço Marques no presente e futuro. - 2ªed. - Lisboa : Livraria Editora de Mattoz Moreira, 1881, 230 p. : il. (AHM B 428)
590. GALVÃO, A. - Os caminhos de ferro em Moçambique. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano V, nº50 (Ago.1929), p.11-33
591. GALVÃO, Lopes - A ocupação económica das colónias portuguesas. - In : I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo : Publicações : 4ª secção : África. - Lisboa : Ministério das Colónias, 1932, p.123-215 (AHM A 144/II 4ªsecção)
592. KATZENELLENBOGEN, Simon E. - South Africa and Southern Mozambique : Labour, railways and trade in the making of a relationship. - Manchester : Manchester University Press, 1982, 178 p.: mapas, tabs. (AHM B 562)
593. LACERDA, Hugo de - Duas palavras a propósito dos portos de Moçambique e sua administração superior. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 28ª série, nº10 (Out.1910), p.301-311
594. LACERDA, Hugo de - Memoria sobre questões de serviços de marinha, referida a 31 de Dezembro de 1908. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Official", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.73-184 (AHM B 186)

595. LIMA, A.A. Lisboa de - Caminho de ferro da Suazilândia. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 1, nº1, (Jul.1925), p.13-25 (AHM)
596. LIMA, Alfredo Augusto Lisboa de - O caminho de ferro da Suazilândia. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 22ª série, nº7 (Jul.1904), p.222-241 ; nº8 (Ago.1904), p.265-282 : mapa (AHM)  
Conferência na Sociedade de Geographia de Lisboa em 7 de Junho de 1904.
597. LIMA, Alfredo Pereira de - Para a história das comunicações em Lourenço Marques. - Lourenço Marques : Empresa Moderna, 1974, 268.p. : il. (AHM B 434)
598. LIMA, Alfredo Pereira de - História dos Caminhos de Ferro de Moçambique. - Is.l.l : Edição da Administração dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, 1971, 3 vols.: il. (AHM D 339q)
599. LIMA, Lisboa de - O porto comercial da Beira. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano V, nº50 (Ago.1929), pp.34-58 : graf. ;
600. MACHADO, Carlos Roma - Arterias de comunicação nos districtos de Sofala e Manica. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 24ª série, nº2 (Fev.1906), p.33-50 ; nº3 (Mar.1906), p.65-87 : mapa (AHM)  
Comunicação à Sociedade de Geographia de Lisboa em 8 de Janeiro de 1906.
601. MACHADO, Joaquim José - Caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transvaal. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 2ª série, nº2 (1880), p.67-104
602. MACHADO, Joaquim José - O caminho de Ferro de Lourenço Marques. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3ª série, nº1 (1892), p.5-20  
Parecer à Sociedade de Geographia de Lisboa a sua Comissão Africana.
603. MACHADO, Joaquim José - Relatório acerca dos trabalhos para a fixação da directriz do caminho de ferro projectado entre Lourenço Marques e a fronteira do Transvaal. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1884, 87 p. (AHM B 1042)
604. MONTEIRO, Delfim - Caminho de Ferro de Moçambique e recursos que oferece o norte desta Provincia. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 33ª série, nº9-10 (Set.-Out.1915), p.327-332  
Extracto da conferência feita em 8 de Setembro de 1915.
605. MUHATE, Isaias - Alguns aspectos do retrato histórico e perspectivas do porto da Beira. - In : Arquivo (Maputo), nº6, especial (Out.1989), p.297-345
606. NEGÓCIOS EXTERNOS. Documentos apresentados às cortes pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros : Questão do Caminho de Ferro de Lourenço Marques. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1898, 6 vols. (AHM B 763)
607. O porto de Lourenço Marques : Representação da Sociedade de Geografia ao Ex.mo Sr.Ministro da Colónias pela Direcção em 28 de Junho de 1922. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 40ª série, nº7-9 (Jul.-Set.1922), p.303-307

608. Questões que interessam ao porto e caminhos de ferro de Lourenço Marques : Memoria elaborada pela Comissão do Conselho de Administração do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1908, 129 p. (AHM B 500)
609. REIS, Mário Simões dos - Arbitragem de Lourenço Marques : Dependências de Portugal com a Inglaterra e com esta e a América do Norte, relativas a primeira à Baía e a segunda ao caminho de ferro, em que foram árbitros, respectivamente, o Presidente da República Francesa, Marechal Mach Mahon, Duque de Magenta e os juristas Joseph Blaes, Andreas Heussler e Charles Soldan. - Lisboa : Esc. Tip. Oficinas de S. José, 1936, 372 p. (AHM B 158)
610. Resumo histórico dos melhoramentos pedidos, estudados ou realizados no porto de Lourenço Marques desde 1874 até à actualidade. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1902, 145 p. - Contém um projecto e relatórios dos governadores gerais das Províncias de C. Verde, Moçambique e Estado da Índia apresentados pelo Ministro da Marinha e Ultramar na sessão legislativa de 1878 (AHM B 18 ; B 494)
611. RIBEIRO, Carlos - Apontamentos para a história dos portos e caminhos de ferro de Moçambique. - Lourenço Marques, 1965, 129 p. (AHM D 132q)
612. ROCHA, Aurélio - Vias de comunicação, indústria e emergência do proletariado urbano. - In : Tempo (Maputo), nº591 (7.Fev.1982), p.29-35 : il., mapa ; nº592 (14.Fev.1982), p.29-35
613. SERRÃO, Manoel F. da Costa - Caminho de ferro de Lourenço Marques a Inhambane : Informações do Inspector das Obras Públicas, Manoel F. da Costa Serrão, dirigida ao Governo Geral. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.390-400 (AHM B 186)
614. SERRÃO, Manoel F. da Costa - Caminho de ferro da Mutamba ao Inharrime. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], p.474-495 (AHM B 186)  
Memoria apresentada pelo Inspector das Obras Públicas, Manoel F. da Costa Serrão.
615. SILVA, Henrique Corrêa da - A questão do porto da Beira. - Lisboa : Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1927, 238 p. (AHM B 171)
616. STUCHY, Joseph E. ; RIBEIRO, Dulio - Caminhos de Ferro de Quelimane e o futuro da Colónia portuguesa da Zambézia : Relatório. - Lisboa : Tipographia d'O Diário, 1904, 76 p. : mapa (AHM B 974)
617. TEIXEIRA, Francisco dos Santos Pinto - X Congresso de Caminho de Ferro. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 1, nº6 (Dez.1925), p.139-157 ; ano 2, nº7 (Jan.1926), p.83-97 (AHM)
618. TELO, António José - Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1975-1900. - Lisboa : Edições Cosmo, 1991, 179 p. : il., mapas. - (Col. História Moderna e Contemporânea) (AHM B 1065)

619. TELO, António José - Caminhos de ferro de Lourenço Marques : A ponta de um iceberg. - In : Revista ELO : Cooperação e Desenvolvimento, ano 2, nº6 (Set.-Out.1991), p.57-61 ; nº7 (Nov.-Dez.1991), p.71-75 (AHM)

### 7.3 Relatórios dos Serviços dos Caminhos de Ferro

620. Caminhos de ferro de Lourenço Marques : Relatório da Direcção : anno de 1906. - Lourenço Marques : A.W.Bayly, 1907 (AHM a II p-4 nº46)
621. Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : Direcção do Porto e dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : Relatório annual dos Serviços da Exploração dos caminhos de ferro e do porto : anno de 1912. - Lourenço Marques : Tipo Minerva Central, 1913, 83 p. (AHM SE 2 II p.4 nº46-6)
622. Caminhos de Ferro de Lourenço Marques - Direcção do Porto e dos Caminhos de ferro de Lourenço Marques : Relatório da Direcção : anno de 1914. - Lourenço Marques : Tipografia Minerva Central, 1916 (AHM SE a II p.4 nº46-a)
623. Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : Relatório da Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : ano de 1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916, 71 p. (AHM SE 2 II p.4 nº46-10)
624. Caminhos de Ferro da Lourenço Marques - Relatório da Direcção do Porto e Caminhos de Ferro de Lourenço Marques : anno de 1916. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1918, 74 p. (AHM SE 2 II p.4 nº46-11)
625. Caminhos de Ferro de Quelimane. - In : Portugal em África, vol.11, nº122 (1904), p.57-67 ; vol.12, nº134 (1905), p.90-94 (AHM)

#### Ver também

458, 466, 497, 529, 535, 662

## V. POLÍTICA E SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO TERRITORIAL PORTUGUÊS

### 1. POLÍTICA DE TERRAS: CONCESSÕES E RESERVAS

#### 1.1. Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A questão do regime das terras, isto é, o exercício de direitos sobre a terra, foi sempre uma questão sensível que preocupou o Estado colonial. Existe alguma bibliografia sobre este tema, mas a análise do impacto da política de terras nas sociedades africanas não está suficientemente aprofundado e tem diversas lacunas.

Para Narana Coissoró, a evolução do regime de propriedade em Moçambique pode ser dividido em três períodos.

"O primeiro começa com o estabelecimento das feitorias no litoral e a aquisição das terras sob o domínio dos aborígenes e prolonga-se até ao advento do liberalismo - fase em que campeia em exclusividade a função individual. O segundo é, propriamente, o período em que a intervenção do Estado se vai paulatinamente reforçando com as sucessivas tentativas para subordinar os direitos dos particulares aos interesses da Coroa. O terceiro é o de controle definitivo do Estado sobre os terrenos situados nas províncias ultramarinas."<sup>(288)</sup>

Lobato refere que só com a Carta Régia de 12 de Março de 1618 para D.Nuno Álvares Pereira, o rei criou o regime de concessão de terras aos colonos para povoamento (apesar de antes desta data existirem portugueses já na posse de terras, como era o caso de Diogo Simões Madeira, Rodrigo Lobo e Pêro Lobo).

"aos novos pouoadores concedereis priuilegios e izenções para que o viso Rei da India uos dará poder, cõ declaração que depois se me hade pedir delles confirmação para o que lhes limitarei tempo; e fareis que se repartão de maneira, que não uiuão todos juntos na Chicoua mas estejão em cada parte os necessarios para augmento das pouoações e cultiuação das terras."<sup>(289)</sup>

Além das terras adquiridas pelos portugueses, das terras doadas à Coroa e das concessões feitas pela Coroa aos seus súbditos, vigorava também, a instituição dos prazos da coroa.

<sup>288</sup> Coissoró - *O regime de terras em Moçambique*. - In : *Moçambique : Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1964-1965*. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.367-435, p.370

<sup>289</sup> Lobato - *Colonização senhorial ...op.cit.*, p.99

No início, a posse destas terras era apenas uma situação de facto que mais tarde se converteu em jurídica<sup>(290)</sup>.

A Carta de Lei de 21 de Agosto de 1856, da iniciativa de Sá da Bandeira, promulgou o primeiro decreto da concessão dos terrenos baldios pertencentes ao Estado, expressamente para o Ultramar, permitindo a todos os súbditos portugueses (neste período liberal africanos e europeus tinham direitos iguais, por isso ao se definirem súbditos referiam-se a ambos) a sua aquisição, quer por compra, quer por aforamento, a fim de os arrotear e cultivar, ou por outras formas os aproveitar no prazo de cinco anos<sup>(291)</sup>; se esse aproveitamento não fosse feito seriam revertidos para o Estado e a concessão era cancelada.

A reforma do regime dos prazos, apresentada em 1889, a ideia dominante que surgiu, era a de dividir a província em duas partes consoante a efectividade do exercício da soberania portuguesa. Na parte pacificada os terrenos seriam divididos em fazendas agrícolas arrendadas aos colonos capazes. A zona não pacificada deveria ser retalhada em prazos, como dantes, e viveria do mussoco, interessando apenas regulamentar a cobrança deste<sup>(292)</sup>. Este relatório foi transformado por António Enes em decreto de 18 de Novembro de 1890, que faz reviver os prazos com o objectivo de promover o desenvolvimento da agricultura industrial nas suas terras (diferenciando os prazos em dois grupos : feudais e fazendas agrícolas).

Foi a 20 de Maio de 1892 que se publicou o Regulamento para a Concessão de Terrenos por aforamento na Província de Moçambique, e sobre a ocupação provisória dos mesmos, para o resto da província. Por este diploma, os terrenos pertencentes ao estado que não eram prazos foram divididos em 3 classes : 1º destinados a povoações; 2º destinados à agricultura e indústria; 3º incultos destinados ao mesmo fim, mas habitados por povoações indígenas. Para este último grupo estipulou-se que quando o concessionário requeresse a concessão, devia declarar se desejava ou não que as palhotas indígenas permanecessem nos

<sup>290</sup> Coissoró refere que, toda a legislação que durante mais de um século, não só atacou mas tentou abolir a instituição dos prazos, apenas a considerou como uma **forma de concessão da propriedade pública** (em itálico no original) e só na Carta Lei de 9 de Maio de 1901 o prazo da Coroa é expressamente definido como uma circunscrição territorial. Narana Coissoró - *O regime de terras em Moçambique...op.cit.*; ver também Maria Leonor Correia de Matos - *Portuguese law and administration in Mozambique and the effect on the customary land law on three tribes of the Lake Nyasa region.* - London : University of London, 1969. - Being a thesis presented for the degree of Doctor in Philosophy; *Idem* - *Notas sobre o direito de propriedade da terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique.* - *Memória do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 7, série C (Ciências Humanas), 1965; ver também o trabalho de Ruy Ennes Ulrich - *Economia Colonial : Lições feitas no curso do 4º ano jurídico no anno de 1909-1910.* - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1910, vol.1 onde todos eles analisam com certo detalhe o regime de propriedade da terra e o regime dos prazos como uma forma de concessão e posse da terra.

<sup>291</sup> Coissoró - *O regime de terras...op.cit.*, p.386; Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration... op.cit.*, p.172-173; Eduardo dos Santos - *Regime das terras...op.cit.*, p.68

<sup>292</sup> Coissoró - *Regime de terras...op.cit.*, p.390-391

lugares onde se achavam, ou se as desejavam removidas do local. Neste último caso, o concessionário teria de pagar a cada indígena uma indemnização, que seria fixada pelo Governador do distrito, e reservar-se-ia uma área de 1 ha por palhota para o cultivo indígena<sup>(293)</sup>.

Assim, em finais do século XIX, os padrões de direito a terras em Moçambique era de certo modo complexo, com uma grande diversidade de regimes. Havia: direitos individuais adquiridos por ocupação, compra ou oferta de chefes tradicionais; prazos de 2 categorias; concessões de terras feitas pelo governo; terras concedidas a companhias magestáticas; territórios sob jurisdição de chefes africanos; terra ocupada por africanos e terras pertencentes ao domínio público do estado<sup>(294)</sup>.

Foi, na Carta de Lei de 9 de Maio de 1901, que surgiu a primeira tentativa de sistematização de toda as questões sobre a propriedade de terras no ultramar. Ela declarou domínio do Estado todos os terrenos, que à data da publicação da lei, não constituíssem propriedade particular nos termos da legislação portuguesa. A lei dividiu as terras em sete categorias e estabeleceu o destino de cada uma delas<sup>(295)</sup>. Esta lei dedicou um capítulo inteiro ao direito de posse dos africanos que era reconhecido ao fim de vinte anos de cultivo ou de contínua residência<sup>(296)</sup>. O "Regime Provisório para a Concessão de Terrenos do Estado na Província de Moçambique", de 9 de Julho de 1909, remodelou, de novo, o sistema de propriedade e concessão. Para Coïssoró a importância deste diploma estava no seu capítulo dedicado a "concessão a indígenas" e onde se afirmava que era permitido aos indígenas ocupar qualquer parcela, mas tal ocupação "jâmais lhes conferirá qualquer direito de propriedade" devendo esta ocupação ser titulada. Essa posse titulada dar-lhe-ia a propriedade do terreno ao fim de 20 anos e acabaria no momento em que o indígena abandonasse a terra ou párasse de a cultivar por mais de 1 ano. Ela era transmissível por sucessão costumeira. Vigorava, como refere Coïssoró, a coexistência entre as instituições portuguesas e nativas, onde a propriedade costumeira era reconhecida no uso ou na posse<sup>(297)</sup>. Mas este regulamento foi anulado em 1918 com a publicação do "Regulamento para a concessão de Terrenos do Estado no Província de Moçambique" (Dec.nº3983 de 16 de Março). Na classificação de terrenos incluiu-se uma classe reservada

<sup>293</sup> Coïssoró - *Regime de terras...* op. cit., p.392; Maria Leonor C. Matos - *Notas sobre o direito...* op. cit., p.12

<sup>294</sup> Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...* op. cit., p.175 ; ver também Eduardo dos Santos - *Regime das terras. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.64-77, p.74*

<sup>295</sup> Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...* op. cit., p.176

<sup>296</sup> Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...* op. cit., p.176

<sup>297</sup> Coïssoró - *O regime de terras...* op. cit., p.404-405 e 418-419

para "uso exclusivo da população indígena" - isto é, foram criadas as "reservas indígenas"<sup>(298)</sup> onde os terrenos podiam ser ocupados e usados conjuntamente, sendo aplicada nelas apenas a lei consuetudinária sem qualquer direito de posse. Os africanos podiam, no entanto, povoar outras zonas fora das reservas em qualquer terreno inculto e devoluto. Estas reservas indígenas são analisadas por Adriano Moreira e vistas como "formas institucionais nas quais o território não desempenha um papel importante"<sup>(299)</sup>.

Na análise que Maria Leonor Matos faz do direito de propriedade das três etnias estudadas do Norte de Moçambique, ela concluiu que o impacto da legislação portuguesa sobre a propriedade da terra foi praticamente nulo porque a legislação tentou proteger sempre o direito consuetudinário ainda que não com o propósito de o perpetuar<sup>(300)</sup>. Um trabalho importante encontra-se em Sousa Cruz<sup>(301)</sup>, que analisa a posse da terra em Inhambane (1885-1930) que se refere à política portuguesa de fomentar a ocupação das terras no sul de Moçambique, por pequena companhias e por colonos, para o que publica uma série de leis sobre a sua regulamentação. Sousa Cruz analisa com detalhe esta regulamentação, apresenta o registo dos alvarás de ocupação legislados em Inhambane, tentando através desta recolha documental mostrar o impacto desta junto dos camponeses africanos.

Com a legislação discriminatória que passa a ser promulgada especificamente em relação ao indígena, após 1926, o regime de propriedade passa a ser regulado segundo os seus usos e costumes privativos, não contemplando nesta altura qualquer hipótese de opção pela lei comum.

## 1.2 Bibliografia

626. COISSORÓ, Narana - O regime de terras em Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão Universitário, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.367-435 (AHM B 353)
627. CRUZ, Joaquim de Sousa - A posse da terra em Inhambane (1885-1930) : Textos e documentos seleccionados e anotados. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique, 1985, 301 p. - Trabalho de Diploma submetido em Junho de 1985 (AHM s/cota)

<sup>298</sup> Coissoró -- *O regime de terras...op.cit.*, p.405 e 420-421; Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...op.cit.*, p.178

<sup>299</sup> Adriano Moreira - *A propriedade no ultramar.* - In : Adriano Moreira - *Ensaios.* - 2ªed. - Lisboa : Edições Panorama, 1961, p.187-221, p.214

<sup>300</sup> Maria Leonor Matos - *Notas sobre o direito de propriedade...op.cit.*, p.10

<sup>301</sup> Joaquim de Sousa Cruz - *A posse da terra em Inhambane (1885-1930) : Textos e documentos seleccionados e anotados.* - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Arquivo Histórico de Moçambique, 1985, 301 p. - Trabalho de Diploma submetido em Junho de 1985

628. GRUPO DE TRABALHO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE MOÇAMBIQUE - A promoção social em Moçambique. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1964, 147 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 71)
629. MATOS, L. C. M. - Notas sobre o direito de propriedade de terra dos povos Angoni, Acheua e Ajaua da Província de Moçambique. - In : Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, 7, Série C (Ciências Humanas (1965), 127 p. (F.Let J-579)
630. MATOS, Maria Leonor Correia de - Portuguese law and administration in Mozambique and the effect on the customary land laws of three tribes of the Lake Nyasa region. - London : University of London, 1969, 373 p. - Being a thesis presented for the degree of Doctor Philosophy (AHM B 546)
631. MOREIRA, Adriano - A propriedade no Ultramar. - In : Adriano Moreira - Ensaios. - 2ªed. - Lisboa : Edições Panorama, 1961, p.187-221 (AHM G 1089a)
632. SANTOS, Eduardo dos - Regimes das terras. - In : Luis Albuquerque (dir.)- Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.64-77 : il. (AHM A 803/VI)
633. ULRICH, Ruy Ennes - Economia colonial : Lições feitas no curso do 4º anno jurídico no anno de 1909-1910. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1910 (AHM G 338a)

## 2. OS PRAZOS

### 2.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Os prazos foram uma instituição que se desenvolveu ao longo do Vale do Zambeze, entre Quelimane e Zumbo. Foi a partir de meados do séc.XVI que, segundo Lobato, se fez inicialmente de forma espontânea por homens do reino, que legal ou ilegalmente se lançaram na grande aventura do comércio no sertão<sup>(302)</sup>. Apesar deste avanço inicial, só depois de 1618, quando a concessão das terras foi regulamentada, conforme ordem régia a D.Nuno Álvares Pereira, pelo vice-rei da Índia<sup>(303)</sup> é que a Coroa começou a reconhecer os privilégios e direitos destes primeiros portugueses, cuja legitimação destes títulos se verificou sob uma forma especial de enfiteuse, denominada prazos da Coroa e através do qual a Coroa reconhecia, a quem requeresse, a posse da terra qualquer que tivesse sido a forma de aquisição<sup>(304)</sup>.

A situação de instabilidade encontrada nas comunidades políticas africanas foi extremamente favorável aos portugueses no seu estabelecimento na região do Vale do Zambeze. O declínio do império do Monomotapa e Kalonga já em decurso nos inícios do séc.XVII e a incapacidade dos Undi, Lundo, Macombe, Chikanga e do rei de Quiteve em estabelecerem o seu poder, impediu-os de ter um controlo efectivo sobre os territórios onde se verificava a expansão portuguesa<sup>(305)</sup>.

<sup>302</sup> Lobato - *Colonização senhorial da Zambézia...op.cit.*, p.98

<sup>303</sup> Lobato - *Colonização senhorial...op.cit.*, p.100; M.D.D.Newitt - *Portuguese settlement on the Zambezi : Exploration, Land tenure and colonial rule in East Africa.* - London : Longman, 1973, p.61

<sup>304</sup> Ver Newitt - *Portuguese settlement on the Zambesi...op.cit.*, capítulo 6, p.87-111, sobre os prazos como sistema de propriedade da terra, onde aborda de forma sistemática em que consistiu este sistema: como se obtia uma concessão, o arrendamento, o contrato, quem podia receber, como era a descendência, casamento, uso, renda, etc.; ver também Ulrich - *Economia colonial...op.cit.*, p.323-363; Maria Leonor Correia de Matos - *Portuguese law and administration...op.cit.*, p.75-86; todos os autores que se debruçaram sobre o estudo dos prazos também apresentam de forma mais ou menos sistemática a questão do sistema de propriedade.

<sup>305</sup> Newitt - *Portuguese settlement on the Zambezi... op.cit.*, p.48; Allen Isaacman - *Mozambique : The africanization of a european institution : The Zambesi prazos, 1750-1902.* - Madison : University of Wisconsin Press, 1972, p.154-155; José Capela - *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842.* - Porto : Afrontamento, 1979, p.118 também refere que quando a penetração portuguesa se fez para o interior da Zambézia os grandes potentados africanos já se encontravam em estado de decadência o que facilitou em grande medida a sua acção e conquistas.

As origens da Instituição dos prazos foi motivo de diversas opiniões: a origem árabe defendida por Oliveira Martins, Pedro Álvares<sup>(306)</sup>; a origem portuguesa com ou sem influência da Índia defendida, respectivamente, por Lobato e Pagnano<sup>(307)</sup>; processo da substituição através da conquista aos africanos (que Carlos Serra refere como a tese do "trespasse") que é defendida por Ernesto de Vilhena e Fritz Hoppe<sup>(308)</sup>.

Isaacman refere que a maioria dos primeiros autores, tenderam analisar os prazos de uma maneira legalista, ignorando a organização interna da instituição e as formas pelas quais os prazos foram mudando ao longo dos tempos, não analisando as questões inerentes à sua instabilidade e tendendo ver o seu desenvolvimento numa perspectiva legal e não histórica e dinâmica, perspectiva esta que envolve aspectos mais profundos de análise. Estes

<sup>306</sup> Oliveira Martins, que foi relator do Relatório da Comissão que estudou as reformas a introduzir nos prazos em 1889 referiu que "...o enphyteuta colonial portuguez, estabelecido nos prazos de Moçambique, tendo a seu lado o fumo ou o inhacuaua negro, não foi [...] mais do que o sucessor dos antigos príncipes indígenas que lavravam a terra para os sultões, e em troca da cobrança de capitação obtinham direito a de soberania sobre os homens e de propriedade sobre as terras" (Relatório da Comissão encarregada de estudar as reformas a introduzir no systema dos prazos de Moçambique. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1889, p.4-5; Pedro Álvares também defende esta teoria "Os portugueses que se substituíram aos mouros na conquista da costa oriental, [...], procuraram adaptar tanto quanto possível os seus processos de dominação ao estado político preexistente; transformaram os sultanatos em capitánias-mores[...]" (Pedro A. Álvares - O regime dos prazos da Zambézia: Comunicação feita à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sua sessão de 5 de Junho de 1916. - In : Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, nº4-6, 34ª série (Abr.-Jun.1916), p.139. Contra esta posição está Lobato e Ernesto de Vilhena com base no princípio de que isso não era possível porque os árabes nunca tiveram domínio sobre a terra ou se tenham assenhoreado dela.

<sup>307</sup> Lobato afirma que "o prazo moçambicano apenas praticado nas jurisdições de Quelimane, Sofala, Sena e Tete, resulta da combinação das sesmarias do reino com as mercês nupciais por três vidas feitas na Índia", Lobato - Colonização senhorial...op.cit., p.107; Guiseppa Papagno defende que os prazos são uma instituição mais próxima das sesmarias portuguesas do que os costumes vigentes na Índia "os prazos são, assim, assimiláveis às concessões já experimentadas nas Ilhas do Atlântico e às donatárias brasileiras; propôr para eles uma origem derivada da Índia significa confundir duas realidades heterogêneas", Papagno - Colonialismo e feudalismo : A questão dos prazos da coroa...op.cit., p.33-34. Diferencia-se assim de Lobato no que se refere à influência da Índia na instituição.

<sup>308</sup> "Effectivamente o regimen dos prazos não é mais do que o aproveitamento das instituições que encontrámos enraizadas na Zambézia [...] Essas instituições não são de origem arabe, antes bantu, ou mais especialmente mocaranga [...]"- Ernesto Vilhena - A influência islâmica na costa oriental d'África : II parte : Do meado do século [XVII] até ao presente. - In : Companhia do Nyassa...op.cit., p.59-60; João Peralta recusa as suas origens na organização bantu, e defende "Uma organização de tamanha complexidade, em que os direitos de posse e propriedade privada e de domínio já se encontram tão bem diferenciados, não se podia ajustar ao estágio social dos bantus isolados de quaisquer influências exteriores à raça e ao continente" - João Peralta - Origem e evolução dos prazos da Coroa na Zambézia. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano 1, nº2 (Abr.-Jun.1950), p.35; Fritz Hoppe vê os prazeiros como continuadores de uma instituição tradicional africana "foi principalmente pela conquista que os portugueses dominaram os régulos e assumiram os seus poderes políticos e jurisdicionais sobre os nativos" - Fritz Hoppe - A África Oriental portuguesa...op.cit., p.40

aspectos estão ligados às formas como o prazeiro adquiriu a sua posição política, as suas alianças matrimoniais, seu envolvimento nas políticas africanas locais, a natureza exacta das relações entre os prazeiros e os chefes de terras africanos e os factores sociais e religiosos que legitimavam o seu poder, etc.<sup>(309)</sup>. É nesta medida que Isaacman, tenta analisar os prazos como uma instituição funcional operando dentro de um meio africano, enfatizando as dinâmicas internas e o seu impacto no Vale do Zambeze, tentando corrigir algumas das deficiências na interpretação da instituição. Por isso o trabalho de Isaacman se revela de grande importância para o estudo da instituição. Mas Carlos Serra<sup>(310)</sup>, apresenta uma análise crítica às teorias que se desenvolveram em relação à origem e evolução dos prazos, sobretudo a Isaacman<sup>(311)</sup>. Serra tenta analisar os prazos sob um novo ponto de vista, a do modo de produção e das relações de produção estabelecidas nos prazos, isto é, o modo de produção colonial-escravista, que para ele foi dominante nos prazos. Para Carlos Serra os prazos foram criados com o objectivo de controlar e sedentarizar os soldados e comerciantes evitando o seu envolvimento em guerras intermináveis, a mudanças constantes de propriedade e à africanização dos foreiros. A Coroa decidiu transformá-las em propriedades, sujeitas a uma renda anual em ouro, entregues a um casal europeu e cujo usufruto se fazia por três vidas cabendo a sucessão à linha feminina. Ao fim das três vidas o prazo reverteria para a Coroa ou era renovado. Serra defende que os prazos constituíram a forma específica de actuação e de «fixação» do capital mercantil e que nem a extração de um tributo, nem a «mistura de sangue» alteraram essa qualidade. Nega por isso que tenham constituído a «africanização» de uma instituição europeia<sup>(312)</sup>.

Mas para Isaacman, os prazos devem ser vistos como um processo contínuo no qual, os colonos portugueses, mestiços ou indianos adquiriram reconhecimento como chefes políticos sobre as populações africanas, ganhando com isso prerrogativas específicas que tinham previamente pertencido aos chefes africanos do Zambeze e onde as suas relações com as autoridades indígenas determinaram a aceitabilidade da sua suzerania. No entanto, Isaacman reconhece que esta situação não foi uniforme, visto que para muitos grande parte

<sup>309</sup> Isaacmann - *Mozambique : The africanization of...op.cit.*, p.172-173

<sup>310</sup> Carlos Serra - *Os "prazos da Coroa" em Moçambique : Contribuição para o estudo dos modos de produção coloniais.* - [Maputo] : Universidade Eduardo Mondlane, [1970]

<sup>311</sup> Serra - *Os "prazos da coroa" em Moçambique...op.cit.*, critica Isaacman por não ter visto que a relação estabelecida entre prazeiros e escravos veiculava a introdução de um novo sistema de relações de produção e sociais e, conseqüentemente, de um novo modo de produção(p.1), critica também a predominância que Isaacman dá à "iniciativa africana" feita numa perspectiva populista, principalmente quando analisa a questão da "legitimidade" dos prazeiros (p.18-19).

<sup>312</sup> Carlos Serra - *Notas para uma periodização da penetração capitalista em Moçambique (1505-1974).* - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1979, p.4

do seu poder estava nos seus grandes exércitos de escravos - os achikunda<sup>(313)</sup>. O envolvimento dos prazeiros nas comunidades políticas africanas locais foi importante no processo global da formação dos prazos, porque sem a cooperação das autoridades indígenas o prazeiro não poderia ter mantido a sua posição de suzerania ou teria apenas o recurso de governar pela força, o que conduziria inevitavelmente a uma posição instável e precária<sup>(314)</sup>. Isaacman considera assim que o sistema de prazos foi historicamente instável em si mesmo, atribuindo essa instabilidade à falta de legitimidade tradicional e à sua dependência dos exércitos de escravos e às incursões aos povos vizinhos do Zambeze.

Um aspecto que permitiu ao prazeiro certa estabilidade foi o ter mantido a autoridade do chefe de terra local, porque era ele que legitimava a posição do prazeiro, os seus benefícios económicos e políticos e a sua autoridade. Foi desta dependência que o prazeiro se foi "africanizando". Isaacman vê nos prazeiros "pessoas de ascendência europeia que se estabeleceram permanentemente para lá dos limites da sociedade ocidental" que foram "progressivamente absorvidos pela população dominante onde a adopção feita por eles de elementos culturais indígenas foi mais do que aditiva (apropriação de artefacto, técnicas e línguas), tornando-se substitutiva (incluiu a transformação de instituições e valores das suas respectivas culturas)"<sup>(315)</sup>.

Por volta de 1730 a maior parte dos grandes prazos existentes estavam em decadência ou tinham sido abandonados. Após 1750, surgem tentativas de Portugal de aumentar a população colona o que conduziu ao surgimento de um certo número de prazos, o que vai alterar a composição social da sociedade prazeira - em termos de classe e compleição racial - originando o crescimento de uma comunidade mestiça, que se vai tornar um grupo racial característico no Zambeze e que eram colectivamente conhecidos pelos africanos como muzungos<sup>(316)</sup>.

<sup>313</sup> Isaacman - *Mozambique : The africanization of op.cit.*, p.17-18; sobre os achikunda Isaacman tem um interessante artigo sobre a origem, formação e a história inicial deste grupo. Analisa com detalhe quem eram, como eram recrutados, a sua organização, a sua pluralidade étnica e a sua resistência ao longo do séc.XIX e como emergiram na segunda metade deste século como a maior força política da região - ver Isaacman - *The origin, formation and early history of the chikunda of South Central Africa.* - In : *Journal of African History*, vol.XIII, nº3 (1972), p.443-461

<sup>314</sup> Isaacman - *Mozambique : The africanization...* op.cit., p.22

<sup>315</sup> Isaacmann - *Os prazeiros como trans-raianos : Um estudo sobre transformação social e cultural.* - In : *Arquivo (Maputo)*, nº10 (Out.1991), p.5-48, p.6. Este trabalho é de grande interesse para o estudo dos prazeiros do Vale do Zambeze, sobre as condições de fronteira que influenciaram o processo de aculturação, (processo este que teve profundas implicações na relação entre o governo e os prazeiros), e as culturas das sociedades indígenas com quem interagiram, entre 1675 e 1850 ; ver também Alexandre Lobato - *Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial.* - Lisboa : Livraria Portugal, 1953, onde se refere também a esta questão da assimilação cultural.

<sup>316</sup> Isaacmann - *Mozambique : The africanization of...* op.cit., p.58-62

A produção agrícola foi um dos aspectos de instabilidade dentro dos prazos. Embora a Coroa visse os prazos como uma base para o seu desenvolvimento, estes nunca foram capazes de responder a essa preocupação. Os prazeiros tinham tido historicamente um papel de intermediários do comércio a longa distância entre a costa e o interior, não havendo por isso nada que os levasse a desviar o seu capital de tais empreendimentos que lhes traziam lucros, para um outro que era considerado precário<sup>(317)</sup>. Económicamente um dos aspectos mais importantes consistiu na cobrança do mussoco que dava suficientes lucros para o prazeiro não fazer mais nada<sup>(318)</sup>. Shubi Ishemo defendeu que o desenvolvimento do mussoco (renda em trabalho, em espécies e em dinheiro) foi o principal mecanismo de acumulação capitalista colonial, o principal agente do atraso das forças produtivas camponesas, a principal causa das inumeráveis mortes entre os camponeses da Bacia do Zambeze e a principal determinante da migração da força de trabalho<sup>(319)</sup>. Serra considera que o mecanismo da introdução do modo de produção capitalista em Moçambique foi o mussoco (e não o imposto de palhota como é sustentado por José Capela)<sup>(320)</sup>.

Mas a Instituição foi declinando principalmente a partir dos princípios do séc.XIX tendo como causas: a fraqueza estrutural da instituição, onde o âmago do problema estava na falta de legitimidade tradicional do prazeiro; o baixo nível de produção agrícola e as elevadas necessidades de consumo, sendo para o senhor do prazo suficiente a colecta do mussoco; a obrigatoriedade da comercialização interna de todos os produtos produzidos no prazo e importados; a competição entre os prazeiros e entre estes e os povos vizinhos; a ausência de uma força militar e administração portuguesa eficiente; o envolvimento dos prazeiros no tráfico de escravos nos finais do séc.XVIII e no séc.XIX quando começaram a escravizar os colonos que viviam nos seus prazos prejudicando a harmonia interna dos prazos e destruindo o frágil equilíbrio que até então tinha existido; o crescimento do absentismo por parte dos prazeiros; as secas e fomes; as invasões, não só por causa das secas e fomes,

<sup>317</sup> Isaacman - *Mozambique: The africanization of...* op. cit., p.68. O comércio de escravos para o Brasil vai minar ainda mais toda a hipótese de produção agrícola não só pelos grandes lucros que ele fornece, como também porque os prazeiros vão vender os colonos livres dos prazos, os únicos que tinham a seu cargo a produção agrícola.

<sup>318</sup> O mussoco/mutsonko nas sociedades pré capitalistas da Zambézia tinha sido um tributo costumeiro (renda em espécies) paga pelo produtor camponês à aristocracia ou chefes linhageiros. A apropriação deste excedente das unidades de produção familiares camponesas era reproduzida através da hegemonia ideológica, religiosa e política da aristocracia. Os antigos senhores dos prazos adoptaram o mutsonko.

<sup>319</sup> Shubi L. Ishemo - *Forced labour, mussoco (taxation), famine and migration in Lower Zambézia, Mozambique, 1870-1914.* - In: Abebe Zegeye; Shubi Ishemo (eds.) - *Forced labour and migration: Patterns of movement within Africa.* - London: Hans Zell Publishers, 1989, p.113 A sua análise engloba a evolução do mussoco ao longo dos anos, e a sua consequência na produção camponesa e relacionando-o com as crises de produção, as fomes e a migração.

<sup>320</sup> Carlos Serra - *A introdução do modo de produção capitalista em Moçambique, através do "mussoco": Uma hipótese de pesquisa.* - [Maputo]: Universidade Eduardo Mondlane, p.5; ver também Serra - *O capitalismo colonial na Zambézia, 1855-1930.* - In: *Estudos Moçambicanos*, nº1 (1980), p.33-52

mas de outras chefaturas locais que tentaram recuperar as suas terras e invasões de outros povos como os Nguni<sup>(321)</sup>. Rita-Ferreira, analisa o processo de como os prazos foram passando para a posse de Companhias agrícolas e agro-industriais-comerciais a partir de 1890, referindo que António Enes, deixou claro no seu decreto de 1890, a necessidade do "desenvolvimento da agricultura industrial na terra dos prazos, e para isso converter o imposto do mussoco em meio indirecto de obrigar quem o paga e quem o cobra a aplicar-se à exploração do solo[...]" porque a Zambézia "agriculturada [e] retalhada em propriedade particular, ficará mais sujeita à autoridade da coroa do que ocupada militarmente [...]" O objectivo de todas as reformas que se façam no sistema de prazos deve, pois, ser o de transformá-los em fazendas agrícolas, pelo trabalho e pelo aforamento [...]" Foram assim entregues grandes extensões de terras na Província da Zambézia e de Tete a indivíduos e empresas privadas. Mas, a crise financeira e a apatia dos capitalistas portugueses perante o investimento colonial levaram a que paulatinamente os direitos fossem sendo transferidos para grandes Companhias cujos capitais eram maioritariamente estrangeiros<sup>(322)</sup>.

É também importante, para o estudo dos prazos, a análise da diversa legislação que foi sendo promulgada, quer em relação ao seu estabelecimento, organização e funcionamento, quer das diversas tentativas de os reformular e mesmo abolir e a resistência a ela feita, porque revelam muito da sua natureza. Só após o golpe de 1926, e a decisão de uma grande centralização de toda a administração colonial e a eliminação de qualquer forma de fraccionamento dos direitos de soberania no território das colónias, é que o sistema de prazos deixou de existir. A importância do regime dos prazos foi defendida sobretudo na medida em que eles representaram, a principal presença colonial no Vale do Zambeze, tendo sido a feição mais importante da ocupação portuguesa na África Oriental e representando a tentativa do governo central de mostrar, de facto, a posse da terra pelos súbditos portugueses, o que foi importante no período da "Luta por África". Lobato afirmou que, se a Alta Zambézia e a parte saliente de Tete fazem parte de Moçambique, deve-se à existência dos prazos, e se Portugal perdeu o melhor de Manica e a Mocaranga deve-se atribuir à falta de povoamento e de prazos. Da mesma opinião foi Mouzinho de Albuquerque que referia "Convenço-me que, se houvesse sido pacificado e dominado todo o território de Manica e Sofala, e posto aí em vigor o regime dos prazos da Zambézia com pequenas alterações [...] ter-se-ia povoado e nacionalizado o território sob a administração directa do Governo[...]"<sup>(323)</sup>.

<sup>321</sup> Para o declínio dos prazos ver trabalhos de Isaacman, Newitt, Lobato, Vilhena, Vail e White, Relatório da Comissão encarregada de estudar as reformas a introduzir nos prazos, entre outros. Ver bibliografia.

<sup>322</sup> A. Rita-Ferreira - Breve nota sobre o segundo regime dos prazos da Zambézia...op.cit., p.353

<sup>323</sup> cit. em Coissoró - O regime de terras...op.cit., p.400

## 2.2. Bibliografia

634. ALVARES, Pedro A. - O regime dos prazos da Zambézia : Comunicação feita à Sociedade de Geografia de Lisboa, na sua sessão de 5 de Junho de 1916 pelo Major de Engenharia Pedro A.Álvares. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 34ªsérie, nº4-6 (Abr.-Jun.1916), p.137-213 (AHM)
635. BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de Castello - Relatório das investigações a que procedeu o Secretário dos Negócios Indígenas, sobre emigração dos indígenas, nos distritos de Quelimane e Tete, e sobre outros assumptos mencionados na Portaria Provincial nº268, de 13 de Maio de 1908. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.210-274 (AHM B 186)
636. CAMACHO, Brito - Pretos e brancos. - Lisboa : Livraria Editora Guimarães, 1926, 314 p. (AHM B 503)
637. FERRÃO, Francisco, et alii - Prazos da coroa : Protesto de arrendatários em Quelimane e Tete contra o relatório do Secretario dos Negócios Indígenas e resposta deste. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.561-581 (AHM B 161(b) ; B 1250(b))
638. ISAACMAN, Allen - Mozambique : The africanization of a european institution : The Zambezi prazos, 1750-1902. - Madison : University of Wisconsin Press, 1972, XVIII, 260 p. : mapas, tabs. (F.Let. O-1373; J-251; V-595)
639. ISAACMAN, Allen - The origin, formation and early history of the chikunda of South Central Africa. - In : Journal of African History, vol.XIII, nº3 (1972), p.443-461
640. ISAACMAN, Allen - The prazos da coroa 1752-1830 : a functional analysis of the political system. - In : Studia, nº26 (Abr.1969), p.149-178 (AHM (b)B 418)
641. ISAACMAN, Allen ; ISAACMAN, Barbara - Os prazeiros como trans-raianos : um estudo sobre a transformação social e cultural. - In : Arquivo (Maputo), nº10 especial (Out.1991), p.5-48 (AHM (b)B 1178)  
Título original "The prazeiros as trans-frontiersmen : A study in social and cultural change", foi publicado em International Journal of African Historical Studies, vol.8, nº1 (1975)
642. ISHEMO, Shubi L. - Prazos, capital and patterns of Zambezian social formation, c.1850-c.1890 : A tentative analysis. - [Manchester] : University of Manchester, 1978, 47 p. (AHM B 379(b))  
Cópia manuscrita pelo autor
643. ISHEMO, Shubi L. - Some aspects of the economy and society of the Zambezi Basin in the nineteenth and early twentieth centuries. - In : Mozambique : Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : University of Edinburgh, Centre of African Studies, 1979, p.16-31 (AHM B 550)  
Já foi publicado o livro do autor com o título "Economy and society of the Lower Zambezi basin in Mozambique". - Brookfield, Vermont : Ashgate Publishing, 1993, 225 p.

644. LIMA, A. A. Lisboa de - Prazos da Zambézia. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 1, nº4 (Out.1925), p.56-64 (AHM B 42)
645. LOBATO, Alexandre - Colonização senhorial da Zambézia. - In : Alexandre Lobato - Colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.97-116 (AHM B 42; F.Let. U-569)
646. LOBATO, Alexandre - Aspectos de Moçambique no antigo regime colonial. - Lisboa : Livraria Portugal, 1953, 54 p. (AHM B 43)
647. MARTINS, J.P. de Oliveira - Relatório da Comissão encarregada de estudar as reformas a introduzir no systema dos prazos de Moçambique. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1889, 61 p. (AHM B 178)
648. MATOS, Leonor Correia de - O cruzamento de culturas. - In : Luis Albuquerque (dir) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.4, p.17-34 : il., mapas (AHM A 803/IV)
649. MELO, Francisco de Aragão e - Relatório da inspecção a alguns prazos do districto de Tete pelo Governador do Districto. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1911, 55 p. (AHM B 685 ; B 179)
650. NEWITT, M.D.D. - Portuguese on the Zambezi : an historical interpretation of the prazos system. - In : Journal of African History, vol.X, nº1 (1969), p.67-85 : mapa
651. NEWITT, M.D.D. - Portuguese settlement on the Zambezi : exploration, land tenure and colonial rule in East Africa. - London : Longman, 1973, 434 p. : il., mapas (AHM B 442)
652. PAPAGNO, Giuseppe - Colonialismo e feudalismo : a questão dos prazos da coroa em Moçambique no fim do século XIX. - Lisboa : A Regra do Jogo, 1980, 278 p. (AHM B 548)
653. PERALTA, João - Origem e evolução dos prazos da Coroa na Zambézia. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano 1, nº2 (Abr.-Jun.1951), p.35-41 (AHM)
654. Prazos da Coroa : Protesto de arrendatários de Quelimane e Tete contra o relatório do Secretário dos Negócios Indígenas e resposta deste. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Official", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.561-581 (AHM B 186)
655. SANTA-RITA, José Gonçalo - Oliveira Martins e a política colonial. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano II, nº5-6 (Jan.-Jun.1952), p.31-55 (AHM)
656. SERRA, Carlos - Os "prazos da coroa" em Moçambique : contribuição para o estudo dos modos de produção coloniais. - [Maputo : Edição do Autor, 1978], 97 p. - (Fotocopiado) (F.Let. A-75; AHM B 659)

657. SERRA, Carlos - Prazos e Companhias na Zambézia. - In : Tempo (Maputo), nº580 (22.Nov.1981), p.29-36 : mapa ; nº581 (29.Nov.1981), p.29-36 : mapa ; nº582 (6.Dez.1981), p.29-36 : mapa
658. SERRA, Carlos - A introdução do modo de produção capitalista em Moçambique através do "musoco" : uma hipótese de pesquisa. - Maputo, 1978, 7 p. - (Exemplar fotocopiado) (AHM B(b)610 ; F.Let. E-3/6)
659. SERRA, Carlos - O capitalismo colonial na Zambézia, 1855-1930. - In : Estudos Moçambicanos, nº1 (1980), p.33-52
660. VILHENA, Ernesto de - Regime dos prazos da Zambézia : Relatório apresentado ao Conselho Colonial, em Junho de 1915, pelo vogal representante da Provincia de Moçambique, Ernesto de Vilhena [e] parecer do mesmo conselho de 22 de Outubro desse ano. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1916 (AHM (b)B 122)
661. VILHENA, Ernesto Jardim de - Algumas palavras sobre o regimen dos prazos da coroa (estudo publicado no "Jornal das Colónias em Junho de 1908). - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Questões colonias : Discursos e artigos. - Lisboa : Edição do Autor, 1910, 2º vol., p.509-550 (AHM G 17a/II)
662. XAVIER, Alfredo Augusto Caldas - Estudos colonias : I : A Zambézia : II : A questão do Nyassa e os prazos do Chire : III : O relatório da comissão dos prazos. - Nova Goa, India Portuguesa : Imprensa Nacional, 1889 (AHM B 107)

**Ver também**

131, 332, 333, 334, 335, 336, 348, 402, 403, 405, 415, 416, 437, 458, 466, 492, 501, 517, 534, 626, 630, 633, 668, 669, 690, 753, 760, 784,

### 3. EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

#### 3.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A África Oriental Portuguesa esteve desde 1505 na dependência Estado Português da Índia, recebendo ordens do Vice-Rei e a ele prestando contas. A organização administrativa era formada pela Capitania de Moçambique, a Capitania de Rios de Sena que compreendia a Capitania das Terras (formada pelas terras da Coroa) de Quelimane, Sena e de Tete (e que eram as únicas que constituíam domínio territorial), as Capitánias das Feiras (que eram concessões privilegiadas feitas pelos reis livres, que para o benefício do comércio, e desenvolvimento das transações comerciais, concediam terrenos à Coroa Portuguesa) e as Capitánias dos Bares (concessões mineiras, o terreno do Bare pertencia sempre ao chefe local que mediante um pagamento em produtos de comércio, autorizava a sua mineração)<sup>(324)</sup>. A capitania de Moçambique era governada por um capitão-governador ou castelão que, por vezes, era designado por capitão-general, com assento em Moçambique e um tenente-general dos Rios. O Capitão-General era a mais alta autoridade na África Oriental, embora, como diz Lobato e Maria Leonor Matos, fosse difícil determinar o grau de subordinação em relação ao Tenente-General dos Rios de Sena, visto que ambos eram indicados pelo Vice-Rei da Índia e ambos recebiam instruções dele<sup>(325)</sup>. Lobato argumenta que o capitão de Moçambique era "de jure" a mais alta autoridade, enquanto que o lugar-tenente dos Rios era, de facto, a figura chave, porque tratava com os portugueses mais importantes para a vida da colónia e controlava a vida política e económica do interior de onde todo o ouro e marfim provinham<sup>(326)</sup>.

Segundo Botelho, as primeiras regras que nortearam a administração foram dadas através da Provisão de 25 de Março de 1589, organizadas em 23 capítulos aplicadas a todas as fortalezas indistintamente e mais um número especialmente destinadas a Moçambique e Sofala. Estes capítulos versavam questões como a conversão dos "gentios", a imparcialidade da justiça, controle do comércio, controle dos abusos que podiam ser cometidos pelos capitães, etc.<sup>(327)</sup>

Lobato e Fritz Hoppe reconhecem que o "Memorandum" do Desembargador Duarte Salter de Mendonça, de Dezembro de 1751, foi fundamental para a separação da administração

<sup>324</sup> Alexandre Lobato - *Evolução Administrativa e económica de Moçambique, 1752-1763*. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957, vol.1, p.39-46

<sup>325</sup> Lobato - *Evolução administrativa e económica...* op.cit., p.29 ; Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...* op.cit., p. 70

<sup>326</sup> Lobato - *Evolução administrativa e económica...* op.cit., p.29-32; Maria Leonor Matos - *Portuguese law and administration...* op.cit., p. 70

<sup>327</sup> Botelho - *História militar...da descoberta a 1833...* op.cit., p.129

de Moçambique de Goa. Nesse "Memorandum", Salter de Mendonça analisa a situação da colonização na África Oriental, as riquezas e as possibilidades de desenvolvimento, o comércio e os perigos (principalmente por parte dos holandeses) em se apoderarem de Moçambique, e defende que a única possibilidade de afastar os perigos e proceder ao seu desenvolvimento é a de torná-la independente da Índia e colocá-la sobre a autoridade directa da Metrópole<sup>(328)</sup> porque o sistema administrativo-financeiro em vigor até 1752 não permitia que a administração se desenvolvesse.

A 19 de Abril de 1752, D. José, Rei de Portugal (1750-1777), decretou a separação de Moçambique da Índia, tendo sido justificada tal decisão pelo estado de decadência em que se encontrava o governo de Moçambique, isto é, num estado miserável, o comércio arruinado, as fortificações desmanteladas, a costa aberta e sujeita a invasões e a Índia não a poder socorrer<sup>(329)</sup>. Para Lobato parece ser indiscutível que a independência da Índia se deveu sobretudo ao "perigo de a colónia ser ocupada por estrangeiros" porque sem esse perigo essa autonomia não seria dada<sup>(330)</sup>. Mas Capela refere que a autonomia dada a Moçambique em relação à Índia, se analisada em conjunto com outras medidas tomadas "não deixa[...] dúvidas sobre a existência de um plano global em que se integrou a autonomia administrativa de Moçambique" estratégia esta delineada por Pombal relativamente a Moçambique e à sua relação com o Brasil, subordinando-lhe Angola e Moçambique como fornecedoras de mão-de-obra e isso não seria possível com Moçambique na dependência de Goa<sup>(331)</sup>.

Francisco de Melo e Castro, que havia governado anteriormente Sena por cinco anos, vai ser nomeado como o primeiro Governador-Geral. Uma provisão posterior de 7 de Abril de 1760 criou o cargo de Secretário do Governo de Moçambique, cuja primeira nomeação recaiu sobre Inácio Caetano Xavier. Mas esta autonomia administrativa não implicou autonomia na administração do comércio (esta só vai ser decretada em 1755 mas posta em vigor apenas em 1757). Para Fritz Hoppe, as instruções de 7 de Maio de 1761, dadas a

<sup>328</sup> Fritz Hoppe - *A África Oriental portuguesa...op.cit.*, p. 49-61, tem também um *Apenso II, Documento nº1 onde está transcrito o "Memorandum do Desembargador Duarte Salter de Mendonça"*, pp. 325-343 ; Lobato - *Evolução administrativa e económica...op.cit.*, p. 88-90

<sup>329</sup> Lobato - *Evolução administrativa...op.cit.*, p. 283-284; ver também o relato que faz Inácio Caetano Xavier - *Notícias sobre os domínios portugueses na Costa de África Oriental, c.1758.* - In : António Alberto Andrade - *Relações de Moçambique setecentista.* - Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955, p. 139-188 onde relata a decadência em que se encontrava Moçambique nesse período.

<sup>330</sup> Lobato - *Evolução administrativa...op.cit.*, p. 310

<sup>331</sup> Capela - *Moçambique-Brasil. O liberalismo na rota dos escravos.* - In : Capela - *O escravismo colonial... op.cit.*, p. 194-195; ver também Capela - *As burguesias portuguesas e a abolição...op.cit.*, p. 134

Calixto/Callisto Rangel Pereira de Sá,<sup>(332)</sup> constituem os fundamentos da administração em Moçambique por algumas décadas versando sobre administração financeira, defesa, política comercial, política religiosa<sup>(333)</sup>.

Revolução liberal de 1820 inaugurou no plano legislativo uma nova época para as colónias. A Junta Provisória manifestou o desacordo perante o termo colónia (alterando-o para Províncias Ultramarinas) e sublinhou a igualdade de todos os cidadãos. Este espírito de igualar as colónias à Metrópole, foi designado ironicamente por Mousinho de Albuquerque de "espírito de simetria liberal"<sup>(334)</sup>. Do ponto de vista governativo, iniciou-se uma política assimiladora. A Constituição de 1822, não possuirá qualquer disposição especial para as colónias porque ela pressupunha a aplicabilidade das disposições constitucionais à totalidade do território nacional, sem distinção entre o Reino e o Ultramar e a Carta Constitucional de 1826 seguirá os mesmos princípios<sup>(335)</sup>. Mas, na Constituição de 1838, manifestou-se já a tendência de reconhecimento da especificidade dos assuntos ultramarinos, procurando-se estabelecer uma certa distinção entre o Reino e as Colónias. O seu título X - "Das Províncias Ultramarinas", determinou que estas deveriam estar subordinadas a leis especiais<sup>(336)</sup>.

A Reforma de 1869 de Rebelo da Silva foi estabelecida no auge do pensamento liberal. Considerava o decreto que as Províncias Ultramarinas deviam decidir sobre as questões do seu interesse, deviam contar com os seus próprios recursos, cabendo-lhes optar "entre o progresso e a inércia, entre o melhoramento e o atraso" ficando elas próprias responsáveis

<sup>332</sup> Calixto Rangel faleceu antes de assumir o governo em Moçambique e por isso estas instruções foram postas em vigor pelo seu sucessor João Pereira da Silva Barba que tomou posse do governo em Janeiro de 1763.

<sup>333</sup> Fritz Hoppe - *A África Oriental portuguesa...* p.156 também contém um Apenso II, Documento nº2 a transcrição destas instruções, pp.345-347; ver também Botelho - *História militar e política...da descoberta até 1833...* op.cit., p.360-365 que analisa com detalhe estas instruções e onde refere que "nesse diploma[...] encontraram os primeiros capitães-generais normas que os guiaram na organização de todos os serviços públicos" (p.571); Lobato - *A ditadura do primeiro Governador-Geral...* op.cit., p.142; ver também José Rui de Oliveira Pegado e Silva - *A primeira carta orgânica de Moçambique (1761)*. - Lisboa: Universidade de Lisboa, [19--?], 266 p. - *Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa*

<sup>334</sup> Maria Isabel João - *Ideologia e políticas coloniais na segunda metade do século XIX*. - In: Luis Albuquerque (dir) - *Portugal no mundo...* op.cit., p.198; Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa*. - In: Luis Albuquerque (dir.) - *Portugal no mundo...* op.cit., p.254

<sup>335</sup> Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização...* op.cit., p.250

<sup>336</sup> Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização...* op.cit., p.250

pelo que acontecesse<sup>337</sup>). Mas este decreto orgânico de Rebelo da Silva não chegou a ser posto em execução.

Articulado com a questão da assimilação, surgiu o debate do centralismo versus descentralismo na governação das colónias. Após as revoluções liberais, a tendência política que se manteve dominante, no período da monarquia constitucional, foi para uniformizar e impôr a centralização. No entanto, o problema que se colocava era o de meios necessários para se impôr tal administração<sup>338</sup>). A primeira reforma administrativa veio de António Enes que em 1891 foi enviado, como Comissário Régio para Moçambique, e que defendeu a necessidade de mudanças no sistema de administração. A descentralização foi o ponto onde mais insistiu a sua proposta. António Enes defendia "é em Moçambique que Moçambique deve ser governado". As unidades típicas do Portugal metropolitano - os concelhos, deviam ser substituídos por circunscrições civis ou comandos militares (estes nas regiões apenas parcialmente unificadas). A nova corrente vê a necessidade de amplos poderes para impor a autoridade e a lei aos "cafres" (administração efectiva), vê a inevitabilidade de se aproveitarem dos organismos políticos tradicionais, para afirmar a força do chefe e a obrigação geral do pagamento de impostos, criando leis do trabalho forçado e do regime de trabalho "contratado" (formulação de uma clara política nativa)<sup>339</sup>). Assim, no final do século XIX, com as campanhas de "pacificação", surgiu uma mudança à orientação assimiladora tradicional, sobretudo aquela que foi praticada durante o liberalismo. São instituídos os Comissários Régios, "dotados de poderes até essa data apenas detidos pelo poder executivo" e surgem também as companhias magestáticas detentoras de amplos poderes<sup>340</sup>).

A tendência centralização/descentralização administrativa continuou em debate, embora progressivamente se começasse a ver que a tendência centralizadora assumia maior proeminência, sobretudo nos aspectos de financeiros. O primeiro passo para a unificação administrativa colonial foi (além da Lei do Trabalho concebida por António Enes) a reorganização administrativa de 1907 de Aires d'Ornelas que apresentou pela primeira vez uma estrutura colonial coerente<sup>341</sup>). Os poderes do Governador, embora ampliados, tinham limites. A Província foi dividida em cinco distritos (Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique) e nela se introduziu o sistema de administração das

<sup>337</sup> Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização...op.cit.*, p.251

<sup>338</sup> Maria Isabel João - *Ideologia e políticas coloniais... op.cit.*, p.202

<sup>339</sup> Maria Isabel João - *Ideologias e políticas coloniais...op.cit.*, p.205

<sup>340</sup> Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização... op.cit.*, p.253

<sup>341</sup> *A reorganização administrativa de Aires d'Ornelas baseou-se nos princípios defendidos, em 1901, no Congresso Colonial, por Eduardo Costa; ver Eduardo Costa - Estudo sobre a administração civil nas nossas possessões africanas. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 19ª série, nº7 a 12 (Abr.-Jun.1901), p.535-761*

populações indígenas. A organização administrativa era formada por circunscrições (onde vivia apenas a população indígenas), concelhos (dividido em freguesias), distritos militares (quando a área não estivesse totalmente pacificada) e municipalidades. As circunscrições eram chefiadas por um administrador. Estas eram unidades administrativas rurais fundamentais e impostas em áreas predominantemente africanas. Eram divididas em postos, sob o controle de um chefe de posto, o funcionário administrativo mais próximo da população rural. Este chefe de posto trabalhava através de chefes africanos - os régulos - que se encarregavam sobretudo da colecta de impostos, o recrutamento para o trabalho forçado nas plantações, etc. Todo o sistema administrativo montado demarcou claramente a divisão entre negros e brancos <sup>(342)</sup>. Nesta reforma Lourenço Marques ficou fixada definitivamente como capital da Província<sup>(343)</sup>. O decreto também estabeleceu uma Secretaria Provincial para os assuntos nativos, que se deveu sobretudo à crescente procura de mão-de-obra para as minas sul-africanas. No entanto, a política preconizada por Ornelas foi suspensa devido ao abrupto assassinato do Rei e ao período de indecisões políticas que se seguiu. Foi sucessor de Aires d'Ornelas como Ministro da Marinha e Ultramar, Augusto Castilho que, em 1908 publicou um decreto em que restaurou o controlo financeiro e orçamental sobre as colónias<sup>(344)</sup>.

À queda da monarquia constitucional portuguesa em 1910, seguiu-se-lhe um regime republicano. A nova constituição de 1911 recomendou a descentralização para as províncias ultramarinas e o estabelecimento de "leis especiais que servissem ao estado de civilização de cada uma delas". O sistema contudo, não seria integralmente posto em prática, nomeadamente pelo desencadear da 1ª Guerra Mundial que obrigou à nomeação de governos militares. O posto de Altos Comissários com vastos poderes foi estabelecido em 1920 (Lei

<sup>342</sup> Henriksen - *Mozambique : A history...op. cit.*, p.102

<sup>343</sup> *Para o período de governação de Freire de Andrade (1906-1910) em Moçambique e reorganização administrativa ver João Villas-Boas Carneiro de Moura - Os últimos anos da monarquia e os primeiros da república em Moçambique. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1963. - Tese de Licenciatura. Este trabalho é também importante para o estudo da situação em Moçambique gerada pela mudança do sistema político em Portugal em 1910.*

<sup>344</sup> *Para o estudo da organização administrativa encontramos algumas teses que importa referenciar : Dagoberto Garcia - Evolução histórico-administrativa do distrito de Moçambique, 1895-1934. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, xii, 364 p. - Dissertação de Licenciatura da Cadeira de História da Colonização Moderna ; Francisco Xavier Basílio - Antecedentes Históricos da reforma administrativa da Província de Moçambique de 1907. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965, 168 p. - Dissertação de Licenciatura na Cadeira de História da Colonização Moderna ; Euclides Mendes Pinhal - Aspectos da Divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1971, 242 p. - Dissertação de Licenciatura. Um trabalho de grande importância para este tema, embora sob uma abordagem "legalista" é o trabalho de Armando de Marques Guedes - Organização administrativa em Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.339-365 onde apresenta uma síntese de toda a legislação promulgada sobre este assunto.*

nº1005) apresentando de novo um regime grandemente descentralizado. Estes possuíam grau ministerial, controlavam as Forças Armadas, podiam governar por decreto e pela primeira vez tinham autonomia financeira que incluía a responsabilidade pelos seus próprios orçamentos e pelo pedido de empréstimos<sup>(345)</sup>. Para Moçambique foi nomeado Brito Camacho.

Em 1926, o Ministro das Colónias do governo militar instalado após o golpe de Estado (João Belo) promulgou as Bases Orgânicas da Administração Colonial e o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas. Nas Bases Orgânicas procurou-se afirmar a unidade nacional, reinvidicando para o poder central o exercício efectivo da função orientadora, fiscalizadora e integradora dos governos locais<sup>(346)</sup>. Com a chegada ao poder do Estado Novo, o posto de Alto Comissário foi abolido e Governador-Geral passou a responder perante o Ministro do Ultramar, que possuía o controle administrativo, político e financeiro sobre elas. O Estado Novo acabou com o conceito de autonomia provincial no Acto Colonial de 1930 e toda a legislação promulgada a partir deste período implicou sempre um regime altamente centralizado.

### 3.2. Bibliografia

663. AGUIAR, Chaves de - A administração colonial. - Lisboa : Typographia Lisbonense, 1891, 16 p. (AHM B 401)
664. ALMADA, José de - A política colonial de João Andrade Corvo. - Lisboa : Sociedade Nacional de Tipografia, 1938, 24 p. - Trabalho apresentado ao Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, 5ªsecção, 1938 (AHM B 295(b))
665. ANDRADE, António Alberto de - A política portuguesa em África no século XVIII. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano III, nº9-10 (Jan.-Jun.1953), p.54-71 (AHM)
666. ANDRADE, José Maria de Araujo Freire de - A descentralização administrativa da Província de Moçambique : Carta aberta ao Ex.mo Sr.Ministro da Marinha e Ultramar. - Lisboa : Typographia Favorita, 1908, 43 p. (AHM (b)B 314)
667. BASÍLIO, Francisco Xavier - Antecedentes históricos da reforma administrativa da Província de Moçambique de 1907. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1965, 168 p. - Dissertação apresentada no acto de Licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, na época de Janeiro do ano lectivo de 1964-65, na cadeira de História da Colonização Moderna (AHM B 801)

<sup>345</sup> Newitt - *Portugal in Africa...op.cit.*, p.177; ver também Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular centralização/descentralização...op.cit.*, p.255-256

<sup>346</sup> Leonor Correia de Matos - *O movimento pendular... op.cit.*, p.257

668. BORDALO, Francisco Maria - Ensaio sobre a estatística de Moçambique e suas dependências na costa Oriental de Africa ao Sul do Equador. - In : José Joaquim Lopes de Lima ; Francisco Maria Bordalo - Ensaio sobre a estatística das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental na Asia Occidental na China e na Oceania : Começados a escrever de ordem do Governo de Sua Magestade por José Joaquim Lopes de Lima e continuados por Francisco Maria Bordalo. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1859, 318 p.: mapas (AHM B 513)
669. BOTELHO, José Justino Teixeira - História militar e política dos portugueses em Moçambique da descoberta a 1833. - Lisboa : Centro Typ. Colonial, 1934, 637 p. (AHM ; ARPAC)
670. BOTELHO, Sebastião Xavier - Resumo para servir de introdução á memoria estatística sobre os dominios portuguezes na África Oriental. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1834, 85 p. (AHM B 5)
671. BOTELHO, Sebastião Xavier - Memoria estatística sobre os domínios portuguezes na Africa Oriental. - Lisboa : Typ.de José Baptista Morando, 1835, 400 p. (AHM B 12)
672. CAETANO, Marcelo - Os antecedentes legislativos do Acto Colonial. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano 1, nº4 (Out.-Dez.1951), p.1-9 (AHM)
673. CIRNE, Manuel Joaquim Mendes de Vasconcellos ; CAPELA, José (pref.e notas) - Memoria sobre a Província de Moçambique. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1990, 86 p. - (Col. Documentos, 2) (AHM B 980)
674. COSTA, Eduardo - Estudo sobre a administração civil nas nossas possessões africanas. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 19ª série, nº7 a 12 (Abr.-Jun.1901), p.535-761 (AHM)
675. GAMITTO, Antonio Candido Pedroso - Memoria sobre um systema para as colonias portuguezas. -(1850). - In : Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official, serie I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858), p.45-76
676. GARCIA, Dagoberto - Evolução histórico-administrativa do distrito de Moçambique, 1895-1934. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964, xii, 364 p.: quadros, mapas, quadros. - Dissertação de licenciatura da cadeira de História da Colonização moderna (AHM B 831)
677. GASPAS, Maria Ivone Clemente - Subsídios para a História de Quelimane no século XVIII. - Lisboa, 1969, 273 p. : mapas. - Dissertação de Licenciatura apresentada á Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. - Em anexo apresenta um conjunto documental do séc.XVIII, sobre os diversos assuntos abordados no trabalho (Inst.Sup.Pegag./Dep.Hist.)
678. GUEDES, Armando de Marques - Organização administrativa em Moçambique. - In : Moçambique - Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.339-365 (AHM B 353)

679. GUEDES, Armando M. Marques - A unidade política nacional e descentralização das Províncias Ultramarinas. - In : Problemas do espaço português (Curso de extensão universitária). - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p.265-288. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 87) (Embx.Port. 08 POR)
680. JOÃO, Maria Isabel - Ideologias e políticas coloniais na segunda metade do século XIX. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.198-209 : il. (AHM A 803/VI)
681. LAGO, Baltazar Manuel Pereira do - Instrução que o Ill.mo e Ex.mo Sr. Governador e Capitão General Baltazar Manuel Pereira do Lago deo a quem lhe suceder neste governo. - In : António Alberto de Andrade - Relações de Moçambique setecentista. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, p.317-338
682. LOBATO, Alexandre - Breve história da fundação da Beira (Moçambique 1885-1892). - Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1981, 64 p. : mapa (AHM B 710)  
Separata de Studia, nº45 (Jan.-Jun.1981)
683. LOBATO, Alexandre - A autonomia administrativa de Moçambique em 1752. - In : Arquivo (Maputo), nº11 (Abr.1992), p.83-90  
Excerto de Alexandre Lobato "Evolução administrativa e económica de Moçambique, 1752-1763"
684. LOBATO, Alexandre - A ditadura do primeiro Governador-Geral, em 1753. - In : Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.139-161 (AHM B 42 ; F.Let. U-569)  
Foi publicado no Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, vol.30, nº125 (1960), 17 p.
685. LOBATO, Alexandre - Fundação de Sofala. - In : Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.27-49 (AHM B 42; F.Let. U-569)
686. LOBATO, Alexandre - Regimentos de Sofala. - In: Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.51-75 (AHM B 42; F.Let.U-569)
687. MATOS, Leonor Correia de - O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.248-259 : il., mapa (AHM A 803/VI)
688. MESQUITA, Adelaide Sofia d'Azevedo Moura de - A história da Província de Moçambique durante a Restauração. - Lisboa, 1965, 2 vols. - Dissertação para a Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Universidade de Lisboa (Inst.Sup.Pedag./Dep.Hist.)  
O 2º vol. é um apêndice documental.
689. MONTEZ, Caetano - Mouzinho Governador de Lourenço Marques : 25 de Setembro de 1890 - 4 de Janeiro de 1892. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1956, 247 p. (F.Let. U-852; U-984)

690. MOURA, João Villas-Boas Carneiro de - Os últimos anos da monarquia e os primeiros da República em Moçambique. - [s.l., s.n.], 1963, 239 p. - Dissertação apresentada no acto de Licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (AHM B 834)
691. NOGUEIRA, Jeronimo José - Descrição em que ficavão os negocios da capitania de Mossambique em fins de Novembro de 1789 com algumas observaçoens e consideraçoens sobre as causas da decadência do commercio dos estabelecimentos portugueses na costa oriental da Affrica, escrita no anno de 1790. - In : Ministerio das Colónias - Arquivo das Colonias. - Lisboa, vol.III, nº 2 (1917) ; nº3 (1917) ; nº4 (1917), nº5 (1917) (AHM)
692. PEREIRA, Armando Gonçalves - As novas tendências da administração colonial. - Lisboa : Edição de J.Rodrigues e Co.Livreiros Editores, [1931?], 347 p. : mapas (ARPAC 03 PER)
693. PINHAL, Euclides Mendes - Aspectos da divisão e ocupação administrativa em Moçambique a norte do Zambeze, 1885-1910. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1971, 242 p.: il., mapa desdobr. - Dissertação de licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina (AHM B 531)
694. REGO, A.da Silva - O Ultramar português no século XVIII (1700-1833). - 2ªed. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1970, 404 p. (AHM G 7a)  
Palestra na Emissora Nacional de 23 de Abril a 26 de Novembro de 1966.
695. RIBEIRO, Artur R. de Almeida - Descentralização na legislação e na administração das colónias : do relatório que precede a proposta de lei sobre a «Administração financeira das Provincias Ultramarinas, 1917». - In : Marcelo Caetano (ordenação) - Antologia Colonial Portuguesa : vol.1 : Política e Administração. - Lisboa Agência Geral das Colónias, 1946, p.149-162 (AHM G 43a/l)
696. RIBEIRO, Francisco dos Reis - Alguns aspectos da ocupação e divisão administrativa de Moçambique a sul do Zambeze, 1885-1910. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1972, 203 p. (AHM B777)
697. SANTA-RITA, José Gonçalo - A política de centralização no século XIX : Atenuantes ou dirimentes?. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano III, nº9-10 (Jan.-Jun.1953), p.1-11
698. SERAPIÃO, Luis B. - Analysis of the portuguese administration in Mozambique in the twentieth century. - Washington : The American University, 1975, 233 p. - A thesis submitted to the Faculty of the School of International Service of the American University in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in International Studies (F.Letras Q-287; AHM B 792)
699. SILVA, José Rui de Oliveira Pegado e - A primeira carta orgânica de Moçambique (1761) - Lisboa : Universidade de Lisboa, (19--?), 266 p. - Dissertação para a Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras de Lisboa (AHM B 802)

700. SILVA, Rui Ferreira da - O advento do Estado Novo e o Acto Colonial. - In : Luis Albuquerque (dir). - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.308-319 : il. (AHM A 803/VI)
701. TEIXEIRA, Cândido - A fundação de Inhâmbane e a sua estrutura administrativa e governamental nos meados do século XVIII. - In : Arquivo (Máputo), nº8 (Out.1990), p.5-53
702. TRUÃO, António Norberto Barbosa de Villas-Boas - Extracto do plano para um regimento ou nova constituição económica e política da capitania de Rios de Senna, com todas as observações e informações necessarias para o referido fim : Organizado pelo governador da mesma colonia, Antonio Norberto Barbosa de Villas-Boas Truão, no anno de 1896. - In : Annaes do Conselho Ultramarino, parte não official, série I (Fevereiro de 1854 a Dezembro de 1858), p.389-417
703. VILHENA, Ernesto Jardim de - A autonomia de Moçambique. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Questões colonias : Discursos e artigos. - Lisboa : Edição do Autor, 1910, vol.1, p.345-368 (AHM G 17a I)  
Discurso proferido na sessão de 22 de Março de 1909
704. VILHENA, Ernesto Jardim de - Esboço de um programma colonial. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Questões colonias : Discursos e artigos. - Lisboa : Edição do Autor, 1910, vol.1, p.369-393 (AHM G 17a I)  
Artigos publicados no "Diário Popular" de 2 a 26 de Fevereiro de 1909.
705. XAVIER, Inacio Caetano - Notícias dos domínios portuguezes na costa de Africa Oriental c.1758. - In : António Alberto Andrade - Relações de Moçambique Setecentista. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, p.139-188 (AHM B 46)

### 3.3 Relatórios dos Governadores e de outras autoridades administrativas

706. ALBUQUERQUE, Joaquim Mouzinho de - Moçambique, 1896-1898. - Lisboa : Manoel Gomes, 1899, 365, XLIX p. (AHM B 74)
707. ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mouzinho de - Relatório apresentado ao Conselheiro Correia e Lanca Governador Geral Interino da Província de Moçambique pelo Governador do Distrito Militar de Gaza. - [Lisboa : s.n.], 1896, p.25-77  
Publicado nas Ordens do Exército de 1896, parte não official. (AHM (b)B 85)
708. ALMEIDA, Francisco António de - Maganja da Costa : Relatório do Administrador, Francisco António de Almeida, referido ao anno economico de 1909-1910. - In : Relatórios e Informações (annexo ao "Boletim Official"), anno de 1911. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1911, pp.277-332 (AHM B 890)
709. AMORIM, Pedro Francisco Massano de - Relatório do Governador : Distrito de Moçambique, 1906-1907. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1908, 179 p. (AHM B 224)

710. ANDRADE, Alfredo Augusto Frere d' - Relatórios sobre Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1907, 6 vols. : quadros, mapas (AHM B 529)  
Existe uma 2ª edição em 2 vols. (2ª ed. AHM B 528)
711. ARAÚJO, José Botelho de Carvalho - Inhambane. Governo do Distrito - Relatório do Governador, 1917. - Coimbra : Imprensa da Universidade, 1920, 311 p. (AHM B 221)
712. BETTENCOURT, J. - Relatório do Governador : Distrito de Tete, 1906-1907. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 94 p. (AHM B 214)
713. CABRAL, José Ricardo Pereira - Relatório do Governador : Distrito de Inhambane, 1910-1911. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1912, 165 p. : il., mapas (AHM B 219)
714. CABRAL, José Ricardo Pereira - Relatório do Governador : Distrito de Inhambane, 1911-1912. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1912, 161 p. : mapas (AHM B 220).
715. CAMIZÃO, António - Governo do distrito de Moçambique : Indicações gerais sobre a capitania-mór do Mossuril. - Moçambique : Imprensa Nacional, 1901, 27 p. : tabs. (AHM (b)B 43)  
Appendice ao relatório de 1 de Janeiro de 1901.
716. CARDOSO, Augusto - Relatório do Governador : Distrito de Inhambane, 1906-1907. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1907, 140 p. : tabs (AHM B 725 ; B 621)
717. CARDOSO, Augusto - Relatório do Governador : Distrito de Inhambane, 1907-1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, 107 p. : tabs. (AHM B 195)  
Encadernados conjuntamente com os relatórios dos governadores dos Distritos de Quelimane, Tete e Moçambique.
718. CARRILHO, João Luis - Relatório do Governador : Distrito de Tete, 1911-1912. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1913, 124 p. (AHM B 213)
719. CARVALHO, F. - Relatório do Governador : Distrito de Quelimane, 1911-1912. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1912, 114 p. : mapa (AHM B 210)
720. CARVALHO, F. - Relatório do Governador : Distrito de Quelimane, 1912-1913. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1914, 134 p. (AHM B 211)
721. CARVALHO, F. - Relatório do Governador : Distrito de Quelimane, 1914-1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916, 145 p. (AHM B 212)
722. CASTRO, Álvaro de Salalabe e - Relatório do intendente do Governo da Beira, 1908. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, 170 p. : tabs. (AHM B 622)
723. DUARTE, J. Romão - Distrito de Lourenço Marques : Relatório das circunscrições, 1912-1913. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1915, 49, [7] p. : il., tabs., mapas (AHM (b)B 167)

724. DUARTE, J. ; RODRIGUES, Vianna - Relatório das circunscrições : Distrito de Lourenço Marques, 1913-1914. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1915, 93 p. : il. (AHM B 199)
725. ENES, António - Moçambique : Relatório apresentado ao Governo. - 3ªed. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1946, 625 p. - Publicado pela 1ª vez em 1893 (AHM B 56)
726. FERREIRA, Duarte - Relatório do Governador : Distrito de Moçambique, 1911-1913. - Lourenço Marques : Tipografia A.W.Bayly, 1915, 95 p. : mapas, tabs. (AHM B 404)
727. HENRIQUES, C. Correia - Relatório do Governador : Distrito de Inhambane, 1913-1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916, 258 p. (AHM B 201)
728. LUPI, Eduardo do Couto - Relatório do Governador : Distrito de Quelimene, 1906-1907. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1907, 109 p. : mapas (AHM B 208)
729. LUPI, Eduardo do Couto - Relatório do Governador - Distrito de Quelimane, 1907-1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, 305 p. : il., mapa (AHM B 195 ; B 209)  
Encadernado conjuntamente com os relatórios dos Governadores dos Distritos de Inhambane, Tete e Moçambique, 1907-1909.
730. MACHADO, Aníbal A. da Silva - Relatório do Governador : Distrito de Moçambique, 1908-1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, 77 p. : il. (AHM B 195)  
Encadernado conjuntamente com os relatórios dos Governadores dos Distritos de Inhambane, Tete e Quelimane, 1908-1909.
731. [MACHADO, Joaquim José] - Relatório sobre a administração da Província durante o ano de 1914 : Apresentado ao Conselho do Governo em sessão de 2 de Janeiro de 1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1915, 21 p. (AHM (b)B 166)
732. MOÇAMBIQUE. Governo Geral - Relatórios do Distrito de Lourenço Marques. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1918, 301 p. (AHM B 200)  
Contém relatórios da Administração do Concelho de Lourenço Marques, do Corpo da Polícia, Imprensa Nacional, Comissão de Beneficência Pública, e de todas as Circunscrições de Lourenço Marques : Marracuene, Manhica, Sábie, Magude, Maputo, Bilene, Chogoene, Muchopes, Chibuto, Guijá e Namaacha.
733. PIMENTA, Fernando Augusto da Silva - Relatório do Governador : Distrito de Tete, 1908-1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, 94 p. (AHM B 215)
734. PIMENTA, Fernando Augusto da Silva - Relatório do inspector, ano de 1910. - Lourenço Marques : Inspeção das Circunscrições Civas, 1912, 123 p. (AHM B 197)
735. PIMENTA, Fernando Augusto da Silva - Relatório do Governador do Distrito de Tete, 1908-1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, 94 p. : il., mapa. - Encadernado conjuntamente com os relatórios dos governadores dos Distritos de Inhambane, Quelimane e Moçambique, 1908-1909. (AHM B 195)

736. PINTO, Ernesto Espregueira Gois ; PATO, A.de Bulhão - Relatórios da Província de Moçambique : anos de 1915-1916. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916, 31 p. (AHM (b) 136)
737. RIBEIRO, António Sousa - Relatório do Secretário Geral. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, 379 p. (AHM B 189)
738. RODRIGUES, Pedro Alexandrino Vianna - Relatório das circunscrições : Distrito de Lourenço Marques, 1911-1912. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1913, 135 p. : il. (AHM B 198)
739. SILVA, J.A.Marques da - Relatório das circunscrições : Distrito de Lourenço Marques, 1914-1915. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1916, 36, [9] p. : il., tabs. (AHM (b)B 154)
740. VASCONCELOS, António de - Relatório das circunscrições : Distrito de Lourenço Marques, 1909-1910. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, 225 p. : il. (AHM B 225)

**Ver também**

176, 395, 407, 408, 458, 483, 630, 648, 669, 784

#### 4. AUTORIDADES INDÍGENAS NO SISTEMA COLONIAL

##### 4.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

O estudo sobre aspectos relativos às autoridades indígenas é extremamente complexo, existem apenas poucas reflexões sobre elas que por sua vez, enfermam de várias lacunas e de alguma superficialidade. Existem reflexões sobre os problemas que se colocavam às autoridades tradicionais, ao seu trabalho, mas não existem análises sobre o seu relacionamento ambíguo com as instituições coloniais e com as populações e como perante ambos conseguiram legitimar o seu poder. Talvez com excepção do trabalho de Isaacman<sup>(347)</sup>, que analisa o papel fundamental desempenhado pelos chefes tradicionais no processo de reestruturação da produção camponesa (principalmente no que se refere ao cultivo forçado do algodão) e de como é que as suas responsabilidades adicionais e as novas oportunidades económicas agravaram a sua posição quer perante o Estado, quer perante as populações.

Uma análise sobre este tema, tem de ter em consideração o estudo da natureza, funcionamento, relacionamento, direitos e deveres das autoridades tradicionais perante a população durante o período pré-colonial, para se poder analisar com objectividade o impacto e a profundidade das transformações trazidas pelo poder colonial. Sabe-se que, muito do seu poder, foi destruído ou limitado e que alguns dos seus privilégios tradicionais lhes foram recusados sempre que isso foi conveniente para a administração<sup>(348)</sup>, mas é necessário aprofundar-se como é que, apesar disso, o seu poder era legitimado. Como foi possível para alguns manipular essa sua dupla função perante o colonizador e as populações. O estudo deste tema implica pois, a análise de uma série de factores para os quais a bibliografia é bastante escassa.

A política colonial indígena foi sempre definida em função dos interesses económicos, políticos e sociais do poder colonial. Para a defesa desses interesses, a administração colonial desde sempre sentiu a necessidade de utilizar as autoridades tradicionais. A compreensão desta necessidade baseava-se, em parte, no conhecimento que tinham adquirido sobre o funcionamento das sociedades tradicionais africanas e da coesão que se verificava à volta do seu chefe. Por outro lado, a administração colonial desde cedo compreendeu a impossibilidade de governar sem ter a seu lado colaboradores que a

<sup>347</sup> Allen Isaacman - *Régulos, diferenciação social e protesto rural : O regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1938-1961.* - In : *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº6-7 (1987), p.37-82 Apesar deste trabalho ser de um período posterior a 1926/30 (limite da periodização do presente trabalho) Isaacman apresenta uma reflexão global importante para o estudo deste tema.

<sup>348</sup> *Os usos, costumes e tradições eram permitidos desde que sujeitos às "disposições legais em vigor" e desde que não fossem contra a moral e a ética do colonizador; as autoridades podiam ser castigadas e mesmo suspensas pela não obediência e cumprimento dos seus deveres; determinadas autoridades eram colocadas pela própria administração colonial, por exemplo o art.96º da Reforma Administrativa Ultramarina referia que "[...] O Governo tem direito de escolha [...] quando o herdeiro não convenha à administração"; determinadas práticas religiosas foram proibidas, etc.*

apoiassem no cumprimento das suas determinações e na imposição da sua soberania<sup>(349)</sup>. Teve-se, no entanto, de os substituir por familiares mais dóceis, que não estavam, muitas das vezes, na linha directa de sucessão e de reformular as áreas administrativas onde a sua real importância lhes era retirada, diminuindo-lhes o poder, restringindo algumas das suas funções, limitando-lhes a competência, sem o que, poderiam vir a pôr em causa o poder colonial.

Nesta medida, é reconhecida a necessidade de utilização das instituições indígenas como a forma mais segura de êxito da política preconizada pelo Estado Português. Mas, esta política exige uma acção intervencionista, onde deveriam ser fixadas as regras e a orientação a seguir pela administração das colónias. É nesta acção intervencionista, junto dos chefes tradicionais e das suas instituições, que se situa a posição ambígua dos chefes tradicionais perante o Estado colonial e as populações. Isaacman refere :

"O Estado colonial precisava de chefes fortes para os quais pudesse transferir grande parte da responsabilidade pelo controlo social e pela supervisão da produção comercial. Chefes fortes, no entanto, podiam constituir uma séria ameaça para o poder de Estado. Em razão disso, muitas vezes o regime colonial ignorava autoridades tradicionais poderosas em favor de membros da família real mais dóceis, ou de cipaios e outros funcionários do Estado de comprovada lealdade."<sup>(350)</sup>

Mas, por vezes, estes chefes fracos não conseguiam obter a lealdade necessária das populações, para fazer cumprir as determinações<sup>(351)</sup>.

Existe no entanto, uma vasta legislação que refere às suas funções, atribuições, papel, deveres e obrigações, privilégios e penalizações, através dos quais se pode inferir qual a posição do governo colonial perante elas. Fazendo uma análise dela, podemos ver que as autoridades tradicionais eram, no fundo, suportes do governo. O "Regulamento das Circunscrições Civas de Lourenço Marques e Inhambane", promulgada a 12 de Setembro de 1908, pelo Governo de Freire de Andrade, referia que as autoridades tradicionais (que eram classificadas em régulos, indunas e chefes de povoação) se subordinavam ao administrador e desempenhavam a sua função enquanto servissem a contento do Governo (art.56°). O Regulamento também estabelecia quais os privilégios a que tinham direito (por exemplo a isenção do imposto de palhota). Praticamente idêntico a este regulamento, eram os "Direitos e deveres das autoridades indígenas do distrito de Tete" promulgados em 1924<sup>(352)</sup>. Não interessa nesta introdução, fazer o levantamento global da legislação

<sup>349</sup> Ver por exemplo o trabalho de João de Castro Osório e de João F. Rodrigues - *Integração dos actuais régulos na obra administrativa nas colónias de Angola e Moçambique*. - In : *Congresso do Mundo Português : Publicações : XV vol. : Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso)*. - Lisboa, 1940, p. 549

<sup>350</sup> Isaacman - *Régulos, diferenciação...* op. cit., p. 66

<sup>351</sup> Ver por exemplo a análise que faz o Governador Eugénio Ferreira de Almeida - *Governo do Distrito de Moçambique : Relatório : Nampula, 1956*. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957, p. 73-75 na parte específica relativa às autoridades tradicionais. Apesar do relatório ser de 1957, ele faz uma análise sobre o processo seguido pela administração em relação às autoridades indígenas.

<sup>352</sup> Aurélio Antunes da Silva Monteiro - *Direitos e deveres das autoridades indígenas do Distrito de Tete*. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1924

respeitante a este tema, no entanto, através dela podemos concluir que a sua função era a de obedecer, pronta e fielmente, às autoridades administrativas portuguesas como seus auxiliares, fazer com que os indígenas da sua jurisdição lhes obedecessem no cumprimento das determinações do governo colonial, participar nas acções de recenseamento, funções policiais de manutenção da ordem, colaboração na política de fomento e produção das culturas, responsabilidade pelo o lançamento e pela cobrança de impostos, recrutamento para o trabalho braçal indígena, etc.<sup>(353)</sup>. Foi também, dentro deste espírito, que surgiram as diversas tentativas da administração portuguesa de "codificar os usos e costumes" dos africanos, onde se define também a autoridade destes chefes africanos<sup>(354)</sup>

Devido as estas suas funções, obtinham vários privilégios e regalias que provinham sobretudo da sua relação privilegiada com as estruturas do poder colonial (mas que significava mais um laço de sujeição), como a isenção do pagamento dos impostos, isenção do trabalho obrigatório, dispensa da apresentação da "caderneta" para poderem utilizar os transportes colectivos, remuneração pelo exercício das funções de autoridade gentílica e gratificações, isenção da contribuição braçal, percentagem nas taxas cobradas pela celebração de contratos de trabalhadores recrutados na sua área, etc.<sup>(355)</sup>. Mas, como Isaacman refere o seu estatuto relativamente privilegiado "era simultaneamente frágil e ambíguo" porque sujeito aos caprichos e arrogância dos administradores e sujeito a toda uma série de penalizações, muitas vezes aplicadas publicamente, no caso do não cumprimento das suas obrigações<sup>(356)</sup>. Em 1925, António Augusto Pereira Cabral afirmou que o poder das autoridades indígenas tinha sido grandemente modificado. Ele dizia "Hoje, [...] as suas funções são limitadíssimas. Desta orientação resultou o enfraquecimento do prestígio dos chefes indígenas, já bastante abalado pela deposição ou morte dos mais importantes e pela divisão das suas terras, por chefes mais pequenos [...]" que se podem classificar como simples auxiliares das autoridades administrativas<sup>(357)</sup>.

<sup>353</sup> Ver Rafael Cárcomo de Almeida Rosa Lôbo - *As autoridades tradicionais e a organização das regedorias de 1961 : Alguns aspectos político-administrativos na Província de Moçambique*. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1961, p.59-61

<sup>354</sup> Ver Joaquim de Almeida Cunha - *Estudo acerca dos usos e costumes dos baneanes, bathiás, mouros, gentios e indígenas : Para o cumprimento do que dispõe o artigo 8, § 1 do decreto de 18 de Novembro de 1869*. - Moçambique : Imprensa Nacional, 1885, neste seu trabalho são referenciados vários documentos como o "Código Cafreal do distrito de Inhambane" (1852), "Regulamento para o capitão-mór da villa de Quelimane", o "questionário dos usos e costumes dos povos indígenas da Província de Moçambique", e apresenta uma relação dos régulos e cabos tributários da Coroa Portuguesa no distrito de Inhambane; António Augusto Pereira Cabral - *Raças, usos e costumes dos indígenas do distrito de Inhambane, acompanhado de um vocabulário em Shitsua, Gitonga e Shishope*. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910 ; *Idem - Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1925

<sup>355</sup> Rafael Lôbo - *As autoridades tradicionais...* op. cit., p.59-60; Isaacman - *Régulos, diferenciação social e protesto rural...* p.54-61

<sup>356</sup> Isaacman - *Régulos, diferenciação social...* op. cit., p.65 Estas penalizações iam desde a repreensão, à suspensão das suas funções por determinado período, passando pela prisão correcional, trabalhos públicos obrigatórios, até à sua deposição.

<sup>357</sup> António Augusto Pereira Cabral - *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*" cit. por Rafael Lôbo - *As autoridades tradicionais...* op. cit., p.48-49

## 4.2 Bibliografia

741. ALMEIDA, António de - Esboço histórico das organizações tradicionais dos regulados indígenas de Angola e Moçambique, os grandes régulos, os chefes indígenas. Situação actual. - In : Congresso do Mundo Português: Publicações : XV vol. : Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso colonial (IX Congresso), tomo 2º, II secção. - Lisboa : [s.n.], 1940, p.527-541
742. ALMEIDA, Eugénio Ferreira de - Governo do Distrito de Moçambique : Relatório : Nampula, 1956. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1957, 2 vols. (AHM B 206 I e II)
743. CABRAL, António Augusto Pereira - Raças, usos e costumes dos indígenas do Distrito de Inhambane : Acompanhado de um vocabulário em Shitsua, Guitonga e Shishope. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, 190 p. : mapa (AHM C 524j)
744. CABRAL, António Augusto Pereira - Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1925, 93 p. (AHM C 507j)
745. CUNHA, Joaquim de Almeida - Estudo acerca dos usos e costumes dos banianes, bathiás, mouros, gentios e indígenas. - Moçambique : Imprensa Nacional, 1885, XLII, 150 p. (AHM C 523j)  
Para o cumprimento do que dispõe o artigo 8, § 1 do decreto de 18 de Novembro de 1869.
746. ISAACMAN, Allen - Régulos, diferenciação social e protesto rural : O regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1938-1961. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº6-7 (1987), p.37-82
747. LÔBO, Rafael Cárcomo de Almeida Rosa - As autoridades tradicionais e a organização das regedorias de 1961 : Alguns aspectos político administrativos na Província de Moçambique. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, 125 p. : il., mapas. - Dissertação de Licenciatura (AHM B 800)
748. MONTEIRO, Aurélio Antunes da Silva - Direitos e deveres das autoridades indígenas do Distrito de Tete. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1924, 25 p. (AHM C 1377k)
749. OSÓRIO, João de Castro ; RODRIGUES, João F. - Integração dos actuais régulos na obra administrativa das colónias de Angola e Moçambique. - In : Congresso do Mundo Português : Publicações : XV volume : Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso colonial (IX Congresso), tomo 2º, II secção. - Lisboa, 1940, p.543-561 (AHM E 131xv)

## Ver também

413, 458, 899

## 5. SISTEMA DE TRABALHO INDÍGENA / POLÍTICA LABORAL INDÍGENA

### 5.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

O trabalho africano foi visto como um dos maiores recursos que as colónias possuíam e um recurso cujo valor podia ser facilmente realizado. Tornou-se, por isso, num substituto para o investimento de capital e um meio para a sua acumulação<sup>(358)</sup>. Este aspecto pode ser visto, de facto, ao longo de toda a política laboral seguida que, desde o próprio processo de abolição da escravatura, tentou sempre controlar a força de trabalho africana.

A abolição da escravatura devia ser feita sem que se sofresse a perda do trabalho africano, necessário para a exploração de Moçambique. Nesta medida os diversos preceitos legislativos vão tentar controlar a força de trabalho sem um sistema de escravatura aberto, pretendendo dar tempo aos proprietários de escravos para se adaptarem às novas circunstâncias.

O Relatório de António Enes publicado em 1893, ofereceu à monarquia portuguesa um instrumento para novas orientações. Para António Enes era necessário obrigar o africano a trabalhar, porque ele nunca o faria voluntariamente, dada a sua "inferioridade natural"<sup>(359)</sup>. O Código de Trabalho de António Enes de 1899, defendeu a justeza legal do trabalho forçado, conhecido como chibalo, onde todos os indígenas tinham a obrigação moral e legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhe faltavam para subsistirem e melhorar a sua própria condição social. Estabelecia a plena liberdade de escolher a maneira de cumprir essa obrigação, mas se o não fizessem, a autoridade colonial poder-lhes-ia impôr esse cumprimento<sup>(360)</sup>. Segundo a Comissão redactora do Código "não há que ter escrúpulos em obrigar, forçar esses rudes negros de África(...) a trabalhár, a civilizarem-se a si mesmos através do trabalho."<sup>(361)</sup>

<sup>358</sup> Newitt - *Portugal in Africa...op.cit.*, p.106

<sup>359</sup> Cit. em Adelino Torres - *O império português entre o real e o imaginário*. - Lisboa : Escher, [1991], 355 p. - (Col. Estudos sobre África, 5) p.167

<sup>360</sup> Medeiros - *Etapas da escravatura ...op.cit.*, p.55; Isuacman, Allen e Barbara - *Mozambique : From colonialism to...* op.cit., p.34; ver também Duffy - *A questin of slavery...* op.cit. ; Adelino Torres - *O império português entre o real...* op.cit. ; Thomas H. Henriksen - *Mozambique : A history...* op.cit. ; Newitt - *Portugal in Africa...* op.cit., p.106-110 ; J.M.da Silva Cunha - *O trabalho indígena : Estudo de Direito Colonial*. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1949

<sup>361</sup> Cit. por Adelino Torres - *O império colonial português entre o real...* op.cit., p.169

Com ele, abandonou-se definitivamente a "ideia de «assimilação imediata e uniformizadora» e encara-se a ideia de um enquadramento que [...] dê inteira satisfação aos interesses da burguesia colonial [...] e seus associados na Metrópole"<sup>(362)</sup>. Adelino Torres refere que:

"A promulgação nos finais do século XIX, do novo protecçãoismo aduaneiro e das lei de António Enes sobre o regime laboral nas colónias, assinala[...] a vitória definitiva dos mercantilistas e da elite dominante da burguesia colonial pré-capitalista, vitória que, na ruptura definitiva com as teses liberais do «trabalho livre» irá marcar os destinos de Portugal e das suas possessões praticamente até aos nossos dias. A mão-de-obra «indígena» é, então, subtil mas violentamente envolvida nas redes legais do «trabalho forçado», «compelido», «contratado». Retoma-se, em última análise, a legalização legitimadora de velhas práticas de trabalho escravo, semi-escravo ou servil. E assim, o modelo que influenciou de forma decisiva a história colonial [...] resultou da sobrevivência e dominação do mercantilismo e não do projecto do capitalismo liberal [...]."<sup>(363)</sup>

A 27 de Maio de 1911, a República promulgou o primeiro regulamento do trabalho indígena limitando-se a repetir quase integralmente o decreto de 1899. Uma das poucas diferenças residiu no tempo do contrato que só podia ser feito por um período não superior a 2 anos e foram previstas mais penalidades para os patrões que brutalizassem os seus trabalhadores embora lhes atribuíssem direitos sobre estes. Continuou a prever-se o trabalho compelido e correcional, devendo os que precisassem de utilizar estes trabalhadores compelidos, requisitá-lo às autoridades administrativas. Foram dadas às autoridades tradicionais responsabilidades de averiguação se todos os indígenas cumpriam ou não a obrigação de trabalhar. Um outro aspecto novo foi a criação de um passaporte interno para controle das migrações de uma região para outra.

Com a chegada ao poder do Estado Novo, foi promulgado o decreto de 6 de Dezembro de 1928 que constituiria o Código do Trabalho Indígena. Este código manteve o "dever moral" de procurar trabalho e proibiu o trabalho obrigatório para fins privados. Colocou três limitações principais à liberdade da escolha de trabalho : trabalho obrigatório para fins públicos como a construção de estradas; trabalho obrigatório para benefício dos africanos e trabalho forçado por sentença judicial. Para o sector privado existiam regras detalhadas sobre contrato, salário e condições de trabalho. No entanto, o trabalho forçado para empreendimentos privados permaneceu.

O Sul de Moçambique transformara-se num reservatório de mão-de-obra para as minas sul-africanas desde 1869. Este processo de mão-de-obra migratória (que é analisada no tema específico) conduziu a contradições entre o governo e a burguesia portuguesa que se

<sup>362</sup> Adelino Torres - *O império português entre o real...op.cit.*, p.168

<sup>363</sup> Adelino Torres - *O império português entre o real...op.cit.*, p.38

queixava da falta de mão-de-obra para os empreendimentos internos. A solução para esta contradição foi resolvida através da implementação de um controle mais rígido sobre a força de trabalho e uma legislação que permitiu a implementação do shibalo, do trabalho correcional, e o controle da movimentação da população africana<sup>(364)</sup>.

Os métodos para extorquir trabalho, a violência física usada, o baixo salário ou a fuga ao seu pagamento, a recontração forçada são aspectos amplamente documentados por diversos autores, e que tiveram um profundo impacto no seio das comunidades africanas<sup>(365)</sup>.

## 5.2 Bibliografia

750. AGUIAR, Francisco Roque de - Imposto de Palhota, Districto de Lourenço Marques / Informação do Governador Francisco Roque de Aguiar. Districto de Inhambane / Informações do Governador Augusto Cardoso. - In : Relatórios e Informações, anexo ao Boletim Oficial, anno de 1908. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, [1909?], p.75-80 (AHM)
751. BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de Castello - Relatorio precedendo a proposta de regulamentação de trabalho indígena, apresentado ao Conselho do Governo. - In : Relatorios e informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - [Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909], pp.372-389 (AHM B 186; (b)B 1211)  
Também existe em brochura separada, editada pela Secretaria dos Negócios Indígenas em 1907
752. CAMACHO, Brito - A preguiça indígena : do livro «Moçambique - Problemas coloniais, 1926». - In : Marcelo Caetano (ordenação) - Antologia colonial portuguesa : vol.1 : Política e administração. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1946, p.189-194 (AHM G 43a/l)
753. CAPELA, José - O imposto de palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias : As ideias coloniais de Marcelo Caetano : Legislação do trabalho nas colónias nos anos 60. - Porto : Afrontamento, 1977, 273 p. : tabs.

<sup>364</sup> Rita-Ferreira - *Os africanos de Lourenço Marques*. - In : *Separata de Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique*, 9, série C (Ciências Humanas), 1967/68, p.153-157, faz um levantamento da principal legislação que visava o controle da movimentação populacional e da sua identificação.

<sup>365</sup> Ver Jeanne Penvenne - *A history of african labor in Lourenço Marques, 1877 to 1950*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1982, 511 p. - Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, Boston University. Este trabalho é de grande importância para o estudo do sistema de trabalho imposto aos indígenas (trabalho forçado / obrigatório/voluntário) e das relações entre o sistema de trabalho indígena e as relações raciais dentro dele.

754. CASTELO BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de - Relatório precedendo a proposta de regulamentação do trabalho indígena : Apresentada no Conselho do Governo. - Lourenço Marques : Secretaria dos Negócios Indígenas, 1907, 18 p. (AHM B 1211(b))
755. COISSORÓ, Narana - Os princípios fundamentais do direito ultramarino português. - In : Estudos Políticos e Sociais, vol.IV, nº1 (1966), p.77-96
756. CUNHA, J.M. da Silva - O trabalho indígena : Estudo de Direito Colonial. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1949, 295 p. (AHM G 45a)
757. ENES, António - O trabalho dos indígenas e o crédito agrícola : do Relatório elaborado pela Comissão encarregada de estudar o problema de trabalho dos indígenas em 1899. - In : Marcelo Caetano (ordenação) - Antologia Colonial Portuguesa : vol.I : Política e Administração. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1946, p.23-55 (AHM G 43a/I)
758. GALVÃO, João Alexandre Lopes - O regime da mão-de-obra indígena em Moçambique. - In : Boletim da Agência Geral das Colónias, ano 1, nº3 (1925), p.116-128
759. HEDGES, David William - Consolidação do colonialismo português no sul 1900-1930. - In : Tempo (Maputo), nº590 (31.Jan.1982), p.29-35
760. ISHEMO, Shubi L. - Forced labour, mussoco (taxation), famine and migration in Lower Zambezia, Mozambique, 1870-1914. - In : Abebe Zegeye ; Shubi Ishemo (eds.) - Forced labour and migration : Patterns of movement within Africa. - London : Hans Zell Publishers, 1989, p.109-158 (AHM F 2108a)
761. LOFORTE, Ana Maria - Alguns aspectos ligados à exploração da força de trabalho migrante na província de Inhambane entre 1897-1928. - [Maputo : s.n.], 1983 (DAA 30(679))
762. LOFORTE, Ana Maria - A apropriação dos rendimentos dos trabalhadores migrantes de Inhambane no início do século. - In : Arquivo (Maputo), nº8 (Out.1990), p.171-186
763. MATOS, Leonor Correia de - O problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.260-269 : il. (AHM A 803/VI)
764. MENEZES, José Guedes de Carvalho - Moçambique : Política indígena. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 3ª série, nº2 (1882), p.70-79  
Documento dirigido ao Governador de Quelimane, Vicente da Silveira Maciel em 2 de Junho de 1876 pelo então Governador Geral da Província José Guedes de Carvalho e Menezes.
765. MOREIRA, Adriano - Administração da justiça aos indígenas. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, 275 p. (AHM G 375a)

766. MOREIRA, Adriano - Experiência portuguesa de política indígena. - Lisboa : Diário da Manhã, 1956. - [2] p. (AHM (b)B 888)
767. PACHELEKE, Calisto - Relatórios da Curadoria dos Negócios Indígenas existentes no Arquivo Histórico de Moçambique, 1902-1961. - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1985, 215 p. - Tese de Licenciatura (CEA Ts 4)
768. PENVENNE, Jeanne Marie - A history of african labor in Lourenço Marques : Mozambique, 1877 to 1950. - Ann Arbor: University of Microfilms International, 1982, 511 p.: mapas. -Dissertation submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, Boston University, 1982 (F.Let. Q-281 ; AHM B 532)
769. PENVENNE, Jeanne - The streetcorner press : Worker intelligence networks in Lourenço Marques, 1900-1962. - Brookline, Mass : African Studies Center, Boston University, [1979], 21 p. - (Working paper, 26) (AHM (b)B 561)
770. PENVENNE, Jeanne - Chibalo e classe operária : Lourenço Marques, 1870-1962. - In : Estudos Moçambicanos, nº2 (1981), p.9-26
771. PENVENNE, Jeanne - The press as a primary source for african labor history : Lourenço Marques, 1905-1926. - [s.l.: s.n.], 1977, 7 p. (AHM (b)B 620)  
Palestra a 5 de Abril de 1977
772. RIBEIRO, Augusto - O trabalho indígena nas colónias portuguesas : Memoria justificativa. -In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 24ª série, nº9 (Set.1906), p.265-271
773. TORRES, Adelino - Legislação do trabalho nas colónias africanas no 3º quartel do século XIX : Razões do fracasso da política liberal portuguesa. - In : I Reunião Internacional de História de África : Relações Europa-África no 3º quartel do séc.XIX : Actas. - Lisboa : Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989, p.65-80 (AHM F 2290a)
774. VILHENA, Ernesto Jardim de - Imposto de palhota. - In: Ernesto Jardim de Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatorios e memorias sobre os territórios. - Lisboa : Typographia de "A Editora", 1905, p.72-123 (AHM B 180)
775. WIESE, Carlos - Zambesia : A "labour question" em nossa casa. - In : Relatorios e Informações. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, p.381-387  
Este trabalho também se encontra no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 25ª série, nº7 (Jul.1907), p.241-247
776. ZAMPARONI, Valdimir (selec.) - Aspectos do trabalho forçado em Moçambique nas décadas de 1910/1920. - In : Não Vamos Esquecer, ano 1, nº2-3 (Dez.1983), p.45-52
777. ZEGEYE, Abebe ; ISHEMO, Shubi - Forced labour and migration : Patterns of movement within Africa. - London : Hans Zell Publishers, 1989 (AHM F 2108a)

Ver também: 250, 402, 404, 458, 460, 494, 518, 529, 548, 635, 654, 658, 789, 899

## VI. OCUPAÇÃO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

### 1. CAMPANHAS MILITARES DE OCUPAÇÃO E CONQUISTA E RESISTÊNCIA AFRICANA (1886-1920)

#### 1.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

O período que vai de 1875, e principalmente após 1885 a 1920 foi um período de expedições militares de "pacificação" e ocupação do território. Botelho divide o período da ocupação portuguesa em três partes : (1) o território de Lourenço Marques até ao Pungué, realizada nos sertões de Lourenço Marques, Inhambane e Sofala onde "os negros manobram à ordem de Manicusse ou de alguns dos seus sucessores..."; (2) o território formado pelo Vale do Zambeze e terras limítrofes, onde a luta se dá à volta de povoações fortificadas, as aringas, onde os indígenas se refugiam, tomando as operações a forma de guerra de cerco; (3) desta região aos confins do Rovuma (limite da colónia), onde se desenvolve "uma guerrilha dispersa à aproximação dos europeus, emboscadas onde se pretende atraí-lo, fatigando-o e desmoralizando-o, usando um processo táctico totalmente diferente das outras duas regiões"<sup>(366)</sup>. Pelissier também divide o seu estudo em grandes áreas : o Norte (reinos afro-islâmicos da Costa e os Macua), a Zambézia e o Sul<sup>(367)</sup>.

Se a posição de Portugal em Moçambique era fraca, ainda o eram mais as suas reclamações internacionais no que se refere à posse da colónia. "Assediada por problemas financeiros, instabilidade política e uma desordem militar, Portugal não podia competir com os poderosos países capitalistas industrializados da Europa Ocidental"<sup>(368)</sup>. Por isso as reclamações históricas de Portugal a Moçambique foram rejeitadas. Apenas a pacificação e o controlo efectivo seriam os pré-requisitos para o reconhecimento do poder colonial. Assim, Portugal vai optar por uma política militar mais agressiva no período entre 1885 e 1896. As maiores ameaças às aspirações portuguesas vão ser colocadas pela Grã-Bretanha que desejava anexar áreas estratégicas do próprio Moçambique como as terras altas e férteis de Manica, o Vale do Shire e a Baía de Lourenço Marques e onde a visão mais ambiciosa era a de Cecil Rhodes com o seu projecto de um caminho de ferro do Cabo ao Cairo, que pressupunha o controle de uma parte substancial de Moçambique<sup>(369)</sup>.

<sup>366</sup> José Justino Teixeira Botelho - *História militar e política dos portugueses : de 1833 aos nossos dias*. - 2ª ed. rev. com apêndice. - Lisboa : Centro Tip. Colonial, 1936, p.171-172 este trabalho é importante para a consulta destas campanhas de ocupação, embora reflita principalmente sobre os empreendimentos militares dos portugueses, a sua organização e poder militar e as tentativas feitas para o melhorar e reformar.

<sup>367</sup> René Pélissier - *História de Moçambique : Formação e oposição (1854-1918)*. - Lisboa : Editorial Estampa, 1987, 2 vols. Este trabalho de Pélissier é fundamental para o estudo das campanhas de ocupação e conquista e da resistência africana a ela. Apresenta também uma vasta bibliografia anotada (p.503-565) e diversos quadros com as principais referências cronológicas para o estudo da conquista, tendo um quadro cronológico final (p.465-489) que nos situa nos principais acontecimentos. Por tudo isto torna-se um livro de consulta obrigatória para este tema.

<sup>368</sup> Allen e Barbara Isaacman - *Mozambique : From colonialism to revolution : 1900-1982*. - Gower : Westview Press, 1983, p.21

<sup>369</sup> Allen e Barbara Isaacman - *Mozambique : From colonialism to revolution...op.cit.*, p.21

Não tentarei apresentar nesta introdução todo o processo das campanhas militares que se realizaram ao longo deste período de ocupação e conquista, e as resistências a ela colocadas, pois existe ampla documentação sobre este assunto, mas tentarei apresentar apenas os aspectos globais que as envolveram.

Pelissier refere, que foi depois da grande humilhação sofrida pelos portugueses na crise anglo-portuguesa de 1890-1891, que "surgiu a Geração de 1895: umas dezenas de oficiais decididos a bater-se para deter o declínio da pátria e alçá-la ao nível dos outros imperialismos triunfantes" - destacando-se entre eles António Enes (Jan. 1895-Dez. 1895) e Mousinho de Albuquerque (Mar. 1896-Nov. 1897 e Mai. 1898-Jul. 1898) a quem Pelissier chama de "Centuriões" - que "quebrando e esmagando em África as resistências dos africanos, seriam eles, em certo sentido, os organizadores, senão mesmo os criadores, das novas entidades políticas que surgiram nos escombros delas"<sup>(370)</sup>. Foi pois, durante o período pós-1895 que a ocupação do território se vai fazer de forma mais sistemática e mais dura.

Antes deste período de 1895, a preponderância militar era africana (salvo na Zambézia entre 1884-1888). Encontrando-se os Governadores-Gerais bloqueados nas suas acções. No Norte de Moçambique os portugueses enfrentam a forte resistência dos quatro estados islâmicos da costa: Sancul, Sangage, Quitangonha e Angoche (onde se encontrava o principal centro de resistência) e também a oposição dos reinos Macua. Em vão tentam submeter toda esta região. No Vale do Zambeze, com a sua multiplicidade de etnias, sistemas políticos, regimes económicos, faz com que o seu estudo envolva grande complexidade. Pois era possível encontrar nesta região: estados africanos mais ou menos independentes ou mesmo conquistados (Báruê, Manica, Monomotapa, etc.); os prazos e as feitorias-fortalezas portuguesas (Quelimane, Sena, Tete). Agravando toda esta complexidade surge ainda a invasão Nguni na Zambézia, após 1820's, que teve grandes implicações na região, e nos anos 1850's o surgimento dos super-prazos (Macanga, Massingir, Maganja da Costa, Gorongosa, Massingir). Perante todos eles Portugal vai ter de empreender numerosos combates, sem contudo conseguir submeter a Zambézia. Campanhas são iniciadas contra Massingir nos fins de 1850's e vão conduzir à sua maior revolta em 1884<sup>(371)</sup>. Mas mais incrível vergonha dos portugueses iniciou-se em 1867 e que foi "a incrível gesta de Bonga, o senhor de Massangano, que pela incapacidade dos seus adversários, destruiria e decapitaria quatro expedições enviadas para o combate [...]"<sup>(372)</sup>. No Sul de Moçambique, a ameaça não era grande enquanto o centro do Estado de Gaza (que passara para a Zambézia) não voltasse ao sul.

Uma outra característica deste período era de que entre 1870's e 1880's os portugueses tornaram-se crescentemente dependentes da cooperação de dois grandes "muzungos" da Zambézia: Manuel António de Sousa e Ignácio de Jesus Xavier. Onde, por exemplo, o exército do primeiro foi usado para a conquista de Bárue em 1880, na supressão do levantamento de Massingir no Shire em 1884 e de Massangano em 1887-1888 e também tentaram usá-lo na conquista de Manica e das planícies altas da Rodésia. A sua captura

<sup>370</sup> Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, vol.1, p.197

<sup>371</sup> *Sobre o levantamento de Massingir ver M. Newitt - The Massingir rising...op.cit. e Vail e White - Capitalism and colonialism...op.cit.*, p. 78-83

<sup>372</sup> Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, vol.1, p.199

pelos homens de Rhodes na capital de Umtasa em Setembro de 1890 e a sua morte em 1892 fez ruir o seu império.

Mas, após 1895, a situação vai mudar e o exército português vai adquirir superioridade. No entanto, é preciso realçar que essa superioridade se conseguiu fundamentalmente à custa do apoio e colaboração dos africanos. No Norte, os Estados Afro-Islâmicos da Costa seriam esmagados Quitangonha (1904), Angoche (1910-1912), Sangage (1912) Em 1896 inicia-se a grande ofensiva contra os Macua, e em 1899 desenvolve-se a grande campanha contra os Yao (que teve o apoio, entre outros, dos prazos da Maganja da Costa, Massingir, Boror, Companhia da Zambézia, etc.) onde ambos apresentaram uma forte resistência às tentativas de ocupação conseguindo ser submetidas totalmente apenas entre 1910-1912. Quanto aos Namarras (cujas primeiras campanhas contra eles foram lançadas em 1887), apesar da grande ofensiva lançada por Mousinho em 1896, estes só seriam "exterminados" em 1913<sup>(373)</sup>. Na Zambézia os supra-prazos seriam progressivamente esmagados: Massingir (1897), Gorongosa (1897), Maganja da Costa (1898), Macanga (1902), Angónia seria ocupada em 1899-1900, e o estado independente de Bárue (1902)<sup>(374)</sup> apesar de tentar reaver a sua independência em 1917, numa das maiores revoltas tradicionais e pan-étnicas que há memória<sup>(375)</sup>. No sul, a conquista de Gaza vai estar no centro das atenções portuguesas, sendo o seu poder destruído irremediavelmente em 1895 e em 1897 esmagando a revolta de Maguiguane. A partir desta data o sul de Moçambique deixou de ser um problema militar, tendo sido a primeira região a sucumbir após este novo período que iniciara<sup>(376)</sup>.

Apesar das resistências africanas à ocupação e conquista militar, estas fracassaram. Isto deveu-se sobretudo : há incapacidade de criar amplas coligações anti-coloniais; diferenças impediram a sua união contra um objectivo comum; competição e conflitos de interesse entre os diferentes grupos africanos; conflitos internos, clivagens entre classe governante e oposição popular; vantagens tecnológicas por parte de Portugal; capacidade dos portugueses em recrutar grande número de colaboradores (aproveitando-se das divisões internas existentes dentro das sociedades africanas). Para Isaacman, este aspecto teve grande peso porque sem essa colaboração Portugal não teria conseguido impôr o seu governo<sup>(377)</sup>.

<sup>373</sup> Ver Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, 1ºvol, p.321-323 quadro das principais acções militares portuguesas no distrito de Moçambique entre 1858-1913; p.398-399 quadro das principais acções militares portuguesas no extremo norte entre 1858-1913

<sup>374</sup> Ver a guerra Luso-Bárue em Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, 2ºvol., p.132-148 e sua revolta em 1917, p.174-179; Filipe Gastão de Almeida de Eça - *As origens e o início da revolta de Bárue*. - Lisboa, 1943; Thomas H. Henriksen - *Mozambique : a history*. - London : Rex Collings, 1978, p.109-110; entre outros.

<sup>375</sup> Ver Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, vol.2, p.174-179 o quadro das acções militares portuguesas na Zambézia entre 1858-1916

<sup>376</sup> Ver Pelissier - *História de Moçambique...op.cit.*, vol.2, sobre o estado de Gaza e reinos africanos e sua conquista p.183-310; revolta de Maguiguane p.311-329; e *Quadro das principais acções portuguesas no sul do Save entre 1858-1915* p.336-337

<sup>377</sup> Isaacman, Allen e Barbara - *Mozambique : From colonialism to...* op.cit, p.26 ele refere que mais de 90% do exército português que pacificou a Zambézia era constituído por africanos ; Newitt refere que pode dizer-se que houve em Moçambique uma tradição de colaboração: guerreiros Tonga foram

## 1.2 Bibliografia

778. ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho - A campanha contra os namarraes : Relatorios enviados ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1897, 176 p. : mapas, quadros (AHM B 71)
779. ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho de - Campanha contra Maguiguana nos territorios de Gaza em 1897 : Relatorios enviados ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar. - [Lisboa : Imprensa Nacional, 1898], 496 p. : il., mapas (AHM B 72)
780. ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mousinho de - Relatorio de Mousinho de Albuquerque sobre a captura do Gungunhana. - In : Revista Contemporânea de questões Religiosas, Scientificas, Philosophicas, Historicas e Sociais, A.2, nº7 (Abr.1896), p.193-215 (AHM (b)B 643)
781. Algumas palavras acerca das operações de guerra no districto de Moçambique durante o actual governo do Ex.mo Sr.Conselheiro Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa Pimentel (1903-1904). - In : Portugal em Africa, Anno 1904, vol.11, nº130, p.586-594 ; nº131, p.648-657 ; nº132, p.713-720 ; Anno 1905, vol.12, nº133, pp.16-24 ; nº134, pp.72-81 ; nº135, pp.168-174 (AHM)
782. AMORIM, Pedro Francisco Massano de - Relatório sobre a ocupação de Angoche : Operações de campanha e mais serviços realizados. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1911, 433 p. : mapas (AHM B 100)
783. ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de - Campanha da Zambézia contra o Chatara 1887. - In : Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa, 8ªsérie, nº8 (1888-1889?), p.405-439 (AHM)
784. BOTELHO, José Justino Teixeira - História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias. - 2ª ed.rev. com apêndice. - Lisboa : Centro Tip. Colonial, 1936, 742 p., il., mapas (F.Let. J-439 ; AHM B 509)
785. CÂMARA, João Pereira de Sousa da - Crise e ressurgimento : o corpo policial de Lourenço Marques, na subvelação do Distrito em 1894-95. - Lisboa : Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 1957, 131 p. - Dissertação de Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas (AHM B 545)

---

*empregues em grande número no século XVII na conquista de Karonga na Mashonalândia; os Nguni do Norte de Moçambique, tiveram um papel crucial na pacificação da Zambézia, e as campanhas de Mousinho contra Gungunhana dependeram das tropas negras que lutaram sob a bandeira portuguesa. Adianta que a vitória portuguesa não se deveu apenas ao seu armamento superior, mas à sua superior unidade e organização e pelo facto de terem conseguido recrutar e juntar em seu redor partes importantes da população africana, apesar de reconhecer que as campanhas portuguesas encontraram também por parte de alguns povos uma forte e prolongada resistência. Newitt - Portugal in Africa...op.cit.,p.51-53*

786. CAMPOS JÚNIOR, António Maria de - Vitórias d'África : a defesa de Lourenço Marques e as campanhas do Valle do Incomati e do país de Gaza, 1894-1895. - Lisboa : Typ. Rua do Norte, 1896, 330 p. : il., mapas (AHM B 64)
787. COUTINHO, Azevedo - As duas conquistas de Angoche. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1935, 55 p. (AHM B 102)
788. COUTINHO, Azevedo - A campanha de Barue em 1902. - Lisboa : Tip. da Livraria Ferim, 1904, 339 p. : il., mapas (AHM B 113)
789. DIAS, Thomaz Antonio d'Oliveira Matta e ; LIMA, Guilherme António Potier de - Ocupação das terras do Mataka : Primeiros relatórios. - Lisboa : Companhia do Nyassa, 1913, 32 p. : quadros (AHM (b)B 139)  
Contém I. Relatório do Governador dos territórios; II. Relatório do comandante da coluna; III. Cartas dos régulos; IV. Notas
790. EÇA, Filipe Gastão de Almeida de - As origens e o início da revolta de Bárue em 1917. - Lisboa, 1943 (AHM 759)
791. ENES, António - A guerra de África em 1895 : memórias. - 2ª ed. - Lisboa, 1945 (F.Let. J-918 ; V-692 ; AHM)
792. FERREIRA, João Gregório Duarte - Relatório sobre a sublevação do xeque de Sangage. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1915, 42 p. (AHM (b)B 398)
793. GALANTE, Pereira - Mártires de Massangano. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1945, 244 p. (ARPAC 04 GAL)
794. GUERRA, D. Santos - No paiz dos vatuas : História da guerra de Lourenço Marques. - Lisboa : Livraria de António Maria Pereira-Editor, 1896, 81 p. (AHM B 81)
795. ISAACMAN, Allen - Social banditry in Zimbabwe (Rhodesia) and Mozambique 1894-1907 : An expression of early peasant protest. - In : Journal of Southern African Studies, vol.4, nº1 (1977), p.1-30 (DAA 39.6.79-344)
796. LOBATO, Alexandre - Em torno do problema das campanhas de ocupação. - In : Alexandre Lobato - A colonização senhorial da Zambézia e outros estudos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p.163-173 (AHM B 42 ; F.Let. U-569)
797. LOBATO, Alexandre - Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relace pela História de Moçambique. - In : Monumenta, ano VII, nº7 (1971), p.7-21
798. MADUREIRA, Arnaldo - A colonização portuguesa em África, 1890-1910 : Retrospectiva e diagnóstico. - Lisboa : Livros Horizonte, 1988, 111 p.
799. MBWILIZA, Joseph Frederick - The colonial encounter and african response in Northern Mozambique Mkwani from 1890-1910. - [s.l. : s.n.], [197?], 7 p. (AHM (b)B 596)

800. MENESES, José de Magalhães e - A epopeia militar portuguesa na última década do século XIX e Mousinho de Albuquerque. - Lisboa : Empresa Nacional de Publicidade, 1935, 47 p. (AHM (b)B 73)
801. NEWITT, M.D.D. - The Massingir rising of 1884. - In : Journal of African History, vol.XI, nº1 (1970), p.87-105
802. PÉLISSIER, René - História de Moçambique : formação e oposição, 1854-1918. - Lisboa : Editorial Estampa, 1988, 2 vols. : mapas, tabs (AHM B 927)  
Contém importantes cronologias sobre a ocupação e conquista ao longo do trabalho e no final do livro (p.465-489) e uma vasta e importante bibliografia (p.503-565).
803. PÉLISSIER, René - Exploitation du facteur ethnique au Mozambique pendant la conquête colonial (XIX-XX siècles). - In : J.-P.Chrétien ; G.Pruniel - Paris : Edition Karthala ; ACCT, 1989, p.247-257 (AHM F 2139a)
804. PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Serpa - No districto de Moçambique (1902 a 1904) : Memórias, estudos e considerações. - In : Portugal em Africa, nº136 (Abr.1905), p.221-231 ; nº137 (Mai.1905), p.297-310 ; nº138 (Jun.1905), p.347-362 ; nº139 (Jul.1905), p.397-431 ; nº140 (Ago.1905), p.491-509 ; nº141 (Set.1905), p.559-582 ; nº142 (Out.1905), p.618-638 ; nº143 (Nov.1905), p.678-689 ; nº144 (Dez.1905), p.733-755 (AHM)
805. PORTUGAL. Ministério das Colónias ; CAETANO, Marcelo (pref.e notas) - As campanhas de Moçambique em 1895, segundo os contemporâneos. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1947, 400 p. (AHM B 128)
806. RANGER, Terence Oliver - Revolt in portuguese East Africa : The Makombe rising of 1917. - In : African Affairs, nº2 (1963), p.54-80 (AHM (b)B 972 ; F.Let. T-1285)
807. ROCHA, Aurélio - Resistência em Moçambique : O caso dos Suaáli, 1850-1913 . In : I Reunião Internacional de História de África no 3º quartel do século XIX. - Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1989, p.581-615 (AHM)
808. RODNEY, Walter - The year 1895 in Southern Mozambique : african resistance to the imposition of european colonial rule. - In : Journal of the Historical Society of Nigeria, vol.5, nº4 (Jun.1971), p.509-535 (AHM (b)B 791)
809. RODRIGUES, David - A ocupação de Moçambique, 1869-1909. - Lisboa : Revista de Infantaria, 1910, 153 p. (AHM B 115)
810. SOARES, Paulo R. - A formação das Companhias Indígenas de Infantaria na ocupação de Moçambique, 1902-1906 : relatório preliminar para a história das Instituições Coloniais. - [s.l. : s.n.], 1983, 7 p. - Licenciatura em História com especialização em Documentação. - Documento dactilografado e fotocopiado (ARPAC b 04 SOA)

811. VIEIRA, Santos - Notas para a história da expansão do domínio português na Colónia de Moçambique. - In : Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique, ano III, nº15-16 (Mar.- Abr.1934), p.97-137 : mapas
812. VILHENA, Ernesto Jardim de - O Mataka. - In : Ernesto Jardim de Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatorios e memorias sobre os territorios. - Lisboa : Typographia "A Editora", 1905, p.237-293 (AHM B 180)
813. VILHENA, Ernesto Jardim de - O Maúa. - In : Ernesto Jardim de - Companhia do Nyassa : Relatorios e memorias. - Lisboa : Typographia "A Editora", 1905, p.294-325 (AHM B 180)
814. ZILHÃO, João José Soares - A campanha decisiva de 1895 em Moçambique. - [Lisboa] : Instituto de Altos Estudos Militares, 1946, 52 p. - Conferência realizada no curso de Altos Comandos de 1945-46 (AHM (b) B 150)

**Ver também**

211, 297, 308, 329, 330, 333, 402, 416, 458, 465, 483, 497, 529, 830,

## 2. DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS

### 2.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

A questão da delimitação das fronteiras tem como pano de fundo a necessidade da "ocupação efectiva do território", determinada pela Conferência de Berlim, como único facto que, a partir daí, legitimaria a posse dos territórios em África. Com ela deu-se início a uma verdadeira "corrida para África" e com esta a luta entre a Inglaterra e Portugal sobre as áreas de influência. As expedições realizadas por Portugal a partir de 1888 (tendo como alvo os territórios contestados) têm como objectivo alargar a área de influência portuguesa para o interior, tentando obter, dos chefes indígenas locais, actos de vassalagem à Coroa Portuguesa.

A questão das fronteiras vai ser apenas resolvida em 1891, com a assinatura do Tratado entre Portugal e a Inglaterra, que, segundo Liesegang, foi "a peça mais importante num conjunto de tratados que definem as fronteiras de Moçambique", apesar de terem existido anteriormente a ele, outros tratados que definiram partes de fronteiras e outros, posteriores, que modificaram alguns aspectos de detalhe a ele inerentes<sup>378</sup>).

As questões relativas à fronteira sul e sul-ocidental de Moçambique foram resolvida de forma relativamente mais rápida que em relação a outras regiões do país. A fronteira sul foi resolvida quando em 1872, Portugal e a Inglaterra concordaram em enviar à arbitragem do Presidente Francês a questão de Lourenço Marques. Esta arbitragem vai ser decidida pelo Presidente MacMahon a 24 de Julho de 1875, a favor de Portugal. Em 1888 foi delimitada a fronteira, entre Moçambique e a Suazilândia em relação à qual, a Comissão formada, chegou a um acordo com relativa facilidade, apesar dos protestos apresentados pelo rei Swazi<sup>379</sup>).

Na região central de Manicá e na região do Lago Niassa, a questão da delimitação de fronteiras apresentar-se-á extremamente difícil e complexa, devido aos imensos interesses em jogo. A zona de grande litígio entre 1890-1891, foi a que se situava entre o rio Limpopo e o norte de Tete, onde ingleses e portugueses possuíam interesses. Este litígio foi sendo agravado a partir de 1888 quando Portugal organizou diversas expedições para as áreas em

---

<sup>378</sup> Gerhard Liesegang - *História do Niassa ca.1600-1918...op.cit.*, capítulo VII, ponto VII.2, p.4-8

<sup>379</sup> Para o estudo da delimitação da fronteira com a Suazilândia é interessante consultar os *Negócios Externos*. "Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889, pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios Externos : Limites entre o districto de Lourenço Marques e o territorio de Mussuate". - Lisboa : Imprensa Nacional, 1889

conflito<sup>380</sup>). Apesar dos protestos ingleses sobre estas expedições, foi, a realizada por Serpa Pinto, que conduziu à mais forte reacção Britânica - o Ultimato - apresentado a 11 de Janeiro de 1890, onde intimava peremptoriamente o Governo Português a chamar de imediato todas as suas forças militares que se encontravam no Shire, na região dos Makololo e na Mashona<sup>381</sup>). E, ou Portugal recuava para sul do rio Ruo, ou se dava a ruptura e estalava o conflito armado entre os dois aliados. Portugal foi obrigado a ceder<sup>382</sup>).

O Ultimato abalou fortemente Portugal e as suas instituições e levou o governo português a iniciar conversações com a Inglaterra para a elaboração de um acordo de fronteiras na região do Niassa e Manica. As propostas e contra-propostas apresentadas quer por Portugal, quer pela Inglaterra, iam criando diversas tensões que eram agravadas pelas fortes pressões exercidas por Cecil Rhodes, que através da sua British South African Company (BSAC) pretendia grandes fatias do território de Manica.

<sup>380</sup> *Expedição de Vitor Cordon à Machonalândia (Agosto de 1888-Fevereiro de 1889 e nova em Junho-Outubro de 1889); expedição de Paiva de Andrada a Gaza (Outubro-Dezembro de 1888) e a Manica e Rodésia (Fevereiro-Novembro de 1889); expedição de António Maria Cardoso (Novembro de 1888-Março de 1889); expedição de Serpa Pinto ao Shire e Niassa (Agosto de 1889) e que foi continuada por João de Azevedo Coutinho. Para o estudo destas expedições é fundamental a consulta do trabalho de René Pelissier - História de Moçambique...op.cit., 2º vol. p.43-47; Erica Axelson - Portugal and the scramble for Africa 1875-1891. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1967; Philip Warhurst - Anglo-Portuguese relations in South Central Africa, 1890-1900. - London : The Royal Commonwealth Society, 1962; ver também António José Telo - Lourenço Marques na política externa portuguesa, 1875-1900. - Lisboa : Edições Cosmos, 1991, p.89-95 ; um trabalho de grande importância para o conhecimento da problemática que envolveu a fronteira ocidental de Moçambique encontra-se no trabalho de Charles E. Nowell - The rose-colored map : Portugal's attempt to build an African empire from the Atlantic to the Indian Ocean. - Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1982, onde apresenta um estudo detalhado sobre as diversas expedições, o trabalho diplomático desenvolvido e tratados para a concretização do projecto do mapa "côr-de-rosa", o ultimato inglês e as fronteiras.*

<sup>381</sup> *A consulta dos Documentos apresentados às Cortes nas diferentes sessões legislativas deste período, reflectem com detalhe a situação vivida neste período de definição das fronteiras de Moçambique, apresentando diversos documentos, o que os tornam um importante instrumento de trabalho. A "Memória e documentos acerca dos direitos de Portugal aos territorios de Machona e Nyassa, 1890" são uma importante fonte de dados, pois apresentam uma compilação de diversos documentos, cartas e ofícios, relatórios, tratados de vassalagem, abrangendo o período que vai do séc. XVI ao XIX, através dos quais Portugal pretendia demonstrar o seu direito sobre as regiões da Machona e do Niassa.*

<sup>382</sup> *Para o estudo das causas que estiveram na origem do Ultimato e as suas consequências, ver Axelson - Portugal and the scramble...op.cit.; Warhurst - Anglo-Portuguese relations...op.cit.; Luis de Matos - As fronteiras de Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão universitária. op.cit., pp.35-55; Angela Guimarães - O Ultimato inglês e o mapa cor-de-rosa. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo...op.cit., vol. 6, pp.132-145; José Capela - A burguesia mercantil no Porto e as colónias. - Porto : Afrontamento, [1975], p.154-155; Nuno Severiano Teixeira - O Ultimatum inglês : Política externa e política interna no Portugal de 1890. - Lisboa : Publicações Alfa, 1990 ; Newitt - Portugal in Africa...op.cit. p.31; Pelissier - A história de Moçambique...op.cit. p.42-55; ver também Telo - Lourenço Marques...op.cit. p.97-109 ; Charles E. Nowell - The rose colored map...op.cit., p.189-203*

A 20 de Agosto de 1890 é assinado um acordo. Nele, as cedências portuguesas eram grandes, porque além da delimitação das fronteiras, Portugal fazia concessões a nível de completa liberdade comércio, livre navegação nos lagos, rios e portos, isenção de impostos alfandegários nas zonas de livre comércio, isenção de taxas de trânsito, etc. Mal os termos deste acordo foram divulgados a imprensa progressista reage proclamando que Portugal tinha sido ainda mais humilhado com este acordo do que com o Ultimato. Alguns chegaram mesmo a afirmar que teria sido melhor Portugal ter vendido Moçambique inteiro a conservá-lo sob tão vergonhosas condições<sup>(383)</sup>. As Cortes recusaram ratificar o Tratado. Esta situação vai de novo conduzir a uma forte crise nas relações entre os dois aliados. A não ratificação do Tratado libertava a Inglaterra de qualquer compromisso, e permitia às forças de Cecil Rhodes o prosseguimento da invasão a Manica. Portugal propôs que se assinasse um "modus vivendi", para vigorar durante as discussões para um novo Tratado. Este "modus vivendi" reconhecia provisoriamente as fronteiras estabelecidas no Tratado de 20 de Agosto e foi assinado a 14 de Novembro de 1890. Vigoraria durante 6 meses. As negociações para um novo tratado foram longas e difíceis. A 28 de Maio de 1891, foi assinado o projecto de Convenção, que cedeu a Portugal mais território a norte do Zambeze do que fora pedido, mas a sul do Zambeze, a linha corria ao longo da parte superior do declive oriental do planalto de Manica em direcção ao sul até ao Save (retirando assim mais território a Moçambique que o Tratado de 1890). As Cortes vão ratificar o Tratado que foi assinado pelo rei a 11 de Junho de 1891. Com ele, iniciou um período de estabilidade nas relações entre Portugal e a Inglaterra, permitindo que se realizasse a delimitação definitiva das fronteiras, processo este que se vai prolongar até meados do século XX<sup>(384)</sup>. Mas, o território de Moçambique estava ainda por conquistar. Portugal decidiu assim, enviar para Moçambique um Comissário Régio - António Enes - com a tarefa concreta de tornar efectiva a ocupação portuguesa e a autoridade em todo o território ocupado.

## 2.2 Bibliografia

815. ALMADA, J. - Diligências diplomáticas em torno de Moçambique : 1858-1890 . In : "O Instituto" : Revista Científica e Literária (Coimbra), vol.CXXXIV (1971), p.225-255 (AHM (b)B 9)
816. ALMADA, J. - Para a história da aliança Luso-Britânica. - Lisboa : Imprensa Nacional de Moçambique, 1955 (AHM E-328)
817. ALMADA, J. - A política colonial de João Andrade Corvo. - Lisboa : Sociedade Nacional de Tipografia, 1938. 24 p. (AHM (b)B 295)

<sup>383</sup> Eric Axelson - *Portugal and the scramble...* op.cit., p.259

<sup>384</sup> A 18 de Novembro de 1954 é realizado o último acordo de fronteiras entre Portugal, a Federação das Rodésias e da Niassalândia e a Inglaterra relativo à fronteira entre Moçambique e a Niassalândia que passava pelo meio do Lago Niassa.

818. ALMADA, J. - Reflexões sobre as convenções anglo-alemãs relativas às colónias portuguesas, 1898-1914. - In : "O Instituto" : Revista Científica Literária, vol.CXXXV, Coimbra, 1972, p.197-203 (AHM (b)B 11)
819. ALMADA, J.(Colig. e anot.) - Tratados aplicáveis ao Ultramar. - Lisboa, Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1942-43, 5 vols. (AHM G 4a)  
O 5º vol. tem os tratados e acordos ligados à delimitação das fronteiras de Moçambique e apresenta um conjunto de mapas relativos às negociações sobre as fronteiras
820. ALMEIDA, José Bento Ferreira de - O interesse nacional : Discurso proferido na Camara dos Senhores Deputados em 10 de Junho de 1891 sobre a allienação de Moçambique. - Lisboa, 1891
821. ANDRADE, Alfredo Augusto Freire de - Explorações portuguesas em Lourenço Marques e Inhambane : Relatório da Comissão de limitação da fronteira de Lourenço Marques. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1894, 182 p. (AHM B 553)  
Extraído do Boletim da Sociedade do Geographia de Lisboa, 13ª série, nº5 e 6
822. ANDRADE, A.Freire ; BRAGA, A.Rodrigues ; et alii - Delimitação de Manica, 1898-1899 : Relatório. - Lisboa : Typ.da Companhia Nacional Editora, 1899, 46 p. : mapas (AHM (b)B 63)
823. ARRIAGA, Visconde de - Lourenço Marques : Exame sobre o tratado relativo à bahia território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de Maio de 1879. - Lisboa : Typ.Lisboa, 1881, 54 p. (AHM B 151)
824. ARRIAGA, Visconde de - Lourenço Marques : Exame sobre o tratado relativo à bahia território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra em 30 de Maio de 1879 e respectivo protocolo adicional sobre a aliança Luso-Britânica. - Lisboa : Fallemant Freres, 1882, 152 p. (AHM B 152)
825. AXELSON, E. - Portugal and the scramble for Africa 1875-1891. - Johannesburg : Witwatersrand University Press, 1967 (AHM B 449F ; Let. U-1032; T-1119)
826. AXELSON, E. - Portugal's attitude to Nyasaland during the period of the partition of Africa. -In : B.Pachai (ed.) - The early history of Malawi. - London : Longman, 1972, p.252-262 (AHM F 424e)
827. Bahia de Lourenço Marques : Questão entre Portugal e a Gran-Bretanha sujeita a arbitragem do Presidente da Republica Franceza. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1873, 2 vols. : mapas. -Memoria apresentada pelo Governo portuguez (AHM B 159)
828. BEACH, D.N. - As origens de Moçambique e Zimbabwe : Paiva de Andrada, a Companhia de Moçambique e a diplomacia africana, 1881-91. - In : Arquivo (Maputo), nº13 (Abr.1993), p.5-80
829. BENNETT, Norman R. - Zanzibar, Portugal e Moçambique : Relações dos fins do século 1890. - In : Revista Internacional de Estudos Africanos, nº6-7 (1987), p.9-36

830. GUIMARÃES, Angela - O ultimato inglês e o mapa côr-de-rosa. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.132-145 : il., mapa (AHM A 803/VI)
831. HAMMOND, R.J. - Portugal and Africa, 1815-1910 : a study in economic imperialism. - Stanford : Stanford University Press, 1966 (AHM G2a)
832. HORTA, José Maria da Ponte - Tratado de Lourenço Marques. Sua história parlamentar. Seu valor tecnico e social. Sua conclusão. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1882
833. LEME, Camara - Lourenço Marques : estudo synthetico sob o aspecto historico, politico e moral, precedido de uma exposição prévia e de um prologo. - In : Carlos Testa - A influência europea na África perante a civilização e as relações internacionais : considerações ácerca do Tratado de 30 de Maio de 1879 denominado de "Lourenço Marques". - Lisboa : Typographia Universal, 1880, [com pag.especifica] (AHM B 557)
834. MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira - Portugal em África : a questão colonial : O conflito Anglo-Portuguez. - Porto : Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1891, 238 p. (AHM B 142)
835. MATOS, Leonor Correia de - Os problemas de fronteiras em Angola e Moçambique. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.100-115 : il., mapa (AHM A 803/VI)
836. MATOS, Luis - As fronteiras de Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão universitária ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.35-55 (AHM B 353)
837. MELO, Carlos de - A questão inglesa. O tratado. Subsídios para a sua historia, critica do seu valor. - Lisboa : Livraria Bertrand, 1890, x, 438 p. (AHM B 488)  
O subsidio para a história do tratado encontra-se por ordem cronológica dos acontecimentos, com início a 27 de Abril de 1888
838. Memória e documentos ácerca dos direitos de Portugal aos territórios de Machona e Nyassa, 1890. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1890 (AHM B 470)
839. MOTA, A.Teixeira da (ed.) - Obras completas de Gago Coutinho. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1972-1975, 2 vols. (AHM G 411a)  
Vol.1 : Obras técnicas, científicas e históricas (1893-1915); Vol.2 : Obras técnicas, científicas e históricas (1917-1921)
840. NEGÓCIOS EXTERNOS . Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1889, 4 vols. (AHM B 167)  
Contém documentos e correspondência relativos aos diversos acontecimentos relacionados com a questão das fronteiras

841. NEGÓCIOS EXTERNOS. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1889 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros : Limites entre o distrito de Lourenço Marques e o território do Mussuete. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1889, 56 p. : mapa (AHM B 781; E 479)
842. NEGÓCIOS EXTERNOS. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1897 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros : Arbitragem de Manica. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1897, 294 p. (AHM B 168)
843. NEGÓCIOS EXTERNOS. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1873 pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros : sessão legislativa de 1873 : Questão sobre a parte sul da Bahia de Lourenço Marques. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1873 (AHM E 489)
844. NEUPARTH, Augusto Eduardo - A fronteira luso-alemã em Moçambique : Do Nyassa ao Rovuma. - In : Revista Portuguesa Colonial Marítima (Lisboa), ano 12, 1º semestre (1908-1909), p.27-34, p.61-79, p.103-13, p.133-50, p.181-91 e 2º semestre, p.8-20 (AHM pp 552)
845. NOWELL, Charles E. - The rose-colored map : Portugal's attempt to build an african empire from the Atlantic to the Indian Ocean. - Lisboa : Junta de Investigações Científicas do Ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1982, 273 p. : mapas, fotos (AHM A 491)
846. NUNES, Artur de Figueiredo - Moçambique e as suas fronteiras. - In : Africana, nº10 (Mar.1992), p.209-228 (AHM)
847. Portugal e a Grã-Bretanha no tratado de Lourenço Marques : considerações sobre os interesses das províncias ultramarinas. - Lisboa : Typographia Universal, 1880, 46 p. : mapa (AHM 58 (b))
848. RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze - Portugal e a Inglaterra : as negociações do Tratado sobre os domínios de África. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1891, 48 p. - Discurso proferido na Câmara dos Dignos Pares do Reino em sessão de 9 de Junho de 1891 (AHM B 304 (b))
849. SANTOS, Eduardo - O tratado de fronteiras de 1891. - In : Luis Albuquerque (dir.) - Portugal no mundo. - Lisboa : Publicações Alfa, 1989, vol.6, p.222-234 : il., mapas (AHM B 803/VI)
850. SMITH, Alan K. - The anglo-portuguese conflict over the Shire highlands, 1875-91. - In : Roderick J. Macdonald (ed.) - From Nyassaland to Malawi : Studies in colonial history. - Lusaka ; Nairobi : East African Publishing House, 1975, p.44-64 (AHM F 458e)
851. TEIXEIRA, Nuno Severiano - O ultimatum inglês : Política externa e política interna no Portugal de 1890. - Lisboa : Publicações Alfa, 1990, 164 p. (AHM G 1680a)
852. TESTA, Carlos - A política intercolonial e internacional e o tratado de Lourenço Marques. - Lisboa : Typographia Universal, 1881 (AHM B 153)

853. TESTA, Carlos - A influência europeia na Africa perante a civilização e as relações internacionais : considerações acerca do tratado de 30 de Maio de 1879 denominado de Lourenço Marques. - Lisboa : Typographia Universal, 1880 (AHM B557)
854. WALLER, D.L.Horace - Niassaland : Great Britain's case against Portugal. - London : Edward Stanford, 1890, 58 p. : mapas (AHM B 145)
855. WARHURST, Philip R. - Anglo-Portuguese relations in South Central Africa, 1890-1900. - London : The Royal Commonwealth Society ; Longmans, 1962 (AHM B 149)
856. WARHURST, P.R. - Portugal's bid for Southern Malawi, 1882-1891. - In : B. Pachai ; G.W.Smith ; R.K.Tangri - Malawi past and present : Studies in local and regional history. -(Malawi) : University of Malawi, 1967, p.49-60 (AHM F 352e)

**Ver também**

285, 466, 483, 497, 529, 609, 618, 789, 803

## VII. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

### 1. MOVIMENTO E FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA

#### 1.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Estabelecida a dominação colonial no sul do Save, com a destruição do Estado de Gaza, a administração portuguesa estendeu o seu controle aos principais recursos e actividades, tornando-se vital para a classe dominante o estabelecimento de relações capitalistas em Moçambique, sobretudo em relação aos recursos humanos, fazendo depender a mão-de-obra africana do trabalho assalariado. Rocha refere que foi este espírito que presidiu ao objectivo de transformar o sul de Moçambique numa reserva de mão-de-obra para os empreendimentos capitalistas quer para o exterior, quer internamente<sup>(385)</sup>. Mas o desenvolvimento da exploração mineira na África do Sul e o conseqüente fluxo da força de trabalho, conduziu a que se acentuasse, no interior de Moçambique, "uma escassez de mão-de-obra que se foi instituindo como fenómeno crónico, dado que os empresários locais não estavam em condições de concorrer com o nível de salários praticados nas minas"<sup>(386)</sup>. A situação conduziu a uma aguda competição pelo recrutamento de trabalhadores no sul de Moçambique, onde, o governo colonial, principalmente após 1870, tentava intervir neste processo de recrutamento de força de trabalho, quer para o sector ferro-portuário, quer para outros trabalhos públicos e privados<sup>(387)</sup>.

A solução encontrada foi a de uma legislação discriminatória (assente na força de trabalho africana barata, de salários baixos, de limitação ao acesso a determinados trabalhos), baseada no controlo do movimento da força de trabalho para o exterior e internamente e também na institucionalização do trabalho forçado - o shibalo<sup>(388)</sup>. Como refere Aurélio

<sup>385</sup> Aurélio Rocha - *Raça e classe na formação da classe trabalhadora moçambicana : O caso do sector ferro-portuário de Lourenço Marques, 1890-1910.* - In : *Cadernos de História* n<sup>o</sup>1 (Jan.1985), p.43-58, p.47 ; *Idem - Lourenço Marques : Classe e raça na formação da classe trabalhadora do sector ferro-portuário, 1900-1926.* - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1982. - *Trabalho de Licenciatura*

<sup>386</sup> Rocha - *Raça e classe na formação...op.cit.* ,p.44

<sup>387</sup> O estudo deste processo de competição e da tentativa de controlo por parte do governo colonial são profundamente analisados na tese de doutoramento de Jeanne Penvenne - *A history of african labor in Lourenço Marques...op.cit.*

<sup>388</sup> Ver Jeanne Penvenne - *A history of african labor...op.cit.* ; *Idem - Labor struggle at the port of Lourenço Marques, 1900-1933.* - In : *Review*, vol. VIII, n<sup>o</sup>2 (1984), p.249-285, p.251 ; *Idem - Forcéd labor and the origin of an african working class in Maputo : Lourenço Marques, 1870 to 1950.* - Brookline : African Studies Center, Boston University, 1979, 26 p. ; *Idem - O chibalo e classe operária : Lourenço Marques, 1870-1962.* - In : *Estudos Moçambicanos*, n<sup>o</sup>2 (1981), p.9-26 ; entre

Rocha, foi perante a crise de aguda falta de mão-de-obra, na última década do século XIX, que, durante o período de governação de Mousinho de Albuquerque (1890-1892), e sob pressão dos empresários de Lourenço Marques "foram introduzidas as primeiras normas de trabalho da cidade, aprovadas pela Junta Consultiva do Governo" que foi o "Regulamento dos Indígenas do Distrito de Lourenço Marques", de 16 de Maio de 1891. Este Regulamento "estabelecia o controlo rigoroso sobre a mobilidade, os empregos e os salários dos trabalhadores negros dentro da cidade", constituindo as primeiras medidas realmente discriminatórias introduzidas em Lourenço Marques<sup>(389)</sup>. Penvenne menciona que os dois factores chaves introduzidos, directa e indirectamente, em diferentes proporções e em tempos diferentes, para obrigar e coagir os povos do Sul do Save a vender a sua força de trabalho foi o shibalo e o álcool<sup>(390)</sup>.

O sector ferro-portuário, que após 1900 adquiriu grande importância e apresentou um grande desenvolvimento, tornar-se-ia o principal centro empregador do sul de Moçambique, encontrando-se nele a maior concentração de trabalhadores assalariados, maioritariamente não qualificados, e colocado num leque imenso de actividades. O aumento do volume do tráfico no sector ferro-portuário, depois de 1907, fez aumentar a procura de mão-de-obra, coincidindo com o rápido crescimento de trabalhadores forçados no sector<sup>(391)</sup>.

Segundo Jeanne Penvenne duas importantes mudanças ocorreram em paralelo, entre 1899 e 1933, na organização do trabalho, devido à extensão da supervisão do estado sobre os portos e caminhos de ferro. A primeira conduziu a que "por um certo número de razões a raça e a nacionalidade tornaram-se mais rigidamente relacionadas com as categorias de emprego, cortando assim a mobilidade entre as pessoas que não fossem portugueses brancos" e a crise económica levou a que mais rapidamente o racismo penetrasse nas diferentes categorias do emprego<sup>(392)</sup>. A segunda mudança "foi a passagem da

---

*outros. Todos estes trabalhos de Penvenne são fundamentais para a compreensão e estudo do sistema de trabalho forçado - o "shibalo".*

<sup>389</sup> Aurélio Rocha - *Raça e classe na formação...* op. cit., p.45; ver também Penvenne - *A history of african labor...*; Rita-Ferreira - *Indígenas de Lourenço Marques...* onde analisam este processo de controle da mobilidade da força de trabalho moçambicana.

<sup>390</sup> Penvenne - *Labor struggle at the port...* op. cit., p.252 Penvenne refere que o álcool foi citado por muitos autores como um dos problemas centrais que contribuíram para inúmeros males sócio-económicos entre a população negra de Lourenço Marques e do Sul de Moçambique como um todo (p.253-254).

<sup>391</sup> Aurélio Rocha refere que, na sequência da política de discriminação da força de trabalho africana e na necessidade de a tornar cada vez mais barata, introduziu-se, no porto de Lourenço Marques, um núcleo permanente de trabalhadores forçados, alojados dentro da área do sector. Refere, por exemplo, que foram introduzidos em 1909 "mil trabalhadores provenientes de Inhambane, com o claro objectivo de disciplinar e tornar mais barata a força de trabalho casual «voluntária»" e que em 1910, outros duzentos foram alvo do mesmo processo. Rocha - *Raça e classe na formação...* op. cit., p.54

<sup>392</sup> Penvenne - *Labor struggle in the port...* op. cit., p.259-260

dependência global em 1890's da força de trabalho casual, largamente voluntária, recrutada numa base competitiva por firmas privadas, para uma combinação de força de trabalho casual voluntária registada e para grandes grupos de trabalhadores do shibalo trabalhando sob a jurisdição de uma única autoridade portuária<sup>(393)</sup>. Esta transformação de um mercado predominantemente competitivo para uma distribuição da força de trabalho predominantemente burocrática no porto, entre 1900 e 1933, foi bastante generalizada apesar de se manterem ainda alguns aspectos da antiga forma<sup>(394)</sup>.

A imposição do sistema de trabalho forçado, o estabelecimento de um aparelho repressivo e penal, visava a redução dos custos de mão-de-obra e da mobilidade e liberdade do trabalhador. "O controle, a disciplina e as ameaças de força foram componentes que integraram a composição e o desenvolvimento da estrutura e das relações de produção e trabalho no sector ferro-portuário" - foram uma parte integrante da política colonial para o desenvolvimento de uma força de trabalho assalariada, barata e subordinada ao estatuto de Mão-de-obra não qualificada<sup>(395)</sup>. Esta situação deu origem a numerosas lutas dos trabalhadores, principalmente no porto, que atingiu o seu período mais dramático entre 1918 e 1924 quando, segundo Penvenne, o sistema foi puxado à sua mais cruel capacidade de pressionar quase todos os trabalhadores potenciais para o sector capitalista<sup>(396)</sup>. Só durante o ano de 1919 realizaram-se 5 importantes greves, e em 1920, 8 greves, todas elas ligadas principalmente a aumentos salariais<sup>(397)</sup>.

Torna-se importante referir que, principalmente após o decreto de 10 de Outubro de 1901, que regulamentou o processo de formações de associações de classe nas Províncias Ultramarinas (de proprietários e de trabalhadores) numerosas associações vão surgir,

<sup>393</sup> Penvenne - *Labor struggle at the port...op.cit.*, p.260 estes trabalhadores do shibalo viviam e trabalhavam fora do sistema de trabalho voluntário, sobre ele era exercida certa vigilância e estavam ligados a contratos que lhes pagavam metade do salário pagos aos trabalhadores casuais e onde parte do seu salário era pago depois da sua repatriação para a sua circunscrição rural no final do período de contrato.

<sup>394</sup> Penvenne - *Labor struggle at the port...op.cit.*, p.260 Penvenne exemplifica, por exemplo, que em 1920's na maior parte do Distrito de Lourenço Marques entre 1/6 e 1/3 da população adulta masculina era levada para o shibalo, e que a maior parte do resto da população masculina trabalhava no Transvaal. Em 1923, 75% da população adulta masculina da circunscrição do Sábie estava fora a trabalhar no shibalo (p.269).

<sup>395</sup> Aurélio Rocha - *Raça e classe na formação...op.cit.*, p.55

<sup>396</sup> Penvenne - *Labor struggle at the port...p.253*

<sup>397</sup> Ver o trabalho de Alexandrino José - *O operariado moçambicano e a sua história : Problemas e perspectivas a partir de um estudo de caso sobre os esivadores do Porto Comercial de Maputo. - In : Arquivo (Maputo), n.º2 especial (Out.1987) onde apresenta uma cronologia preliminar sobre as lutas laborais na cidade de Lourenço Marques desde 1893 a 1963 (ver p.155-161); ver também José Capela - *Movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927. - Porto : Afrontamento, [1983], p.157-222 onde analisa as principais greves levadas a cabo pela classe operária em Lourenço Marques.**

agregando à sua volta trabalhadores. Apesar do controlo exercido sobre elas pelas autoridades centrais, elas vão ter um papel a desempenhar nas lutas operárias (brancas e negras)<sup>(398)</sup>.

Alexandrino José, levanta alguns problemas que se colocam na reconstrução da história da classe operária moçambicana, que se encontra relacionado com o tipo de história que se fez durante o colonialismo, com os vestígios por ela deixados, com a ausência de trabalho neste âmbito, com determinados traumas existentes no seio do operariado e com a atitude do historiador perante este estudo, fornecendo-nos elementos de reflexão para futuras investigações<sup>(399)</sup>.

## 1.2 Bibliografia

857. CAPELA, José - O movimento operário em Lourenço Marques, 1898-1927 . - Porto : Afrontamento, [1983?], 282 p. : tabs. (AHM B 799 ; F.Let. O-800)
858. CAPELA, José - O movimento operário em Lourenço Marques, 1910-1927. - In : História (Lisboa), nº15 (Jan.1980), p.26-37 (AHM (b)B 605)
859. CRUZ, Miguel Joaquim da - História da formação da classe trabalhadora em Manica e Sofala ao Sul do Pungué, 1892-1926. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, 1982, 313 p. - Dissertação apresentada no acto de Licenciatura (AHM B 796)
860. JOSÉ, Alexandrino Francisco - A greve dos carregadores da estiva do porto comercial de Lourenço Marques, em Agosto de 1963, no contexto da luta de libertação nacional de Moçambique e alguns problemas na reconstrução da história do operariado moçambicano. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos, 1987, 145 p.: mapas. - Dissertação para a obtenção do grau de licenciatura em História (AHM B 937)
861. JOSÉ, Alexandrino Francisco - O operariado moçambicano e a sua história : Problemas e perspectivas a partir de um estudo de caso sobre os estivadores do porto comercial de Maputo. - In : Arquivo (Maputo), nº2 especial (Out.1987), p.144-162

<sup>398</sup> Para o estudo destas Associações, ver Capela - *Movimento operário em Lourenço Marques...op.cit.*, p.85-142 ; Aurélio Rocha - *Associativismo e nativismo em Moçambique : O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938)*. - Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1991. - Dissertação de Mestrado, p.112-151

<sup>399</sup> Alexandrino José - *O operariado moçambicano... op.cit.*, p.154

862. PENVENNE, Jeanne - Attitudes toward race and work in Mozambique : Lourenço Marques, 1900-1974. - Brookline, Mass : African Studies Center, Boston University, 1979, 37 p. - (Working paper, 16) (AHM (b)B 567)  
Existe a tradução portuguesa deste trabalho numa compilação geral de trabalhos da autora, editado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, sob o título "Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974), p.121-153
863. PENVENNE, Jeanne - The development of the working class in Maputo : Lourenço Marques, 1870 to 1950. - Lourenço Marques : [s.n.], [1971?], 20 p. (AHM B 661)
864. PENVENNE, Jeanne - Forced labor and the origin of an african working class : Lourenço Marques, 1870-1962. - Brookline, Mass : African Studies Center, Boston University, 1979, 26 p. - (Working papers, 13) (AHM (b)B 604)  
Existe a tradução portuguesa deste trabalho numa compilação geral de trabalhos da autora, editado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, sob o título "Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974), p.13-44
865. PENVENNE, Jeanne - Labor struggles at the port of Lourenço Marques, 1900-1933. - In : Review, vol. VIII, nº2 (1984), p.249-285 (AHM (b)B 875)  
Existe a tradução portuguesa deste trabalho, numa compilação geral de trabalhos da autora, editado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, sob o título "Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974), p.45-86
866. PENVENNE, Jeanne Marie - Making our own way : Women working in Lourenço Marques, 1900-1933. - Boston : Boston University Press, African Studies Center, 1986, 20 f. - (Working papers, 14) (AHM (b)B 343)
867. PENVENNE, Jeanne - De 1900 a 1930 : Lutas operárias no porto de Lourenço Marques. - In : Tempo (Maputo), nº499 (1980), p.16-21 ; nº500 (1980), p.30-36
868. PENVENNE, Jeanne - Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974). - Maputo : Arquivo Histórico de Moçambique, 1993. - (Estudos, 9)  
Contém diversos artigos da autora referenciados em nota nas respectivas referências.
869. ROCHA, Aurélio - Lourenço Marques : Classe e raça na formação da classe trabalhadora do sector ferro-portuário, 1900-1926. - Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1982, 137 p. - Trabalho de Licenciatura em História (AHM B 551)
870. ROCHA, Aurélio - Raça e classe na formação da classe trabalhadora moçambicana : O caso do sector ferro-portuário de Lourenço Marques, 1890-1910 (I). - In : Cadernos de História, nº1 (Jun.1985), p.43-58
871. TULLNER, Mathias - Apontamentos sobre a greve de 1917 no porto e caminho de ferro de Lourenço Marques. - In : Arquivo (Maputo), nº9 (Abr.1991), p.45-58

Ver também

458, 768, 770, 900

## 2. ESTRUTURA SOCIAL/RELAÇÕES RACIAIS - SEGREGAÇÃO E ASSIMILAÇÃO (POLÍTICA INDÍGENA)

### 2.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

O sistema colonial português sempre defendeu que o seu sistema de política indígena seguiu o sistema de assimilação, que via nas colónias um prolongamento do "solo pátrio"<sup>(400)</sup>. Pode-se pois dizer que a questão da assimilação sempre foi uma das bases ideológicas da política portuguesa que pretendia mostrar, como refere Eduardo Ferreira, a pretensão dos portugueses de serem "não-racistas" ao admitirem que "qualquer africano nas suas colónias podia absorver a civilização portuguesa e ser considerado igual aos portugueses de nascimento"<sup>(401)</sup>. A esta política de assimilação sempre se contrapôs o regime do "indigenato", um regime que permitia a exploração dos recursos humanos, o controle de uma mão-de-obra barata e a possibilidade de impôr um regime de trabalho sujeito às maiores arbitrariedades.

Até finais do século XIX, as pessoas diferentes origens raciais experimentaram, na sua convivência, períodos de conflito e outros períodos onde a consciência de cor não parecia de grande importância. No entanto, a partir deste período, a situação começou a alterar-se, surgindo uma cada vez menor aceitação dos costumes, crenças e valores africanos e onde as mudanças económicas, colocaram as sociedades africanas e portuguesa em conflito aberto, em relação ao trabalho e à ocupação das terras mais férteis<sup>(402)</sup>.

<sup>400</sup> Ver trabalho de Silva Cunha - *O sistema português de política indígena (subsídios para o seu estudo)*. - Coimbra : Coimbra Editora, 1953, p.11. Neste seu trabalho Silva Cunha faz uma importante análise sobre a visão portuguesa da política seguida por Portugal, nomeadamente na sua opção por um sistema de assimilação, em contraposição aos sistemas de sujeição e de autonomia. Ele parte de uma reflexão sobre a política iniciada logo no século XV a que chamou de "assimilação espiritual", passando ao período de 1820 com a "assimilação uniformizadora", promovida pelos liberais e chegando à "assimilação tendencial"; sobre esta visão portuguesa consulte-se também o trabalho de Manuel A. Coutinho da Silveira Ramos - *Assimilação portuguesa dos negros africanos (sua apologia e preceitos administrativos a observar)*. - Lisboa : [s.n.], 1952, 138 p. - Dissertação para a cadeira de Política Colonial do 2º ano do curso de Altos Estudos Coloniais

<sup>401</sup> Eduardo de Sousa Ferreira - *O fim de uma era : O colonialismo português em África*. - Lisboa : Sá da Costa Editora, 1977, p.140, no entanto, ele adianta que esta pretensão ao não-racismo foi negada pelo próprio fundamento da política de assimilação porque a própria distinção entre civilizados e não-civilizados se fazia em termos raciais (p.141).

<sup>402</sup> Newitt - *Portugal in Africa...op.cit.*, p.167-168; um trabalho importante para o estudo das relações raciais é o de C.R.Boxer - *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. - Porto : Afrontamento, 1977. Boxer refere que existem escritores portugueses que defendem que "os seus compatriotas nunca tiveram qualquer sentimento preconceituoso de cor ou de discriminação contra o negro africano, [mas que] ignoram, estranhamente, o facto óbvio de que uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em grande escala, por mais de três séculos, sem adquirir um sentimento, consciente ou não, de superioridade racial" (p.58-59).

Valentim Alexandre refere que a ideia de vocação colonial portuguesa veio a encontrar uma base científica aparente numa teoria sociológica formulada por Gilberto Freyre - o lusotropicalismo, onde a ausência de preconceitos rácicos dava aos portugueses capacidade de estabelecer com os povos não europeus relações de «interpenetração» cultural e biológica, sem horror ao mestiçamento que caracterizaria os anglo-saxões. No início esta teoria não conheceu qualquer aceitação oficial, porque se estava na época do império, dos valores da Raça (uma suposta raça portuguesa) a impôr aos das etnias bantu<sup>(403)</sup>. Via-se por isso, com maus olhos a mestiçagem e produziam-se provas da inferioridade biológica dos mestiços<sup>(404)</sup>.

Aurélio Rocha faz uma importante análise do processo como foi vista a assimilação nas diferentes fases do processo de colonização. No período até 1885 em que o princípio defendido era o da "assimilação uniformizadora", que se baseava na teoria geral que defendia as mesmas leis para a metrópole e colónias e da igualdade total entre os cidadãos portugueses, independentemente do lugar onde vivessem<sup>(405)</sup>. É principalmente no período do liberalismo em Portugal, após a revolução de 1820, que se introduz esse espírito de igualdade absoluta entre todos os cidadãos. No entanto, nem toda a classe governante portuguesa se encontrava de acordo com esta política liberal de assimilação uniformizadora entre eles estava Oliveira Martins que defendia em 1881, que existiam abundantes documentos que demonstravam que o "Negro é um tipo antropologicamente inferior, não raro próximo do antropóide e bem pouco digno do nome de homem" julgando por isso "absurda não só perante a História, como também perante a capacidade mental dessas raças inferiores" a ideia de educá-las, desdenhando assim, não só a ideia de miscegenação com os europeus como a da assimilação dos africanos<sup>(406)</sup>. Papagno refere que embora na altura as suas teses não tivessem qualquer aplicação, tiveram, no entanto, um vasto eco em Portugal, junto da camada que não concordava com os liberais em relação à política africana da civilização do negra através do trabalho livre<sup>(407)</sup>.

<sup>403</sup> *Só após a II Guerra Mundial, com o desencadear do processo de descolonização e de pressões anti-colonialistas e, sobretudo com o início da guerra colonial, a política portuguesa recorre ao lusotropicalismo como o suporte ideológico da sua permanência como potência colonizadora.*

<sup>404</sup> *Valentim Alexandre - Portugal no século XIX... op.cit., p. 7*

<sup>405</sup> *Aurélio Rocha - Política de assimilação portuguesa em Moçambique, 1930-1974 : Comunicação a apresentar ao II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre a África de Língua Portuguesa a realizar em Bissau de 19 a 25 de Novembro de 1991. - Maputo, 1991, p.2. - Trabalho não publicado e gentilmente cedido pelo autor ; ver também Aurélio Rocha - Associativismo e nativismo em Moçambique...op.cit. este trabalho é uma reflexão de grande importância para este tema e um trabalho de consulta obrigatória para quem queira analisar os aspectos referentes ao processo de assimilação e actuação dessa elite no contexto de Moçambique dos inícios do séc.XX.*

<sup>406</sup> *Cit. em Maria Isabel João - Ideologia e políticas coloniais...op.cit., p.202; ver também Papagno - Colonialismo e feudalismo...op.cit., p.81-82*

<sup>407</sup> *Papagno - Colonialismo e feudalismo...op.cit., p.82*

A partir de 1885 dá-se início ao período de "conquista e a ocupação colonial" e com ela a formulação de uma legislação discriminatória mais de acordo com a exploração colonial capitalista que se pretendia levar a cabo. Foi neste período que vozes como António Enes e Mousinho de Albuquerque se levantaram. António Enes vai ver no negro uma "criança grande instintivamente má como são todas as crianças" e acreditava na "incapacidade moral dos negros para regularem os seus actos de carácter jurídico pela legislação comum"<sup>(408)</sup>. Mousinho de Albuquerque, ao reagir contra a mania de assimilação referia: "Não passa repentinamente uma raça (tão inferior como a negra) do estado de escravatura ao pleno uso de todos os seus direitos e regalias de cidadão livre. Carece, por isso, de passar por um estado intermédio - o de servilismo -, embora muito temperado pelo estado de civilização dos europeus que desempenham o papel de dominantes."<sup>(409)</sup>

As relações de trabalho e a legislação durante o período pós-António Enes conduziu a uma tendência que progressivamente estabelecia a desigualdade estrutural entre negros e brancos como trabalhadores ou empreendedores. Com a implementação da República a "assimilação tendencial" foi articulada em forma de lei em 1917 com portaria que estabeleceu oficialmente a distinção entre "indígenas" e "não-indígenas"<sup>(410)</sup>, negando aos primeiros o gozo de direitos civis e políticos em relação às instituições de índole europeia.

Nos finais do século XIX começa a surgir uma pequena burguesia negra, maioritariamente afro-europeia, chamada de "assimilados" (africanos com educação suficiente e riqueza material que supostamente lhes permitia igualdade, sob a lei civil, com os brancos) com uma classe separada dos africanos. Este estatuto diferenciava-os dos africanos era geralmente baseada no acesso diferente à terra e à propriedade, mas progressivamente as diferenças derivavam de atribuições raciais<sup>(411)</sup>. Mas, progressivamente esta elite negra vai sendo marginalizada num processo de realinhamento económico que significou um progressivo esforço de Portugal ganhar o controle sobre os rendimentos da região de Lourenço Marques e progressivo crescimento da população branca que vai exercer grandes pressões sobre o governo para a defesa dos seus interesses, privilégios em detrimento da população negra (fosse ela indígena ou assimilada) no que se refere ao controle da mão-de-obra e ao acesso

<sup>408</sup> Cit em Coissoró - *Regime de terras...op.cit.*, p.421

<sup>409</sup> Cit. em Coissoró - *Regime de terras...op.cit.*, p.421

<sup>410</sup> Rocha - *Política de assimilação...Comunicação...op.cit.*, p.2 ; *Idem* - *Associativismo e nativismo...op.cit.*, p.174, sobre a "portaria do assimilado" (Portaria Provincial nº317 de 13.1.1917) ver p.179-186

<sup>411</sup> Jeanne Penvenne - *The unmaking of an african petit bourgeoisie : Lourenço Marques, Mozambique.* - Boston : African Studies Center, 1982, p.1-2 ; ver também Jeanne Penvenne - "We are all portuguese!" : *Challenging the political economy of assimilation : Lourenço Marques, 1870-1933.* - In : Leroy Vail (ed.) - *The creation of tribalism in Southern Africa.* - London : University of California Press, 1989, p.255-288 ; *Idem* - *Attitudes toward race and work in Mozambique : Lourenço Marques, 1900-1974.* - Brookline : African Studies Center, 1979 Todos estes trabalhos são uma referência fundamental para o estudo deste tema.

ao emprego e salários<sup>(412)</sup>. Penvenne refere que o declínio económico desta elite, a partir de finais do século XIX, inícios do século XX, vai estar directamente relacionada com as relações que se estabeleceram entre os brancos e os negros, começando a elite negra a ser afastada dos seus privilégios, apesar de partilharem com os portugueses brancos a mesma língua, religião, nacionalidade e forma de vida<sup>(413)</sup>. Progressivamente a elite vai reagir contra o "estatuto de assimilado" como algo de humilhante, recusando muitos fazer o seu pedido de aquisição<sup>(414)</sup>. Por volta de 1920's torna-se claro que é a raça e não a classe que era o aspecto de fundo das relações coloniais de dominação.

Penvenne analisa principalmente as questões que se levantavam entre os trabalhadores africanos devido às diferenciações raciais que eram, no fundo, parte intrínseca do problema da mão-de-obra. Ela analisa com detalhe as pressões que os trabalhadores portugueses sempre colocaram para a exclusão dos negros da competição por certos trabalhos e de certos benefícios. Todo este processo foi exacerbado em diferentes períodos de crise. Refere que os assimilados sempre foram vulneráveis às aspirações dos brancos encontrando-se muitas vezes entre os primeiros a serem sacrificados às ambições dos brancos. Eles eram assim, humilhados e atormentados pelos brancos e tolerados ou desprezados pelos negros<sup>(415)</sup>. Penvenne refere que eles eram chamados "brancos de bolso" ou "brancos de papel" devido ao documento que traziam consigo nos bolsos que os encorajava a identificar com os brancos, como um tipo distinto de "nativos"<sup>(416)</sup>. Mas esta sua posição tornou-se cada vez mais frágil ao longo do século XX conforme o número de brancos aumentava.

## 2.2 Bibliografia

872. ALBERTO, Manuel Simões - O mestiçamento humano em Moçambique e a sua influência na aculturação dos povos negros. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, ano XXVI, nº97 (Mar.-Abr.1956), p.109-126
873. ANDRADE, Mário Pinto de - As ordens do discurso do "Clamor Africano" : Continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. - In : Estudos Moçambicanos, nº7 (1990), p.7-27

<sup>412</sup> Penvenne - "We are all portuguese!" ...op. cit., p.262

<sup>413</sup> Penvenne - "We are all portuguese!" ...op. cit., p.263

<sup>414</sup> Penvenne - "We are all Portuguese!" ...op. cit., p.269-272 onde analisa este desafio apresentado pela elite negra ao processo da assimilação e sobre o posicionamento de João Albasini em relação ao estatuto de assimilado (pp.274-277).

<sup>415</sup> Penvenne - Attitudes toward race and work... op. cit., p.18

<sup>416</sup> Penvenne - Attitudes toward race and work...op. cit., p.18

874. AROUCA, Domingos António de Mascarenhas - Análise social do regime de indigenato. - [Beira : s.n., 19--?], 29 p. (AHM B 633(b))
875. BARRETO, Manuel Saraiva - Sobre a miscigenação cultural (a propósito de Gilberto Freire). - Lourenço Marques : Sociedade de Estudos de Moçambique, 1954, 8 p. - Separata do Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, nº84 (Mar.-Abr.1954) (AHM B 269(b))
876. BOXER, C.R. - Relações raciais no império colonial português, 1415-1825. - Porto : Afrontamento, 1977, 128 p.
877. CAETANO, Marcelo - Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Bibliotecas, 1951, 52 p.: il., mapas (AHM G 20a)
878. COISSORÓ, Narana - A política de assimilação na África portuguesa. - In : Estudos Ultramarinos, nº3 (1961), p.69-85 (AHM)
879. CUNHA, J.M.da Silva - O sistema português de política indígena : Princípios gerais. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1952 (AHM)
880. CUNHA, J.M.da Silva - O sistema português de política indígena : Subsídios para o seu estudo. - Coimbra : Coimbra Editora, 1953, 260 p. (AHM G 212a)
881. CUNHA, J.M.da Silva - O enquadramento social dos indígenas destribalizados. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano II, nº5-6 (Jan.-Jun.1952), p.12-30
882. DIAS, J. - Contactos de Cultura. - In : Jorge Dias - Ensaios etnológicos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961, p.173-198 (AHM)
883. FREITAS, João da Costa - Conceito de indígena e regime de indigenato : Conceitos teóricos. - In : Estudos Políticos e Sociais, nº1 (1963), p.55-122
884. MELLO, Lopo Vaz de Sampayo e - Questões coloniais : Política indígena. - Porto : Magalhães e Moniz, Lda - Editores, 1910, 571 p. (AHM G 138a)
885. MONDLANE, Eduardo Chivambo - Race relations and portuguese colonial policy with special reference to Mozambique. - In : Africa Today, vol.15, nº1 (1968), p.13-18 (AHM (b)B 1044)
886. MOREIRA, Adriano - Administração da justiça aos indígenas. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano II, nº5-6 (Jan.-Jun.1952), p.56-70
887. MOREIRA, Adriano - Administração a justiça aos indígenas. - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1955, 275 p. (AHM G 375a)
888. MOREIRA, Adriano - As elites das províncias portuguesas de indigenato (Guiné, Angola, Moçambique). - In : Adriano Moreira - Ensaios. - 2ªed. - Lisboa : Edições Panorama, 1961, p.37-68 (AHM G 1089a)

889. MOREIRA, Adriano - Problemas sociais do Ultramar português. - In : Adriano Moreira - Ensaios. - 2ªed. - Lisboa : Edições Panorama, 1961, p.169-185 (AHM G 1089a)
890. MOREIRA, Adriano - A revogação do Acto Colonial. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano 1, nº3 (Jul.-Set.1951), p.3-38 (AHM)
891. MOREIRA, Adriano - A unidade política e o estatuto das populações. - In : Adriano Moreira - Ensaios. - 2ª ed. - Lisboa : Edições Panorama, 1961, p.151-168 (AHM G 1089a)
892. MOREIRA, J.da Silva - A luta de classes em Lourenço Marques, 1910-1922 : O percurso político dos assimilados. - Maputo : Universidade Eduardo Mondlane, 1984, 176 p. - Dissertação de Licenciatura (AHM s/cota)
893. NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias - Em defesa da causa africana : Intervenção do Grémio Africano na Sociedade de Lourenço Marques, 1908-1938. - Lisboa : Universidade Nova de Lisboa, 1989. - Dissertação do Mestrado em História dos sécs.XIX e XX (AHM B 965)
894. PENVENNE, Jeanne - "We are all Portuguese!" : Challenging the political economy of assimilation : Lourenço Marques, 1870-1933. - In : Leroy Vail (ed.) - The creation of tribalism in Southern Africa. - London : University of California Press, 1989, p.255-288 (AHM F 2023e ; (b)B 1023)
895. PENVENNE, Jeanne - The unmaking of an african petit bourgeoisie : Lourenço Marques, Mozambique. - Boston, Mass : African Studies Center, Boston University, 1982, 20 p. - (Working paper, 57) (AHM (b)B 560)  
Existe a tradução portuguesa deste trabalho numa compilação geral de trabalhos da autora, editado pelo Arquivo Histórico de Moçambique, sob o título "Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)", p.87-119
896. RAMOS, Manuel A.Coutinho da Silveira - Assimilação portuguesa dos negros africanos (sua apologia e preceitos administrativos a observar). - Lisboa : [s.e.], 1952, 138 p. - Dissertação para a cadeira de Política Colonial do 2º ano.do curso de Altos Estudos Coloniais (AHM G 1220a)
897. REGO, A.da Silva - Temas sociomissionológicos e históricos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1962, 240 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 58) (Embx.Port. 2 REG)
898. RIBEIRO, Francisco dos Reis - Alguns aspectos da ocupação e divisão administrativa de Moçambique a sul do Zambeze, 1885-1910. - Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1972, 203 p. (AHM B 777)
899. RITA, José Gonçalo de Santa - Contacto das raças nas colónias portuguesas : Seus efeitos políticos e sociais : Legislação portuguesa. - In : Congresso do Mundo Português : Publicações : XV vol. : Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso) tomo 2º, II secção. - Lisboa, 1940, p.11-70 (AHM E 131xv )

900. ROCHA, Aurélio - Associativismo e nativismo em Moçambique : O Grémio Africano de Lourenço Marques (1908-1938). - Lisboa, 1991, 367 p. - Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Histórica
901. ROCHA, Aurélio - A política de assimilação portuguesa em Moçambique, 1930-1974. - Maputo, 1991  
Comunicação a apresentar ao II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre África de língua portuguesa, a realizar em Bissau de 19 a 25 de Novembro de 1991.
902. TORRES, J.L.Ribeiro - Race relations in Mozambique. - In : Zambezia, nº3 (1973), p.39-52 (AHM B 661)
903. SOUSA, Marnoco e - Regime jurídico das populações indígenas : do livro «Administração colonial» : Lições proferidas na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 1905-1906. - In : Marcelo Caetano (ordenação) - Antologia colonial portuguesa : vol.1 : Política e Administração. - Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1946, p.97-108 (AHM G 43a/l)

**Ver também**

413, 458, 535, 862, 869, 870, 966

## VIII. TRADIÇÕES CULTURAIS E IDEOLOGIA

### 1 RELIGIÕES AFRICANAS

#### 1.1 Introdução histórica e análise bibliográfica

Uma característica geral da religião dos povos de Moçambique, referida por todos os autores que sobre elas reflectiram, reside no culto aos antepassados que permanece uma parte integrante do sistema de parentesco e que se baseia no princípio de que todas as pessoas adultas que morrem se tornam um "deus-antepassado" para os seus descendentes, e um espírito hostil no que se refere aos seus inimigos. A morte é assim, uma passagem, uma mudança de lugar e condição. Como diz Ernesto Pereira ao referir-se aos Shangana do Sul de Moçambique, "o lugar dos antepassados nas religiões africanas representam, essencialmente o sentido de continuidade, que está profundamente enraizado no pensamento africano [...] onde o papel mais importante dos antepassados é o de agir como mediadores entre os seus descendentes e os deuses [...]" (<sup>417</sup>), e adianta que eles são guardiões da moralidade e os protectores dos membros da família ou do clã. O culto aos antepassados é assim um meio de consiliar os mortos, obter deles o bem estar, de os possuir como aliados e como mediadores(<sup>418</sup>). Helgesson, ao analisar os Tswa, refere que todos os grupos de parentesco têm o seu espírito ancestral e que este não pode nunca influenciar alguém que não pertença ao seu próprio grupo de parentesco. Apenas em certas circunstâncias este espírito pode penetrar numa aldeia estranha ao seu grupo para agir sobre pessoas que fizeram mal aos seus parentes ou a si mesmo, mas ao fazer isto ele deixa de ser o espírito ancestral para se tornar o espírito de vingança(<sup>419</sup>). Podemos ver que no ideário religioso dos povos africanos, também existe a crença em diversos outros espíritos (espíritos de vingança, espíritos possessivos, espíritos portadores de doenças, etc.) que influenciam o seu quotidiano, o seu comportamento, as suas acções. Helgesson, faz uma análise bastante detalhada sobre a função de cada um destes espíritos e como actuam. Para lidar com todos eles, existem em geral indivíduos com essa função específica dentro da sociedade (o adivinho, o curandeiro, o nhamussoro, o feiticeiro, entre outros). São os intermediários entre os homens e os diferentes espíritos.

<sup>417</sup> Ernesto Pereira - *Croyances du peuple shangane et christianisme. - Memoire presenté à l'Institute «Lumen Vitae» en l'annee 1971, p. 23*

<sup>418</sup> Ernesto Pereira - *Croyances du peuple shangane...op.cit., p. 28*

<sup>419</sup> Alf Helgesson - *The Tshwa response to christianity : A study of the religious and cultural impact of protestant christianity on the Tshwa of Southern Mozambique. - Johannesburg : Witwatersrand University, 1971, p.36-37*

Uma questão polémica e controversa que se desenvolve entre os estudiosos das religiões tradicionais, é sobre a crença ou não de um Deus Supremo. Mudenge refere a diversas fontes portuguesas do século XVI ao XIX que mencionam a existência de um deus criador de todas as coisas, a quem adoravam e a quem rezavam e que em geral não interferiam nos assuntos do mundo<sup>(420)</sup>. Cuppen<sup>(421)</sup>, Kamugisha<sup>(422)</sup>, Helgesson<sup>(423)</sup> referem que os povos de Moçambique por eles estudado, têm consciência da existência de um Deus supremo, expresso pela palavra Nluko/Muluko/Mulungo/Nnungu. Cuppen refere que para os Macua do Meto, este Deus é aquele que assegura a ordem sagrada, que não nasceu, não tem clã, não tem história e que é sempre venerado em conexão com o culto dos antepassados<sup>(424)</sup>. Kamugisha refere-se ao mesmo entre os Makonde e Helgesson, diz que os Tswa acreditam na existência de um poder celeste (Tilo) que não é objecto de culto, nem de sacrifícios, mas que é visto como o dador da vida e a fonte última de tudo o que existe<sup>(425)</sup>. Apesar destas informações este estudo ainda necessita de investigação mais profunda sobre a sua verdadeira existência e função no seio da sociedade.

Um outro aspecto de reflexão e debate que se tem colocado é o da distinção entre os espíritos territoriais e os espíritos da residência familiar<sup>(426)</sup>. Quer Ranger, quer Schoffeleers defendem que existe uma grande distinção entre estes dois cultos e que o culto territorial não se encontra ligado ao grupo de parentesco ou agrupamentos de linhagem, mas a uma determinada região.

Muitos autores analisaram os aspectos específicos das religiões tradicionais africanas, mas uma questão que seria importante analisar é o da função da própria religião no seio das comunidades africanas. Alpers num estudo sobre o sistema político do Monomotapa e Malawi refere que "o factor integrativo chave no sistema político foi a religião. Como Mambo, o Mwene Mutapa era a última autoridade religiosa do seu reino, porque ele sozinho podia comunicar com os espíritos dos seus antepassados"<sup>(427)</sup>. Abraham, por exemplo,

<sup>420</sup> S.I.G. Mudenge - *The political history...op.cit.*, p.118-120 Mudenge refere-se a autores como Francisco Monciaro, Manuel Faria de Sousa, António Bocarro, A. Pacheco, que referiam à crença de um deus superior a que se dava o nome de "Mulungo/Murungo".

<sup>421</sup> G.M.M. Cuppen - *A religiosidade dos Metos. - [Malawi] : Universidade Católica de Nimegue, 1974*

<sup>422</sup> Joseph M. Kamugisha - *A study of Makonde social and religious institutions. - Oxford : University of Oxford, 1981. - Trabalho microfilmado.*

<sup>423</sup> Alf Helgesson - *The Tshwa response to christianity...op.cit.*

<sup>424</sup> G.M.M. Cuppen - *A religiosidade dos Metos...op.cit.*, p.40-52

<sup>425</sup> Alf Helgesson - *The Tshwa response to christianity...op.cit.*, p.33-34

<sup>426</sup> Para análise desta questão, um trabalho importante é o de Terence Ranger - *Territorial cults in the history of Central Africa. - In : Journal of African History, vol.XIV, nº4 (1973), p.581-597*

<sup>427</sup> cit. por S.I.G. Mudenge - *The political history...op.cit.*, p.119

ao analisar o espírito médium mhondoro entre os Shona defende que este culto tomado corporativamente pode ser assumido como tendo sido importante para manter e perpetuar a monarquia, regular a sucessão, decidir direitos de herança ou de propriedade da terra ou do gado<sup>(428)</sup>. Mudenge, também refere à importância da sua função na articulação do consenso da sociedade. Ele diz que o poder do mhondoro baseava-se não só nos seus poderes sobre-naturais de castigar quem o desafiava, mas, também porque ele tinha a característica de estar de acordo com a posição da maioria politicamente relevante na sociedade, incluindo o próprio Mutapa<sup>(429)</sup>.

Sobre as religiões africanas a bibliografia existente é bastante escassa e lacunar. Poucos autores se dedicaram ao seu estudo, representando por isso um terreno praticamente inexplorado. Além do mais, o estudo das religiões africanas apresentam dificuldades de análises globais e generalizadas, porque estas possuem algumas características específicas entre os diferentes povos, consoante a sua história e o seu desenvolvimento. Fazer, por isso, uma análise global é um trabalho praticamente impossível. Tentei, no entanto, apresentar alguns dos grandes traços gerais que praticamente todos os povos apresentam, como o culto aos antepassados, o debate que se coloca sobre a existência ou não, entre os diferentes povos, da crença num deus supremo, sem contudo entrar em detalhes. Devido a esta diversidade, os estudos que existem sobre a religião africana são específicos de um determinado grupo étnico. Um aspecto que gostaria de destacar é da existência de uma bibliografia mais vasta referente a povos vizinhos de Moçambique, nomeadamente em relação ao sul do Malawi, à ex-Rodésia e à África do Sul, onde alguns deles têm referências a Moçambique porque, as fronteiras coloniais, ao terem sido arbitrariamente criadas, dividiram certos povos que, apesar disso, mantiveram características comuns, nomeadamente seus valores e crenças<sup>(430)</sup>. Entre os trabalhos relativos especificamente a Moçambique, além dos citados no texto, podemos ainda destacar o de Martha

---

<sup>428</sup> D.P. Abraham - *The roles of "chaminuka" and the mhondoro-cults...op.cit.*, p.38

<sup>429</sup> S.I. Mudenge - *The political history...op.cit.*, p.126

<sup>430</sup> Ver por exemplo, John Keith Rennie - *Christianity, colonialism and the origins of nationalism among the Ndaus of Southern Rhodesia, 1890-1935*. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973; *Idem* - *Ideology and state formation : Political and communal ideologies among the south-eastern Shona, 1500-1890*. - In : Ahmed Idha Salim - *State formation in Eastern Africa*. - Nairobi : Heinemann Educational Books, 1984 ; J.M. Schoffeleers - *M'Bona the guardian-spirit of the Mang'anja*. - Oxford : University of Oxford, 1966 ; *Idem* - *Symbolic and social aspects of spirit worship among the Mang'anja*. - Oxford : University of Oxford, 1968 ; D.P. Abraham - *The roles of "chaminuka" and the mhondoro-cults in Shona political history*. - In : E. Stokes ; R. Brown (eds.) - *The Zambesian past : Studies in Central African History*. - London : Manchester University Press, 1966, p.28-46 ; Joseph M. Kamugisha - *A study of Makonde social and religious institutions*. - Oxford : University of Oxford, 1981. - Microfilmado; entre alguns outros.

Binford<sup>(431)</sup>, de Rita-Ferreira<sup>(432)</sup>, Manuel Gama do Amaral<sup>(433)</sup>, S.I.G.Mudenge<sup>(434)</sup>, Jorge Dias e Margot Dias<sup>(435)</sup>, os trabalhos de Henri Junod<sup>(436)</sup>.

## 1.2 Bibliografia

904. ABRAHAM, D.P. - The role of "chaminuka" and the mhondoro-cults in shona political history. - In : E.Stokes ; R.Brown (eds.) - The Zabezian past : Studies in Central African History. - Manchester University Press, 1966, 427 p. (AHM F 380e)
905. BINFORD, Martha Butler - Stalemate : A study of cultural dynamics. - [s.l.] : Michingan State University, 1971, 459 p. - Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, Department of Anthropology (AHM C 519j)
906. COTA, José Gonçalves - Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique : Estudo de etnologia mandado elaborar pelo Governo Geral da Colónia de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1944, 260 p. (AHM C 511j)
907. CUPPEN, G.M.M. - A religiosidade dos Metos. - [Malawi] : Universidade Católica de Nimegue, 1974, 139 p. - Trabalho surgido do exame doutoral em Missionologia (AHM C 522j)
908. DIAS, A.Jorge - O mundo sobrenatural dos indígenas da África Portuguesa. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), p.29-42
909. HELGESSON, Alf - The Tshwa response to christianity : A study of the religious and cultural impact of protestant christianity on the Tshwa of Southern Mozambique. - [Johannesburg] : Witwatersrand University, 1971, xi, 286 p. : il., mapa. - Dissertation submitted to the Faculty of Arts of the University of Witwatersrand in fulfillment of the requirements for the degree of Master of Arts (AHM C 551j).

<sup>431</sup> Martha Butler Binford - *Stalemate : A study of cultural dynamics*. - [s.l.] : Michingan State University, 1971 que se refere aos Ronga do Sul de Moçambique.

<sup>432</sup> Rita-Ferreira - *Os povos de Moçambique...op.cit. no capítulo do grupo Tsonga, quando se refere aos Tswa, mas que é sobretudo uma reprodução do trabalho de Alf Helgesson*.

<sup>433</sup> Manuel Gama do Amaral - *O povo Yao : Subsídios para o estudo...op.cit. capítulo VII, pp.375-396 que se dedica ao estudo das crenças e práticas religiosas, quer em relação à religião tradicional, quer em relação à sua islamização*.

<sup>434</sup> S.I.G.Mudenge - *A political history...op.cit., cap.IV, pp.119-134 que se refere aos aspectos religiosos*.

<sup>435</sup> Jorge Dias ; Margot Dias - *Os makondes de Moçambique...op.cit., vol.III - Vida social e ritual onde se referem às crenças e rituais mágicos e religiosos deste povo*.

<sup>436</sup> Henry A.Junod - *A vida de uma tribo...op.cit. ; Idem - Os indígenas de Moçambique...op.cit.*

910. HONWANA, Alcinda - Prática et role social du nyamusoro en milieu urbain : Maputo : Primiers elements : Réflexions sur le recours au guérisseurs-devins du Mozambique. - Paris : Université de Paris VIII, 1988, 132 p. : il. - Travail de Maitrise en Sociologie. (ARPAC 52 HON)
911. ISAACMAN, Allen - Madzi-manga, mhondoro and the use of oral traditions : A chapter in Barue religious and political history. - In : Journal of African History, vol.XIV, n°3 (1973), p.395-409
912. KAMUGISHA, Joseph M. - A study of Makonde social and religious institutions. - Oxford : University of Oxford, 1981. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of Oxford. - Tese microfilmada (AHM s/cota)
913. PEIRONE, Frederico José - A tribo ajaua do Alto Niassa (Moçambique) e alguns aspectos da sua problemática neo-islâmica. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Missionários, 1967, 203 p. : il., fotos. - (Estudos Missionários, 1) (AHM C 506j)
914. PEREIRA, Ernesto - Croyances du peuple shangane et christianisme. - Louvain : Université Catholique de Louvain, Institut International de Catechese et Pastorale, 1971, 147 p. : il., mapas. - Mémoire présenté en vue de la Licence en Catechese et Pastorale (AHM C 552j)
915. POLANAH, Luis - O Nhamussoro e as outras funções mágico-religiosas. - Coimbra : Centro de Estudos Africanos, Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra, 1987, 170 p. : il., mapa (AHM)
916. RANGER, Terence - Territorial cults in the history of Central Africa. - In : Journal of African History, vol.XIV, n°4 (1973), p.581-597
917. RENNIE, John Keith - Christianity, colonialism and the origins of nationalism among the Ndaus of Southern Rhodesia, 1890-1935. - Ann Arbor : University Microfilms International, 1973. - A dissertation submitted to the Graduate School in partial fulfillment of the degree of Doctor of Philosophy, field of History (AHM F 863e)
918. RENNIE, J.K. - Ideology and state formation : Political and communal ideologies among the south-eastern Shona, 1500-1890. - In : Ahmed Idha Salim - State formation in Eastern Africa. - Nairobi ; London : Heinemann Educational Books, 1984, p.162-194
919. SCHOFFELEERS, J.M. - M'Bona the guardian-spirit of the Mang'anja. - Oxford : University of Oxford, 1966, 431 p. - Thesis submitted for the degree of Bachelor of Letters in the University of Oxford (AHM s/cota)
920. SCHOFFELEERS, J.M. - Symbolic and social aspects of spirit worship among the Mang'anja. - Oxford : University of Oxford, St.Catherine's College, 1968, 666 p. : il., mapas. - Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy in the University of Oxford (AHM s/cota)

**Ver também**

196, 231, 291, 913

## 2. MISSÕES E IGREJA CATÓLICA

### 2.1 Introdução histórica e análise bibliográfica

Foi a conquista de Ceuta no Norte de África que inaugurou o chamado "Padroado Português" em virtude do qual os Papas concediam "primeiramente aos administradores da «Ordem de Cristo» e depois aos reis de Portugal, direitos, privilégios e deveres destinados a favorecer «a dilatação da Fé e do Império»"<sup>(437)</sup>. Como tal Moçambique fazia parte integrante do Padroado. Os primeiros trabalhos de missionação em Moçambique foram desenvolvidos pelos dominicanos e jesuitas que no início originaram certa competição entre eles, mas que, posteriormente, após delimitarem as suas áreas de trabalho, foi possível trabalharem pacificamente. António da Silva<sup>(438)</sup>, refere que os primeiros contactos com as populações em Moçambique causaram desilusões à maior parte dos missionários que viam como extremamente difícil o processo de evangelização. Mas, Luciano Ferreira refere que isso não era de estranhar se se tiver presente a natureza do empreendimento, que, segundo a Bula "Romanus Pontifex" do Papa Nicolau V, de 1454, consistia em :

"invadir, conquistar, sitiar, combater e submeter todos os serracenos, pagãos e outros inimigos de Cristo, em toda a parte onde estejam; apoderar-se dos seus reinos, ducados, principados, senhorios, bens móveis e imóveis e reduzir as suas pessoas a perpetua escravidão."<sup>(439)</sup>

Este espírito de cruzada contra os "infieis" e "inimigos de Cristo" viciava à partida "a aceitação pacífica do Evangelho"<sup>(440)</sup>. De facto, podemos verificar desde o início da penetração portuguesa, os jesuitas e dominicanos acompanhando as expedições militares portuguesas. António da Silva refere que os objectivos imediatos do trabalho missionário visavam principalmente os chefes tradicionais e sua respectiva família e comunidade, numa

<sup>437</sup> Luciano da Costa Ferreira - *Igreja Ministerial em Moçambique : Caminhos de hoje e de amanhã*. - Lisboa : [s.e.], 1987

<sup>438</sup> António da Silva - *Mentalidade missiológica dos Jesuitas em Moçambique antes de 1759 : Esboço ideológico a partir do núcleo documental*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1967, 2 vols. Este trabalho é de grande importância para o estudo não só da evolução da mentalidade jesuita em Moçambique, mas procura também identificar o tipo de mentalidade através de um amplo trabalho de investigação documental de diversas fontes desde o século XVI. Ele analisa a visão dos jesuitas em relação aos povos africanos, as possibilidades de evangelização e cristianização e o trabalho desenvolvido. É um importante documento de consulta para quem pretenda estudar este tema; ver também António da Silva - *Ocupação missionária de Moçambique*. - In : *Moçambique : Curso de extensão universitária ano lectivo de 1964-1965*. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], pp.675-695

<sup>439</sup> Luciano da Costa Ferreira - *A Igreja Ministerial...op.cit.*, p. 72-73

<sup>440</sup> Luciano da Costa Ferreira - *A Igreja Ministerial...op.cit.*, p. 73

evangelização essencialmente colectiva. Entre eles, o Monomotapa foi um dos principais objectivos onde a morte de D.Gonçalo da Silveira foi o desfecho trágico do primeiro contacto e a segunda expedição de Francisco Barreto em 1569 transformou as relações numa guerra de conquista<sup>(441)</sup>. Além disto, dois outros aspectos impediram um desenvolvimento positivo. Um primeiro, a propaganda muçulmana contra a acção missionária e a segunda o conflito em que entrou o cristianismo com as crenças tradicionais.

A partir de 1620 começou a colocar-se a questão do financiamento das missões pois havia dificuldades do Estado no pagamento de subsídios. Propôs-se, por isso, um sistema de fundação de quintas que dessem rendimentos para o sustento da obra missionária. Apesar de alguma oposição a questão resolveu-se favoravelmente às missões que começaram a ser sustentadas a partir dos rendimentos das terras herdadas ou doadas<sup>(442)</sup>. William Francis Rea<sup>(443)</sup>, refere também que evidências de inventários mostram que por volta de 1759 a maior fonte de rendimentos dos jesuitas se encontrava à volta de Tete onde possuíam prazos e tinham neles os seus fumos, mucazambos, achikundas e escravos<sup>(444)</sup>. O que é um facto, é que no século XVIII existia um estado de decadência quase que total no seio dos missionários e do trabalho missionário. Boxer refere que em 1734 queixavam-se os moradores de Sofala do pároco de Tete que os obrigava a pagar pelos trabalhos que realizava, como enterros, bençãos de sepulturas, negando tratamento à pessoas que lhe deviam dinheiro<sup>(445)</sup>.

A expulsão dos jesuitas em 1759, por decreto do Marquês de Pombal, vai agravar ainda mais o trabalho missionário. Em 1834, a expulsão de todas as ordens religiosas pelo governo liberal que assume o poder, conduz a uma situação ainda mais grave. Os jesuitas contudo começaram a regressar em 1880 estabelecendo certo número de estações missionárias nos prazos da Zambézia, arrendando o prazo Boroma. Em 1887, Barros Gomes, Ministro da Marinha e Ultramar, criou a Junta das Missões em Portugal, a partir da qual eram concedidos subsídios a algumas missões, por vezes impondo condições como a de

<sup>441</sup> António da Silva - *Mentalidade missiológica dos Jesuitas...op.cit., 2º vol., p. 284-285*

<sup>442</sup> António da Silva - *Mentalidade missiológica...op.cit., p. 290*

<sup>443</sup> William Francis Rea - *The missions as an economic factor on the Zambezi, 1580-1759.* - [London] : University of London, [1990] Também este é um trabalho importante sobre os dominicanos e os jesuitas na região do Zambeze.

<sup>444</sup> Pelo menos são mencionados 6 prazos na posse dos jesuitas: Marangue, Micombe, Chivuri, Nharuca, Chuga e Panze. Ver William Francis Rea - *The missions as an economic factor...op.cit., p. 136-157* onde descreve a organização destes prazos, os escravos existentes, os tributos que recebiam devido à sua posição de donos dos prazos.

<sup>445</sup> Charles Ralph Boxer - *A dominican account of the Zambesia in 1744.* - In : *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, vol. XXIX, nº125 (Nov.-Dez. 1960), p. 1-14; ver também William Francis Rea - The missions as an economic factor...op.cit., p. 44*

criação de novas missões<sup>(446)</sup>. Era um período em que novas normas internacionais tinham sido definidas e estabelecidas pela Conferência de Berlim em relação à ocupação de África.

Apesar deste impulso de criação de novas missões, a situação nos finais do século XIX encontrava-se ainda em fase adiantada de degradação. Luciano Cordeiro que era secretário e relator da Comissão das Missões do Ultramar, encarregado de apresentar uma proposta de reforma das missões do Ultramar, relata em Outubro de 1880 que a situação da Igreja no Ultramar era vergonhosa em relação ao pessoal, instrução, dotação, recursos e relações com o poder civil e que o pouco clero que existia estava mal preparado e "miseravelmente remunerado"<sup>(447)</sup>.

A proclamação da República em 1910, abertamente laica e anti-clerical, a lei da separação da Igreja do Estado (1911), a aplicação das suas disposições em 1913 às colónias, foram golpes importantes para o trabalho de missionação em Moçambique. Estas medidas libertavam o Estado de quaisquer compromissos de ordem material para com as missões religiosas. Não as proibia nem as perseguia, limitava-se a ignorá-las reservando todo o apoio para as missões laicas. De tal modo estas medidas começaram a ser sentidas, que a 13 de Agosto de 1914, o Governador-Geral de Moçambique, Joaquim José Machado, suspendeu as principais disposições do decreto<sup>(448)</sup>. Apenas em 1926, com o decreto de 13 de Outubro de João Belo, que promulgou o Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas e que extinguiu as missões civilizadoras laicas e o Instituto das Missões Coloniais, é que a situação foi alterada. A partir desta data a Igreja Católica passará a ter um papel preponderante na vida e educação das populações indígenas.

Podemos ver que a bibliografia sobre as Missões e Igreja Católica, do período anterior a 1926/30, não é vasta. Existem alguns trabalhos importantes, mas muitos deles são trabalhos gerais, tendo lacunas sobre o trabalho das Missões Católicas junto das populações com quem entravam em contacto e o seu impacto neste fase inicial. A bibliografia mais rica refere-se principalmente ao trabalho dos Jesuítas.

<sup>446</sup> Francisco Correia cita o padre P.V. Courtois que numa carta em 1889 dizia "o governo português concedeu à Missão [da Zambézia] um importante subsídio, mas com condições bastante duras. Será necessário logo que seja possível (ou pedido) fundar postos no Zumbo, Nyakoe, Massangano e Macanga; e ainda por cima estas estações estariam submetidas directamente ao bispo de Moçambique" - Francisco Augusto da Cruz Correia - *O método missionário dos jesuítas em Moçambique, 1881-1910 : Um contributo para a história da Missão da Zambézia*. - Braga : Livraria Apostolado da Imprensa, [1992], p. 79. Este trabalho é um importante contributo para o estudo da acção dos Jesuítas na região da Zambézia.

<sup>447</sup> cit. por Francisco Augusto da Cruz Correia - *O método missionário dos jesuítas...op.cit.*, p.97

<sup>448</sup> A. da Silva Rego - *Lições de missionologia*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1961 , p.137. Silva Rego transcreve a Portaria nº1077 de 13 de Agosto de 1914 de Joaquim José Machado com a justificação de tal medida, ver p.137-138

## 2.2 Bibliografia

921. BOXER, Charles Ralph - A dominican account of Zambesia in 1744. - In : Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, vol.XXIX, nº125 (Nov.-Dez.1960), p.1-14 (AHM (b)B 755)
922. CORREIA, Francisco Augusto da Cruz - O método missionário dos jesuitas em Moçambique, 1881-1910 : um contributo para a história da Missão da Zambézia. - Braga : Livraria Apostolado da Imprensa, [1992], 471 p. (Embx.Port. 02-COR)
923. CRUZ, António Alves da - Contribuição dos Jesuitas portugueses para a ocupação, pacificação e nacionalização da Zambézia portuguesa, ou terceira campanha dos jesuitas portugueses para a conquista da Zambézia a Jesus Cristo e a Portugal. - In : I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo : Publicações : 4ª secção : África. - Lisboa : Ministério das Colónias, 1938, vol.2, p.35-58 (AHM A 144/II, 4ªsecção)
924. FERREIRA, Luciano da Costa - Igreja Ministerial em Moçambique : caminhos de hoje e de amanhã. - Lisboa : [s.e.], 1987, 470 p. (AHM C 1785d)
925. GUERREIRO, Alcântara - Quadros da história de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique; Repartição Técnica de Estatística, 1954, 2 vols. (AHM B 298)
926. GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara - A acção missionária e a sua organização canónica em Moçambique, no período Filipino (1581-1640). - In : Actas : Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. - Lisboa : Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D.Henrique, 1962, vol.5 (2ªparte), p.179-193 (AHM A 257/V 2ªparte)
927. HELGESSON, Alf - Catholics and protestants in a clash of interests in Southern Mozambique. - In : Carl Fredrik Hallencreutz ; Mai Palmberg (eds.) - Religion and politics in Southern Africa. - Uppsala : The Scandinavian Institute of African Studies, 1991, p.194-206 (AHM F 2446e)
928. MOREIRA, Eduardo - Portuguese East Africa : a study of its religious needs. - London : World Dominion Press, 1936, 104 p. : mapas, fotos (AHM C 283d)
929. MUDENGE, S.I.G. - The dominicans at Zumbo : an aspect of missionary history in the Zambezi Valley c.1726-1836. - In : Mohlomi, Journal of Southern African Historical Studies, vol.9 (1976), p.32-63 (AHM (b)B 1172)
930. REA, William Francis - The missions as an factor on the Zambezi, 1580-1759. - [London] : University of London, [1990?], 227 p. - Thesis presente for the degree of Doctor of Philosophy. - Texto xerocopiado (AHM B 1035)
931. REGO, A.da Silva - Temas sociomissionológicos e históricos. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1962, 240 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 58) (Embx.Port. 02 REG)

932. REGO, A.da Silva - Alguns problemas sociológico-missionários da África negra. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, 137 p. -(Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 32) (Embx.Port. 02 REG)
933. REGO, A.da Silva - Lições de missionologia. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1961, 564 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 56)
934. REGO, A.da Silva - Les missions portugaise (aperçu général). - Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 1958, 71 p. (Embx.Port. 2 REG)
935. SILVA, António da - Ocupação missionária de Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.675-695 (AHM B 353)
936. SILVA, António da - Mentalidade missiológica dos jesuitas em Moçambique antes de 1759 : Esboço ideológico a partir do núcleo documental. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1967, 2 vols. - (Estudos Missionários, 2) (Embx.Port. 02 SIL)
937. SILVA, Francisco Ferreira - Relatório : A obra missionária na Província de Moçambique. - Porto : Typographia a Vapor da Officina de S.José, 1911, 455 p. (AHM C 279d)

**Ver também**

196, 211, 391, 669, 959, 960, 961, 962, 978

### 3. IGREJAS PROTESTANTES E SEPARATISTAS

#### 3.1 Introdução histórica e análise bibliográfica

Sobre as Igrejas separatistas, Mário Figueira reconhece como sendo interessante notar "que foi a luta contra a segregação racial um dos factores que determinou a origem das primeiras seitas religiosas gentílicas ou nativistas em África" mas que, ao defender o princípio de "África para os africanos" elas tornavam-se simultaneamente defensoras do racismo<sup>(449)</sup>. Ele divide estas seitas em dois grandes grupos : grupo Etiópico e grupo Zionista (embora existam algumas que não se insiram em nenhum destes grupos). Para Figueira, o movimento Etiópico apareceu em 1892, fundado por Mangena M.Makone, nas minas de ouro de Witwatersrand, manifestando-se contra a segregação racial que reinava na Igreja e representando o nacionalismo africano<sup>(450)</sup>. Entre as seitas religiosas do tipo etiópico ele refere, entre muitas outras à Igreja Luz Episcopal, Igreja Etiópica Luso-Africana, American Board of Mission, Igreja Metodista Episcopal Africana, Associação Religiosa de Moçambique<sup>(451)</sup>. Quanto ao Zionismo, o mesmo autor refere que ele também surgiu na África do Sul (ao lado das etiópicas), com o americano Daniel Bryant e com P.L.Leroux (que se juntou ao primeiro). O zionismo diferencia-se do etiopismo por certas particularidade de ritos e pela importância que atribuem aos exorcismos médico-mágicos, com a negação consequente da validade da medicina oficial, mas ambas se identificam pelo carácter profético-messiânico da sua doutrina, na sua rebelião contra o domínio branco e na sua adopção do princípio de "África para os africanos"<sup>(452)</sup>. Nesta seita existem várias Igrejas como por exemplo, entre muitas outras, a Igreja Fé dos Apóstolos, Igreja Sião Apostólica Cristã dos Negros de Moçambique, The Holy Catholic Apostolic Church in Zion, The Church of the Holy Ghost (ou Igreja Apostólica e Zion de Moçambique), Shembitas ou Nazaritas<sup>(453)</sup>.

Quanto ao protestantismo, segundo Gonçalves, a sua presença em Moçambique não é fácil de assinalar cronologicamente

"porque ela se tornou um facto a partir do momento indeterminado em que alguns naturais [de Moçambique] regressavam às suas terras, evangelizados pelos

<sup>449</sup> Mário Figueira - *Seitas religiosas em Moçambique*. - [s.l. : s.n., s.d.], p.1

<sup>450</sup> Mário Figueira - *Seitas religiosas...op.cit.*, p.3

<sup>451</sup> Mário Figueira - *Seitas religiosas...op.cit.*, p.4-5; ver também Afonso H. Ivens Ferraz de Freitas - *Seitas religiosas gentílicas*. - [s.l. : s.n.], 1957, 4 vols.

<sup>452</sup> Mário Figueira - *Seitas religiosas...op.cit.*, p.6

<sup>453</sup> Mário Figueira - *Seitas religiosas...op.cit.*, p.9-12; ver também Ferraz de Freitas - *Seitas religiosas gentílicas...op.cit.*

missionários e catequistas protestantes que proliferavam nos territórios vizinhos, para onde haviam emigrado temporariamente"<sup>(454)</sup>

e onde foram catequizados entre outros pelos missionários da Igreja Reformada Holandesa. Ele adianta que "a penetração de missionários protestantes propriamente ditos em terras moçambicanas, com o declarado objectivo de converter a população local, é assinalada [...] como um facto incontroverso, em 1879 [...]"<sup>(455)</sup>.

Em 1881, os representantes da chamada Missão Suíça iniciaram contactos no sentido de esta se poder estabelecer em Lourenço Marques. Em 1887, já esta Missão estava instalada na cidade, chamando-se então "Mission de l'Eglise Libre de la Suisse Romande" e os missionários suíços procuravam neste período ocupar todo o país Tsonga, para evitar que outras duas sociedades missionárias (American Board of Commissioners for Foreign Missions e a Wesleyan Methodist Missionary Society) estendessem aí o seu campo de acção<sup>(456)</sup>. Em 1883, estabeleceu-se definitivamente em Moçambique a primeira instituição religiosa protestante - a Igreja Metodista Episcopal - em Cambine (Inhambane). Em 1885 foi instalada a Missão Metodista Livre em Inharrime.

Diversos autores referem com especial destaque ao trabalho desenvolvido pela Missão Suíça defendendo que esta realizou uma actividade catequética excepcionalmente eficaz, tendo tido uma forte penetração no seio das comunidades africanas, principalmente em Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, possuindo alguns nomes de projecção no seu seio como E.H.Richards, William Taylor, Henri Junod, entre outros<sup>(457)</sup>. Na sua propaganda, além do trabalho directo, também utilizou de forma crescente a imprensa (revistas, livros, folhetos, boletins), a rádio, o recurso à acção médico-social, o ensino, catequistas e pastores negros. Além do mais, tentaram compreender e aproveitar alguns dos usos e costumes tradicionais africanos e utilizaram a suas próprias línguas para o ensino e catequizaçã<sup>(458)</sup>.

<sup>454</sup> José Júlio Gonçalves - *Protestantismo em África : vol.1 : Introdução ao estudo do protestantismo em África : vol.2 : Contribuição para o estudo do protestantismo na África Portuguesa*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1960, 2º vol., p.115. Em relação a Moçambique, ver especificamente o capítulo IV do 2º vol., p.107-172

<sup>455</sup> José Júlio Gonçalves - *O protestantismo em Africa...op.cit.*, 2º vol., p.117; ver também *Idem - O mundo árabo-islâmico e o Ultramar português*. - 2ª ed. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Político e Sociais, 1962, p.253

<sup>456</sup> Jan Van Butselaar - *Africanos, missionários e colonialistas : As origens da Igreja Presbeteriana de Moçambique (Missão Suíça), 1880-1896*. - Lausanne : Département Missionnaire des Eglises Protestantes de la Suisse Romande, 1987, p.95

<sup>457</sup> Ver José Júlio Gonçalves - *O protestantismo em África...op.cit.*, 2º vol., p.122

<sup>458</sup> Ver José Júlio Gonçalves - *O protestantismo...op.cit.*, p.173-217 onde analisa estes meios e a forma como foram empregues; ver também Butselaar que no seu livro analisa os métodos utilizados pela Missão Suíça para penetrar nas sociedades africanas.

A influência do protestantismo fez-se sentir principalmente na região a sul do Save, embora tenham promovido também a evangelização em núcleos africanos na região da Zambézia e Lago Niassa.

Tal como em relação a qualquer dos temas sobre a religião, os estudos desenvolvidos sobre o estudo das Igrejas protestantes e separatistas é bastante escasso e pouco analítico, necessitando de uma maior investigação e reflexão por parte dos estudiosos que sobre ele se querem debruçar. Os trabalhos de Ferraz de Freitas e de Mário Figueira são valiosos para o conhecimento das diferentes "seitas gentílicas", mas apenas nos falam da sua fundação, de algumas características e das suas cisões internas que originaram por sua vez novas seitas e Igrejas. Mas são lacunares no que diz respeito ao seu impacto no seio das comunidades em Moçambique. Eles referem que algumas tiveram grande aderência por parte das populações onde se implantaram, mas não referem às razões de tal fenómeno, a não ser em termos de que os rituais por elas desenvolvidos tivessem atraído a população ou, em termos mais gerais, a hipótese de que os seus objectivos de defesa dos interesses dos africanos tivesse tido influência, sem contudo adiantarem mais pormenores. No que se refere ao estudo sobre as Igrejas protestantes, o cenário bibliográfico é ligeiramente diferente, apesar deste também possuir lacunas. Temos o trabalho importante de Jan Van Butselaar que, apesar de ser dirigido especificamente à Missão Suíça, nos dá uma visão clara do trabalho desta em Moçambique, seus objectivos, sua actividade, problemas encontrados e, como diz Liesegang na sua análise do livro, nos dá também uma valiosa contribuição para a História de Moçambique<sup>(459)</sup>, sobre a mesma missão, um outro trabalho a destacar é o de Charles Biber<sup>(460)</sup>.

### 3.2 Bibliografia

938. BIBER, Charles - Cent ans au Mozambique : Le parcours d'une minorité : Reportage sur l'histoire de l'Eglise Presbytérienne du Mozambique. - Lausanne : Editions du Soc, 1987, 158 p.
939. BUTSELAAR, Jan Van - Africanos, missionários e colonialistas : As origens da Igreja Presbeteriana de Moçambique (Missão Suíça), 1880-1896. - Lausanne : Département Missionnaire des Eglises Prtestantes de la Suisse Romande, 1987, 327 p. : il., mapas. - Existe a versão inglesa (AHM ; F.Let. Q-223)
940. FIGUEIRA, Mário - Seitas religiosas em Moçambique. - [s.l.: s.n., s.d.], 177 p. (AHM C 316d)

<sup>459</sup> Gerhard Liesegang - *Recensões : As duas fundações da Missão Suíça em Moçambique : 1882 e 1887, de Jan Van Butselaar.* - In : *Cadernos de História*, nº6 (Nov.1987), p.105-106

<sup>460</sup> Charles Biber - *Cent ans au Mozambique : Le parcours d'une minorité : Reportage sur l'histoire de l'Eglise Presbytérienne du Mozambique.* - Lausanne : Editions du Soc, 1987

941. FREITAS, Afonso H. Ivens Ferraz de - Seitas religiosas gentílicas. - [Província de Moçambique], 1957, 4 vols. (AHM C 329a/d)  
Relatórios classificados de "confidencial"
942. FREITAS, Afonso I Ferraz de - Seitas religiosas e gentílicas de Moçambique. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), p.91-122 (AHM)
943. GONÇALVES, José Júlio - Protestantismo em África. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960, 2 vols. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 38 e 39) (AHM)  
Vol.1 : Introdução ao estudo do protestantismo em África : Vol.2 : Contribuição para o estudo do protestantismo na África portuguesa
944. GONÇALVES, José Júlio - Projecção do protestantismo na África Portuguesa. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), p.123-155 : mapa desdobr.
945. MANDELBAUM, Jonna-Lynn Knauer - The missionary as a cultural interpreter. - Atlanta, Georgia, 1986, 204 p. - A dissertation presented in partial fulfillment on the requirements for the degree of Doctor of Philosophy in Social Foundations in the College of Education, Georgia State University (AHM B 1061)
946. PAUL, John - Revolution and quietism : The anglican experience in Mozambique. - In : Mozambique : Proceedings of a seminar held in the Centre of African Studies, University of Edinburgh (1-2 Dec.1978). - Edinburgh : Centre of African Studies, University of Edinburgh, 1979, p.32-45 (AHM B 550)
947. SCHOFFELEERS, Matthew - Healing and political acquiescence in african independent churches. - In : Carl Fredrik Hallencreutz ; Mai Palmberg (eds.) - Religion and politics in Southern Africa. - Uppsala : The Scandinavian Institute of African Studies, 1991, p.89-108 (AHM F 2446e)

**Ver também**

909, 927, 949

#### 4. O ISLAMISMO

##### 4.1 Introdução histórica e análise bibliográfica

Júlio Gonçalves refere que, embora o mundo árabo-islâmico não possua uma unidade real dos pontos de vista étnico, político e linguístico "não existem dúvidas que a sua infraestrutura assenta numa apreciável unidade espiritual cimentada pela religião" sendo as cisões existentes, não de matéria religiosa, mas sobretudo, de direito público (problemas de legitimidade, querelas de sucessão política)<sup>(461)</sup>. A penetração islâmica em Moçambique data praticamente desde os primeiros contactos estabelecidos no séc. VII na costa Oriental de África e onde o desenvolvimento do comércio permitiu a posse de pontos da costa por onde se efectuava o escoamento dos produtos do interior. Esta influência permaneceu como a mais importante até à chegada dos portugueses nos finais do século XVI, que conduz a um decréscimo daquela influência. No entanto, nos finais do século XVII, princípios do XVIII, deu-se um renascimento da influência islâmica, devida sobretudo à tomada de diversas cidades costeiras que se encontravam nas mãos dos portugueses, como por exemplo Mombaça<sup>(462)</sup>. Para este renascimento contribuiu também o espírito liberal europeu que surge em 1789 e que determinou como consequência um espírito de tolerância religiosa e de sua liberdade absoluta<sup>(463)</sup>. O crescimento da influência islâmica foi também facilitada pela decadência e abandono quase absoluto de Moçambique pelos missionários católicos. Esta situação é reconhecida em 1771 pela Inquisição de Goa que publica o "Edital contra práticas pagãs dos cristãos de Moçambique, portugueses, canarins e cafres".

É reconhecido que a influência islâmica é muito importante no norte de Moçambique, sobretudo entre os Macua e os Yao, não tendo contudo atingido os Maconde. Entre os Macua, a influência nota-se sobretudo no que diz respeito ao direito consuetudinário<sup>(464)</sup>. Vários autores são unânimes em afirmar que a influência do Islão não só, conseguiu transformar alguns costumes como também, conseguiu subsistir em paralelo com algumas

<sup>461</sup> José Júlio Gonçalves - *O mundo árabo-islâmico...op.cit.*, p.29-30 este é um trabalho importante para o estudo da influência árabo islâmica, onde não só é analisada a sua própria cultura, os seus princípios, a sua expansão, como também reflecte sobre o seu impacto nas diferentes colónias portuguesas.

<sup>462</sup> Ernesto de Vilhena - *A influência islâmica na costa Oriental d'África...op.cit.* onde analisa os diferentes períodos desta influência ; ver também José Júlio Gonçalves - *O mundo árabo-islâmico...op.cit.*, p.261-265

<sup>463</sup> José Júlio Gonçalves - *O mundo árabo-islâmico...op.cit.*, p.265

<sup>464</sup> De tal forma esta influência é real que Gonçalves Cota no seu projecto sobre o Estatuto do Direito Privado dedicou um capítulo ao direito consuetudinário dos povos islamizados, especificando os macua. Ver José Gonçalves Cota - *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas da Colónia de Moçambique : Precedido de um estudo sumário do direito gentílico.* - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1946, ver especificamente p.47-54.

crenças e ritos tradicionais. Peirone defende que o islamismo conseguiu a aderência dos Yao porque se apresentou perante eles como um sistema sócio-cultural dinâmico, adaptado ao seu sistema sócio-cultural e também porque se apresentou aos Yao como um sistema social que lhes elevaria o seu nível de vida e os integraria numa comunidade muçulmana mais vasta<sup>(465)</sup>. Thorold também se refere aos primeiros contactos dos Yao com o islamismo, referindo que este foi feito através do comércio com a costa, e que este comércio começou a ter uma cada vez mais profunda influência conforme se desenvolvia. As várias ameaças que se foram colocando ao comércio Yao no século XIX (principalmente a ameaça inglesa ao comércio de escravos), levou-os a tentar consolidar ainda mais as suas relações com os comerciantes árabes e swahili<sup>(466)</sup>.

Peirone ao analisar a influência islâmica junto dos Yao, refere que esta se limitou a uma pura fenomenologia exterior (salvo talvez algumas excepções) como a adopção de vestuário árabe, de nomes muçulmanos, a saudação quotidiana árabe, modificação da paisagem através da construção de mesquitas, entre outras, mas que quanto à mudança da vida social o islão pouco alterou<sup>(467)</sup>. No entanto, Cuppen no seu trabalho sobre os macua do Meto, refere que estes responderam de uma maneira original à presença do islamismo, assimilando alguns aspectos e formando um todo de características meto-islâmicas. Refere também que os macua conseguiram conciliar os padrões matrimoniais do Islão que seguem uma linha varonil na descendência, onde o homem é o único proprietário e a matrilinearidade macua onde os filhos pertencem sempre ao "nihimo" de sua mãe<sup>(468)</sup> significando por isso uma influência mais profunda na sociedade. O estudo deste impacto tem de ser mais aprofundado. Os poucos estudos existentes não nos fornecem ainda uma visão clara sobre o real impacto a nível da transformação de crenças e valores das sociedades por ele afectadas.

#### 4.2 Bibliografia

948. CARVALHO, Álvaro Pinto de - Notas para a história das confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique. - In : Arquivo (Maputo), nº4 especial (Out.1988), p.59-66
949. GONÇALVES, José Júlio - O mundo árabo-islâmico e o ultramar português. - 2ªed. - Lisboa : Junta de Investigação do Ultramar, Centro de Estudos Político e Sociais, 1962, 354 p. : il. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 10) (AHM)

<sup>465</sup> Frederico José Peirone - *A tribo ajaua do Alto Niassa (Moçambique) e alguns aspectos da sua problemática neo-islâmica.* - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1967, p.183-184

<sup>466</sup> Alan Thorold - *Metamorphoses of the Yao muslims.* - In : Louis Brenner - *Muslim identity and social change in Sub-Saharan Africa.* - London : Hurst and Company, 1993, p.79-90, p.82

<sup>467</sup> Frederico José Peirone - *A tribo ajaua...op.cit.*, p.184

<sup>468</sup> G.M.M.Cuppen - *A religiosidade dos Metos...op.cit.*, p.95-96

950. MANDIVENGA, Ephraim - The role of Islam in Southern Africa. - In : Carl Fredrik Hallencreutz ; Mai Palmberg (eds.) - Religion and politics in Southern Africa. - Uppsala : The Scandinavian Institute of African Studies, 1991, p.74-84 (AHM F 2446e)
951. PEDRO, Albano Mendes - Atitude perante o maometismo na África Portuguesa. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), p.43-56 : mapa desdobr. (AHM)
952. PEIRONE, Frederico José - A tribo ajauã do Alto Niassa (Moçambique) e alguns aspectos da sua problemática neo-islâmica. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Missionários, 1967, 203 p. : il., fotos. - (Estudos Missionários, 1) (AHM C 506j)
953. PEIRONE, Frederico J. - A importância do estudo da língua e da cultura árabe para a missionação dos indígenas islamizados de Moçambique. - In : Garcia de Orta, vol.4, nº3 (1956), p.371-381 (AHM)
954. THOROLD, Alan - Metamorphoses of the Yao muslims. - In : Louis Brønner - Muslim identity and social change in Sub-Saharan Africa. - London : Hurst and Company, 1993, p.79-91 (AHM s/cota)
955. VILHENA, Ernesto Jardim de - A influência islâmica na costa Oriental d'África : I parte : Do século VIII ao meado do século XVII : II parte : Do meado do século [XVII] até ao presente -In : Ernesto Jardim Vilhena - Companhia do Nyassa : Relatórios e memórias sobre os territórios. - Lisboa : Typographia "A Editora", 1905, p.19-71 (AHM B 180)

**Ver também**

341, 359, 907, 933

## 5. EDUCAÇÃO

### 5.1 Introdução histórica e reflexão bibliográfica

Antes de 1845 a educação dos filhos da burguesia mercantil cristã, estava entregue, por certos períodos, a padres, professores particulares, escolas regimentais, professores pagos pelo Estado, substituíam as escolas. A sua educação era completada pelo envio dos rapazes para o exterior. As filhas não recebiam qualquer educação escolar.

As primeiras mudanças educacionais com o envolvimento do Estado foram introduzidas, primeiro pelo decreto de 14 de Agosto de 1845 de Joaquim José Falcão, que estabeleceu o regime de escolas públicas nas províncias ultramarinas e depois com o Diploma de Rebelo da Silva, de 30 de Novembro de 1869 que desenvolveu e completou o de 1845.

" Com o liberalismo triunfante a escola pública europeia irá transplantar-se para a África numa forma de instrução que pretendia colocar as populações indígenas no mesmo nível dos cidadãos das outras partes da monarquia"<sup>(469)</sup>.

O decreto de Falcão, dividiu o ensino primário em dois graus : o primeiro grau, a ser ministrado nas "escolas elementares" e o segundo grau que ficaria circunscrito às "escolas principais". Nas primeiras, o programa englobava ler, escrever, contar, doutrina cristã e História de Portugal e nas segundas, o programa incluía português, desenho, geometria, economia, física aplicada<sup>(470)</sup>. Rebelo da Silva, como referi anteriormente completou e desenvolveu o decreto de Falcão. Rebelo da Silva sujeitou todo o ensino público, por conta do Estado ou por particulares, à superintendência e fiscalização das autoridades responsáveis, definiu melhor as atribuições da inspecção, ampliou a competência e o número de vogais do Conselho Inspector, o grau elementar de instrução primária foi dividido em duas classes, separaram-se os sexos nas escolas e nas escolas principais foram introduzidas novas disciplinas entre elas o ensino de uma língua estrangeira - o inglês ou o francês<sup>(471)</sup>.

<sup>469</sup> Ávila de Azevedo - *Educação em Africa*. - In : *Estudos Ultramarinos* n<sup>o</sup>3 (1962), p.114

<sup>470</sup> Ver Ávila de Azevedo - *Política de ensino em África*. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1958, p.124; Michael Cross - *The political economy of colonial education : Mozambique, 1930-1975*. - In : *Comparative Education Review*, vol.31, n<sup>o</sup>4 (1987), p.550-569, p.557 embora o trabalho seja de um período posterior ao tema desta tese, Cross apresenta uma reflexão importante sobre o período precedente ; ver também Manuel Belchior - *Evolução política do ensino...op.cit.*, p.642

<sup>471</sup> Ávila de Azevedo - *Política de ensino...op.cit.*, p.125-126; Manuel Belchior - *Evolução política...op.cit.*, p.642

Nos finais do século XIX, começaram a surgir vozes que se opunham às ideias liberais de igualdade de sistemas educacionais para indígenas e "civilizados". Uma dessas vozes foi a de Oliveira Martins que referia

"A ideia da educação dos negros é absurda perante a história : é o também perante a capacidade mental de essas raças inferiores."<sup>(472)</sup>

Começaram então a delinear-se dois sistemas um para africanos e outro para os "civilizados". Além do aspecto rático que essa educação começa a ter, a educação para os africanos devia estar voltada sobretudo para a formação de trabalhadores manuais<sup>(473)</sup>. Defendia Adolpho Lima em 1908 que o ensino indígena devia ser "de harmonia com os usos e costumes e o grau de desinvolvimento intelectual e moral do povo indígena a que se applica" e que o ensino profissional para estes devia

"[...] ter em vista formar indivíduos para o trabalho que as condições climatericas impedem aos europeus de exercer convenientemente e adestrando, portanto, os indígenas nos trabalhos manuais e auxiliares em que se exige menos acuidade de espírito e responsabilidade do que músculo."<sup>(474)</sup>

Toda esta política educacional visava sobretudo impedir que o negros pudessem fazer determinadas exigências e tentando mantê-los nas posições mais servis em relação ao trabalho<sup>(475)</sup>.

<sup>472</sup> cit. em José Gonçalo de Santa-Rita - Oliveira Martins e a política colonial. - In : Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, ano II, n<sup>o</sup>5-6 (Jan.-Jun.1952), p.31-55

<sup>473</sup> Ver David Hedges - Educação, missões e a ideologia política da assimilação, 1930-1960. - In : Cadernos de História, n<sup>o</sup>1 (Jun.1985), p.7-15 Apesar do período em análise ser pós-1930, Hedges apresenta uma reflexão sobre o período anterior.

<sup>474</sup> Adolpho G.A.Lima - Educação colonial. - Lisboa : Typographia da Livraria Ferin, 1908, p.7-8

<sup>475</sup> Sousa Ribeiro trancreve a opinião do ex-Governador da Zambézia Ernesto Vilhena que referia em 1907 "o plano de ensino que mais convem a uma sociedade, como aquella de que estamos tratando além d'essa instrução primária especial para brancos, ha que prever para o indígena uma instrução primária elementar que o torne menos selvagem, menos arreado, mais apto a aprender os conhecimentos próprios do mister que será chamado a desempenhar, que abra um pouco, não digo a sua intelligencia, mas essa esperteza natural do negro, e assim na massa avulsa que empregarmos em trabalhos rudes e pesados hãvemos de encontrar um certo número que nos comprehenda melhor, que saiba ler um bilhete, fazer uma chamada de gente, etc." - In : António de Sousa Ribeiro - Relatório do Secretário Geral. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, p.353-354 (o capítulo sobre a instrução pública encontra-se nas p.241-359) Sousa Ribeiro mostra-se também contra o ensino secundário para os indígenas porque se cairia na "over education" e refere que o problema do ensino não residia propriamente em instruir porque o "preto" aprende com grande facilidade "o que não quer dizer que as ligue, conjugue e saiba usar". Mas se aprende mais julga-se "infinitamente superior". Por isso "Devemos evitar a formação de uma classe de «proletariado intellectual» como temos na Europa [...] classe de descontentes, de ambiciosos, de homens que não querem baixar à condição de onde saíram" - Idem, p.355

A 1ª República instalada em 1910, vai-se apresentar profundamente laica. A 20 de Abril de 1911, decreta a separação da Igreja do Estado. A 22 de Novembro de 1913, um decreto privou as missões católicas dos meios de acção que o Estado lhes fornecia e criou um novo tipo de missões - as Missões Civilizadoras - constituídas por elementos laicos. A partir desta altura surgiram tentativas de se estabelecer uma certa organização no ensino com a criação de diversas estruturas como o Conselho Inspector da Instrução Pública (1917), a Inspeção Escolar (1920), uma Direcção-Geral do Ensino (1921). Mas apesar destas tentativas, Solipa Norte, Inspector da Instrução Primária em 1920, referia no seu relatório a inúmeros problemas que assolavam a educação, entre elas a falta de estatísticas sobre o movimento escolar, a falta de professores habilitados e a falta de escolas primárias<sup>(476)</sup>.

A 13 de Outubro de 1926, João Belo, Ministro das Colónias promulgou o "Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas de África e de Timor", onde consagra um capítulo às questões do ensino sob o aspecto geral e prático no que respeita a aprendizado agrícola, profissional e doméstico e onde extingue as missões civilizadoras laicas e concentra sobre as missões católicas portuguesas toda a obra civilizadora a ser feita nas colónias. Para isso, aumenta-lhes as dotações orçamentais, alarga a concessão de terrenos, cede-lhes edifícios do Estado com vista à formação de missionários e dá-lhes personalidade jurídica<sup>(477)</sup>.

Apesar de existirem alguns trabalhos que analisam a educação, ainda pouco foi escrito sobre o sistema político-educacional em Moçambique, a sua natureza, estrutura, métodos, disciplinas e sobretudo sobre o seu impacto nas populações africanas. Existem algumas referências, mas escritas sobretudo por autores portugueses e pelas autoridades coloniais responsáveis pela área da instrução, e por isso, fortemente defensores do sistema que eles próprios preconizavam. Se a lacuna de tal análise existe para todo o período colonial, maior esta é para o período anterior a 1926/30.

## 5.2 Bibliografia

956. ALMEIDA, Adelino A.M. - Para a compreensão do evoluir do ensino em Moçambique : 1926-1974. -In : Africana (Porto), nº1 (Set.1987), p.1-105 (AHM)

<sup>476</sup> Solipa Norte - *Relatório do Inspector da Instrução Primária da Província de Moçambique*. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1920, p.13. Ele refere por exemplo que das 153 escolas primárias existentes em toda a colónia, só 19 tinham professores devidamente habilitados e que estes totalizavam 49.

<sup>477</sup> Mário Malheiros - *L'enseignement*. - Paris : Exposition Colonial International, 1931, 16 p. - Este artigo faz parte de uma compilação geral de documentos sobre vários sectores da administração pública e justiça de Moçambique, p.8

957. ALMEIDA, Adelino A.M. - Moçambique e o seu ensino específico : As escolas de Artes e Ofícios : 1878-1974. - In : Africana (Porto), nº2 (Mar.1988), p.25-237 (AHM)
958. ALMEIDA, Luis Moreira de - A instrução pública em Moçambique e sua evolução. - In : Diário da Manhã, nºextraordinário comemorativo da viagem do Sr.Presidente da República à Província Ultramarina de Moçambique, ano 30 (Set.1956). - Lisboa : Diário da Manhã, 1956, [10] p. (AHM B 888 ; C 1078o)
959. AZEVEDO, Ávila de - Educação em África. - In : Estudos Ultramarinos, nº3 (1962), p.19-161 (AHM)
960. AZEVEDO, Ávila de - Política de ensino em África. - Lisboa : Junta de Investigações do Ultramar, 1958, 198 p. - (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 13) (AHM)
961. AZEVEDO, Mário - A century of colonial education in Mozambique. - In : Agrippah T. Mugomba ; Mouyo Nyaggah (eds.) - Independence without freedom : The political economy of colonial education in Southern Africa. - Santa Barbara, 1980, p.191-213 (AHM (b)C 2034o)
962. BELCHIOR, Manuel Dias - Evolução política do ensino em Moçambique. - In : Moçambique : Curso de extensão Universitária, ano lectivo de 1964-1965. - Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [s.d.], p.635-674 (AHM B 353)
963. CARDOSO, José - Instrução pública na Província : Propostas do professor da Escola Distrital de Lourenço Marques, José Cardoso, sobre o ensino secundário. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.496-500 (AHM B 186)
964. COSTA, Mário - Esboço histórico e estatístico da instrução na colónia de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional ; Repartição de Estatística, 1928, p.67-77. - (Boletim Económico e Estatístico, série especial, 5) (AHM 205 A)
965. CROSS, Michael - The political economy of colonial education : Mozambique, 1930-1975. -In : Comparative Education Review, vol.31, nº4 (1987), p.550-569
966. HEDGES, David - Educação, missões e a ideologia política de assimilação, 1930-60. - In : Cadernos de História, nº1 (Jun.1985), p.7-15
967. Inspeção de Instrução Pública - Organização do ensino indígena na Colónia de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1930 (AHM C 1144o)
968. LIMA, Adolpho G.A. - Educação colonial. - Lisboa : Typographia da Livraria Ferin, 1908, 18 p. (AHM (b)C 2080o)
969. LISBOA, Eugénio - O ensino em Moçambique. - [Lourenço Marques : Associação Académica de Moçambique], [s.d.], [s.p.] (AHM (b)B 1382o)  
Temas estudantis.

970. MALHEIROS, Mário - L'enseignement. - Paris : Exposition Coloniale Internationale, 1931, 16 p. : il. (AHM B 497)  
Artigo faz parte de uma compilação geral de vários artigos relativos aos diferentes sectores da Administração Pública de Moçambique do mesmo autor
971. MOREIRA, Carlos - O ensino na Colónia de Moçambique. - In : Moçambique : Documentário Trimestral, nº5 (Mar.1936), p.43-79 : il. (AHM)
972. NORTE, Solippa - Projecto de regulamento do ensino primário, presente ao Conselho Inspector de Instrução Pública, pelo vogal Solippa Norte. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.505-541 (AHM B 186)
973. NORTE, Solippa - Relatório sobre exames, do vogal do Conselho de Instrução Pública da Província, Solippa Norte. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.500-505 (AHM B 186)
974. NORTE, Solippa - Relatório do Inspector da Instrução Primária da Província de Moçambique. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1920, 110 p. (AHM C 1162o)
975. PEREIRA, António Machado - Da educação dos indigenas em Moçambique. - Lisboa : Escola Superior Colonial, 1948/49, 90 p. - Dissertação apresentada à cadeira de Sociologia Colonial, no último ano do Curso de Altos Estudos Coloniais (AHM C 1499o)
976. PIRES, Edmundo Andrade - Evolução do ensino em Moçambique nos últimos 40 anos. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional de Moçambique, 1966, 30 p. (AHM (b)C 1389o)
977. REGO, A.da Silva - Considerações sobre o ensino missionário. - In : Ultramar, vol.5, nº18 (1964)
978. REGO, A.da Silva - O ensino missionário no Ultramar. - In : Estudos Ultramarinos, nº1 (1961), p.17-28 : mapa
979. RIBEIRO, António de Sousa - Instrução Pública. - In : António de Sousa Ribeiro - Relatório do Secretário Geral. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1910, p.241-359 (AHM B 189)
980. SILVA, Francisco Ferreira da - Memoria apresentada ao Conselho de Instrução Pública da Província de Moçambique, pelo vogal D.Francisco Ferreira da Silva, Bispo de Siene, Prelado de Moçambique. - In : Relatórios e Informações, anexo ao "Boletim Oficial", anno de 1909. - Lourenço Marques : Imprensa Nacional, 1909, p.541-560 (AHM B 186)

981. VALLE, Domingos For.to do - A instrução primária em Moçambique de 1840 a 1849. - In : Ministério das Colónias - Arquivo das Colónias, vol.II, nº12 (15.Jun.1918), p.290-296 (AHM pp 381/A)

**Ver também**

899, 933, 937, 945

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho tentei apresentar um guia bibliográfico dividido por diversos temas que pudesse constituir uma proposta de "Guia Bibliográfico para o Estudante de História". A sua apresentação organizada em diversos temas, baseou-se nos princípios de trabalho que se desenvolveram ao longo do curso de História, onde cada estudante deveria em cada período semestral apresentar um trabalho de pesquisa em cada disciplina. A pesquisa bibliográfica era uma das nossas principais dificuldades, constituindo por isso uma das nossas principais limitantes. Este trabalho é uma tentativa de contribuir para superá-las.

É perceptível, neste "Guia", o desequilíbrio do grau de abordagem dos diversos temas. Existem temas mais aprofundados do que outros. Penso que isso é devido, fundamentalmente ao facto de, como é óbvio, ao longo do curso ter aprofundado mais determinados assuntos, em detrimento de outros, e também devido ao facto de as fontes bibliográficas, disponíveis, de determinados temas serem escassas. Uma forma de superar esta questão será necessariamente uma tentativa de pesquisa de fontes primárias.

A periodização e selecção temática do "Guia" foi também estabelecida e condicionada por questões de prazo, tendo em atenção o facto de se tratar de uma dissertação para a obtenção do grau de licenciatura.

Pela sua própria natureza, um guia bibliográfico necessita de permanente actualização. Este "Guia", nunca é demais repeti-lo, não pretendeu ser um inventário de obras existentes sobre os temas abordados, mas sim um instrumento de trabalho a partir do qual o estudante poderá encontrar novas e mais ricas fontes de referência.

## ÍNDICE REMISSIVO

## A

ABDALLAH, Yohanna B. . . . . 67  
 abolição da escravatura . . . . . 105, 113, 171  
 ABRAHAM, D.P. . . . . 205  
 ABRANTES, Maria Luísa Cunha Meneses . . . . . 21  
 ADAM, Yussuf . . . . . 74  
 ADAMO, Issuf . . . . . 128  
 ADAMOWICZ, Leonard . . . . . 29  
 administração . . . . . 5, 7, 9, 20, 22, 25, 58, 82, 93,  
 116-118, 121, 134, 136, 137,  
 138, 149, 150, 154-157, 159,  
 160, 162, 165, 167, 168, 169,  
 173, 174, 190, 199, 201, 221, 223  
 administração colonial . . . . . 150, 159, 162, 167, 201  
 administração territorial . . . . . 5, 7, 9, 58  
 ADMIRALTY. NAVAL INTELLIGENCE DIVISION . . . . . 120  
 África do Sul . . . . . 13, 56, 61, 114, 119, 125-129, 131,  
 134, 135, 190, 212  
 África Oriental . . . . . 20, 23, 25, 27, 34, 57, 85, 89-94, 96,  
 100, 104, 109, 114, 146, 150,  
 154-156, 160  
 agricultura . . . . . 19, 22, 27, 28, 37, 55, 66, 112, 114, 116,  
 120, 124, 141, 150  
 AGUIAR, Chaves de . . . . . 159  
 AGUIAR, Francisco Roque de . . . . . 173  
 AJAYI, J.F.Ade . . . . . 11  
 ALBERTO, Manuel Simões . . . . . 23, 60, 198  
 ALBUQUERQUE, Joaquim Augusto Mouzinho de . . . . . 163  
 ALBUQUERQUE, Luis de . . . . . 95  
 ALEXANDRE, Valentim . . . . . 105  
 algodão . . . . . 45, 85, 92, 123, 167, 170  
 ALLEN, Chris . . . . . 12  
 ALMADA, J. . . . . 105, 128, 185, 186  
 ALMADA, José de . . . . . 159  
 ALMEIDA, A. Chaves de . . . . . 120  
 ALMEIDA, Adelino A.M. . . . . 221  
 ALMEIDA, António de . . . . . 170  
 ALMEIDA, Eugénio Ferreira de . . . . . 170  
 ALMEIDA, Fortunato de . . . . . 20  
 ALMEIDA, Francisco António de . . . . . 163  
 ALMEIDA, José Bento Ferreira de . . . . . 186  
 ALMEIDA, Luis Moreira de . . . . . 222  
 ALMEIDA, Pedro Ramos de . . . . . 24  
 ALPERS, Edward A. . . . . 39, 51, 67, 74, 95, 105, 106  
 ALVARES, Pedro A. . . . . 151  
 AMARAL, Manuel Gama . . . . . 67  
 AMARAL, Raul do . . . . . 136  
 ambar . . . . . 50, 86, 94  
 amendoim . . . . . 45, 112, 113  
 AMORIM, Pedro Francisco Massano de . . . . . 163, 179  
 ANDRADA, Joaquim Carlos Paiva de . . . . . 179  
 ANDRADE, A.Freire . . . . . 186  
 ANDRADE, António Alberto de . . . . . 22, 159  
 ANDRADE, José Maria de Araujo Freire de . . . . . 159

Angoche . . . . . 35, 45, 69-73, 75, 81-84, 86, 87, 90-92,  
 102, 110, 113, 177, 178-180  
 António Enes . . . . . 21, 114, 141, 150, 157, 171, 172, 177,  
 185, 197  
 árabes . . . . . 85-87, 90, 91, 101, 146, 217  
 ARAÚJO, António José de . . . . . 136  
 ARAÚJO, José Botelho de Carvalho . . . . . 164  
 ARAÚJO, Maria Benedita Aires de Almeida . . . . . 87  
 aringa . . . . . 79, 80  
 AROUCA, Domingos António de Mascarenhas . . . . . 199  
 ARRIAGA, Guilherme Oliveira de . . . . . 120  
 ARRIAGA, Visconde de . . . . . 186  
 assimilação . . . . . 69, 148, 157, 171, 195-201, 220, 222  
 Atlas . . . . . 11  
 Augustin Fabré et Fils . . . . . 113  
 AUSTEN, Ralph A. . . . . 106  
 autoridades indígenas . . . . . 147, 148, 167-170  
 autoridades portuguesas . . . . . 78, 100, 101  
 autoridades tradicionais . . . . . 167-170, 172  
 AXELSON, Eric . . . . . 39, 40, 95  
 AZEVEDO, Ávita de . . . . . 222  
 AZEVEDO, Mário . . . . . 24, 25, 222

## B

Bala de Lourenço Marques . . . . . 50, 52, 56, 94, 125-127, 176  
 BALLARD, Charles . . . . . 95  
 baneanas . . . . . 91, 114, 169  
 Bantu . . . . . 5, 7, 26-28, 30-34, 55, 62, 69, 73, 146, 196  
 BAPTISTA, Abel dos Santos . . . . . 74  
 BAPTISTA, J.Renato . . . . . 136  
 BARKER, G. . . . . 29  
 BARRAU, J. . . . . 33  
 BARRETO, Manoel . . . . . 40  
 BARRETO, Manuel Saraiva . . . . . 199  
 BARRETT, O.W. . . . . 120  
 BARROS, João de . . . . . 40  
 Bárue . . . . . 78, 79, 177, 178, 180  
 BASÍLIO, Francisco Xavier . . . . . 159  
 BASTO, José Ferreira Pinto . . . . . 111  
 BEACH, D.N. . . . . 21, 40, 186  
 BEACHEY, R.W. . . . . 106  
 BECKER, H. . . . . 12  
 Beira . . . . . 19, 121, 134-138, 161, 164  
 BELCHIOR, Manuel Dias . . . . . 222  
 BELLO, João . . . . . 136  
 BENNETT, Norman R. . . . . 186  
 BETTENCOURT, J. . . . . 164  
 BHILA, H.H.K. . . . . 95, 96  
 BIBER, Charles . . . . . 214  
 Bilene . . . . . 29, 165  
 BINFORD, Martha Butler . . . . . 205  
 BIRMINGHAM, David . . . . . 29, 96  
 BOCARRO, António . . . . . 40  
 BOLÉO, Oliveira . . . . . 40, 96, 97  
 Bonga . . . . . 77, 78, 80, 177

- BONNER, Philip ..... 60
- BORDALO, Francisco Maria ..... 25, 160
- borracha ..... 73, 113, 114, 120
- BOTELHO, José Justino Teixeira ..... 24, 25, 160, 179
- BOTELHO, Sebastião Xavier ..... 106, 160
- BOXER, Charles Ralph ..... 199, 210
- BRAGA, A. Rodrigues ..... 188
- BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de Castello . . . 151, 173
- Brasil ..... 21, 100-102, 107, 111, 149, 155
- British South African Company ..... 184
- BROCK, Lisa Ann ..... 60
- Bukutu ..... 38
- BUTSELAAR, Jan Van ..... 214
- C**
- Cabo . . . 24, 29, 34, 52, 56, 73, 74, 78, 93, 97, 102,  
103, 110, 118, 126, 127, 176,  
192, 197
- Cabo Delgado . . . 24, 29, 34, 73, 74, 97, 102, 110, 118
- CABRAL, António ..... 24, 170
- CABRAL, António Augusto Pereira ..... 170
- CABRAL, António Carlos Pereira ..... 24
- CABRAL, José Rebello da Costa ..... 111
- CABRAL, José Ricardo Pereira ..... 164
- caça ..... 37, 59, 64, 71, 104, 105, 127
- CAETANO, Marcelo ..... 160, 181, 199
- CAMACHO, Brito ..... 151, 173
- CÂMARA, João Pereira de Sousa da ..... 179
- CAMARGO, Ana Maria ..... 21
- Camarões ..... 27
- Cambira ..... 104
- caminhos de ferro ..... 19, 22, 117, 133-139, 191
- Caminhos de Ferro de Lourenço Marques . . . . 135, 136,  
138, 139
- CAMIZÃO, António ..... 164
- campanhas militares ..... 126, 176, 177
- CAMPBELL, Gwyn ..... 96, 106
- CAMPOS JÚNIOR, António Maria de ..... 180
- cana de açúcar ..... 120
- CAPÃO, José Armando Vidal ..... 12
- CAPELA, José ..... 25, 80, 106, 107, 160, 173, 193
- capital mercantil indiano ..... 91, 98
- Capitão das Portas ..... 38
- CARDOSO, Augusto ..... 164
- CARDOSO, J.J. Alfaro ..... 51
- CARDOSO, José ..... 222
- CARREIRA, António ..... 108
- CARRILHO, João Luis ..... 164
- CARVALHO, Álvaro Pinto de ..... 217
- CARVALHO, F. .... 164
- CARVALHO, Francisco A. Martins de ..... 24
- CARVALHO, Tito Augusto de ..... 96
- CASTELO BRANCO, Francisco Xavier Ferrão de . . . 174
- CASTILHO, Augusto de ..... 80, 136
- CASTRO, Soares de ..... 74
- CASTRO, Álvaro de Salalabe e ..... 164
- cauril ..... 113
- Cecil Rhodes ..... 176, 184, 185
- CEDIMO ..... 21, 22
- cora ..... 92, 113
- cerâmica ..... 26, 27
- Changamira ..... 38, 98
- CHAUDHURI, K.N. .... 87
- chefe de posto ..... 158
- Chewa ..... 43, 46, 47, 64, 67, 68
- chibalo ..... 171, 175, 190
- Chibuene ..... 28, 29
- Chibuto ..... 54, 185
- chikunda ..... 76, 78, 80, 148, 151
- CHILUNDO, Arlindo ..... 115
- Chipiriviri ..... 38
- Chire ..... 45, 70, 119, 153
- CHIRENJE, J.M. .... 40
- Chisi ..... 64
- CHITTICK, H.Neville ..... 87, 88
- CHONCHOL, Maria Edy ..... 12
- Chongoene ..... 29
- Chopi ..... 48
- circunscrições ..... 123, 157, 158, 164-166
- CLARENCE-SMITH, Gervase ..... 108, 120, 124
- classe operária ..... 175, 190, 192, 193
- COBBING, J. .... 60
- cobre ..... 92
- cocos ..... 113
- COELHO, João Paulo Borges ..... 128
- COGER, Dalvan M. .... 16
- COISSORÓ, Narana ..... 143, 174, 199
- colonização . 11, 12, 22, 27, 41, 90, 93, 96, 108, 112,  
140, 145, 146, 152, 155,  
158-161, 180, 196, 199
- comércio . 8, 11, 22, 28, 37, 38, 43-45, 49, 50, 52, 56,  
59, 64-67, 69, 71-73, 76, 78, 79,  
81-83, 85-87, 89-94, 96, 98,  
100-104, 110, 112-115, 120, 145,  
149, 154, 155, 185, 216, 217
- comércio de escravos . . 11, 59, 65, 72, 73, 76, 78, 82,  
83, 90, 94, 100-104, 110, 149, 217
- comércio de especiarias ..... 90
- comércio do marfim . . 43, 44, 50, 59, 71, 93, 94, 113
- comércio do Oceano Índico ..... 85
- comércio do ouro ..... 90, 91
- comércio legítimo ..... 104, 113
- comércio no litoral, ..... 8, 85
- Companhia Austríaca de Trieste ..... 94
- Companhia Boror ..... 120
- Companhia da Zambézia ..... 119, 121, 178
- Companhia de Açúcar da Mutamba ..... 120
- Companhia de Moçambique . . . . 12, 117-122, 134, 186
- Companhia de Ophir ..... 118
- Companhia de Ópio ..... 116
- Companhia do Buzi ..... 120
- Companhia do Niassa ..... 68, 117, 118, 122, 124
- Companhia do Porto da Beira ..... 134
- Companhia dos Mazanes ..... 91
- Companhia dos Mujaos e Macuas ..... 93

Companhias Magestáticas . . .	116, 117, 120, 142, 157
comunidades políticas africanas . . . . .	78, 145, 148
CONCEIÇÃO, António da . . . . .	96
concessão de terras . . . . .	116, 140
concessão de terrenos . . . . .	21, 112, 141, 142, 221
concessões . . . . .	38, 76, 116-118, 120-122, 140, 142, 146, 154, 185
Concessões do Limpopo . . . . .	120
Conferência de Berlim . . . . .	116, 183, 209
conquista . . . . .	36, 37, 40, 42, 56, 64, 66, 68, 72, 76-79, 81-83, 118, 125, 126, 146, 176-178, 181, 197, 207, 208, 210
contas . . . . .	92, 154
copra . . . . .	113, 120
CORDELL, Dennis D. . . . .	15
CORREIA, Francisco Augusto da Cruz . . . . .	210
COSTA, António Nogueira da . . . . .	40, 96
COSTA, Eduardo . . . . .	121, 160
COSTA, Maria Inês Nogueira da . . . . .	12
COSTA, Mário . . . . .	12, 25, 121, 222
COSTA, Mário Augusto . . . . .	12, 121
COTA, José Gonçalves . . . . .	205
COUTINHO, João de Azevedo . . . . .	121, 180
COUTO, Diogo de . . . . .	40
COVANE, Luis António . . . . .	128, 129
crenças . . . . .	46, 195, 204, 205, 208, 217
CROSS, Michael . . . . .	222
CRUZ, António Alves da . . . . .	210
CRUZ, Daniel da . . . . .	51
CRUZ, Joaquim de Sousa . . . . .	143
CRUZ, José Maria Teixeira da . . . . .	108
CRUZ, Miguel da . . . . .	121
CRUZ, Miguel Joaquim da . . . . .	193
cultos . . . . .	46, 203
culturas . . . . .	11, 26, 148, 152, 169
CUNHA, António Raimundo da . . . . .	67
CUNHA, J.M. da Silva . . . . .	174
CUNHA, Joaquim de Almeida . . . . .	170
CUNHA, Pedro José da . . . . .	122
CUPPEN, G.M.M. . . . .	205
<b>D</b>	
Damão . . . . .	91
Dambarare . . . . .	38
DARCH, Colin . . . . .	13
DAVIES, Robert . . . . .	128
DEACON, Janette . . . . .	30
delimitação das fronteiras . . . . .	57, 183, 185, 186
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA . . . . .	13, 30, 108
dependência económica . . . . .	127
DEVISSE, Jean . . . . .	88
DHLIWAYO, Kholisile David . . . . .	108
DIAS, A. Jorge . . . . .	205
DIAS, J. . . . .	199
DIAS, Jill R. . . . .	13
DIAS, Jorge . . . . .	74
DIAS, Luis Fernando de Carvalho . . . . .	22
DIAS, Manuel Nunes . . . . .	40

DIAS, Margot . . . . .	74
DIAS, Thomaz Antonio d'Oliveira Matta e . . . . .	180
DICKINSON, R.W. . . . .	30
DICKINSON, Ronald W. . . . .	96
direito consuetudinário . . . . .	46, 143, 205, 216
distritos militares . . . . .	158
Diu . . . . .	91
dominicanos . . . . .	207, 208
Duarte Salter de Mendonça . . . . .	154, 155
DUARTE, J. . . . .	165
DUARTE, J. Romão . . . . .	164
DUARTE, Maria da Luz Teixeira . . . . .	13
DUARTE, Ricardo Teixeira . . . . .	30
DUFFY, J. . . . .	108
DUIGNAN, Peter . . . . .	14
DURÃO, A. Portugal . . . . .	122

**E**

EÇA, Filipe Gastão de Almeida de . . . . .	14, 80, 180
economia . . . . .	5, 7, 11, 13-15, 18, 19, 22, 28, 45, 57, 59, 64, 66, 68, 85, 93, 103, 105, 112-116, 125, 127, 141, 144, 145, 201, 219
economia de plantação . . . . .	112
educação . . . . .	9, 11, 19, 21, 197, 209, 219-223
EHRET, C. . . . .	30, 31
ELDREDGE, Elisabeth . . . . .	60
ELKISS, Terry Howard . . . . .	88
emigração . . . . .	125-127, 129-131, 151
emigração de trabalhadores . . . . .	125, 126
Empresa Agrícola do Lugela . . . . .	120
ENES, António . . . . .	165, 174, 180
ENEVOLDSEN, Thyge . . . . .	14
ensino indígena . . . . .	220, 222
ensino primário . . . . .	219, 223
escolas elementares . . . . .	219
escravatura . . . . .	24, 59, 60, 90, 91, 100-102, 105-107, 110, 112, 113, 145, 171, 197
escravos . . . . .	11, 59, 65, 66, 71-74, 76, 78, 82, 83, 86, 90, 92-94, 100, 101-105, 107-112, 147-149, 155, 171, 208, 217
Estado de Gaza . . . . .	12, 50, 55, 57-59, 177, 178, 190
Estado do Monomótapa . . . . .	35-38
Estados Afro-Islâmicos da costa . . . . .	178
Estados de Conquista . . . . .	76, 79
Estados Militares . . . . .	76-79
Estados Yao . . . . .	65, 66, 103
estratificação social . . . . .	57, 58, 67
expansão Bantu . . . . .	5, 7, 26-28, 30
expedição . . . . .	22, 36, 38, 41, 46, 80, 91, 184, 208
expedições . . . . .	116, 176, 177, 183, 184, 207
expedições militares . . . . .	116, 176, 207
exportação . . . . .	50, 56, 91, 92, 102, 104, 112-115, 119, 127, 129
<b>F</b>	
FAGAN, Brian . . . . .	31
FAGAN, Brian Murray . . . . .	31

FAGAN, J.D.	31
FALCÃO, João Bravo	51
FALCÃO, José Bravo	129
feitorias	22, 92, 113, 114, 140, 177
FELICIANO, José Fialho	51
Fernando Vaz dos Anjos	77
FERNANDO, Domingos	15
FERRÃO, Francisco	151
FERRÃO, Livia	17
FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas	22
FERREIRA, Duarte	165
FERREIRA, João Gregório Duarte	180
FERREIRA, Joaquina Maria Araújo	96
FERREIRA, Luciano da Costa	210
FERREIRA, Manuel	18
FERRERI, Alfredo Brandão Cró de Castro	24
ferro	5, 7, 19, 22, 26-28, 30, 32, 45, 57, 59, 64, 65, 117, 127, 133, 134-139, 176, 190-192, 194
FIGUEIRA, Mário	214
FILLIOT, Jean-Michel	108
firmas europeias	113
FIRST, Ruth	129
força de trabalho	57, 66, 71, 112, 114, 117, 119, 122, 125-128, 130, 149, 171, 173, 174, 190-192
Francisco Barreto	22, 36, 38, 41, 91, 122, 208
Francisco de Melo e Castro	93, 155
FRANCISCO, António	15
FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P.	11, 88, 96
Freire de Andrade	127, 158, 168
FREITAS, Afonso H.Ivens Ferraz de	215
FREITAS, João da Costa	199
FULLER, Charles Edward	51
FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO [FUNDAP]	15
<b>G</b>	
gado	28, 59, 204
GALANTE, Pereira	180
GALHA, Henrique Terreiro	129
GALVÃO, A.	136
GALVÃO, João Alexandre Lopes	174
GALVÃO, Lopes	136
GAMITTO, Antonio Candido Pedroso	46, 160
GANN, L.H.	14
GARCIA, Dagoberto	160
GARCIA, José Luis Campos de Lima	129
GARLAKE, Peter	31
GASPAR, Maria Ivone Clemente	160
Gatsi Rusere	38
Gaza	12, 21, 30, 32, 50, 51, 55, 57-61, 77, 79, 103, 125, 128, 136, 163, 177-180, 184, 190, 213
GEFFRAY, Christian	74
GÉRARD [Pe.]	74
GERBEAU, Hubert	108

gêgelim	112, 113
GÉVAIS, Raymond	15
GIBSON, Mary Jane	15
Gitonga	52, 169
Goa	20, 23, 25, 80, 91, 93, 96, 97, 153, 155, 216
GOMES, António	40
Gonçalo Caetano Pereira	77
Gonçalo da Silveira	22, 37, 42, 208
GONÇALVES, José Júlio	15, 215, 217
Gorongosa	19, 76, 77, 177, 178
governo português	76, 78, 126, 134, 184, 209
GOWAN, Susan Jean	15
Grande Zimbábwe	28, 35, 82
GRAY, Richard	53, 96
GROSSET-GRANGE, H.	88
GRUPO DE TRABALHO DE PROMOÇÃO SOCIAL DE MOÇAMBIQUE	144
GUEDES, Armando M. Marques	160, 161
GUERRA, D. Santos	180
guerras civis	38, 78
GUERREIRO, Alcântara	25, 210
GUERREIRO, Amaro D.	15
GUERREIRO, Inácio	96
GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara	97, 210
GUERREIRO, M.Viegas	75
GUIMARÃES, Angela	187
GUY, Jeff	60

**H**

HAFKIN, Nancy Jane	83, 109
HALL, Martin	31
HAMILTON, Carolyn Anne	60
HAMMOND, R.J.	109, 187
HARLAN, Jack R.	31
HARRIES, Patrick	52, 60, 109, 129
HARRIS, Marvin	130
HEAD, Judith	109, 122, 128, 130
HEDGES, David	61, 97, 109, 123, 130, 174, 222
HELGESSION, Alf	205, 210
HENRIKSEN, Thomas H.	97
HESS, Robert L.	16
HIBBEN, Frank	31
HOFFMANN, P.W.	12
Hola-Hola	29
HONWANA, Alcinda	52, 206
HOPPE, Fritz	25, 109
HORTA, José Maria da Ponte	187
HROMNIK, Cyril Andrew	97

**I**

Idade do Ferro	5, 7, 26, 28, 30, 32
Ignácio José de Paiva Raposo	116
Igreja	207, 209, 210, 212-214, 221
Igreja Católica	209
Igrejas separatistas	212
Ilha de Moçambique	18, 35, 75, 81, 87, 90, 91, 93, 96, 101, 106, 113, 217
Ilha do Ibo	29, 98

Ilhas Querimba	44, 92, 101
importação	92, 102
Imposto de palhota	112, 118, 119, 149, 168, 173, 175
impostos	58, 117, 119, 157, 158, 169, 185
IMPRENSA NACIONAL- CASA DA MOEDA	21
Incomati Sugar Estates	120
Índia	22, 91, 146, 155
indianos	73, 85, 86, 92-94, 113, 147
indígena	105, 129, 142, 143, 167, 169, 171-175, 195, 197, 199, 220, 222
Inhambane	19, 22, 46, 49, 50, 52, 54, 93, 94, 96, 102, 103, 113, 120, 123, 125, 130, 131, 138, 143, 157, 163-165, 168, 169, 170, 173, 174, 176, 186, 191, 213
Inspecção de Instrução Pública	222
instituições	8, 21, 35, 37, 53, 58, 65, 142, 146, 148, 167, 168, 181, 184, 197
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DE MOÇAMBIQUE	16
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL	21
INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS	21
Instrução	22, 209, 219-224
INTERNATIONAL AFRICAN STUDIES	16
invasão Nguni	177
invasão Zimba	45, 72
ISAACMAN, Allen	80, 97, 151, 170, 171, 178, 180, 206
ISAACMAN, Barbara	80, 151
ISHAMO, Shubi	97, 115, 151, 174, 175
islamismo	66, 67, 71, 72, 216, 217

## J

Jalasi	66
JEEVES, Alan H.	130
jesuitas	91, 207-211
João Bonifácio Alves da Silva	77
JOÃO, Benedito Brito	97
JOÃO, Brito	83
JOÃO, Maria Isabel	161
Joaquim da Cruz	77
JOHNSEN, Vibe	14
JOSÉ, Alexandrino Francisco	193
JUNOD, Henri A.	52

## K

KAGABO, José	88
KAMUGISHA, Joseph M.	206
KANIMBA, Misago	31
Kanyemba	77
Kapararidze	37, 38
Karanga	35, 39
KATZENELLENBOGEN, Simon E.	136
Kawinga	66
KENT, Raymond K.	88
KESWANI, D.G.	88
KI-ZERBO, J.	31
KWAMENA-POH, Michael	11

## L

LABIB, Shubi	88
LACERDA, Hugo de	136
Lago Niassa	73, 77, 183, 185, 214
LAGO, Baltazar Manuel Pereira de	161
LANGWORTHY, Harry W.	46, 47, 67
LANHAM, L.W.	52
LAPA, Joaquim José	24
LARÂNJO, José Frederico	122
LÊME, Camará	187
Libombo	49
LIÊNGME, G.	61
LIESEGGANG, Gerhard	31, 41, 46, 52, 61, 68, 109
LIMA, Adolpho G.A.	222
LIMA, Alfredo Augusto Lisboa de	137, 152
LIMA, Alfredo Pereira de	137
LIMA, Guilherme António Potier de	180
Limpopo	26, 31, 49, 120, 183
LINDEN, Ian	46
línguas africanas	17, 27
LISBOA, Eugénio	222
LIVNEH, Avital	41
LOBATO, A.	21, 41, 52, 53, 68, 97, 152, 161, 180
LÓBO, Rafael Cárcomo de Almeida Rosa	170
LOFORTE, Ana Maria	130, 174
Lolo	63, 69
Lómwè	17, 69, 70, 73, 75
LOPES JÚNIOR, Miguéis	130
Lourenço Marques	11, 16, 17, 19-25, 42, 49-54, 56, 57, 59, 61, 62, 74, 94, 97, 113, 125-128, 131, 133, 135-139, 151, 152, 157, 158, 161, 163-166, 168-170, 173-176, 179, 180, 183, 184, 186-194, 197, 199-201, 205, 210, 213, 216, 220, 221, 222, 223
Lundo	44, 45, 145
LUPI, Eduardo	75, 83, 165
luso-tropicalismo	196
LYE, W.F.	61

## M

Mac Murdo	133
MACHADO, A.J.de Mello	75
MACHADO, Anibal A. da Silva	165
MACHADO, C.R.	83
MACHADO, Carlos Roma	137
MACHADO, Joaquim José	137
Machavane	50
MacMahon	183
Maconde	17, 69, 72, 73, 75, 119, 216
Macua	17, 45, 69-75, 79, 81, 82, 92-94, 101-104, 110, 119, 176, 177, 178, 203, 216, 217
Macua-Lómwè	17, 69, 70, 73, 75
Macuana	69, 71, 72, 74, 92, 102, 104
MADUREIRA, Arnaldo	180
Magala	50

- Maganja . . . 44, 45, 65, 76, 77, 80, 123, 163, 177, 178  
Maganja da Costa . . . . 76, 77, 80, 123, 163, 177, 178  
MAGGS, Tim . . . . . 31  
Makanga . . . . . 77  
Makanjila . . . . . 66, 67, 103  
Makololo . . . . . 184  
MALHEIROS, Mário . . . . . 223  
MANDELBAUM, Jonna-Lynn Knauer . . . . . 215  
mandioca . . . . . 45, 64  
MANDIVENGA, Ephraim . . . . . 218  
Manica . . . 12, 21, 25, 37, 38, 58, 118, 121-123, 134,  
136, 137, 150, 176, 177,  
183-186, 188, 193  
Manica e Sofala . . . 12, 21, 58, 118, 121-123, 150, 193  
Manuel António de Sousa . . . . . 77, 79, 177  
Manyikeni . . . . . 28, 29  
Manzovo . . . . . 38  
mão-de-obra . . . . . 13, 112, 125, 127-131, 155, 158,  
172-174, 190-192, 195, 197, 198  
Maputo . . . 8, 11, 12, 14, 15, 17-22, 28-32, 34, 39, 45,  
46, 49-54, 58, 61, 63, 67-70,  
73-75, 77, 80, 90, 96-98, 100,  
101, 102, 103, 106-108, 110,  
114, 120-123, 125-131, 135, 137,  
138, 143, 147, 148, 151-153,  
160, 161, 163, 165, 174, 175,  
186, 190, 192-194, 196, 200,  
201, 206, 217  
Marave . . . . . 43-46, 56, 64, 72, 73, 82  
marfim . . . 37, 43, 44, 50, 59, 71, 73, 78, 85, 86, 90-94,  
113, 154  
MARKS, Shula . . . . . 29, 53  
Marquês de Pombal . . . . . 91, 102, 109, 208  
MARQUES, Alfredo Pinheiro . . . . . 16  
MARQUES, Fernando Pereira . . . . . 109  
MARQUES, João Pedro . . . . . 109  
Marselha . . . . . 113, 114  
MARTINS, A. Rego . . . . . 46  
MARTINS, Ferreira . . . . . 130  
MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira . . . . . 152, 187  
MARTINS, José Soares . . . . . 16  
Masapa . . . . . 38  
Mashona . . . . . 184  
Massangano . . . . . 77, 78, 80, 177, 180, 209  
MASSIMBE, Julieta . . . . . 17  
Messingir . . . 30, 76, 77, 79, 116, 119, 177, 178, 181  
Metaka . . . . . 66  
Mataquenha . . . . . 77  
Matipwiri . . . . . 66  
Matola . . . . . 26, 28, 29, 34, 49-52, 126  
Matope . . . . . 36  
MATOS, Leonor Correia de . . . 53, 144, 152, 161, 174, 187  
MATOS, Luis . . . . . 187  
MATVEIEV, Victor V. . . . . 88  
MAUNY, Raymond . . . . . 88  
Mavita . . . . . 29  
Mavura . . . . . 37, 38  
Mawewe . . . . . 57  
MBWILIZA, Joseph Frederick . . . . . 83, 98, 109, 180  
MEDEIROS, Eduardo . . . . . 16, 17, 53, 75, 83, 110, 122  
MELLO, Lopo Vaz de Sampayo e . . . . . 199  
MELO, Carlos de . . . . . 187  
MELO, Francisco de Aragão e . . . . . 152  
MENDES, Francisco da Costa . . . . . 25  
MENESES, José de Magalhães e . . . . . 180  
MENEZES, José Guêdes de Carvalho . . . . . 174  
MESQUITA, Adelaide Sofia d'Azavedo Moura de . . . . . 161  
Mfecane . . . . . 50, 55, 56, 60-62  
mhondoro . . . . . 37, 204-206  
MIEGE, Jean-Louis . . . . . 122  
migração Nguni . . . . . 55  
MIGUEL, Mário Pires . . . . . 21  
milho . . . . . 45, 64, 120  
minas . . . 13, 57, 91, 96, 97, 100, 112, 125-127, 129,  
158, 172, 190, 212  
MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. Comissão de  
Cartografia . . . . . 24  
MIRANDA, José Francisco Barreto . . . . . 122  
missangas . . . . . 50, 92  
Missão Suíça . . . . . 213, 214  
Missões Civilizadoras . . . . . 209, 221  
MITCHELL, J. Clyde . . . . . 68  
Moamba . . . . . 49, 50, 126  
MOÇAMBIQUE. Ministério da Cultura . . . . . 11  
MOLLAT, Michel . . . . . 89  
monarquia . . . . . 105, 157, 158, 162, 171, 204, 219  
MONCLARO, Francisco . . . . . 41  
MONDLANE, Eduardo Chivambo . . . . . 199  
Monomotapa . . . 22, 28, 35-42, 82, 91, 94, 96, 145, 177,  
203, 208  
MONTEIRO, Aurélio Antunes da Silva . . . . . 170  
MONTEIRO, José Maria de Sousa . . . . . 24  
MONTEZ, Caetano . . . . . 23, 53, 161  
Mopela . . . . . 116  
MORAIS, J. . . . . 31, 32  
MORAIS, João Manuel . . . . . 32  
MOREIRA, Adriano . . . . . 144, 174, 175, 199, 200  
MOREIRA, Carlos . . . . . 223  
MOREIRA, Eduardo . . . . . 210  
Morrupula . . . . . 29  
MOSER, Gerald . . . . . 18  
Mossuril . . . . . 29, 164  
MOTA, A. Teixeira da . . . . . 187  
MOURA, João Villas-Boas Carneiro de . . . . . 162  
Mousinho de Albuquerque . . . . . 177, 179, 181, 191, 197.  
Mpfumo . . . . . 49  
Mponda . . . . . 66  
Mtalika . . . . . 66  
MTETWA, Andrew Hama . . . . . 41  
muçulmanos . . . . . 44, 71, 81, 85-87, 91, 92, 217  
MUDENGE, S.I.G. . . . . 41, 210  
Mueda . . . . . 73, 74  
MUHATE, Isaias . . . . . 137  
mujojos . . . . . 101, 102

Mukombwe	38
mussoco	112, 141, 149, 150, 174
Mutapas	36, 37
Mutota	35, 36
Muzila	57
muzungo	76, 79

## N

Namarrais	178
Nampula	29, 34, 74, 97, 168, 170
Natal	26, 49, 52, 55-57, 62, 114, 125-127
NEGÓCIOS EXTERNOS	137, 187, 188
NEGRÃO, José Guilherme	61
NEIL-TOMLINSON, Barry	122, 123
NEUPARTH, Augusto Eduardo	188
NEVES, Diocleciano Fernandes das	61
NEVES, Joel Maurício das	130, 131
NEVES, Olga Maria Lopes Serrão Iglésias	200
NEWITT, M.D.D.	47, 80, 84, 89, 110, 123, 131, 152, 181
NGOUMBI, J.-S.	11
Nguni	39, 49, 50, 53, 55, 57-63, 73, 76, 77, 79, 99, 103, 150, 177, 178
NIANE, Djibril Tamsir	89
Niassa	43, 45, 64, 66, 68, 73, 77, 108, 117, 118, 122, 124, 183, 184, 185, 206, 214, 217, 218
Niassalândia	73, 119, 185
Nigéria	27
NOGUEIRA, Jeronimo José	162
NORONHA, H. de	40
Norte de Moçambique	29, 34, 68-70, 72, 73, 75, 82, 83, 85, 90, 93, 100, 102, 103, 110, 114, 122, 143, 177, 179, 216
NORTE, Solippa	223
NORTHEY, Margaret Elizabeth	18
NORTHRUP, Nancy	68
Nova Mambone	30
NOWELL, Charles E.	188
Nsenga	43, 46
NTARA, Samuel Josia	47
Ntimane	49
NUNES, Artur de Figueiredo	188
NUNES, Herculano	123
NUNES, Joaquim	53, 131
NURSE, D.	32
NURSE, Derek	32
NURSE, G.T.	68
Nyaka	49, 50
Nyanja	43, 46, 64, 68, 124

## O

O'NEILL, H.E.	75, 110
O'NEILL, Henry	75
OBENGA, Théophile	32
Oceano Índico	8, 23, 29, 70, 72, 85, 87, 90, 100, 114
ocupação	5, 7, 9, 11, 37, 50, 57, 81, 83, 90, 91, 97, 112, 116-119, 126, 134, 136,

	141-143, 150, 158, 162, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 195, 197, 200, 207, 209, 210, 211
ocupação austríaca	50
ocupação efectiva	57, 116, 117, 134, 183
ocupação holandesa	50
oleaginosas	57, 112-115
óleo de palma	113
OLIVEIRA, Angela Maria Teixeira Rebelo de	75
OLIVEIRA, Carlos Ramos de	47
OLIVEIRA, Octávio Roza de	32
OLIVEIRA, Teresa Maria Santos	53
OLIVER, R.A.	31
OLIVER, Roland	32
OMER-COOPER, J.D.	62, 67
OSÓRIO, João de Castro	170
ouro	36, 37, 40, 85, 86, 90-92, 94, 147, 154, 212

## P

PACHAI, B.	98
PACHECO, A.M.	41
PACHELEKE, Calisto	175
Paiva de Andrada	118, 134, 184, 186
pangaicos	101
PANTOJÁ, Selma	21
PAPAGNO, Giuseppe	152
pastorícia	27, 28, 37
patamares	93
PATO, A. de Bulhão	166
PAUL, John	215
Paulo Mariano Vaz dos Anjos	77
PEDRO, Albano Mendes	218
PEIRES, J.B.	62
PEIRONE, Frederico José	206, 218
PELLISSIER, René	18, 20, 25
penetração para o interior	90, 91
PENRAD, Jean-Claude	89
PENVENNE, Jeanne	175, 193, 194, 200
PERALTA, João	152
PEREIRA, António Machado	223
PEREIRA, Armando Gonçalves	162
PEREIRA, Edgar Adriano Nasi	75
PEREIRA, Ernesto	206
PEREIRA, Luis Filipe	98
pesca	64
posos e medidas	92
Peter Hornung	116
PHILLIPSON, David W.	32, 33
Phiri	44, 45, 64-66, 68, 77
PHIRI, Kings M.	68
PIMENTA, Fernando Augusto da Silva	165
PIMENTEL, Jayme Pereira de Sampaio Forjaz de Sarpa	181
PINHAL, Euclides Mendes	162
PINTO, Ernesto Espregueira Gois	166
pinturas rupestres	15, 32
PIRES, Edmundo Andrade	223

- PIRIO, Gregory Roger ..... 123  
 PITCHER, Anne ..... 123  
 PITON, B. .... 11  
 plantações ... 57, 100, 114, 120, 122, 123, 125, 127,  
 129, 158  
 plantações de açúcar ..... 57, 114, 125  
 plantações de palmeiras ..... 120  
 POLANAH, Luis ..... 53, 206  
 política indígena ..... 174, 175, 195, 199  
 política laboral ..... 171  
 políticas africanas ..... 78, 145, 147, 148  
 POLLAK, Karén ..... 18  
 POLLAK, Oliver B. .... 18  
 PONA, A.P. de Paiva e ..... 42  
 população .. 15, 17, 44, 48, 56, 59, 72, 73, 117, 118,  
 125, 143, 148, 158, 167, 173,  
 179, 191, 192, 197, 213, 214  
 PORTÈRES, R. .... 33  
 Porto de Lourenço Marques .. 135, 137, 138, 191, 194  
 portos ..... 22, 23, 86, 92, 133-138, 185, 191  
 Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique 135, 137, 138  
 PORTUGAL. Ministério das Colónias ..... 181  
 portugueses .. 16, 19, 21, 22, 25, 35-38, 40-45, 48-50,  
 52, 53, 57, 69, 72, 77-79, 81-83,  
 85, 87, 90-94, 101, 102, 104,  
 105, 117, 118, 140, 141,  
 145-147, 150, 154, 155, 160,  
 162, 176, 177-179, 183, 191,  
 195, 196, 198, 210, 216, 221  
 POSNANSKY, M. .... 33  
 povoamento ..... 11, 28, 30, 81, 85, 140, 150  
 prazeiros ..... 78, 148-149, 151  
 prazos .. 39, 76, 78, 92, 105, 116-119, 123, 140-142,  
 145-153, 177, 178, 208  
 produção .. 28, 45, 59, 64, 66, 69, 72, 75, 90, 92, 98,  
 105, 112-116, 118-120, 125, 147,  
 149, 152, 153, 167-169, 173, 192  
 produção africana ..... 118  
 produção agrícola ..... 149  
 propriedade de terras ..... 142  
 protestantismo ..... 212-215  
 Províncias Ultramarinas ..... 140, 156, 158, 161,  
 188, 192, 219
- Q**  
 Quelimane .. 24, 25, 35, 74, 81, 87, 91, 101, 102, 107,  
 109, 111, 113, 119, 135, 138,  
 139, 145, 146, 151, 152, 154,  
 157, 160, 164, 165, 169, 174, 177  
 Quitangonha ..... 81, 83, 177, 178  
 Quiteve ..... 145
- R**  
 RAMCHAUDANI, R.R. .... 89  
 RAMOS, Manuel A.Coutinho da Silveira ..... 200  
 RANGLES, W.G.L. .... 42  
 RANGER, Terence ..... 42, 181, 206  
 RAU, Virginia ..... 75  
 REA, William Francis ..... 210  
 rebelião ..... 38, 212  
 Rebelo da Silva ..... 156, 157, 219  
 recollecção ..... 64  
 reforma administrativa ..... 157-159, 167  
 regime de terras ..... 140-143, 150, 197  
 regime dos prazos ..... 141, 146, 150, 151, 153  
 regimentos de idade ..... 58, 58  
 Régis Ainhé ..... 113  
 REGO, A.da Silva ..... 11, 19, 110, 131, 162, 200,  
 210, 211, 223  
 régulos ..... 146, 158, 167-170, 180  
 REIS, Diogo da Câmara ..... 75  
 REIS, João C. .... 42  
 REIS, Mário Simões dos ..... 138  
 religião .. 9, 11, 18, 24, 35, 37, 44, 71, 198, 202-205,  
 214, 216  
 religião africana ..... 37, 204  
 RENNIE, John Keith ..... 206  
 reservas ..... 140, 143  
 reservas indígenas ..... 143  
 resistência .. 9, 13, 73, 74, 76, 78-83, 103, 118, 148,  
 150, 176-179, 181  
 revolução liberal ..... 156  
 RIBEIRO, António de Sousa ..... 166, 223  
 RIBEIRO, Artur R. de Almeida ..... 162  
 RIBEIRO, Augusto ..... 175  
 RIBEIRO, Carlos ..... 138  
 RIBEIRO, Dulio ..... 138  
 RIBEIRO, Ernesto Rodolfo Hintze ..... 188  
 RIBEIRO, Francisco dos Reis ..... 162, 200  
 Rios de Cuama ..... 36, 40, 91, 96, 97  
 Rios de Sena ..... 25, 46, 93, 101, 154  
 RITA, José Gonçalo de Santa ..... 200  
 RITA-FERREIRA, A. .... 19, 33, 47, 53, 54, 62,  
 98, 110, 123, 131  
 ROCHA, Aurélio .... 19, 111, 123, 138, 181, 194, 201  
 ROCHA, Ilídio ..... 19, 22, 61  
 Rodésia ..... 21, 119, 125, 127, 128, 130, 131,  
 177, 184, 204  
 RODNEY, Walter ..... 181  
 RODRIGUES, David ..... 181  
 RODRIGUES, João F. .... 170  
 RODRIGUES, Vianna ..... 165, 166  
 Ronga ..... 50, 52, 94, 204  
 ROQUE, Pedro ..... 19, 20  
 ROSADO, Tomás António Garcia ..... 131  
 ROSENTHAL, Anton ..... 80  
 rotas comerciais ..... 49, 56, 87, 103  
 ROTBERG, Robert I. .... 88  
 Rovuma ..... 63, 73, 178, 188  
 Rósvi ..... 38  
 Ruhanje ..... 38
- S**  
 Sahara ..... 12, 18, 27  
 Sancul ..... 81, 83, 177  
 Sangage ..... 81, 177, 178, 180

- SANTA-RITA, José Gonçalo . . . . . 152, 162
- SANTANA, Francisco [Gingeira] . . . . . 23
- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos . . . . . 33
- SANTOS, Eduardo dos . . . . . 11, 144, 188
- SANTOS, João dos . . . . . 42
- SANTOS, Nuno Beja Valdez Thomas dos . . . . . 68
- SCHADE, W.Curtis . . . . . 19
- SCHEVEN, Yvette . . . . . 20
- SCHOFFELEERS, Matthew . . . . . 206, 215
- sementes . . . . . 27, 28, 123
- Sena . . . . . 17, 25, 46, 76, 77, 86, 90, 91, 93, 101, 120, 122, 130, 134, 146, 154, 155, 177
- Sena Sugar Estates . . . . . 120, 122, 130
- Sena Sugar Factory . . . . . 120
- SENNA-MARTINEZ, João Carlos . . . . . 33
- SEQUEIRA, A.Melo . . . . . 54
- SERAPIÃO, Luis B. . . . . 162
- SERRA, Carlos . . . . . 54, 98, 111, 123, 152, 153
- SERRÃO, Manoel F.da Costa . . . . . 138
- sésamo . . . . . 113
- Shaka . . . . . 50, 55-57, 60, 61, 103
- SHERIF, Abdul . . . . . 89, 98
- SHIRODKAR, P.P. . . . . 98
- Shona . . . . . 35, 37, 39, 40, 79, 86, 95, 204-206
- SILVA, António da . . . . . 211
- SILVA, Francisco Ferreira . . . . . 211, 223
- SILVA, Hélia Lains e . . . . . 20
- SILVA, Henrique Corrêa da . . . . . 138
- SILVA, J.A.Marques da . . . . . 166
- SILVA, José Rui de Oliveira Pegado e . . . . . 162
- SILVA, Rui Ferreira da . . . . . 163
- SILVA, Teresa Cruz e . . . . . 32, 34
- SIM, T.R. . . . . 123
- SINCLAIR, Paul . . . . . 32, 34
- sistema colonial . . . . . 64, 104, 167, 195
- sistema de administração . . . . . 5, 7, 157
- sistema de parentesco . . . . . 202
- sistema de sucessão . . . . . 35, 37, 46
- sistema político . . . . . 37, 65, 76, 158, 203, 221
- SMITH, Alan K. . . . . 54, 99, 124, 188
- SOARES, Paulo R. . . . . 181
- soberania portuguesa . . . . . 112, 116, 141
- Sochangane . . . . . 51
- SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOÁ . . . . . 20, 47, 48, 52, 83, 117, 121, 122, 131, 134, 137, 146, 151, 175
- sociedades africanas . . . . . 5, 7-9, 35, 104, 140, 178, 195, 213
- Société du Madal . . . . . 120
- Sofala . . . . . 12, 21-23, 25, 30, 31, 37, 38, 41, 46, 58, 82, 85, 86, 88, 90, 91, 93, 96, 97, 103, 108, 118, 121-123, 134, 137, 146, 150, 154, 161, 176, 193, 208
- SOPA, António . . . . . 20, 22
- sorghum . . . . . 28, 45, 64
- SOUSA, Marnoco e . . . . . 201
- SOUTO, Amélia Neves . . . . . 22
- SOUZA, Teotónio R.de . . . . . 20
- SPEAR, Thomas . . . . . 32
- STUART, Richard . . . . . 68, 124
- STUCHY, Joseph E. . . . . 138
- Suazilândia . . . . . 134, 135, 137, 183
- SUBRAHMANYAM, Sanjay . . . . . 89
- SUBSERRA, Marquês Bemposta . . . . . 111
- sucessão . . . . . 35-38, 46, 53, 57, 77, 81, 142, 147, 168, 204, 216
- Sul de Moçambique . . . . . 28-30, 48-51, 53, 57, 62, 94, 103, 114, 125, 127-129, 133, 143, 172, 177, 178, 190, 191, 202, 204
- Sultanato de Angoche . . . . . 81
- SUTTON, S.E.G. . . . . 34
- swahili . . . . . 29, 30, 32, 35, 44, 66, 82, 86, 88-91, 101, 106, 116, 217
- ## T
- tecidos . . . . . 85, 92, 104
- TEIXEIRA, Cândido . . . . . 163
- TEIXEIRA, Francisco dos Santos Pinto . . . . . 138
- TELO, António José . . . . . 138, 139
- Tembe . . . . . 49-51
- terras . . . . . 26, 27, 36, 40, 41, 44, 50, 51, 55, 57, 61, 68, 70, 73, 79, 82, 91, 94, 116, 119, 120, 134, 140-147, 150, 154, 169, 176, 180, 195, 197, 208, 212, 213
- terras-firmes . . . . . 82
- terrenos . . . . . 21, 112, 140-143, 154, 221
- TESTA, Carlos . . . . . 188, 189
- Tete . . . . . 21, 24, 25, 35, 36, 41, 46, 72, 76, 77, 79, 90, 91, 119, 127, 128, 130, 146, 150-152, 154, 157, 164, 165, 168, 170, 177, 183, 208
- THEAL, George McCall . . . . . 23
- THOMAZ, Luis Filipe F.R. . . . . 89
- THOROLD, Alan . . . . . 218
- TIDY, Michael . . . . . 11
- Tonga . . . . . 48, 49, 53, 58, 125, 126, 128, 178
- TORRES, Adellino . . . . . 111, 175
- TORRES, J.L.Ribeiro . . . . . 201
- TOSCANO, Francisco . . . . . 23, 54
- TOSH, John . . . . . 11
- TOUSSAINT, Michel . . . . . 89
- trabalho forçado . . . . . 105, 118, 157, 158, 171-173, 175, 190-192
- trabalho migratório . . . . . 13, 119, 126-128, 130, 131
- trabalho obrigatório . . . . . 169, 172
- TRACEY, Hugh . . . . . 42
- Tradição Gokomere . . . . . 26
- Tradição Lydenburg . . . . . 26
- Tradição Matola . . . . . 26, 28
- tradições . . . . . 5, 7, 9, 26, 65, 167, 199
- tráfico de escravos . . . . . 66, 72, 74, 82, 83, 100-105, 107, 109, 111, 112, 149
- Transvaal . . . . . 49, 125, 126, 128-131, 133-135, 137, 192

- TRUÃO, António Norberto Barbosa de  
     Villas-Boas ..... 183  
 Tshopi ..... 48  
 Tsonga ..... 17, 48, 49, 52, 125, 126, 205, 213  
 Tswa ..... 51, 202, 203, 205  
 TULLNER, Mathias ..... 194
- U**
- ULRICH, Ruy Ennes ..... 144  
 Ultimato ..... 184, 185, 187  
 Undi ..... 44, 46, 72, 77, 145  
 urzela ..... 113  
 Uticulo ..... 104
- V**
- VAIL, Leroy ..... 111, 123, 124  
 Vale do Shire ..... 176  
 vale do Zambeze 39, 43, 44, 47, 76, 80, 82, 105, 117,  
     145, 147, 148, 150, 176, 177  
 VALLE, Domingos For. to do ..... 224  
 Vasco Fernandes Homem ..... 38  
 Venda ..... 52, 102, 114  
 VIEIRA, Melo ..... 115  
 VIEIRA, Santos ..... 181  
 Vitanculos ..... 29  
 VILHENA, Ernesto Jardim de .. 84, 124, 131, 153, 163,  
     175, 182, 218
- W**
- WALDEGRAVE, William ..... 131  
 WALLER, D.L.Horace ..... 189  
 WALLER, Richard ..... 11  
 WANDIBBA, Simiyu ..... 34  
 WARHURST, Philip R. .... 62, 189  
 WEBSTER, David ..... 131  
 WHEELER, Douglas L. .... 62  
 WHITE, L. .... 111  
 WIELD, David ..... 132  
 WIESE, Carl ..... 47  
 WILMOT, A. .... 42  
 WORSFOLD, W.Basil ..... 124  
 WRIGHT, J. .... 62
- X**
- Xai-Xai ..... 29  
 XAVIER, Alfredo Augusto Caldas ..... 153  
 XAVIER, Inacio Caetano ..... 163
- Y**
- Yao .. 46, 56, 63-68, 71, 93-95, 102, 103, 119, 178,  
     205, 216, 217, 218
- Z**
- Zaire ..... 27, 121  
 Zambeze ... 31, 39, 43-45, 47, 57, 63, 69, 70, 72, 76,  
     77, 79, 80, 82, 91, 103, 105,  
     116-118, 121, 145, 147-150, 158,  
     162, 176, 177, 185, 200, 208  
 Zambézia ... 23, 24, 41, 43, 45, 70, 76-80, 90-92, 98,  
     109, 117, 119, 121, 122, 123,  
     145, 146, 149-153, 181, 176-180,  
     208, 209, 210, 214, 220  
 Zâmbia ..... 26  
 ZAMPARONI, Valdimir ..... 175  
 ZEGEYE, Abebe ..... 175  
 ZILHÃO, João José Soares ..... 182  
 Zimba ..... 43-45, 72  
 Zimbábwe ..... 28, 28, 35, 36, 82  
 Zuluândia ..... 49, 55  
 Zumbo ..... 25, 35, 36, 41, 77, 119, 145, 209, 210

ANEXO I

**CRONOLOGIAS**

Reinos/sociedades africanas

1400-1450	Fundação do Estado do Monomotapa por Mutote
1450-1500	Período de ascendência política do Monomotapa
1514-1516	Viagem de António Fernandes ao Monomotapa
1561	Padre jesuíta D. Gonçalo da Silveira chega ao Zimbábwe do Monomotapa e batiza o Mutapa reinante. Gonçalo da Silveira é morto
1569	Pela primeira vez se coloca o problema da conquista militar do território para vingar o assassinio do padre jesuíta D. Gonçalo da Silveira. Francisco Barreto é nomeado para a Conquista das Minas do Monomotapa
1570's	Invasões dos Zimba
1571	Iniciou-se expedição militar de Francisco Barreto ao Monomotapa. Fracassou.
1573	Francisco Barreto morre e sucede-lhe na liderança da expedição Fernando Homem. Invasão do Quiteve e Manica
c.1580	Dá-se início ao estabelecimento das primeiras feiras comerciais portuguesas no planalto : Masapa, Bukutu e Ruhenje
1580's	Invasões Zimba espalham morte e destruição na costa
1585	Nuno Velho Pereira, Capitão de Moçambique, envia expedição contra Mauruça, chefe Macua
1586/89	Morre Mutapa Negomo e sucede-lhe Gatsi Rucere/Lucere Período de invasões Marave do Norte do Zambze, ameaçando capital de Monomotapa. Este pede ajuda dos portugueses
1592-1593	Expedições portuguesas contra os Zimba
1601	Gatsi Rucere pede apoio aos portugueses devido à invasão Marave e revoltas no interior do estado
1607	Devido à ajuda prestada, Gatsi Rucere doa as minas do Monomotapa aos portugueses
1612	Rei de Portugal confirma a Simões Madeira e posse das terras ofertadas pelo Monomotapa, com a ressalva das terras mineiras pertença da Coroa
1616	António Bocarro, no relato da sua viagem que fez a Tete e Kiliwa, revela que nesta altura os Yao eram já comerciantes conhecidos
1624	Guerra de sucessão ao trono de Monomotapa entre Keperaridze e Mavura. Portugueses vão apoiar sucessão de Mavura Muzura chefe Marave ataca Tete e Sena tentando expulsar os portugueses do local
1627	Revolta de Caprazine, levou à proclamação de Monomotapa Mavura como amigo dos portugueses, pedindo-lhes auxílio.
1629	Keperaridze ataca forças conjuntas Mavura-portugueses mas foi obrigado a retirar-se Mavura declarado imperador do Monomotapa. Assina tratado com os portugueses onde se declara vassalo da Coroa Portuguesa e faz numerosas concessões
1631	Rebelião de Kaparidze contra Mavura. O primeiro é derrotado
1652	Morte de Mavura. Nova guerra de sucessão
1670's-1692	Mukombwe, Mutapa reinante reestrutura o Estado, e tenta acabar com a influência portuguesa, através de alianças com os estados vizinhos
1694-1695	Surgimento do poder dos Changamiras Rozvi
1693-1695	Campanha de Changamira Dombo contra os portugueses, conseguindo expulsá-los do planalto

- 1695-c.1719 Todas as feiras de Manica foram encerradas como resultado das guerras de Changamira Dombo
- 1720's Conflitos entre Portugal e os Macua
- 1749 Portugal pega em armas contra reinos Macua beligerantes, sobretudo contra Morimuno
- 1756-1758 Os Yao são impedidos de atravessar o território Macua para comerciar com os portugueses em resultado do conflito destes com os portugueses.
- 1759 Monomotapa entre num período de convulsões internas sem precedentes onde a questão residia nos problemas de sucessão
- 1766 Operações militares portuguesas contra os reinos Macua de Uticulo e Cambira. Portugueses têm o apoio de Quitangonha e chefes Macua amigos
- 1770's Período de grande tensão nas relações entre os Macua e o portugueses
- 1776 Jan. Ataque de Marimuno, chefe Macua a Mossuril
- 1783 Morimuno ataca Matibane
- 1784 Forças portuguesas apoiadas por alguns chefes Macua, atacam Uticulo e saem vitoriosas. Morimuno faz as pazes com os portugueses
- 1816-1821 Conflito no Reino da Zululândia, entre os reinos Ndzwandwe, liderado por Zwibe e Mithethwa, liderado por Dingishwayo
- 1820's Inicia o grande movimento nguni, conhecido por "Mfecane"
- 1821 Iniciou-se a formação do Estado de Gaza por Shoshangane ou Manicussi
- 1833 Grupo Nguni ataca e sequeia Lourenço Marques
- 1835 Nguni atacam e sequeiam prazos à volta de Sena
- 1836 Feira do Zumbo é abandonada
- 1838 Soshangane começou a estender o seu domínio por diferentes regiões do sul de Moçambique
- 1840 Região do Médio Zambeze é palco de rivalidades entre as famílias prazeiras de Cruz e Pereira
- 1840/50 Dispersão Yao devido aos ataques Makwa-Lolo
- 1849-1889 Musa Quanto domina a política do Sultanato de Angoche
- 1854 Política expansionista de Musa Quanto leva-o a conflitos com os poderes da região, nomeadamente com o Imbamelas, sob a direcção de Morta Muno
- 1855/63 Invasão dos Yao na zona Marave (Nyanja)
- 1858 Morte de Soshangane
- 1859-1864 Conflito Mawewe-Muzila pela sucessão ao trono de Gaza
- 1861 Muzila pede ajuda aos portugueses para a resolução do conflito de sucessão. Tratado de vassalagem de Gaza
- Ataque português a Angoche
- 1862 Muzila transfere capital de Gaza para Mossurize
- Portugueses tentam recuperar a feira do Zumbo
- 1864 As "razias" Yao empurram os Nyanja para o sul do Lago Niassa
- 1875 Comerciantes swahili começam a viajar para o interior do território Yao
- Makanjila faz grandes razias nas povoações Nyanjas ao longo do Lago

1876/79(?)	Morre Che Nyambi, Mataka I
1877	Acordo entre os portugueses e Mussa Quanto em que este ditou as regras e onde os portugueses foram obrigados a aceitá-las
1878	Mataka e Makajila fazem um pacto de "irmãos de sangue"
1878	É criado a African Lakes Company
1884	Ngungunhana sucede a Muzila no trono de Gaza Levantamento de Massingir
1888(?)	Morre Che Nyenje, o sultão Mataka II
1888	Após a expedição militar portuguesa chefiada por António Maria Cardoso, alguns chefes Yao prestam vassalagem aos portugueses
1889	Expedição militar portuguesa contra Mataka chefiada pelo Tenente Valadim em que este é derrotado e morto
1899/1912	São organizadas diversas expedições militares pelos portugueses contra os reinos Yao do Niassa, principalmente contra o reino de Mataka e que enfrentam a resistência. Yao
1902	Destacamento militar português tentou invadir de novo as terras do Mataka mas é derrotado
1903	Aliança entre Mataka e M'tarica
1907(?)	Morre sultão Mataka, Che Mkwepu e sucede-lhe seu sobrinho Chisonga. Esta sucessão cria dissensões entre os principais chefes subordinados a Mataka e alguns separaram-se dele
1907(?)	Morre sultão M'tarika. Três candidatos ao poder gera rivalidades e guerras internas
1912	Nova expedição militar ao território de Mataka que devido à crise interna que se vive este é obrigado a fugir. Mwembe é abandonada

Comércio do ouro e marfim

- séc.VIII A fixação na costa Oriental de África de árabes vai dar origem às cidades mercantis de Quíloa, Mombaça, Melinde e Sofala, que se vão tornando centros de comércio que tinham como premissa principal o ouro africano pelos tecidos de algodão indianos
- séc.XII Desenvolveu-se na região do rio Zambeze o comércio do ouro, marfim e alguns escravos que eram os principais produtos de exportação dos estabelecimentos islâmicos do litoral de Moçambique entre Sofala e Ilha de Moçambique
- séc.XIII Muçulmanos passam a dominar grande parte das rotas comerciais do Oceano Índico
- 1505 Regimento do primeiro Vice-Rei da Índia define a necessidade de assegurar para o Estado o monopólio do comércio do ouro
- 1505 Portugueses fundam feitoria-fortaleza em Sofala
- 1507 Portugueses fundam feitoria-fortaleza na Ilha de Moçambique
- 1509-1510 Começam as grandes viagens para o interior devido à quebra da afluência do ouro e Sofala
- 1511 Portugueses atacam Angoche, onde os Árabe-swahili tinham formado núcleo de resistência à tentativa portuguesa de monopolizar o comércio
- 1512 Quíloa e Melinde deixam de ser feitorias portuguesas
- 1522 Portugueses conquistam ilhas de Cabo Delgado ou Quirimbas
- 1530 Deu-se início à penetração portuguesa para o interior pelo Zambeze  
Fundação de Sena e Tete
- 1544 Fundação da feitoria comercial de Quelimane para supervisionar a entrada de navios nas embocaduras do Zambeze  
Portugueses chegam a Lourenço Marques
- 1570 Início da criação de feiras comerciais fortificadas para o desenvolvimento do comércio como Massape, Luanze e Manzovo
- 1584 Coroa forçada a conceder o monopólio do comércio do marfim aos capitães de Moçambique em troca de um pagamento elevado
- 1593 31.Mar. Carta Régia decretou a liberdade do comércio, acabando com o monopólio até então arrendado pelos capitães das feitorias
- 1595 Nova Carta Régia voltava a estabelecer o arrendamento antigo pelos capitães das feitorias/fortalezas (Moçambique/Sofala)
- 1618 Monopólio do comércio voltou para as mãos da Fazenda Real
- 1622 A administração do comércio pela Fazenda cessou e voltou-se a arrendar ao capitão de Sofala o comércio dos Rios
- 1674 Comércio foi declarado livre
- ??? - Criada a Junta de Comércio de Moçambique e Rios de Cuama
- 1686 Constituição da "Companhia dos Mazanes", que possuía o comércio exclusivo entre Diu e Moçambique
- 1697 Aprovechos os estatutos da Companhia do Comércio de Moçambique que levantou uma onda de protestos sendo dissolvida em 1780
- 1698 Portugueses abandonam Mombaça e Quíloa
- 1710 Junta de Comércio ficou com o exclusivo das Fazendas de Lei
- 1719 Vice-Rei da Índia extinguiu a Junta, mas a Corte não aprovou, voltando a recriá-la

- 1720 Portugueses fundam feitoria no Zumbo  
Pressionados por Goa e pela Inquisição, a Coroa Portuguesa ordenou que os muçulmanos não podiam ser autorizados a agir como capitães, pilotos ou marinheiros em navios enviados da Ásia para Moçambique
- 1721-1730 Holandeses ocupam a Baía de Lourenço Marques, arguendo aí uma feitoria
- 1723 Portugueses retiram aos indianos a sua função de "pagadores" em Moçambique, tentando-os substituir por cristãos
- 1727 Decreto impedia aos indianos de possuírem escravos. Embora pudessem comerciá-los, deviam vendê-los a cristão num prazo de 6 meses após a sua aquisição
- 1730-1736 Baía frequentada por navios ingleses
- 1739 Junta do Comércio foi de novo extinta, entregando-se a administração comercial a um "Administração do Comércio de Moçambique", sob a direcção do Conselho da Fazenda de Goa
- 1750's Aumentam os interesses dos europeus pelo sul de Moçambique
- 1752 Autonomia Administrativa de Moçambique
- 1753 Governador Geral de Moçambique vai acabar com a ingerência de Goa na administração financeira e comercial de Moçambique (que não fora decretada em 1752)
- 1755 Decretada a autonomia económica de Moçambique. Decretado o comércio livre de algumas fazendas de lei, com excepção do velório que permaneceu como monopólio real
- 1758 Os Baniões são proibidos de possuírem qualquer propriedade na ilha de Moçambique ou nas terras firmes (Vice-Rei da Índia vai anular esta proclamação do Governador de Moçambique)  
Pedro Saldanha de Albuquerque, Governador de Moçambique, publica proclamação proibindo a venda de armas e munições aos povos africanos
- 1760 Rei português decretou que o direito de comerciar armas e pólvora eram monopólio real
- 1763 Abolido o monopólio Real do velório
- 1766 4.ª Mar. Criação de "Companhia dos Mujaos e Macuas", com vista a controlar o comércio com esses dois povos, possuindo o monopólio do comércio do marfim, escravos e cornos de rinocerante
- 1768/69 Companhia dos Mujaos e Macuas é abolida
- 1770-1785 Diversos factores vão conduzir à supremacia do comércio de escravos e declínio do comércio do marfim
- 1777-1781 Ocupação austríaca da Baía de Lourenço Marques
- 1782 Portugueses estabelecem-se em Lourenço Marques
- 1780 27.ª Mai. Governador Geral proibiu o comércio dos Baniões com os Yao e Macua no Mossuril, e em toda a terra firme aos que não fossem nacionais do continente ou portugueses
- 1782 Governador Geral proíbe aos baniões e mouros de comerciarem no continente
- 1785 O domínio do comércio do marfim começa a extinguir-se
- 1786 Ficou suspensa a obrigatoriedade da convergência na ilha de Moçambique de toda a navegação comercial de longo curso, podendo ir a qualquer dos portos da costa.  
Foram criadas novas alfândegas.
- 1796 Portugueses retiram-se da Baía de Lourenço Marques só regressando 7 anos depois  
Moamba começa a surgir como um grande poder na região, dominando Matola, Cherinda e Mabota
- 1825 Criação da Companhia Comercial de feitorias de Lourenço Marques e Inhambane (extinto o monopólio 1835)
- 1854 Abertura de todos os portos aos navios estrangeiros

Tráfico de escravos

1641	Ocupação de Angola pelos holandeses
1645	Primeira tentativa do tráfico de Moçambique para o Atlântico pela rota do Cabo
1720	Franceses começam a frequentar os portos de Moçambique e Ilhas Quirimbas para a obtenção de escravos
1721	Começa a desenvolver-se o comércio negroiro regular entre Moçambique e as ilhas Mascarenhas
1730-1860	Tráfico de escravos com as Ilhas Mascarenhas começou a organizar-se sistematicamente
1769	Decretada a completa liberdade de comércio para os navios brasileiros em portos de Moçambique de forma a fomentar e exportação de escravos para o Brasil
1770-1850	O tráfico de escravos constituiu a base económica da burguesia mercantil local, formada por portugueses e euro-asiáticos à mistura com alguns africanos
1779	Comércio de escravos em Moçambique torna-se uma instituição integrada na vida económica da capital
1788	O comércio de escravos atinge o seu ponto mais alto com a exportação de 1.000 escravos
1787	Portugal autoriza a venda de armas aos Macua para dinamizar o comércio de escravos
1790-1794	Importações francesas para as Mascarenhas atinge o seu auge. Cerca de 4.500 a 5.000 escravos por ano são exportados para lá
1804	Abolição do tráfico de escravos na Dinamarca
1807	Abolição do tráfico de escravos na Grã-Bretanha
1808	Abolição do tráfico de escravos nos Estados Unidos
1808-1809/ 1811-1812	Redução do tráfico em Moçambique devido às guerras napoleónicas
1810	Tratado Luso-Britânico onde Portugal se compromete em não continuar o tráfico em parte alguma da costa de África que não pertencesse aos seus domínios
1813	Abolição do tráfico de escravos na Suécia
1814	Abolição do tráfico de escravos na Holanda
1815	Abolição do tráfico de escravos na França Pressões diplomáticas inglesas levaram o governo português a aceitar a supressão do tráfico a norte do Equador restringindo-o apenas ao sul
1817	Convenção Adicional Luso-Britânica. Ingleses obtêm o direito de dar caça ao traficantes portugueses suspeitos de não cumprirem o acordo de 1815
1822	7. Set. Declaração da Independência do Brasil
1827	Ratificado o tratado Anglo-Brasileiro pelo qual o Brasil devia acabar com o comércio de escravos praticado por cidadãos brasileiros, no prazo de 3 anos
1830	Início da acção da frota Britânica na repressão do tráfico a sul do Equador
1831-1835	Exportações são quase nulas, recomendo de novo a subir a partir de 1835 devido à grande expansão da cultura do café no Brasil que exige muita mão-de-obra
1835	Governo português admitiu que, segundo o direito internacional vigente, era ilegal o tráfico efectuado a partir das colónias portuguesas com destino a territórios estrangeiros e aceitou a abertura de negociações para a elaboração de um tratado

- 1836 10. Dez. Sá da Bandeira promulga e abolição do tráfico de escravos nos domínios portugueses (mas não proíbe a escravatura)
- 1837 Por determinação do Governador de Moçambique a execução do Decreto de 1836 foi suspensa
- 1839 Promulgação da Lei de Palmerston, autorizando unilateralmente que as esquadras Britânicas interceptassem os navios portugueses empregues no tráfico e fazê-los comparecer perante um tribunal da Marinha Britânica (provocando uma alteração nas zonas de embarque e a consequente organização do comércio negroiro)
- 1840-1864 Brasil (até 1850), Cuba e Mascarenhas são os principais mercados dos escravos exportados de Moçambique
- 1842 Tratado Anglo-Português sobre o comércio de escravos, autorizava a marinha Britânica a inspeccionar os navios com pavilhão português. Portugueses comprometem-se a reprimir o tráfico de maneira mais eficaz, levando com isso à revogação da decisão Britânica de 1839
- 1848 Abolição da escravatura nas ilhas Reunião. A partir desta altura os trabalhadores imigrantes passaram a ser designados "libres engagés"
- 1850 Marca o encerramento do principal mercado para a mão-de-obra escrava - o Brasil
- 1854 Portugal empenhava os escravos de Moçambique e criava uma nova categoria social dos "libertos". Autoridades portuguesas autorizaram formalmente o recrutamento de trabalhadores para a Reunião francesa ao abrigo do sistema de emigração de "trabalho livre" francês
- 1856 Lei de 24 de Julho prevê que os filhos da mulher escrava, nascidos nas Províncias Ultramarinas são considerados de condição livre. No entanto são obrigados a servir gratuitamente até à idade de 20 anos aos serviços de suas mães
- 1857 Crise entre o governo francês e português por causa da apreensão do barco francês "Charles et George" na Baía de Condúcia, acusado de tráfico de escravos
- 1858 29. Abr. Estipula-se um prazo de 20 anos para a abolição do estatuto de escravo nas colónias portuguesas (primeiras disposições sobre mão-de-obra escrava)
- 1866 O último grande mercado de escravos da América - Cuba - é encerrado (Liesegang refere que em 1862 o comércio de escravos em Cuba chega ao fim)
- 1867 A derrota dos Estados Sulistas na guerra da Secessão americana conduz ao encerramento do seu mercado de escravos.
- 1869 25. Fev. Sá da Bandeira apresenta ao rei o projecto para a "abolição total e definitiva" da escravidão
- 1875 Legislação declarava livre o trabalho nas províncias ultramarinas, criando a categoria de serviços para substituir a de libertos

COMÉRCIO DE OLEAGINOSAS, PLANTAÇÕES E COMPANHIAS MAGESTÁTICAS

Comércio de Oleaginosas, Plantações e Companhias Magestáticas

- 1850's Gergelim começa a figurar entre os produtos de exportação
- 1855 A casa francesa de Marselha "Régis Ainé" cria a sua primeira feitoria na ilha de Moçambique. Pouco depois é a vez de "Augustin Fabré et Fils" de se estabelecer em diversos locais da costa de Moçambique
- 1860's Arrendoim começa a transformar-se num dos principais produtos de exportação
- 1869 Abertura do Canal de Suez colocou Moçambique na rota directa por mar com a Europa o que vai dar grande impulso ao comércio europeu com Moçambique
- 1877 Paiva Raposo, obtem uma concessão para o desenvolvimento de uma Companhia de Ópio, com produção de papoilas
- 1878 Paiva de Andrada organiza a "Societé des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambaze" a quem são feitas vastas concessões na região do rio Zambaze. Companhia vai falir
- 1884 Companhia de Ophir, surgida da Societé des Fondateurs, obtem a exploração exclusiva das Minas de Manica e Quiteve. Também entrou em felência
- 1880's Borracha tornou-se um dos items mais importantes do comércio camponês
- 1886 Borracha começa a tornar-se um dos principais produtos de exportação no Norte de Moçambique
- 1888 Fundação da Companhia de Moçambique
- 1889 Companhia de Moçambique fez acordo com Gungunhana no qual aquela reconhecia à Companhia direitos mineiros sobre a região de Manica
- 1890 Decreto de 30 de Julho declarava que o sistema de grandes companhias era o único que poderia trazer vantagens para o desenvolvimento dos domínios ultramarinos  
Criação da Companhia de Açúcar de Moçambique (Mopeia)
- 1891 Fundação da Companhia do Niassa  
Iniciou-se processo de reestruturação da Companhia de Moçambique para a transformar em Magestática o que acontece a 11 de Fevereiro
- 1892 Fundação da Companhia da Zambézia
- 1893 Tentativa de criação de uma Companhia Magestática em Inhambane  
Inicia-se a exportação de açúcar no Vale do Zambeze
- 1894 Companhia do Niassa tomou posse dos territórios do Niassa e Cabo Delgado (que ainda não estavam ocupados por Portugal)
- 1897 O grupo financeiro "Ibo Syndicate" controla a maior parte do interesses da Companhia do Niassa  
Decreto de 17 de Maio fixou à Companhia de Moçambique o prazo de validade jurídica como companhia soberana até 1942
- 1899 A "Ibo Investment Trust" dirige a Companhia do Niassa possuindo a maioria das suas acções
- 1900 Fundação da Sociedade Açucareira de África Oriental, que construiu a fábrica de Marromeu
- 1902/4 Companhia da Zambézia ocupa militarmente uma área que se estende de Tete ao Niassalândia
- 1908 A "Nyassa Consolidated" passa a controlar a Companhia do Niassa
- 1909 Inicia a exportação de copra de Quelimane e a exportação de milho na Beira
- 1910 Formação da Sena Sugar Factory por Hornung, que fundou a fábrica de Caia
- 1913-14 Um consórcio bancário alemão obteve a maioria das acções da "Nyassa Consolidated". Mas devido à Primeira Guerra Mundial o governo Inglês confiscou em 1917 as acções alemãs
- 1913 Inicia a produção de sisal no distrito de Quelimane

1914 Açúcar representa 41 % do valor das exportações da colónia

1920 Todas as Companhias de Açúcar do Zambeze foram integradas na Sena Sugar Estates

1929 Extinção da Companhia do Niassa

TRABALHO MIGRATÓRIO

Trabalho migratório

1850/60	início da migração do sul de Moçambique para as plantações de cana-de-açúcar do Natal
1867	Descoberta das minas de diamantes de Kimberley dá início a uma migração mais intensa de força de trabalho de Moçambique para a África do Sul
1875	Estabelecimento em Lourenço Marques de um depósito temporário de escravos capturados e libertados pelos ingleses, nas águas de Moçambique. Autorização da criação de tal depósito é dada pelos portugueses pela Portaria nº152 de 2.Ago.1875
1877	Oficializada migração para o Natal e Cabo
1885	Governo português declarou livre e legal a emigração de trabalhadores contratados, pelo porto de Inhambane
1886	Descoberta das minas de ouro de Witwatersrand, torna mais intensa a procura de mão-de-obra moçambicana
1888	Governo português autorizou a saída livre de emigrantes do distrito de Lourenço Marques e Inhambane para o Natal (Portaria nº569 de 8.Dez.1888)
1889	Formada a Câmara das Minas no Transvaal
1891	Governo português tentando controlar a mão-de-obra migrante institui o uso do passaporte (Portaria nº7 de 3.Jan.1891)
1895	Abertura de linha de caminho de ferro para Johannesburg dá grande impulso ao trabalho migratório
1896	Governador Geral de Moçambique, Mousinho de Albuquerque, autoriza a emigração voluntária para a África do Sul (Portaria nº129-A de 23.Abr.1896) Câmara de Minas criou o Rand Native Labour Association
1897	18.Nov. "Regulamento para o engajamento de indígenas da Província de Moçambique para o trabalho na República Sul-Africana" com o objectivo de regularizar a emigração
1899-1902	Guerra Anglo-Boer paralizou a indústria mineira e como tal o recrutamento de trabalhadores de Moçambique
1900	Governo britânico tenta negociar acordo com administração portuguesa devido à grande necessidade de mão-de-obra para a recuperação do sector
1901	Governador Geral de Moçambique suspende a execução do Regulamento, proibindo a emigração de trabalhadores para o Transvaal
1901	Assinatura de um "Modus-Vivendi" WENELA obtém direitos exclusivos de recrutamento
1903	Criação da Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração, junto ao Governador-Geral Governo português autorizou o recrutamento de mão-de-obra através do sistema de companhias megestáticas e arrendatárias
1904	Assinatura de um Aditamento ao "Modus-Vivendi"
1906	Tentativa do Alto Comissário Britânico de negociar novo "Modus-Vivendi" que não foi aceite por Portugal porque governo inglês rejeitou a proposta de introdução do pagamento de parte do salários dos mineiros em Moçambique - pagamento diferido
1907	Criada a Secretaria dos Negócios Indígenas (SNI), no quadro da reorganização administrativa de Moçambique, e que passou a supervisionar o recrutamento de trabalhadores para as minas e para o uso interno
1909	Convenção de 1909 entre o Transvaal e Moçambique
1910	Criada a Intendência dos Negócios Indígenas e Emigração em Lourenço Marques

ADMINISTRAÇÃO

Administração

- 1505 África Oriental Portuguesa é colocada sob a dependência do Estado Português da Índia, recebendo ordens do respectivo Vice-Rei
- 1580-1640 Portugal sob o domínio espanhol
- 1589 Provisão de 25 de Março que fornece as primeiras regras que nortearam a administração de Moçambique
- 1635 Criado um governo regional de "Rios de Sena" directamente subordinado ao Vice-Rei da Índia
- 1640 Restauração - Duque de Bragança tornou-se D. João IV
- 1688 Rios de Sena passa de novo a estar sob a dependência do Capitão General de Moçambique
- 1709 Regimento do governo da Índia concede ao Capitão General de Moçambique e ao tenente General dos Rios competências e poderes iguais, causando conflitos
- 1752 19. Abr. Moçambique torna-se administrativamente independente do Governo da Índia. Francisco de Melo e Castro foi nomeado primeiro Governador-Geral de Moçambique  
23. Abr. Carta Régia concede ao novo Governador Geral jurisdição sobre todas as feitorias e empregados de Moçambique
- 1755 É decretada a independência económica de Moçambique em relação à Índia. Só aplicada em 1757
- 1760 Provisão de 7 de Abril criou o cargo de Secretário do Governo de Moçambique e para ele foi designado Inácio Caetano Xavier
- 1761 Instruções de 7 de Maio dadas a Calixto Rangel vão constituir os fundamentos de administração geral de Moçambique
- 1820 Revolução Liberal em Portugal altera o nome de Colónia para Províncias Ultramarinas e sublinha a igualdade de todos os cidadãos. Inicia-se uma política assimiladora.
- 1822 Constituição Portuguesa não possui qualquer disposição específica para as Províncias Ultramarinas
- 1826 Carta Constitucional Portuguesa defende que todos os nascidos em Portugal e seus domínios eram considerados portugueses, sendo iguais perante a lei
- 1835 Decreto de 24 de Novembro dividiu a capitania dos Rios de Sena em dois governos : o de Quelimane e o de Tete
- 1838 Constituição Portuguesa reconhece especificidade dos assuntos Ultramarinos contendo um título X "Das Províncias Ultramarinas"
- 1851 Recriado o Conselho Ultramarino
- 1852 Foi preparado para Inhambane um "Código cafreal do distrito de Inhambane". Foi visto como insatisfatório e nunca foi posto em vigor
- 1869 Reforma de Rebelo da Silva. Preconiza política administrativa descentralizada. Reforma não chegou a ser posta em execução
- 1878 Primeira disposição legal sobre a codificação dos "usos e costumes" indígenas